

JANETE  
ROSE  
ANDREA  
JOANA  
ROGERIO  
IVANETE  
ROSANA  
MARIA  
LILIA  
CARLOS  
CLEUSA

## CRUZADAS

Sobre Tempos e Espaços  
no Ato de Rememorar

organizadoras:  
Rosemere Maia e Janete Luzia Leite



ESCOLA DE  
SERVIÇO SOCIAL  
UFRJ

*Trajetórias Cruzadas*

**ROSEMERE MAIA &  
JANETE LUZIA LEITE  
ORGANIZADORAS**

# *Trajетórias Cruzadas*

**SOBRE TEMPOS E ESPAÇOS  
NO ATO DE REMEMORAR**



Rio de Janeiro, 2023.

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Denise Pires de Carvalho  
**REITORA**

Carlos Frederico Leão Rocha  
**VICE-REITOR**

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Vantuil Pereira  
**DECANO**

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Ana Izabel Moura de Carvalho  
**DIRETORA**

Guilherme Silva de Almeida  
**VICE-DIRETOR**

---

**TRAJETÓRIAS CRUZADAS:  
SOBRE TEMPOS E ESPAÇOS NO ATO DE REMEMORAR**

**ORGANIZAÇÃO**

Rosemere Maia  
Janete Luzia Leite

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

**REVISÃO**

Daniel Hanan

**CAPA**

Eduardo Bordoni

**CURADORIA DE CAPA E COLAGENS**

Rosemere Maia

CC BY-NC-SA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T768 Trajetórias cruzadas: sobre tempos e espaços no ato de rememorar / Rosemere Maia & Janete Luzia Leite organizadoras ; prefácio Sheila Backx. - Rio de Janeiro: UFRJ, CFCH, Escola de Serviço Social, 2023.  
429 p.

ISBN 978-65-88579-02-2 (on-line)

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social - História. 2. Professores universitários - Brasil - Biografia. I. Maia, Rosemere. II. Leite, Janete Luzia. III. Backx, Sheila. IV. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social.

CDD: 378.8153

---

Elaborada por: Adriana Almeida Campos (CRB-7/4.081)



## **SUMÁRIO**

### **Prefácio**

*Sheila Backx*

7

### **Apresentação**

*Rosemere Maia & Janete Luzia Leite*

11

### **Cleusa dos Santos**

*Convite à travessia do phatos, no seu sentido ontológico-acadêmico*

17

### **Rogério Lustosa Bastos**

*Transformar sonhos impossíveis em possíveis*

49

### **Maria das Dores Campos Machado**

*Relembrado o passado*

76

### **Lilia Guimarães Pougy**

*Uma trajetória acadêmica rememorada: o lugar social  
na universidade pública no período 2002-2017*

109

### **Janete Luzia Leite**

*Lá e de volta outra vez*

137

**Ivanete Boschetti**

*Memórias do vivido e sentido: indivíduo e história*

**180**

**Rosemere Maia**

*Entre estreitos e oceanos: um mergulho no meu mar de memórias*

**245**

**Carlos Eduardo Montaña**

*A docência como uma arma carregada de futuro*

**307**

**Joana Garcia**

*Um caminho por entremeios*

**345**

**Andrea Moraes Alves**

*Memorial*

**380**

**Rosana Morgado**

*Um caleidoscópio de histórias*

**402**

**Posfácio**

*Miriam Krenzinger*

**426**



# Prefácio

A presente coletânea - *Trajetórias Cruzadas: sobre tempos e espaços no ato de lembrar* - se constitui de onze exemplares de um instrumento fundamental na vida acadêmica, em diferentes níveis: o memorial acadêmico - produção desafiadora para aqueles que devem enfrentar sua elaboração. Neste caso, em especial, reúne, em ordem cronológica de realização, exemplares apresentados para promoção ao cargo de Professor Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 2016 a 2021, no escopo da nova constituição da carreira de magistério superior, fruto de longa luta do movimento docente em nível nacional.

Podem, assim, ser examinados o material elaborado pelos seguintes docentes: Cleusa dos Santos, Rogério Lustosa Bastos, Lilia Guimarães Pougy, Maria das Dores Campos Machado, Janete Luzia Leite, Ivanete Boschetti, Rosemere Maia, Carlos Eduardo Montañó, Joana Garcia, Andréa Moraes e Rosana Morgado. As professoras titulares Janete Leite e Rosemere Maia organizam o material ora apresentado ao público.

Neste livro, o leitor - além de inspiração para a elaboração de seu próprio memorial - poderá também verificar a diversidade do quadro docente da Escola de Serviço Social, seja pela variada formação dos autores, pelos seus objetos de estudo, trajetórias de vida pessoal, profissional e acadêmica, bem como participação em entidades de classe, organizativas e da sociedade civil; também poderá aproximar-se de especificidades de setores da política social em diferentes momentos do país e de outras instituições de ensino superior, nas quais os autores também estiveram vinculados academicamente: o espaço da UFRJ é o espaço de entrecruzamento

dessas trajetórias, mas não é, em geral, o espaço exclusivo de formação e trabalho dos autores mencionados; mesmo aqueles que tiveram boa parte de sua formação na Escola de Serviço Social apresentam encontros com outros atores e instituições no país e no exterior.

Para além da marca inicial de resultado de luta e resistência do movimento docente, trata-se também de publicizar documentação de caráter público que deve estar disponível a todas as pessoas interessadas. Se não bastasse, há ainda o aspecto de contribuir para a recuperação da memória institucional, posto que não se vive academicamente descolado de um contexto mais amplo. Em outras palavras: ao registrar a trajetória individual, a experiência vivida, mas também a experiência percebida por cada autor presente neste livro, resgata-se aspectos relevantes da história do país e da(s) instituição(ões) na(s) qual(is) essas trajetórias foram construídas.

Evidentemente, um memorial é produto da seleção que cada autor faz de sua trajetória, evidenciando-se a interpretação subjetiva de suas vivências, tendo um contexto específico de produção; logo, um memorial não pode ser tomado *tout court* como registro histórico, mas ele rememora pessoas, atores institucionais, eventos e experiências compartilhados com outros pares.

Deseja-se, portanto, assinalar, a importância deste livro no que diz respeito a dar conta de várias lacunas. No que diz respeito à memória institucional, vale ressaltar que, por um longo tempo, parte do arquivo institucional da Escola de Serviço Social da UFRJ (ESS/UFRJ) e da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (antiga ABESS, hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) permaneceu depositado de forma desordenada e inadequada no sótão da instituição, de forma inteiramente inacessível aos diversos pesquisadores dedicados à história do Serviço Social e do curso.

Em 2008 a Professora Maria Magdala Araújo, à época Diretora da ESS/UFRJ, convidou a mim (assistente social de formação) e



a Professora Cacilda Machado (historiadora com experiência em organização de acervo documental na UFPR) para avaliar o material que havia sido retirado do sótão em função da obra de recuperação do telhado do prédio principal. Essa iniciativa deu origem ao Projeto de Extensão “Memória da ESS/UFRJ: organização do acervo documental”, que foi aprovado pela Congregação em março de 2008. Esse projeto tinha como objetivo geral original recuperar, organizar e disponibilizar digitalmente os documentos de caráter histórico da instituição.

Contudo, o desenvolvimento desse Projeto, o estudo da legislação reguladora da matéria, bem como a análise do material encontrado levou à proposta de criação do Centro de Memória e Documentação da Escola de Serviço Social (CeMDESS) como instância formal da Escola - o que foi aprovado pela Congregação, em sessão ordinária realizada em setembro de 2009. Assim, a Direção da ESS solicitou à Coordenação do Projeto de Extensão que passasse a responder pelo CeMDESS enquanto durasse o mencionado Projeto.

O CeMDESS foi concebido como um arquivo histórico que teria por finalidade acondicionar e manter em condições de acesso digital os documentos do arquivo permanente da ESS/UFRJ, estando voltado para a gestão e preservação da memória institucional, profissional e científica de modo a promover a multiplicação de estudos e pesquisas que revelem novos aspectos da história da ESS/UFRJ, do Serviço Social e de setores da política social no Brasil, bem como da organização político-acadêmica da categoria. A ideia era torná-lo centro de referência da memória institucional e científica no âmbito do Serviço Social no país e na América Latina, atuando como polo difusor de conhecimento e informação.

Sua originalidade no âmbito do Serviço Social residiria tanto na sua concepção quanto um arquivo dinâmico (em conexão com outros acervos), com organização interdisciplinar desde a sua origem, com disponibilização documental digital através de acesso remoto, como também pelo conteúdo que pretendia veicular, posto tratar-se de material que por décadas ficou indisponível ao público.

Para garantir a continuidade da ação, a Direção envidou esforços junto à Pró-Reitoria de Pessoal (PR4), tendo obtido a lotação de uma arquivista na ESS, a partir de fevereiro de 2010. Imediatamente, essa nova servidora passou a integrar a equipe de Coordenação do Projeto de Extensão, de modo a garantir a integração das ações. Posteriormente, foram alocadas no CeMDESS duas funcionárias (também recém-concursadas) ocupantes do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais. Afinal, um Centro de Memória não se constrói de uma hora para outra, e muito menos sem pessoal especializado e infraestrutura.

Contudo, apesar do investimento em treinamento de pessoal (aí incluídas bolsistas de extensão), participação (premiada) no 6º Congresso de Extensão da UFRJ e organização de eventos, criação de identidade visual e planejamento de sua própria *home page* (com apoio da Coordenadoria de Comunicação da UFRJ), em maio de 2013 a arquivista do CeMDESS - profissional fundamental para a existência de um Centro de Memória - foi colocada à disposição da PR4. A Direção posterior (Professoras Andréa Teixeira e Sheila Backx - 2014/2018) não mais conseguiu êxito na tarefa de recompor o quadro de pessoal de modo a garantir o pleno funcionamento do CeMDESS, dado o contexto da chamada “PEC do Fim do Mundo” que engessou (e engessa cada vez mais) não só gastos, salários, concursos e movimentação de pessoal, limitando a administração do cotidiano das instituições federais de educação e saúde. Com essa impossibilidade, foi sepultada a proposta de um Centro de Memória no âmbito da ESS/UFRJ, mesmo que em caráter híbrido. Hoje a Escola possui um arquivo comum que deve se adequar à legislação relativa ao armazenamento de documentos, em função da tabela de temporalidade definida no âmbito da UFRJ.

Neste contexto, a presente coletânea ganha contornos especiais pois registra também aspectos da vida institucional - aí incluída a própria UFRJ que não tem uma política de preservação de sua própria memória claramente definida.

**Sheila Backx**

PROFESSORA ASSOCIADA APOSENTADA



# *Apresentação*

*Traça a reta e a curva,  
a quebrada e a sinuosa  
Tudo é preciso.  
De tudo viverás.*

*Cuida com exatidão da perpendicular  
e das paralelas perfeitas.*

*Com apurado rigor.*

*Sem esquadro, sem nível, sem fio de prumo,  
traçarás perspectivas, projetarás estruturas.*

*Número, ritmo, distância, dimensão.*

*Tens os teus olhos, o teu pulso, a tua memória.*

*Construirás os labirintos impermanentes  
que sucessivamente habitarás.*

*Todos os dias estarás refazendo o teu desenho.*

*Não te fatigues logo. Tens trabalho para toda a vida.*

*E nem para o teu sepulcro terás a medida certa.*

*Somos sempre um pouco menos do que pensávamos.*

*Raramente, um pouco mais.*

*DESENHO, CECÍLIA MEIRELES*

De quantas curvas, retas, paralelas, quebradas e sinuosas é feita uma trajetória acadêmica? De quantos esquadros e outros instrumentos precisamos dispor ou abrir mão, como docentes, para traçarmos as perspectivas e sobrevivermos em meio a uma estrutura que exige excelência, rigor, prumo, ao mesmo tempo em que fomenta a vaidade? Em quantos labirintos impermanentes habitamos (ou deles tentamos sair) ao longo do nosso percurso,

onde, por muitas vezes, precisamos rever nossas verdades, respirar fundo e seguir adiante? De que forma somos afetados pelos traçados daqueles com quem convivemos, dentro e fora da academia, e que, direta ou indiretamente, definem nossos trajetos, nosso fôlego para a caminhada?

Na Universidade, temos “trabalho para toda a vida”, posto que as demandas não deixam de chegar, exigindo de cada um de nós uma dedicação para lá de exclusiva. E não se permite a fadiga e o cansaço pois, a cada dia, é preciso refazermos nosso próprio desenho, reinventarmo-nos frente às exigências colocadas pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, além daquelas que dizem respeito às atividades administrativas - estas, sim, ávidas por nos roubar a criatividade, afundar-nos na burocracia.

Este livro trata de trajetórias singulares em ritmo, distância e dimensão, apresentadas sob a forma de Memorial de docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trajetórias que, se partem de pontos distintos, num dado momento se cruzam, se confundem - e até se mesclam -, mostrando a cada um de nós que, a despeito de estarmos, aos olhos dos “simples mortais”, num suposto Olimpo, “somos sempre um pouco menos do que pensávamos, raramente um pouco mais”, como nos mostra Cecília Meireles no seu poema.

Há, aqui, narrativas de docentes oriundos de campos disciplinares diversos - Serviço Social, Antropologia, Sociologia, Psicologia -; de origens sociais diversas; brasileiras/os, uruguaio; com toda ou parte da formação (graduação, mestrado e doutorado) na própria Instituição onde hoje atuam; com referências teórico-metodológicas nem sempre semelhantes. Todos, contudo, demonstram pontos de interseção em suas histórias, seja pela necessária convivência nos espaços institucionais formais, seja pelo compartilhamento de projetos acadêmicos e/ou societários ou de posicionamentos político-ideológicos, seja por vínculos que transbordam os limites institucionais, constituindo-se em afetos a serem levados para outras dimensões da vida.

Da mesma maneira que cada trajetória seguiu cursos singulares, os Memoriais aqui apresentados não respeitaram um mesmo estilo de redação ou uma mesma lógica temporal e espacial. Cada autor, no seu processo de rememorar, fez valer sua liberdade, seja para restringir-se ou priorizar fatos e atos que tiveram relação direta com sua inserção e permanência no mundo acadêmico, seja para optar por também demonstrar o quanto foi (e é) afetado por dimensões outras, para além dos muros que cercam a universidade, definem os recursos de fomento à pesquisa e impactam nos degraus percorridos no contexto acadêmico. Todos, entretanto, apresentaram contribuições significativas para a análise acerca da formação profissional e das atividades que fazem parte do universo docente. Além disto, foram capazes de jogar luz sobre os (des)caminhos da Educação no Brasil, para a história da própria instituição - considerando suas diferentes instâncias e unidades colegiadas e administrativas -, para o processo de trabalho e, sobretudo, para o papel a ser assumido por uma universidade socialmente referenciada.

Da mesma maneira, os Memoriais que compõem este livro representam uma parte da História - do Brasil, de diversos lugares de nascimento, do Rio de Janeiro, da UFRJ. Mas, sobretudo, um pouco da História da Escola de Serviço Social.

A geração representada nestes Memoriais, malgrado as diferenças já aludidas, é herdeira direta - e dileta - das lutas contra a Ditadura Militar brasileira (1964-1985). No Serviço Social, são filhos do Congresso da Virada (1979), que legou um novo cariz à profissão. É uma geração que também possui em comum o compromisso com o ensino público, traduzido em uma universidade laica, gratuita e de qualidade.

Por tudo isso, cremos que, mais que uma exigência para promoção à Classe de Professor Titular, o Memorial deve ser visto como importante instrumento a ser socializado para fins de consulta, de pesquisa. Afinal, ele é capaz de traduzir, de forma mais eloquente que qualquer *Curriculum Vitae* seria capaz de fazê-lo,



toda a “balbúrdia” que ocorre na universidade, responsável por conferir-lhe uma centralidade nos avanços científicos e tecnológicos, além de um indescritível protagonismo na luta pela justiça e pela democracia, hoje extremamente ameaçadas. Mas como nos lembrava Chico Buarque em tempos talvez até mais politicamente sombrios, embora não menos tenebrosos:

*E quem garante que a História  
É carroça abandonada  
Numa beira de estrada  
Ou numa estação inglória  
A História é um carro alegre  
Cheio de um povo contente  
Que atropela indiferente  
Todo aquele que a negue  
É um trem riscando trilhos  
Abrindo novos espaços  
Acenando muitos braços  
Balançando nossos filhos*

*Rosemere Maia*  
Rio de Janeiro, outono de 2022.

*Janete Luzia Leite*  
Rio de Janeiro, primavera de 2022.

# CLEUSA SANTOS



## CRISE DO CAPITALISMO E PILHAGEM DO TRABALHO\*

Cleusa Santos

### 1. Introdução

Nosso ponto de partida é a crise internacional, acompanhada por um complexo conjunto de elementos que, a nosso ver, configuram o processo de desvalorização do capital. Nossa hipótese é de que o debate sobre a crise contemporânea evidencie tendências que a preside: produção de mercadorias e serviços em condições de precarização, aumento das demissões e a redução de salários e de direitos sociais, acesso dos trabalhadores aos direitos sociais e de seguridade social.

Sem deixar de considerar a importância da crise atual a característica de crise de determinação para o movimento do capitalismo (a mudança não se troca), pretendemos traçar

\* Artigo publicado na coletânea Ideologias e Políticas da Universidade Federal de Pernambuco, editado pela professora Ana Elizabete Mota. \*\* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco.

## **Saber Viver**

Não sei... Se a vida é curta  
Ou longa demais pra nós,  
Mas sei que nada do que vivemos  
Tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser:  
Colo que acolhe,  
Braço que envolve,  
Palavra que conforta,  
Silêncio que respeita,  
Alegria que contagia,  
Lágrima que corre,  
Olhar que acaricia,  
Desejo que sacia,  
Amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo,  
É o que dá sentido à vida.  
É o que faz com que ela  
Não seja nem curta,  
Nem longa demais,  
Mas que seja intensa,  
Verdadeira, pura... Enquanto durar

*Autor desconhecido, segundo o sítio “O Pensador”.  
Erroneamente, tem sido atribuído a Cora Coralina.*



**CLEUSA DOS SANTOS**

NOVEMBRO DE 2016

# *Convite à travessia do phatos, no seu sentido ontológico-acadêmico*

## — ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS —

### **Da origem de classe à formação profissional**

*Ser consciente significa, em qualquer momento,  
separar-se do próprio ser não apenas para conhecê-lo,  
mas para transformá-lo.*

GARAUDY, 1982, P.22<sup>1</sup>

Nem sempre é fácil articular na memória as lembranças com os dados empíricos e comprobatórios que justificam os elementos essenciais de uma autobiografia, que tem por mote o processo do trabalho. Retomar essa trajetória é mirar-se em Clio, a musa da história, e apreender, na sua processualidade, os vários desdobramentos, sejam eles de rupturas ou de continuidades com as tendências que as estruturas das relações sociais do modo de produção capitalista apresentam.

Um olhar sobre essas hoje fugidias memórias revela a constituição dessas estruturas sociais específicas, que mediadas pelas relações sociais, podem, seguramente, explicar o meu presente, sem, contudo, perder de vista que: “o ato com o qual tomo cons-

1 GARAUDY, R. Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ciência daquilo que sou não é possível a não ser enquanto envolve e produz um ser que já não é mais aquilo que eu sou: a reflexão contém em si uma gênese. No ‘eu sou’ há infinitamente mais do ‘eu sou’ porque o ato de afirmação transcende o conteúdo dessa afirmação” (Garaudy, 1982, p.22).

A remissão à Garaudy (1913-2012) é exemplar, pois contribui para retomar meu percurso, demarcando os fatos que alimentaram meu processo de autoesclarecimento do mundo, tal qual sugeriu Rouanet (1993, p. 147)<sup>2</sup> quando usa a expressão, *videre aude!*, como complemento para o lema kantiano: “Ousar ver e ousar saber”, indicando que elas “são as duas leis da cidade iluminista”.

É com este sentido que sintetizo uma trajetória marcada originalmente por grandes dificuldades econômicas, com a migração de minha pequena família nordestina que sai do mundo rural para adentrar no mundo urbano, numa então pequena cidade do interior de São Paulo. Lá vivi as alegrias da infância e da adolescência. E lá também me tornei mulher.

Contudo, essa migração não alterou de imediato as condições materiais de nossa existência. O árduo trabalho no campo, na coleta de algodão, café e cana de açúcar, impunha os marcos do tempo e do espaço de nossa existência, constituindo-se na única fonte de renda da família materna. Passei por creches/parquinhos municipais até chegar ao primeiro grau no Grupo Escolar Prof.<sup>a</sup> Amélia dos Santos Musa, semialfabetizada por meus tios, pouco mais velhos do que eu, cujo prazer em ensinar-me a esboçar as primeiras letras e números no papel de pão eu preservei na memória.

Com esta sociabilidade, de poucas escolhas no âmbito da cultura, passei pelos primeiros anos da ditadura militar sem compreendê-la. Vivi o silêncio, a ignorância, o medo a tudo que me cercava: “comunistas”, familiares, minha rua, minha cidade.

Cursei dois anos do então chamado ginásio, mas tive que interrompê-lo para ingressar no mundo do trabalho. O decurso da década de 70 demarca primeiro a condição de operária de fábrica

2 ROUANET, S. P. Mal-estar na atualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

e de indústria e então auxiliar de escritório, balconista, recepcionista e finalmente escriturária em órgão público. Tais atividades possibilitaram-me, embora ainda de forma mistificada, perceber as contradições entre capital e trabalho. O contrato, relação formal da ordem burguesa, era sempre desfeito após o decantado período de experiência, gerando um sentimento de pragmatismo e incompetência individual. Por outro lado, fui apreendendo, mesmo que lentamente, a relação desigual entre operário e patrão.

Em face do processo de modernização do país, impunha-se a política educacional, através da Lei 5.692/71, a necessidade de uma formação de mão de obra técnica qualificada. Nestas condições realizei o segundo grau (1975-1977) numa instituição privada: o Colégio Moreira Moraes, seduzida pela perspectiva de ingressar no mercado de trabalho com melhor remuneração e *status*. Tornei-me assim técnica em contabilidade, profissão que lateralmente exerci como auxiliar de escritório, pois o mercado nunca cumpriu sua promessa: absorver a demanda dos técnicos com uma remuneração satisfatória.

Assim, em pouco tempo, a ilusão se desfez, e o máximo do *status* atingido foi a condição de subempregada. Porém, a determinação de alcançar melhores condições de trabalho e novas oportunidades levou-me para a cidade de São Paulo, cuja vida cultural e política desenhavam a organização política dos trabalhadores, revelando-me a importância política do partido.

— QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA —

**O processo de transcendência: a liberdade de escolhas**

*A liberdade nasce com esta possibilidade de projetar o maior número de atos possível. Pela ação vamos ao encontro do porvir com os nossos possíveis assim como pela consciência caminhamos ao encontro da realidade com as nossas hipóteses.*

GARAUDY, 1982, P. 23

Em sua obra “A Ditadura do Grande Capital” (1981), Ianni mostra que, em meio a uma conjuntura difícil, com greves de amplas proporções na área do ABCD na grande São Paulo, 1978 foi o ano em que mais uma lei antigreve foi baixada, proibindo paralisações em determinados setores considerados essenciais. Em agosto de 1979, em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outras cidades cresciam os movimentos reivindicatórios de trabalhadores. Em abril e maio de 1980, em face da greve dos metalúrgicos, o governo enviou tropas para ocupar São Bernardo do Campo (Cf. Ianni, 1981, p. 74).

Apesar da proibição, multiplicavam-se as greves; apesar das promessas de abertura, multiplicavam-se os atos de violência policial. Daí que, em dezembro de 1979, Luiz Inácio da Silva, no ABCD Jornal nº 50, pág. 7 em matéria intitulada “Nada mudaria sem nossa participação” declarava que: “Os trabalhadores se redescobriram como único setor da sociedade capaz de propor uma transformação na sociedade” (Ianni, 1981).

Foi neste contexto que ingressei, em 1978, no curso de Serviço Social nas Faculdades da Zona Leste SP - Tatuapé (UNICID) e da qual me transferi para a Associação de Ensino de Ribeirão Preto (UNAERP) no final do ano letivo de 1979. Esclareço que essa escolha sócio-ocupacional foi balizada pelo alcance de minha prática social, fundada e amadurecida pelas experiências vividas, onde a ideia de solidariedade ganha contornos mais específicos quando

referenciados, mesmo que tangencialmente, à necessidade de buscar uma prática profissional que me possibilitasse, de alguma forma, não só intervir na realidade, mas, sobretudo, modificá-la. Assim, entendia que através da minha “ajuda”, conceito que me era então conferido pela literatura do Serviço Social, seria possível ser solidária.

Antes, porém, devo registrar que o motivo que me levou à escolha pela área de humanas deve-se às ávidas leituras dos romances realistas de Machado de Assis, Eça de Queiróz, Dostoiévski, Jorge Amado etc., empreendidas nos intervalos das atividades como recepcionista no escritório de advocacia de um proeminente advogado da cidade de Ribeirão Preto (1974-1977). Tais leituras despertaram-me certo fascínio pelo mundo “propriamente humano”. Embora essa aproximação tivesse um cariz coonestador, parametrado pela visão maniqueísta do positivismo, obscurecendo a fecundidade dessas obras, elas abriram a possibilidade que me permitiu alcançar a consciência da sua relevância que, mais tarde, descortinou dimensões sutis e poderosas da vida social.

Assim, a entrada para a academia despertou minha sensibilidade para o significado e a importância de ser sujeito da História. Embora com elementos de verdade, essa sensibilidade logo se revelaria unilateral, como pude verificar no período do meu doutorado ao ler as teses de Marx sobre Feuerbach. Só então pude constatar a influência do idealismo na minha concepção de mundo e compreender, através da leitura de Labicá (1990)<sup>3</sup>, que “o cansaço do idealismo nos priva da sensualidade do mundo”, o que se materializou na busca pela possível superação do domínio do mundo das ideias para adentrar no mundo da prática. E desta prática eu sabia bem, pois a experiência de estudar e trabalhar mostrava-se um grande desafio. Após oito horas de trabalho, frequentava um curso noturno para superar limitações tanto do ensino, quanto pessoal.

Ao longo do curso, a dimensão política foi sendo enriquecida pelos grandes acontecimentos políticos: as greves do ABC e a luta pela anistia. Participando ativamente do movimento estudantil

3 LABICÁ, Georges. As Teses sobre Feuerbach, de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

contra os abusivos aumentos das mensalidades, e pela melhoria da qualidade de ensino, deparei-me com a relação entre Estado e sociedade.

Disciplinas como Antropologia, Administração em Serviço Social, Política Social e Economia contribuíram para o desdobramento da minha percepção das contradições sociais e do peso específico das classes, sem ainda estabelecer um nexo entre elas e o Serviço Social, pois a recorrência aos clássicos nunca foi uma proposta de ensino.

Entretanto, como o imperativo das especializações do “mundo do trabalho” que fragmenta a visão de totalidade social atingia também a profissão, tive que escolher um tema entre as áreas de saúde e educação. Optei pela disciplina de Habilitação em Serviço Social Educacional sob as orientações do prof. José Pinheiro Cortês e, com a colaboração do Prof. Antonio Reis Villalobos, com quem pude apreender um pouco da história da educação na Grécia, e a importância de Aristóteles e Hegel, elaborei o Trabalho de Conclusão de Curso: Alternativas de Ação para o Serviço Social Escolar, em 1982<sup>4</sup>.

Após três anos voltei à vida acadêmica com uma série de indagações que não haviam sido satisfatoriamente resolvidas. Desde quando conclui a Graduação, até minha entrada no Mestrado, em 1985, ampliei meus conhecimentos sobre o Serviço Social. As leituras de Marilda Vilela Yamamoto e Raul de Carvalho “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” (1982), de extração marxista, bem como a obra de Faleiros “A Política Social do Estado Capitalista” (1983) e a de Manrique Castro “História do Serviço Social na América Latina” carregavam um viés analítico totalmente novo para mim, que até então mal havia compreendido as “leis da dialética” propostas pelo marxismo vulgar.

Instigada por tais leituras, matriculei-me num curso de especialização *lato sensu* em 1984. Não me foi possível terminá-lo já que, ao mesmo tempo, procurava me inserir no mercado de trabalho em Ribeirão Preto, que já àquela altura oferecia poucas chances:

4 Este trabalho foi realizado em conjunto com Cristina Hisília Pedrassi, colega do Curso de Graduação.

a renda concentrada ao redor dos grandes monopólios da cana-de-açúcar, de enorme capacidade de articulação política, gerava na região um anacronismo econômico-cultural.

Em busca de novos horizontes, prestei um exame de seleção e me classifiquei para trabalhar na Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, em outubro de 1984. Foi de suma importância o trabalho desenvolvido com posseiros do Vale da Ribeira: os “problemas da terra” fluíram desprovidos das constantes mistificações de ordem ídeopolítica promovidas pela burguesia e seus meios de comunicação. Ficou clara a origem da miséria daqueles trabalhadores: a exploração capitalista. Ali, desenvolvemos projetos de intervenção visando garantir o avanço ao direito e a ampliação da democracia.

Engajei-me também na luta pelas eleições presidenciais diretas (1983-1984) e pude posteriormente compreender os principais elementos políticos constitutivos da “Nova República” e sua relação com a ditadura militar.

### **Mestrado: algumas notas necessárias**

A percepção de meus limites teóricos levou-me ao mestrado da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), em 1985. Foi nesse período que tomei contato pela primeira vez com as obras de Karl Marx, ao mesmo tempo em que descobri as fragilidades teórico-políticas de meu arcabouço intelectual. As diversas leituras e interpretações do marxismo gerou um leque de incorporações teóricas que só vão adquirir gravitação com minha entrada no quadro de professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa (1989), que ocorreu paralelamente à dissertação de mestrado.

Dada a importância que as relações de poder e saber assumiram no Serviço Social, julguei necessário a problematização da prática do assistente social nas estruturas institucionais. Apreendendo o significado da presença da burla das normas como expressão de uma prática que ora fortalece e reifica uma ação, ora abre espaços para uma prática “mais comprometida” com os

interesses da população, concluí mais uma etapa do meu processo de formação sem, contudo, ter esgotado minhas preocupações com a relação entre teoria e prática.

Esse eixo, que já vinha sendo delineado desde a Graduação, se explicitou de forma mais conclusiva na elaboração de um trabalho, no qual a apropriação do instrumental de análise marxiana já havia sido efetivada, embora ainda marcada pelos limites de meu referencial.

O objetivo do título, *A Ação do Assistente Social como Conduta Desviante nas Instituições* (1990), era evocar, por um lado, o peso significativo das estruturas sociais e sua autonomia relativa, e, por outro, assinalar para a problematização das funções do assistente social e de sua visão política das classes sociais.

### **Doutorado**

Nos primeiros anos da década de 1990 qualificava-me para ingressar na Pós-graduação da PUC-SP, na qual retomava, numa angulação completamente diversa das experiências anteriores, o movimento socialista, priorizando o debate da reforma e da revolução.

Os motivos que me levaram à escolha desse objeto de estudo foram de natureza subjetiva e objetiva. Subjetiva não só porque retomava valores e motivos que negavam todas as formas de reformismo, mas, também, porque aspirava a um conhecimento crítico da ação política dos assistentes sociais, voltado para a transformação social (ainda que sobre os reflexos do marxismo vulgar e do estruturalismo althusseriano). Objetiva, porque as condições sob as quais me encontrava desde 1989, como professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa e de bolsista da Capes, viabilizaram a realização deste estudo.

Como vimos, minha experiência intelectual e política não começa em 1990. Todavia, posso afirmar que, naquele ano, iniciei uma inflexão teórico-política propiciada pelo encontro com um dos mais renomados estudiosos brasileiros de Marx: o Professor José Paulo Netto.



Tanto como aluna regular dos seus cursos sobre o Método em Marx, quanto no de Teoria Sociológica (dos quais fui, por mais de uma vez, ouvinte), o contato estreito com grande parte da obra de Marx teve um impacto determinante sobre mim. Despertou minha consciência sobre o significado do conhecimento dos processos histórico-sociais e desvelou o sentido político dos desafios das transformações societárias, elevando-o a um patamar superior.

Como mestranda da PUC-SP tomei contato com a tradição marxista. Cabe ressaltar que os cursos de Octavio Ianni e Florestan Fernandes, aliados ao anarquismo consequente de Maurício Tragtenberg me forneceram uma mais estreita aproximação aos fundamentos teóricos do marxismo e do anarquismo. Tais contribuições me possibilitaram disputar uma concorrida vaga de professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná.

Se a vivência nesta cidade promoveu, por um lado, o encontro com professores inquietos e empenhados em discutir o papel da universidade e a política educacional do Estado, por outro, ela possibilitou novas experiências e conhecimentos que me impulsionaram a repensar minhas opções, na teórica e na prática.

Ao mesmo tempo, colaboraram neste movimento as disciplinas que ministrei, através da reflexão sobre os papéis dos sujeitos no processo de constituição da sociedade e o peso das lutas levadas a cabo pelas classes trabalhadoras por conquistas democráticas.

Tais objetivações me levaram a compreender que o espaço da universidade e o papel do professor não se esgotam na sala de aula e que os espaços institucionais são amplos e plurais. Nesse processo de objetivação/subjetivação, participei de instâncias outras que me revelaram a discussão sobre projetos de formação profissional, projetos de universidade para a definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão. A este movimento associou-se o desafio de incluir nesse debate uma visão macroscópica da sociedade, ou seja, a sua dimensão estrutural.

Os desdobramentos desta apropriação nas atividades acadêmicas foram minha participação na Comissão do Colegiado de Curso

que, como instância pedagógica, permitiu-me a reflexão sobre diversos aspectos: tanto a demanda de mercado, com suas implicações no confronto entre capital e trabalho, quanto o perfil do profissional que se pretendia formar.

Aliado a tal, desempenhei a função de chefe-adjunta do Departamento de Serviço Social, órgão administrativo e deliberativo, responsável por encaminhar e viabilizar as prioridades definidas pelo Colegiado para um constante aperfeiçoamento do ensino.

Ressalto ainda minha passagem pela Extensão, espaço que me permitiu discutir, pela primeira vez, a dicotomia entre intervenção e investigação e compreender a necessidade de superação de uma concepção de extensão universitária, como prestadora de serviços e pesquisa.

A prática política também permitiu minha compreensão da necessidade de articulação política em torno das lutas sindicais, unindo-me ao movimento de professores que fundaram o Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Superior de Ponta Grossa (SINTESPO) em 1990. Como membro da diretoria, assumi como bandeiras de luta a defesa das demandas específicas e corporativas da categoria; a educação pública, gratuita, laica e de qualidade e a necessidade de filiação ao Andes Sindicato Nacional.

As dificuldades apresentadas pela conjuntura e expressas na política do então Governo Álvaro Dias (1987-1991) logo revelariam os estreitos limites das ações políticas realizadas pelo grupo dirigente mediante práticas, na maioria das vezes, espontaneístas. Os problemas desse tipo de luta coletiva me permitiram aquilatar a fragilidade teórica do movimento, o que me levou a fazer a opção por buscar no trabalho intelectual a qualificação necessária, a primeira condição, para transpor esses limites.

Assim, entre as possibilidades que se me apresentavam, tanto intelectuais quanto materiais, optei por participar como ouvinte no curso “O método em Marx” ministrado pelo professor José Paulo Netto, tendo como finalidade preparar-me para ingressar no doutorado na PUC-SP, como também reunir subsídios que me permitissem aprofundar meus conhecimentos sobre a teoria social marxiana.

Ao final do segundo semestre de 1991 apresentei um projeto de pesquisa vinculado à minha experiência na docência, ministrando a disciplina de políticas sociais, sob o título *Assistência, Cidadania, Legitimação: análise do substrato econômico da política social de assistência*, o que garantiu minha inserção no Doutorado da PUC-SP.

Aliada ao conhecimento que o contato com as fontes originais da obra marxiana me proporcionou, a formulação da problemática contida neste projeto fez emergir novas aspirações que requisitaram maior amadurecimento teórico, sobretudo no que concerne aos valores ídeo-políticos. Esse esforço aproximou-me de novas questões que me instigaram a fazer um giro sobre o objeto proposto e a mudar a direção de minha pesquisa.

Afinal, a necessidade de conhecer a constituição das políticas sociais à luz do movimento internacional dos trabalhadores, suas vitórias e derrotas, suas estratégias e táticas, suas reformas e revoluções, levou-me à conclusão de era preciso entender, como afirmou Florestan Fernandes, “a história dos homens, o modo como eles produzem socialmente a sua vida, ligando-se ou opondo-se uns aos outros, de acordo com sua posição nas relações de produção, na sociedade e no Estado, e gerando, assim, os eventos e processos históricos que evidenciam como a produção, a sociedade e o Estado se preservam ou se alteram ao longo do tempo” (Fernandes, 1989, p. 47).

Neste sentido, ao entender que a prática do Serviço Social é profundamente marcada por questões concretas como a acumulação capitalista, de um lado, e a exploração do trabalho de outro e, constatando as transformações da realidade social global, particularmente na América Latina, optei por um projeto de pesquisa em nível de doutoramento que contemplasse o sempre pungente tema sobre reforma e revolução.

Na entrada dos anos 1990 o caráter reformista de grande parte dos movimentos contestatórios brasileiros e de muitas práticas profissionais (particularmente daquelas que atuam na gestão

e/ou formulação de políticas sociais, como é caso do assistente social) parecia-me essencialmente negativo.

Tais aproximações me possibilitaram a apropriação do verdadeiro sentido de reformas progressistas e sua função para a ampliação da universalização de direitos políticos e sociais e, mais substancial, seus intransponíveis limites dentro da ordem do capital. Na verdade, a compreensão histórica desse debate, no conjunto da transformação social, desbordava a análise econômico-política e as questões teórico-filosóficas para se inscrever no conjunto das práticas sociais.

Com o propósito de avançar nesta direção, integrei a 1ª turma do Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista (NEAM), vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, sob a coordenação de meu orientador, José Paulo Netto, e a participação dos professores doutores Evaldo Amaro Viera e Dilséa Adeodata Bonetti, com o objetivo central de promover o aprofundamento do legado marxiano e da tradição marxista.

Tratava-se de um espaço de reflexão e crítica da sociedade burguesa e suas incidências no Serviço Social. Buscava-se compreender o modo pelo qual a sociedade burguesa se rearticulava naquele final de século XX e, para isto, o núcleo centrou sua atenção no resgate crítico da tradição marxista. Propiciou aos seus integrantes o exercício contínuo da reflexão crítica e da intervenção, seja através dos fecundos debates internos resultantes das polêmicas suscitadas pelas leituras dirigidas, seja pelas participações em eventos realizados pela categoria profissional (ABESS-CEDEPSS, Comemoração aos 60 anos do Serviço Social - PUC-SP; criação e publicação do primeiro Caderno).

Considero que esta foi umas das mais enriquecedoras experiências coletivas que pude vivenciar. Se a socialização da reflexão teórica se constituía num princípio que movimentava o NEAM, a possibilidade de superar os equívocos de leituras solitárias, confrontar as ideias e apropriar-se de outras contribuições era, de fato, um privilégio.

Em 1997, deixei de desfrutar tanto da companhia quanto das valiosas contribuições dos membros do NEAM, para continuar esse trabalho na UFRJ. José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho, no primeiro semestre de 1997, criaram na ESS uma segunda edição: CEPEN - Centro de Estudos e Pesquisas Marxistas.

Essa breve retrospectiva histórica fundou as bases para meu concurso em 1995 para uma vaga de professor assistente do Departamento de Fundamentos, da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Meu percurso, a ser desenvolvido no próximo item deste memorial, diz respeito à produção do conhecimento como docente da UFRJ. Pleno de intervalos obrigatórios, o itinerário percorrido recupera o movimento que produziu meus interesses intelectuais e objetos de pesquisa, buscando estabelecer os nexos entre a singularidade e a visão da totalidade da vida social.

### — ORIENTAR, ENSINAR E PESQUISAR... —

*Gostaríamos de multiplicar o saber humano e difundir os conhecimentos existentes: mas não apenas pelo fato de que quanto mais se é instruído mais se é 'eficiente' na produção, mas sim também porque o saber é um valor autônomo que não tem necessidade de ser justificado, um valor que vale a pena conquistar por ele mesmo, que quase sempre torna o homem melhor e mais feliz.*

KOLAKOWSKI, 1967, P. 75<sup>5</sup>

Com o Doutorado em curso (e concluído em maio de 1998), iniciei em fevereiro de 1996 a docência na Escola de Serviço Social da UFRJ, tendo desempenhado inúmeras atividades. Desde atividades na Graduação, comissões de trabalho, chefia (Substituta Eventual do Departamento) e administração (Coordenação do Curso de Especialização em Políticas Sociais na Pós-graduação).

5 KOLAKOWSKI, L. Sobre a justeza do princípio: o fim justifica os meios. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Entre o primeiro semestre de 1996 e o segundo de 1999, transitei por disciplinas específicas de Fundamentos do Serviço Social (I, II, III e IV) e pela Metodologia Aplicada. Vale registrar que, em face do caráter de acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos alunos nos campos de estágio da disciplina de Metodologia Aplicada, me senti motivada a integrar a Comissão Interdepartamental de Metodologia Aplicada (CIMA).

Assim, entre os anos de 1998 e 2001, promovemos reuniões com os professores a fim de sistematizar as reais condições (objetivas e subjetivas) do ensino de Metodologia Aplicada e Seminário e de Prática, contribuindo assim para as discussões sobre a Política de Estágio e Revisão Curricular que se processavam tanto no interior da unidade quanto na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Dessa atividade resultou em um relatório encaminhado para a Coordenação de Estágio. Cabe registrar que neste período (2000-2002), assumi a função de Substituta Eventual da Chefia de Departamento.

Ainda no campo do ensino da Graduação, no primeiro semestre de 2001, fui designada pelo colegiado do departamento para assumir a disciplina de Teoria Social e Serviço Social, até então ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Marilda Iamamoto, cujo protagonismo na introdução de uma compreensão do Serviço Social como profissão historicamente situada e configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho foi decisivo para o processo de formação profissional. Assim, ocupar a vaga deixada pela professora não foi uma tarefa fácil. Porém, após avaliar se o acúmulo adquirido durante meu doutorado, especialmente minha participação como aluna regular (e depois como ouvinte) do curso O Método em Marx, seria suficiente, concluí que deveria encarar como um desafio mais esta experiência de ensino. Afinal, eu era uma professora experiente, tendo acumulado sete anos de docência e dez na pesquisa.

Incluí também as leituras das obras de Marx para aprofundar meu conhecimento sobre a categoria revolução, objeto da minha

tese. Aliás, há de se destacar que já havia publicado um artigo, *Práxis e Revolução: Marx (1844-1847)* na Revista Serviço Social & Sociedade - Cortez Editora, 1994. Julguei que com este acúmulo eu estivesse preparada para enfrentar um dos que hoje considero o maior desafio da docência: despertar no aluno o interesse pela Teoria Social de Marx. Tratava-se agora de rever o meu método de exposição e, como constatei posteriormente, as influências derivadas desse processo me levaram a uma maior apreensão do papel do professor e do pesquisador.

Com a implantação do novo currículo, fruto de amplas discussões sobre os princípios norteadores que configuram o perfil profissional, fui designada pelo colegiado do departamento para ministrar a disciplina Questão Social no Brasil, a partir de 2003. Foi aí que se apresentou o segundo grande desafio: inaugurar o ensino de uma disciplina, entendida como o objeto do Serviço Social. Contudo, tal desafio me permitiu unir as reflexões mais importantes da minha vida: a dimensão política do Serviço Social e o movimento socialista.

Deveras, na tese de doutorado eu já havia compreendido que, no Serviço Social, o fato de seus agentes se pensarem como interventores isentos de compromissos com interesses de classes ou grupos sociais determinados não tornava a sua prática um processo “superior” e “livre” daqueles compromissos. E por uma razão primária: o espaço profissional do Serviço Social, sendo circunscrito pela chamada questão social, impunha, independentemente da própria consciência e vontade dos assistentes sociais, um selo político ao seu fazer.

Ministrei a disciplina Questão Social no Brasil por diversos semestres consecutivos nos períodos diurno e noturno. A partir de 2012-1, após retornar do pós-doutorado em Portugal, voltei a ser responsável pela disciplina na turma do diurno, juntamente com as disciplinas de Serviço Social IV no noturno.

Em 2012-2, incorporei sua expressão tanto nas disciplinas eletivas da pós-graduação: Tratados Internacionais, Circulação

da Força de Trabalho e Questão Social - ministrada em parceria com o Prof. Elídio Alexandre Borges Marques, do Instituto de Relações Internacionais - quanto nos Núcleos Temáticos (I e II) de Fundamentos da graduação, ambas previstas no currículo. Nelas, priorizei a migração.

Pode-se destacar, ainda, a valiosa contribuição para o aperfeiçoamento do conteúdo desta disciplina, a participação, em 2003-2004, na Comissão para Análise das Disciplinas do Novo Currículo, sob a responsabilidade do Departamento de Fundamentos. O amplo debate sobre as diretrizes emanadas da Resolução CEG-CEPEG 1/99, que substituiu o regime de crédito pelo de carga horária e instituiu o período letivo de 20 semanas, foi fundamental para estabelecer um fio condutor nas disciplinas obrigatórias e adensar o debate na unidade.

A partir de 2000 a experiência docente foi alargada para a Pós-graduação. Entre 2000 e 2003 realizei atividades de orientação acadêmica de quatro alunos do Mestrado (em função do processo de reformulação dos critérios para entrada de professores no programa).

Ministrei também disciplinas optativas no campo dos Tópicos Especiais em Serviço Social e em Seminário de Tese. Foram, contudo, as orientações de pesquisa para as dissertações de Mestrado, Doutorado e Monografias (pós-graduação *lato sensu*) conjugadas à nossa participação em bancas, que respondem por minha atuação, no âmbito da Pós-graduação.

Por outro lado, meu trabalho na Coordenação do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* 2006-2010 e do Curso de Especialização, Formulação e Gestão de Políticas Sociais em Seguridade Social<sup>6</sup>, acompanhada da parceria com a Prof.<sup>a</sup> Yolanda Guerra na gestão do programa de pós-graduação, possibilitou-me um grande aprendizado. Na função, não só me dediquei às questões pertinentes ao curso, mas também realizei diversas atividades e integrei

6 No ano de 2005, por iniciativa do então coordenador do Curso Prof. Eduardo Mourão Vasconcelos, foi constituída uma comissão de trabalho composta por professores dos três Departamentos. Com o objetivo de criar um Curso de Especialização voltado para os assistentes sociais que trabalham na gestão de políticas públicas, esta comissão contou com a participação, em momentos diferenciados, de vários professores. Portanto, sua formulação, implantação e acompanhamento foi fruto do trabalho coletivo. A partir de 2008, a Coordenação do curso foi partilhada com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alejandra Pastorini. Não poderia deixar de registrar os esforços empreendidos pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ludmila Fontenele Cavalcanti, especialmente para a implantação desse curso.



várias Comissões que me aproximaram dos desafios da construção, aperfeiçoamento e consolidação de princípios, preceitos, normas e regulamentos desse nível de ensino. Colaborei para a formulação de critérios de avaliação dos pares para o ingresso no Programa.

Os anos que vão de 1996 a 2003, demarcam uma etapa de aproximações, inquietações, reflexões e de intensa participação política nas diversas instâncias da vida acadêmica, sindical e nas organizações políticas da categoria profissional. São experiências que ajudam a explicar a repercussão que tiveram na minha atividade teórica e prática.

Cabe aqui destacar três: a) a representação docente na Congregação das classes dos Adjuntos e Associados, para a qual fui sistematicamente eleita, desde os anos 2002, o que expressa o reconhecimento e legitimidade atribuída pelos meus pares; b) o reconhecimento do meu trabalho como orientadora se expressa nas inúmeras indicações de orientandos de iniciação científica para a segunda fase; c) na Menção Honrosa concedida pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PR2 da UFRJ à aluna de Iniciação Científica Kelly Aline Barbosa Ribeiro pela pesquisa que desenvolveu em 2006 e no reconhecimento pelo meu trabalho como professora que se manifesta na homenagem que recebi dos meus alunos em 2010.

A concepção de universidade como uma instituição autônoma e referenciada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a extensão com a qual ingressei na carreira docente da UFRJ me levou, a partir do segundo semestre de 1996, a desenvolver atividades de Extensão junto ao Centro de Educação para a Cidadania. Projeto coordenado pela Prof<sup>a</sup> Amarita Valério Lages, cujo objetivo central era discutir os problemas da exclusão da cidadania na realidade social brasileira e as formas de inserção da Escola de Serviço Social da UFRJ nesta problemática. Nele permaneci até o final de 1999.

Ainda em 1998, a convite da Prof<sup>a</sup> Maria Helena Rauta assumi, juntamente com ela e o Prof. Ivo Lesbaupin, a coordenação do

LOCUSS (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Poder Local, Políticas Sociais e Serviço Social). Neste espaço participamos da concepção, formulação e implementação do conjunto de atividades de pesquisa e extensão ali desenvolvidas<sup>7</sup> e que tiveram alcance nacional através dos núcleos associados. Todas estas atividades conjugavam a integração entre alunos de graduação e pós-graduação, uma vez que partilhávamos da premissa de que socializamos conhecimentos, e não serviços.

É importante frisar que esta participação coletiva<sup>8</sup> no projeto Direito ao Trabalho e Políticas Urbanas no Município do Rio de Janeiro deu origem ao subprojeto de pesquisa *A reforma do governo FHC - sua repercussão no sistema previdenciário e impactos na vida urbana* deram-me as condições objetivas para a solicitação de cotas de bolsas de Iniciação Científica (IC) nos editais anuais da UFRJ/CNPq e na Faperj.

Esta iniciativa abriu então uma nova possibilidade: ampliar e aprofundar o conhecimento teórico sobre as contrarreformas que estavam em curso no país. As reformas que estudei no doutorado constituíram-se no fio condutor das escolhas dos temas e dos objetos que abracei. A concessão de uma bolsa de apoio técnico pela Faperj e outras de iniciação científica e de recursos para aquisição de material não apenas inauguraram minha entrada nas agências de fomento, mas, sobretudo, possibilitaram a sistematização do material necessário para o desenvolvimento da pesquisa, que foi concluída em 2002.

O ensaio *A Seguridade Social e a esfera dos serviços: notas para debate*, publicado neste mesmo ano na Revista Universidade e Sociedade (Andes) foi fruto desse estudo. Ele explicita a relação entre produção acadêmica e militância política dada minha inserção no Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria do Andes-Sn, na Adufrj-SSind. Tal ensaio deu-me a confiança necessária para avançar na compreensão de outras determinações do objeto.

7 a) Rede DATALOCUSS (Rede de Pesquisa sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social em dezembro de 1999) projetos de extensão Pró-MST; Regularização fundiária na Rocinha, c) pesquisas voltadas para os movimentos sociais como, por exemplo, os projeto de pesquisa Democracia Direta, Políticas Públicas e Reestruturação produtiva da Cidade, Direito ao Trabalho e Políticas Urbanas no Município do Rio de Janeiro etc., e organização de eventos tais como: I e II Colóquios Brasil-Uruguai, 2005, Universidade e Movimentos Sociais, 2006, IV Quintas urbanas, 2007 e o Encontro de Pesquisadores: A contrarreforma da seguridade social no Brasil e o Serviço Social, 2007.

8 Nestes anos, os professores que compunham a equipe eram: Alejandra Pastorini, Angela Hygino, Gabriela Lema Icassuriaga, Luís Acosta, Carlos Montaña e Maristela Dal Moro.

Pesquisar as contrarreformas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington e empreendidas pelo governo FHC num contexto em que a mercantilização da educação e da previdência avançavam celeremente e mostravam-se cada vez mais presentes nas medidas adotadas pelo governo, exigiu a conclusão deste projeto, seguido por um outro: *Os impactos da reforma do Estado pelo governo FHC, na Seguridade Social: balanço e perspectivas atuais (2000-2002)*, que apontava para o processo de privatização dos serviços sociais públicos.

Dentro de uma lógica de continuidade, formulamos outro projeto ainda mais abrangente: “*Os Impactos da privatização e mercantilização da Seguridade Social: balanço e perspectivas do Comércio Mundial*”<sup>9</sup> que propunha uma reflexão em torno do papel dos organismos internacionais na seguridade social.

Para continuar desenvolvendo os enfoques mais apropriados para o tema, realizamos, de 2002 a 2010, estudos sobre comércio internacional de serviços e das mudanças operadas nas políticas sociais do Estado, especialmente, na seguridade social.

Esses projetos de caráter individual são decorrentes dos resultados obtidos nesses estudos que evidenciaram, entre outras coisas, a centralidade dos acordos internacionais dos organismos internacionais (BM, OMC e FMI) para a regulamentação da liberalização de serviços sociais e para a formulação de estratégias econômicas e políticas que dizem respeito aos movimentos organizados dos trabalhadores e movimentos populares.

Revelou-se que o processo de internacionalização dos serviços constitutivos da Seguridade Social, envolvendo estados nacionais, tem por objetivo converter as leis da produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista.

A hipótese-diretriz que norteou a pesquisa, no período de 2003-2010, está construída no entendimento de que os impactos da reforma do Estado pelo governo FHC, na Seguridade Social, indicam o processo de privatização dos serviços sociais públicos.

9 Este projeto contou com o apoio financeiro do CNPq, concretizado, em maio de 2009.

Nesse sentido, todas as investigações que desenvolvemos deste então assumiram o pressuposto de que a liberalização dos serviços proposta pelo Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS)<sup>10</sup>, além de servir de esteio para a globalização neoliberal - através das corporações transnacionais - promoveram negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio que colocaram à competição internacional os serviços públicos, constituindo-se numa ameaça ao processo de democratização da sociedade brasileira, incidindo diretamente sobre a universalização dos direitos sociais (a universalização dos direitos constitui-se em um dos ideários mais importantes do Serviço Social).

Este foco temático me levou a estudar a circulação da força de trabalho dos emigrados, tendo presente as principais contradições que caracterizam o capitalismo contemporâneo, analisadas no plano da economia política nos marcos dos acordos e tratados internacionais firmados após a II Guerra Mundial.

Privilegia-se o GATS, além dos acordos bilaterais entre Brasil e Portugal e a introdução do direito à livre circulação de pessoas ou de mão de obra, incluindo os mecanismos ídeo-políticos da proteção social, desde o Estado de Direito e a cidadania - eixo do projeto reformista (do reformismo justificador do neoliberalismo) - que vão desde as políticas sociais mais universais até as mais focalizadas.

É importante registrar que, na tradição marxista, o direito universal só se realiza através da negação dos privilégios. Dialecticamente, isto põe o estabelecimento das mediações entre o público e o privado através do exame das contradições capitalistas e na ampliação da cidadania. Foi neste processo profissional e intelectual que, em 2003, consolidei o grupo de pesquisa *Seguridade Social, Organismos Internacionais e Serviço Social (SOISS)*<sup>11</sup>.

10 É importante esclarecer que tanto nossa inserção, desde 2004, no quadro de professores da Pós-Graduação da ESS/UFRJ quanto nossa vinculação à Linha de Pesquisa "Políticas Sociais" visou contribuir para o fortalecimento e consolidação de análises sobre as lutas dos trabalhadores no âmbito da seguridade social através de uma abordagem histórico-crítica.

11 O SOISS se insere no Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social - LOCUSS/ESS e é composto, além da professora-pesquisadora da Escola de Serviço Social da UFRJ, por alunos da graduação e pós-graduação, assistentes sociais (vinculados ao mercado de trabalho) e pesquisadores com formação em outras áreas do conhecimento. A área temática é a relação histórica do movimento operário com os direitos sociais do trabalho que dependem do Estado e de suas funções extraeconômicas.

Partimos da hipótese segundo a qual as propostas dos organismos multilaterais, particularmente da OMC, são importantes na determinação de novas esferas de mercantilização para a reprodução e valorização do capital e da força de trabalho e, pois, relacionam-se à privatização mencionada.

Dessa hipótese, derivaram, numa primeira fase, três eixos centrais de estudo: a) aprofundar os estudos sobre economia política através do resgate da teoria do valor-trabalho da tradição marxista; b) estudar as propostas e orientações dos organismos internacionais em relação à reforma dos sistemas de seguridade social na América Latina; c) buscar os nexos entre comércio mundial, agências reguladoras e proteção social. Tais eixos foram seguidos na investigação, através das hipóteses secundárias construídas e verificadas ao longo da vigência do projeto. Destaco que, após o estágio inicial da pesquisa, realizamos uma avaliação dos resultados parciais alcançados no período de 2003 a 2005.

Os recursos recebidos para viabilizar o trabalho da equipe, garantindo seu aprofundamento e revisão dos objetos de estudos, contribuíram para a análise e sistematização dos dados parciais alcançados até 2005. Tal percurso exigiu o adensamento das prioridades que aprimoraram a metodologia de trabalho em equipe, ou seja, uma revisão que fortaleceu e ampliou a experiência de trabalhar com subáreas que foram expandidas de três para cinco e subdivididas em: 1) Teoria do valor-trabalho; 2) Seguridade Social e Serviço Social e o tripé: 3) Saúde, 4) Previdência e 5) Assistência.

Conforme já sinalizado, a mercantilização dos serviços e dos direitos sociais formam o núcleo central da investigação. Esta nucleação articulou as subáreas (com seus objetos variados) referenciadas na perspectiva teórico-metodológica da totalidade histórica da vida social.

Ao longo de 16 anos, o grupo de pesquisa reviu suas propostas pedagógicas (a partir do perfil dos alunos e de suas necessidades), estimulou o debate, incentivou discussões, ofereceu contatos com fontes credibilizadas, fomentou questionamentos de “verdades” estabelecidas; levantou dúvidas sobre algumas certezas

e contribuiu na formação dos pesquisadores. Integrou alunos de graduação, pós-graduação, egressos, além de estudiosos de outras áreas. Com esta iniciativa abria-se um fecundo espaço de interlocução entre graduação e pós-graduação (alguns deles se tornaram pesquisadores). Resultou daí a produção conjunta de comunicações, artigos e capítulos de livros.

Os recursos concedidos pela Faperj e CNPq, de 2005 a 2010 dinamizaram o debate intelectual, os recursos bibliográficos, sociais e institucionais que condicionaram o trabalho intelectual na universidade. Possibilitaram inúmeras comunicações apresentadas em encontros e congressos nacionais e internacionais (publicadas em anais), orientações de trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e doutorado nas JICT.

Desta difusão nacional, resultou, no segundo semestre de 2007, o convite da Coordenação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP - Franca, para ministrar o curso *Seguridade Social, Organismos Internacionais e Serviço Social no Capitalismo Contemporâneo*, para mestrandos e doutorandos em Serviço Social.

As atividades de pesquisa envolveram pessoas e instituições, sem as quais o trabalho não teria sido possível, especialmente meus colegas de Departamento de Fundamentos da ESS, que me concederam 8 meses para realizar o estágio pós-doutoral no Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedade (CIDEHUS) em Évora, Portugal, durante o período de janeiro a agosto de 2011. Sem o auxílio da Capes eu não teria tido condições adequadas para me aventurar no universo cultural de Portugal e adentrar no delicado tema da migração, tendo como referência a proposta de trabalho apresentada no âmbito do projeto “Os Direitos Fundamentais do Trabalho e os Tratados Internacionais: um estudo das demandas sociais dos trabalhadores brasileiros em Portugal”.

Durante esse período me concentrei no exame da situação dos trabalhadores brasileiros emigrados em Portugal, debruçando-me, mais particularmente, sobre suas demandas sociais, tendo como referências os Direitos Fundamentais do Trabalho e as implicações

do debate da livre circulação de trabalhadores, na proteção dos direitos humanos e nas liberdades fundamentais.

Também frequentei, em Lisboa, as reuniões do Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL), coordenado pelos professores Fernando Rosas e Raquel Varela.

Dessa participação resultaram três convites: o primeiro, para expor no seminário do grupo sobre a Teoria do Valor-Trabalho; o segundo, para me associar, como investigadora, ao Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL; o terceiro, para fazer parte da Associação Internacional Greves e Conflitos Sociais. Este só foi consolidado em 2013, após a realização do *Seminário Crises e Conflitos em Portugal* com a historiadora Raquel Varela, organizado pelo meu Grupo (SOISS) em parceria com o NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas) e o LEMA (Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauille).

Em 2012, recebi dela, também, o convite para escrever o texto *Imigração, Impostos e Capital* para a Revista Rubra (produzida por um coletivo de trabalhadores, estudantes e intelectuais). Em 2013, graças a outro convite seu, escrevi o artigo *Rendimento de facto mínimo? Estado, assistência e questão social*, que resultou no capítulo do livro que ela organizou e que foi publicado, nesse mesmo ano, pela Editora Bertrand em Lisboa.

Como se pode ver, minha volta ao Brasil se mostrava promissora. Em 2012, fui contemplada com uma “bolsa de produtividade em pesquisa”<sup>12</sup> pelo CNPq que resultou nas publicações, além das referidas no parágrafo anterior, de um artigo individual em revista magazine, um coletivo em revista indexada, dois capítulos de livros individuais e um coletivo. Além disso, veio o convite da coordenação do Programa de Pós-graduação da ESS, para organizar um livro em parceria com os Prof. Marildo Menegat e Ricardo Rezende Figueira. O intuito da proposta consistia justamente em priorizar a publicação de textos dos próprios organizadores, assim

12 O projeto Desafios da Liberdade do Trabalho no século XXI e os Limites da Integração: um estudo das políticas migratórias comparadas entre Brasil e Portugal, incorporava as questões apontadas no relatório final do estágio pós-doutoral apresentado à Capes em setembro de 2011. Porém, em face das inúmeras demandas acadêmicas, optei por não apresentar a pedido de renovação da bolsa ao CNPq.

como de trabalhos de alunos do programa que tivessem sido seus orientandos, tendo como eixo condutor as políticas públicas.

Paralelamente ao trabalho na pesquisa, empenhamo-nos junto à equipe na organização do seminário “Migração e Serviço Social: Política de Migração, Tráfico de Pessoas e Demandas Sociais”, realizado em novembro de 2013 na ESS/UFRJ. Em 2014, aceitei novamente o convite da Prof<sup>a</sup> Raquel Varela para integrar a comissão organizadora do seminário internacional “Migração e Mobilidade do Trabalho: Questões Demográficas e Laborais” na UNL.

Neste mesmo ano, com a criação do *Observatório para as condições de vida: estudo transdisciplinar do trabalho, saúde, educação, habitação, estado social, segurança social e dinâmica de populações* do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC-FCSH/UNL), passei a integrá-lo como membro colaborador.

Finalmente, para concluir este item, que também engloba o período de vigência da bolsa, gostaríamos de fazer um breve balanço dos resultados da pesquisa, destacando primeiramente este período sobre o qual recaem, com maior peso, as exigências de publicações (em determinados veículos nem sempre acessíveis a todos), orientações e apresentações de comunicações e resultados da pesquisa.

No que diz respeito à Orientação de IC obtivemos os seguintes resultados: orientei 13 alunos de IC, sendo dois bolsistas. Deste total, 14 alunos que participavam da pesquisa foram orientados para JIC, somando oito trabalhos apresentados nas JIC e quatorze em Encontros e Congressos. Também orientamos quatro alunos da graduação (TCC) e dois da pós-graduação.

Portanto, o período de 2001 a 2016 abarca, no âmbito da pesquisa, um total de 72 alunos de IC, sendo 22 bolsistas e 50 voluntários e 15 pesquisadores associados. Tivemos 39 trabalhos apresentados nas JIC e 60 em Encontros e Congressos. A orientação de 29 monografias (TCC), quatro dissertações de mestrados, cinco teses de doutorado, sendo uma de coorientação, além de



uma monografia de especialização. Este número, somado às orientações de IC, contabiliza meu desempenho nesta atividade.

Entendo que a retrospectiva histórica dessas atividades revela o investimento que a formação de pesquisadores, especialmente dos alunos da graduação, assumiu na minha trajetória acadêmica, o que considero positivo, pois além de fortalecer as orientações das diretrizes curriculares da Abepss, favorecendo a formação de profissionais com experiência em pesquisa, também propiciou a interlocução da migração com os direitos humanos e do trabalho, ampliando assim o escopo da investigação proposta pela equipe. Pode-se dizer que essa interlocução contribuiu de maneira decisiva para o nosso diálogo com o Serviço Social, norteando vários temas de pesquisa.

Os exemplos mais salientes desta interlocução são as monografias de TCC de Juliana Puga de Aquino, intitulado *Migração e Serviço Social: entre o conservadorismo e a consolidação dos direitos democráticos* e de Gleice Erbas da Silva, *Migração e Assistência Social: uma aproximação à política de enfrentamento ao tráfico de pessoas na secretaria de estado de assistência social e direitos humanos*. Ambas deram continuidade ao estudo do tema durante o mestrado.

Esta interlocução também se manifesta através do convite que recebi em 2015, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para escrever sobre migração. O texto compôs o Caderno 5 denominado *XENOFOBIA* da Série *Assistente Social no Combate ao Preconceito*.

Tal texto me permitiu socializar as informações e conhecimento adquiridos ao longo desses anos de estudo. Reforçar a compreensão de que desde os anos de 1990, os referenciais teórico-metodológicos do Serviço Social assentam-se numa perspectiva crítica, o que garante uma aproximação com a Economia Política, que são bases compatíveis com os valores defendidos pelo Projeto Ético-Político.

Com isso, penso ter proporcionado uma leitura crítica sobre a discriminação que migrantes e refugiados sofrem pelos preconceitos de classe e etnia. A xenofobia é apenas a aparência que esta ordem social reproduz. Ao naturalizar as mais variadas formas de discriminação, esta mesma ordem naturaliza as manifestações da exploração capitalista.

— OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE  
EM DIREÇÃO À  
TOTALIDADE DA PRÁTICA SOCIAL —

*Novas margens nos esperam, novas batalhas trava-  
remos. Mas sabemos que no combate novos amigos  
acharemos. E se a derrota vier a nossa vida colher,  
saberemos morrer fiéis à ideia que nos fez viver.*

EXTRATO DAS PALAVRAS DE DESPEDIDAS - O "ADEUS" -  
DA REDAÇÃO DA GAZETA RENANA À KARL MARX, NO ÚLTIMO  
NÚMERO, PUBLICADO EM 31 DE MARÇO DE 1843.

LÁPINE, 1983, P. 132<sup>13</sup>

O percurso que fiz desde que assumi a docência está relacionado às minhas escolhas pessoais, a partir das condições sócio-históricas que explicam os acertos e os “fracassos” do trânsito percorrido e das transformações operadas no tempo e no espaço. Foram as frequentes perguntas (nas quais reside a substância criadora) resultantes desse processo que me conduziram para o espaço da política, na busca das mediações entre o singular e universal tal como me ensinaram as leituras de Lukács. É sobre o itinerário percorrido na UFRJ que finalizo este memorial.

Minha entrada na UFRJ deu-se num contexto de mudanças profundas no cenário nacional do primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que não só consolidou o Plano Real como adotou o ideário neoliberal, implementando as orientações

13 LÁPINE, Nikolai. O Jovem Marx. Lisboa: Caminho, 1983.

do Banco Mundial através das contrarreformas do Estado brasileiro (Estado mínimo e privatização dos direitos sociais).

Essa agenda de mudanças, preconizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), incluía a reestruturação das universidades da América Latina e Caribe através da redução das dotações orçamentárias públicas às instituições de ensino superior; a privatização das empresas estatais, a criação das agências regulatórias e a mudança da legislação que rege o funcionalismo público, bem como a introdução de programas de transferência de renda.

Na contramão desse projeto, em novembro de 1996 a Abess (que neste ano passou a ser denominada Abepss - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), realizava na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a Convenção Nacional, que resultou na aprovação do documento “Proposta básica para o projeto de formação profissional”, consolidando as diretrizes curriculares para a formação profissional. Sua aprovação derivou de um rico debate que expressou o acúmulo e maturidade do Serviço Social brasileiro.

As diretrizes norteadoras desse projeto se desdobraram no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, na Lei da Regulamentação da Profissão do Serviço Social e na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, com o objetivo nuclear de buscar: a) a superação dos limites (politicismo, teorismo e tecnicismo presentes na formação) do currículo de 1982b) garantir maior relevância da intervenção (prática) - eleição do trabalho como eixo privilegiado da organização curricular: o trabalho é a categoria central para se entender a constituição da vida social e da profissão.

Se nas duas décadas anteriores o Serviço Social havia dado um salto qualitativo em sua autoqualificação, garantindo a expansão do acervo bibliográfico, das produções científicas e publicações do Serviço Social, os anos 90 possibilitaram a categoria alcançar maior expressão com pesquisadores reconhecidos pelas agências

de fomento. O debate em torno das políticas públicas se adensou e fortaleceu o seu autorreconhecimento.

Minha participação nesta Convenção foi o ponto de partida para a militância na entidade. Desde então fui representante da Escola nas gestões de (1998-2006) na ABEPSS. Ingressei como representante da pós-graduação da Escola de Serviço Social/UFRJ na região Leste (gestão 1998-2000); Representante da Escola de Serviço Social - Abepss/Leste (gestão 2005-2006); Vice-presidente Regional/Leste - (gestão 2006-2008) e Coordenadora da Pós-Graduação - ABEPSS/Leste (gestão 2009-2010).

Do ponto de vista acadêmico, essa experiência foi muito importante, pois me possibilitou o contato com a categoria profissional que participava dos Cursos de Extensão para Capacitação Profissional dos Supervisores oferecidos pela Coordenação de Estágio da Escola e dos quais participei em diversas edições, ministrando aulas sobre as novas diretrizes curriculares e a intervenção profissional.

Além disso, foi gratificante, pois contribuiu para a definição dos eixos da pesquisa que foram contemplados nas Jornadas de Iniciação Científica e comunicações orais apresentadas em encontros e congressos da categoria profissional.

Essa experiência me abriu a oportunidade de publicar dois ensaios: *Os Impactos da Abertura Comercial sobre o Sistema de Proteção Social no Brasil: desafios contemporâneos para a categoria profissional*, Temporalis (Brasília, 2010) e *As Diretrizes Curriculares da ABEPSS: desafios atuais da supervisão para a concretização do perfil profissional*, Serviço Social & Saúde (UNICAMP, 2011).

As inúmeras atividades desenvolvidas nesta entidade associada à nossa participação na Adufrj-SSind forneceram os substratos ideológicos que marcaram a evolução do meu pensamento político e acadêmico. Porém, foram nas funções de representante de unidade no Conselho da Adufrj-SSind, coordenadora do Grupo de Trabalho de Seguridade Social (1999/2001) e diretora (1999-2003) que a constituição do meu pensamento político se tornou mais

sólido. Contudo, o alcance da compreensão dos limites da organização sindical não me livrou de ações principistas, tampouco do messianismo revolucionário e do utopismo radical.

Nossa participação no debate, tanto da construção da pauta de reivindicações quanto na primeira reformulação das propostas ao Caderno 2 do Andes para a Universidade Brasileira, construído “a partir das discussões que professores do ensino superior realizam em todo país, desde 1981, em simpósios, reuniões, congressos internos e assembleias sobre a reestruturação da universidade”, revelava-me um quadro cultural que ultrapassava o conhecimento acumulado e conduzia ao convívio com os conflitos de diferenças agudizadas pelas propostas do governo de remuneração por produtividade.

Os debates acerca do produtivismo docente fortaleceram a defesa de um sistema de avaliação docente regido por princípios acadêmicos. Tal defesa também constava no programa do futuro reitor da UFRJ Aloisio Teixeira (2003-2011), comprometendo-se a estimular “o Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa a adotar sistemática de acompanhamento e avaliação da pesquisa, complementar à que já é realizada pelas agências de fomento, de modo a que UFRJ possa perseguir a melhoria contínua de nossas atividades; esta sistemática deve superar o “produtivismo” dos mecanismos existentes e levar em conta a relevância dos projetos, sua importância para o conjunto das atividades acadêmicas e os benefícios deles decorrentes para a instituição e para a sociedade”.

Com efeito, estou convencida de que, entre o governo FHC e o Governo Lula, o protagonismo docente foi essencial para retardar as medidas neoliberais que visavam desmontar as universidades públicas e gratuitas. No âmbito da UFRJ, a luta interna que irrompia contra o reitor-interventor Vilhena está entre aquelas que considero uma de minhas maiores experiências de intervenção política.

Em 2003, após duas gestões na Adufrj-SSind, a pesquisa assumiu posição privilegiada na minha vida acadêmica, o que não



significou deixar de participar das instâncias decisórias do Sindicato. Entretanto, em face das demandas apresentadas pela conjuntura, aceitei o desafio de assumir uma nova gestão no período 2013-2015. Paralelamente, voltei minha atenção para a formação profissional em função do debate sobre o novo currículo, conforme mencionei anteriormente.

Foi este, em suma, o caminho por mim percorrido: foram anos de intensa fruição, de constante busca para a construção do conhecimento. Afinal, ainda pulsa em mim a mesma sensibilidade com a qual eu escrevi no texto *Práxis e Revolução: Marx (1844-1847)* em 1995: *o trabalhador social problematizador tem de ampliar constantemente seu leque referencial, tanto na teoria quanto na prática, para enriquecer seu conteúdo humano e sua atividade profissional. É uma senda penosa, não livre de sinuosidades traiçoeiras, emboscadas e escoriações. Mas, convenhamos: ninguém chega incólume ao conhecimento.*



# ROGÉRIO LUSTOSA BASTOS



## **Incêndio nas Flores**

*Rogério Lustosa Bastos*

Ser cindido  
Como cindida é a multidão;  
Destroçar a inocência  
E o laço com o outro,  
Em prol do ultraindividualismo.  
incêndio nas flores!

Desempregado se joga  
De prédio incitado por massa:  
“Pula! Pula!”  
Armas biológicas,  
Destroem humanos,  
Conservam  
Propriedade privada...

Apedrejar  
Rosa querendo se erguer;  
Dizer que o bisturi é faca,  
A faca é bisturi,  
Negando que é o homem  
Que faz sangrar.

Rubricar  
“Moral” do Uber e do Google,  
Pois entre o mendigo e o rico,  
O carro autônomo matará o primeiro...  
Traça silenciosa no coração humano,  
Incêndio nas flores!





**ROGÉRIO LUSTOSA BASTOS**

AGOSTO DE 2017

*Transformar sonhos  
impossíveis em possíveis*

— GRADUAÇÃO: UMA BASE  
VITAL PARA CARREIRA —

“Ai dos homens que não lutam para transformar seus sonhos impossíveis em possíveis”. Esta frase de Paulo Freire, retirada de meu caderno de anotações,<sup>14</sup> se misturava à minha roupa, meus livros, meu corpo, no instante em que desembarquei no Rio de Janeiro vindo de uma cidade do interior. Embora tenha aportado aqui, nos anos 70, sob a ditadura, mesmo sem conhecer ninguém, exceto um amigo que tinha passado para a UFF e moraria em Niterói, só passei a morar definitivamente no Rio quando iniciei o meu curso de psicologia na PUC, no segundo semestre de 1977. Obviamente, antes daquela segunda-feira de agosto, eu já tinha alugado uma vaga em uma pensão em Botafogo e, naquela manhã, eu estava pegando um ônibus na Voluntários da Pátria para a universidade.

PUC do Rio? Sim, quando peguei aquele ônibus, ao ver que estava lotado e eu teria de ir praticamente pendurado na porta, associei aquilo à minha nova vida universitária. Em outras palavras, naquele dia, eu era um desses estudantes sem grana, que não conseguira pontos suficientes no vestibular unificado para ingressar

14 Freire, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1987.

em uma universidade pública, mas passara para a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Esta, à época, além de ser considerada a melhor universidade privada, não só tinha um curso de ponta na área de Psicologia, como também cobrava uma das maiores mensalidades do Rio de Janeiro, de forma que ali só poderia estudar, em tese, gente rica.

Como consegui me formar ali? Talvez por compreender que a pobreza não se resume só à condição financeira; talvez porque encontrei pessoas interessantes e generosas por lá, e o fato é que consegui. Sim, minha situação ali foi resolvida da seguinte forma: ao procurar a vice-reitoria comunitária, consegui uma bolsa para pagar os estudos (bolsa do crédito educativo). A bolsa era restituível: tratava-se de um empréstimo da Caixa Econômica Federal, ao tempo dos governos militares; com ela eu pagaria todas as mensalidades do curso, porém, um ano após formado, a Caixa cobraria juros, e assim, uma vez psicólogo, eu teria também uma dívida a perder de vista. Além disso, me sugeriram que eu procurasse a Associação de Assistência ao Adolescente (AAA), a fim de concorrer a uma bolsa de manutenção. Desse modo, depois de me submeter a uma seleção, consegui essa bolsa de manutenção que me cobriria o almoço, o jantar, o café da manhã e as passagens diárias para a universidade. O AAA era uma instituição filantrópica cujos sócios majoritários eram pessoas extremamente ricas no Rio de Janeiro de então. Essa bolsa não era restituível; a única exigência era que todos os seus beneficiários não poderiam ter nenhuma reprovação, e necessariamente deveriam tirar notas acima de 7,0 (sete) em todas as disciplinas. Detalhe: como o aluguel, mesmo da pensão simples onde eu dormia, era pesado para o orçamento de quem fazia um curso em tempo integral (não havia curso de psicologia noturno, o que me impedia de ter um emprego formal), sugeriram-me que eu procurasse a Casa do Estudante Universitário (CEU-Rio). Ali, também me submeti a uma seleção e fui aprovado. Então, durante todo meu curso de graduação, morei

na Ceu, que ficava na Av. Rui Barbosa, 762, no Flamengo. A Ceu, que foi fundada pela UME e UNE, além de não cobrar mensalidade dos universitários, me proporcionou uma experiência ímpar no plano pessoal, político e cultural.

Trago isso à tona, pois, tendo obtido pós-doutorado (UERJ), doutorado (PUC-SP) e mestrado (PUC-Rio); sendo atualmente docente da UFRJ; tendo sido pesquisador-visitante na Universidade de Colônia, vivências que me aprimoraram o olhar de pesquisador, traduzindo-se em artigos e livros publicados, há aqui uma circunstância que considero importante: as raízes básicas de minha profissionalização, o lugar em que tudo para mim começou foi a PUC-Rio, onde cursei a graduação, que, além de ter sido para mim um momento fascinante, constitui uma das bases vitais da minha carreira.<sup>15</sup>

Comecei a graduação querendo ser psicanalista e cientista. A paixão pela psicanálise credito à forte identificação que tinha com o psicanalista Hélio Pellegrino, que, se assumindo poeta, marxista e cristão, antes de tudo era também uma forte liderança contra a ditadura militar. Hélio, mesmo correndo sérios riscos de ser preso, como foi, ficou ao lado dos estudantes na passeata dos cem mil em 1968. Quando entrei na PUC, mesmo vindo de Volta Redonda, eu o acompanhava pelos jornais do Rio que chegavam lá em casa, pois minha mãe era professora de História do segundo grau e jornalista. Pellegrino, que conheci pessoalmente durante minha graduação, alguns anos adiante, durante o mestrado, se tornou o meu psicanalista (ver: “Havemos de amanhecer: o dia em que conheci Hélio Pellegrino”)<sup>16</sup>

O desejo de ser cientista tem a ver, acredito, com uma vivência familiar. Quando eu era adolescente, na chamada Cidade do Aço, em geral, nas horas vagas, os jovens iam se divertir com namoradas e amigos em uma piscina de certo clube. Minha mãe não se tornou sócia desse clube, pois, embora as mensalidades não fossem tão caras, havia uma taxa de entrada que era uma fortuna para nossa condição financeira de então. Assim, como

15 Basta lembrar, por exemplo, que assim que me formei, passei a ser um dos psicólogos clínicos da equipe técnica da Clínica Canto da Gávea, da qual não só fui estagiário, como também atendia usuários ditos não crônicos através de tratamento psicológico e artístico.

16 <https://rogerlustosa.blogspot.com/2013/01/havemos-de-amanhecer-o-dia-em-que.html>

fiquei muito frustrado, minha mãe me sugeriu que eu viajasse pela biblioteca lá de casa. Então, tentando enfrentar essa frustração, me agarrei com os livros que havia na nossa casa. Dentre eles, li uma coleção: “Os homens que mudaram a humanidade”. Eram 30 obras, mas recordo-me que algumas me tocaram bastante, a ponto de, depois do falecimento de minha mãe, eu os conservar até hoje em minha biblioteca particular. Dentre eles, ressalto: *Vital Brazil, Freud, Einstein, Pasteur, Mme. Curie, Galileu, Oppenheimer, Newton, Darwin.*

Ao cursar a PUC, além de ter me aproximado bastante do DCE e do CA de Psicologia, a minha primeira experiência como futuro profissional foi exercer uma monitoria na área das chamadas *ciências duras* na Psicologia: exerci a função de monitor na disciplina Emoção e Motivação. Esta disciplina partia da hipótese de que as emoções e motivações poderiam ser quantificadas, ou seja, poderiam ser traduzidas objetivamente por um conjunto de aparelhos tecnológicos, dentre os quais, no laboratório de psicologia experimental, o polígrafo se destacava. Esta foi a primeira monitoria que exerci, mas existia a baixa frequência de alunos, os quais, em plenos anos de resistência à ditadura militar e sob os efeitos da revolução sexual, não queriam saber das emoções via aparelhagem quantificadora. Assim, procurei o professor titular da matéria e lhe fiz uma proposta. Disse-lhe que, mesmo que ensinássemos medir as emoções pelo polígrafo, talvez fosse interessante usarmos técnicas de dramatização, tal como fazia Augusto Boal (teatro do oprimido) e o próprio Amir Haddad (através de seu teatro de rua). Disse-lhe que vinha acompanhando essas linguagens teatrais, pois estava aprendendo tudo isso na CEU, local onde eu residia, mas que era também um centro cultural que produzia cultura de resistência à ditadura. Evidentemente, o professor ficou cético ao que propus; contudo, como estava deixando a PUC e passando a coordenação da disciplina ao seu assistente, professor Bernardo Jablonski, que então começava sua carreira acadêmica, mas também era ator, o novo docente adorou a ideia. Assim, a partir daí, a nossa monitoria,

além de ensinar o uso da aparelhagem tecnológica, passou também a estudar com os alunos as emoções e motivações pelas técnicas teatrais. Resultado: de um lado, os alunos passaram a gostar da disciplina, e, por outro, acabei me dando conta de que a visão de ciência que eu queria estava em outro lugar. Então, passei a fazer pesquisa com a professora Regina Murat, que lecionava Psicologia Institucional, e conheci a professora Terezinha Féres-Carneiro, que me introduziu no cativante universo da Psicologia Familiar. Com ambas essas professoras passei a tomar conhecimento de psicólogos e psicanalistas que estudavam o psicossocial por um viés argentino, considerado à época mais progressista e mais à esquerda.

### — MESTRADO: PRIMEIROS EMPREGOS, PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES —

Diz Hemingway que os homens sozinhos não têm chances. Antes de discutir esse ponto de vista, que, no meu entendimento, criou uma ponte entre minha graduação, o mestrado e alguns desdobramentos relevantes do começo de minha vida profissional, apresentarei alguns dados sobre essa fase. Formei-me como psicólogo, em dezembro de 1981, no curso integral de 5 anos, mas, com vistas a economizar um semestre para diminuir minha dívida com a Caixa, concluí o curso de Psicologia em quatro anos e meio. Enfim, como em dezembro daquele ano ainda faltavam disciplinas, eu as cursei nas férias, e só obtive realmente o diploma de psicólogo em fevereiro de 1982. Dessa maneira, só iniciei realmente o Mestrado em Psicologia Clínica, na própria PUC-Rio, em março de 1983. Aprovado na seleção, obtive bolsa da Capes e defendi a dissertação em 1986.

De um olhar retrospectivo, ressalto que essa fase também foi importante para me tornar o que sou hoje, fase que comporta, em resumo, cinco fatos relevantes:

1º - Apesar de ter participado de pesquisas na graduação, inclusive na área de análise institucional, com a professora Regina Murat (fizemos uma pesquisa para levantar qual era a situação do psicólogo então nas instituições clínicas, educacionais e de trabalho), foi realmente no Mestrado, na área de família, sob a orientação da professora Terezinha Féres-Carneiro, que aprendi a fazer pesquisa, tanto do ponto de vista teórico, quanto empírico. Isto sem contar que fui seu monitor no Mestrado.

2º - Isso foi relevante principalmente porque tive a chance de ser monitor da professora Terezinha no mestrado, e me aprofundi nos estudos de família, bem como nos de suicídio. Então, contando também com o apoio do professor Hannes Stubbe, um professor-visitante alemão, especialista em suicídio, que a PUC contratara, defendi a Dissertação com o título *Suicídio no Rio de Janeiro: uma proposta de prevenção e terapia*.

3º - A partir do estudo do tema do mestrado, escrevi e publiquei o meu primeiro livro, de título *Poeta não é business-man*<sup>17</sup>. Ora, se a Dissertação me exigiu estudos sistematizados sobre a dificuldade de se existir como uma subjetividade autônoma e livre na atualidade, de forma que alguns (alguns e não todos...) buscam até a autodestruição, resolvi expressar tudo isso por uma escrita literária. Assim, visando a alcançar um público que não se restringisse apenas ao meio universitário e aos centros de pesquisa, tive a ideia de discutir essa temática através de um romance cujo protagonista, além de poeta, não se encaixava muito bem no modo de vida mercadológico. Diante disso, como ele tinha dificuldade em estabelecer vínculos significativos com o outro, um dia, tirou a própria vida. Contudo, deixou escrito um bilhete, cuja frase inicial constituiu o próprio título do livro: "Poeta não é business-man."

4º - Talvez porque acumulei conhecimento na área de pesquisa de suicidologia, talvez porque fui um dos psicólogos da equipe *Clínica Canto da Gávea*, no fim do Mestrado fui aprovado em uma seleção para trabalhar em um grupo particular de atendimento domiciliar aos pacientes em crises consideradas agudas, deno-

17 Esse livro teve sua 1ª edição em 1985, e a 2ª em 2001.

minado *Equipe de Atendimento Terapêutico* (EAP). A EAP era um grupo de trabalho constituído por psiquiatras e psicólogos, que, em regimes de plantão domiciliar de 24 horas, atendia famílias de alto nível financeiro no Rio de Janeiro que tivessem um de seus membros com crise psicótica ou tentativa de suicídio. Enfim, tratava-se de um emprego que me pagava muito bem, e assim, através da EAP, naquele momento, eu quitei integralmente minha dívida com a Caixa Econômica referente à minha graduação.

5º - Como trabalhar na EAP era meio desgastante, pois que exigia plantão de 24 horas, e às vezes não havia sábado, domingo, ou feriado de folga, bem como se trabalhava até no Natal e no Ano Novo, depois de quitar a dívida, fui me afastando da equipe. Assim, me tornei professor do Instituto de Psicanálise, Grupos e Instituições/Ibrapsi e de uma universidade particular na Baixada Fluminense: a Universidade de Nova Iguaçu (UNIG). Isto sem contar que, mais adiante, deixei definitivamente o trabalho da EAP, pois passei em primeiro lugar na seleção pública para ocupar uma vaga de pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psiquiatria Social (NUPSO), na *Colônia Juliano Moreira* (CJM). Este trabalho foi importante, não só pelo fato de trabalhar com vários profissionais que, à época, tinham visão progressista e de esquerda, quanto também porque naquela instituição se lutava pelo processo de desinstitucionalização nos moldes da antipsiquiatria, que era um tratamento bem mais democrático e humano. Foi também através do NUPSO que publiquei o meu primeiro artigo acadêmico, de título: “O não controlador de voo”<sup>18</sup>.

Olhando agora para minha trajetória, e especialmente para este momento da ponte entre a Graduação e o Mestrado, vejo que há muitos motivos para dar razão a Hemingway, que defende que, independentemente do esforço pessoal de cada um de nós para começar qualquer carreira, há também a necessidade do bom encontro com algumas pessoas, as quais, para alguns, como foi

18 Além de trabalhar no NUPSO com Vera Porto Carreiro, Jô Gondar, Pedro Gabriel, havia na instituição, por exemplo, o hospital Jurandyr Manfredini. Este hospital, naquele momento, além de se destacar como instituição cuja proposta principal era combater o processo de internação, contava ainda com o psicanalista Jurandir Freire como o supervisor da equipe clínica, o qual figurava como um dos melhores psicanalistas do Brasil. Enfim, a CJM, à época, foi um dos lugares importantes que tentou gerar conhecimento e experiência para que se elaborasse a lei antimanicomial, aprovada bem mais tarde, sob a liderança do deputado federal Paulo Delgado (PT - MG), irmão do médico Pedro Gabriel, líder do NUPSO.

o meu caso, são importantes. Desse modo, dentre os principais encontros que tive e que foram relevantes para que eu conseguisse começar a carreira nesta fase, destaco a participação de várias pessoas: o psicanalista Hélio Pellegrino, que, praticamente após minha formatura, aceitou ser meu analista; a professora Terezinha Feres; o professor Leandro Konder; o professor Hannes Stubbe; o professor Klauser (IP-UFRJ); o professor Claudio Ulpiano; e ainda o psicanalista argentino Gregório Baremlitt (este, além de ser um dos líderes do Ibrapsi, me facultou acesso a textos do seu arquivo pessoal, ainda não publicamente disponíveis). Esses profissionais tiveram papel importante para mim, mas afora destacar o papel de Pellegrino, Terezinha Féres e Hannes Stubbe, ressalto ainda que foi através de Leandro Konder, por ocasião em que fui seu aluno na PUC, que passei a prestar a atenção na relação pedagógica não bancária. Esta passou a ser tão significativa para minha atividade docente, que vou discuti-la, em destaque, no fim deste memorial.

### — DOCÊNCIA EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS E DOUTORADO: UFSJ, UFJF E PUC-SP<sup>19</sup> —

A partir da morte de Hélio Pellegrino, ocorrida em 1988, que foi meu analista durante o Mestrado até o seu falecimento, enfrentei uma série de circunstâncias adversas que, vistas de um olhar atual, apesar de terem me afastado do Rio de Janeiro, ajudaram-me a me construir como sou hoje: tornei-me docente de uma universidade pública. Em resumo, destaco algumas circunstâncias daquela época que interferiram nos meus caminhos.

Em 1987, José Sarney, então presidente da república, alinhou-se com os médicos psiquiatras conservadores e ordenou uma intervenção federal na Colônia Juliano Moreira. Tal como se fosse um conto de Gabriel Garcia Marquez, o “coronel” Sarney fez praticamente uma intervenção militar contra médicos, psicólogos, enfermeiros, psicanalistas e assistentes sociais que trabalhavam

19 Universidade Federal de São João del Rei, Universidade Federal de Juiz de Fora e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



pela desinstitucionalização da loucura; além de taxá-los de esquerdistas perigosos, colocou um tanque de guerra do exército no pátio daquele hospital-colônia. Sarney alegou que a CJM estava infestada de esquerdistas que tinham tomado o poder pelo voto, pois tinha sido eleito, pelo voto direto, um médico que disputara o pleito com um psiquiatra tradicional, e propusera um programa que iria instituir as reformas nos moldes da antipsiquiatria de Basaglia, Ronald Lang, Foucault, Marcuse etc. Esse “coronel” criticava ainda os esquerdistas por suas ideias: segundo ele, colocavam em risco a sociedade e os próprios pacientes, pois queriam que vivessem fora das instituições psiquiátricas, rejeitando a psiquiatria vigente, que não só tinha o poder de medicar, como também o suposto monopólio da verdade para aqueles pacientes. Resultado: com a intervenção, demitiu-se toda equipe do NUPSO.

Sem o salário de pesquisador e só com o pouco que ganhava no Ibrapsi e na Unig, como já era casado e pai de dois filhos, a situação ficou difícil e nasceu a ideia de ir morar em uma cidade fora do Rio de Janeiro. Então, me submeti a um concurso público e fui aprovado para o cargo de professor em uma universidade pública no interior de Minas Gerais, e assim, no dia 8 de fevereiro de 1990, assumi a função na Universidade Federal de São João del Rei, à época, denominada Funrei, e assim fui morar em São João del Rei, com minha mulher e dois filhos pequenos.

Inicialmente, eu e minha esposa, que também passou no concurso para docente na mesma universidade, tivemos dificuldade de adaptação, pois no Rio, além de irmos ao teatro e ao cinema com certa frequência, viviam também os avós de nossos filhos, parentes e amigos significativos, e de repente morávamos em uma cidade bem diferente. Em São João del Rei passamos a residir na parte tombada historicamente, que tem uma arquitetura belíssima, e começamos a fazer amizade com os professores do local. No entanto, seja pela saudade, seja porque só havia um cinema na cidade - e que, de resto, só passava filmes enlatados -, seja porque, em 1990, não havia ainda *internet*, o fato é que nos primeiros anos não foi fácil.

Como a existência, a rigor, é escrita pelas circunstâncias e pelo esforço de nos construir e reconstruir, o fato é que, com o tempo, fomos nos adaptando. Enfim, como trabalhava como professor em regime de dedicação exclusiva, de fevereiro de 1990 a fevereiro de 1994, inspirando-me na formação e experiência que tivera no Rio, desenvolvi alguns projetos na universidade. Em síntese, os seguintes:

1 - Juntamente com minha esposa, a professora Lizete Quelha de Souza, elaboramos organizamos um Serviço de Atendimento Psicológico (SPA), cujo objetivo principal era atender à população sem recursos para custear um tratamento privado.

2 - Como nem todos da população local tinham recursos para se deslocar até a universidade para o atendimento no SPA, elaboramos um projeto de extensão destinado a oferecer atendimento clínico social, sem fins lucrativos, nos postos de saúde da cidade.

3 - No setor administrativo, fui diretor do sindicato dos professores (ligado ao Andes), nos anos 1992-1994, e fui eleito vice-coordenador do Curso de Psicologia.

4 - Publiquei três livros: *Incêndio nas flores: poesias para sobreviventes* (1990); *Conversa com os botões* (1993); *O lápis na guerra: charges contra o inumano bélico e o cotidiano brasileiro* (1993).

5 - Elaborei três artigos que foram publicados em revistas indexadas. Estes, além de discutir questões do objeto de meu futuro Doutorado, foram fruto de pesquisas que desenvolvi no Departamento de Psicologia. Eis as referências desses textos: “Psicologia institucional nos grupos, organizações e instituições” (*Vertentes: Revista da Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, v. 1, p. 20-25, 1993*); “Da estereotipa à poesia: a interpretação psicanalítica e o processo poético” (*Vertentes: Revista da Universidade Federal de São João del-Rei, São João del Rei, v. 2, p. 77-84, 1993*); “Do real ao escudo de Aquiles freudiano na cultura: discussão metapsicológica do conceito de repressão” (*Revista da Associação de Pós-Graduação da PUC-SP. São Paulo, v 4, p: 211-28, 1993*).

Quanto aos livros de poesia, informo: o *Incêndio* problematiza o fracasso de nossos vínculos significativos em função de um sucesso só para os dólares e ouro, o que, em alguns casos, incendeia nossas flores e cria autodestruição; *Conversa com os botões* consta de poemas escritos quando andava a esmo pelas ruas de São João del Rei, e registra a estranha sensação de respirar no atual século e caminhar também pelos séculos do Brasil-Colônia e Imperial, constatando a persistência do infortúnio humano na construção de sua emancipação, em função da hegemonia da razão utilitarista. (Entre parênteses: como não se desassossegar-se, ao lado de avanços na ciência, na tecnologia, na economia e em outras áreas, tudo isso beneficiava só uma elite, gerando misérrimas gigantescas? E, o pior, toda essa barbárie era atribuída não à criação do próprio homem, mas aos astros e às forças metafísicas. Para ilustrar, numa dessas caminhadas, um amigo me levou a um dos cemitérios mais importantes de São João del Rei, e, como ali estava o túmulo de Tancredo Neves, não só havia ainda verdadeiras romarias ao seu jazigo, como também muitos deixavam ali bilhetes curiosos, dizendo coisas assim: “Dr. Tancredo, protegei minha família”; “Dr. Tancredo, minha esposa me deixou, fazei que ela volte para mim”; “Dr. Tancredo, eu fui despedido, arranjai um emprego para mim.”<sup>20</sup>).

O *Lápis na guerra* é um conjunto de charges, de um lado, contra a guerra do golfo liderada pelo Bush pai com vistas aos lucros do petróleo naquela região, e por outro, contra a existência cotidiana sob os anos Collor. (Entre parênteses: a “guerra pelo petróleo” arremessou, de maneira dita “cirúrgica”, bombas e mísseis que eliminavam concretamente vidas, mas, considerando que tais mortes não eram de norte-americanos, nem de nacionais dos outros países da coligação agressora, elas aconteciam em nome da “cura”. A “guerra” sob os anos Collor, ilustre representante da “Casa Grande” do Brasil, por sua vez, se não arremessava bombas imediatas sobre a população local, a longo prazo, com a introdução do ultraliberalismo, traria à tona todo um *script* que iria asfixiar

20 O amigo referido era o professor Micênio Santos, que desenvolveu toda uma área de pesquisa a partir desses bilhetes e relatos deixados no túmulo de Tancredo Neves.

os direitos sociais da maioria dos brasileiros em favor de uma elite financeira, concentrando ainda mais a riqueza. Collor, como se sabe, foi afastado, mas serviu como uma espécie de balão de ensaio para os anos FHC.)

Quanto aos artigos, eis uma apresentação geral deles:

“Psicologia institucional nos grupos” entrelaça-se com o tempo em que fui professor do Ibrapsi-RJ. Como já disse, fiquei então amigo do psicanalista Gregório Baremlitt, que me facilitou acesso aos seus arquivos, de modo que, anos depois, como docente, fiz uma pesquisa sobre os textos, cujo resultado principal foi o artigo em causa, que consiste, em síntese, numa introdução à análise institucional. Já “Da estereotipia à poesia” foi produzido a partir de estudos da obra freudiana tanto pelo seu lado de psicanálise como ciência, quanto pelo lado poético. Apoiando-me na leitura da obra do psicanalista Fábio Herrmann, à época professor da PUC-SP, fiz a pesquisa destacando especialmente a interpretação como ferramenta vital, seja para desvelar a clínica de Freud, seja como porta de acesso para compreender o aspecto de um poético *sui generis*. “Do real ao escudo de Aquiles”, por sua vez, também foi fruto de um entrelace da obra de Freud com a de Herrmann. Partindo do pressuposto freudiano de que todos vivemos em função do Princípio de Prazer e que, sem nos submetermos ao Princípio de Realidade, não haverá chances de uma vida estruturada, Herrmann diz que às coibições culturais, funcionam como limites ao “prazer desmedido” e são nosso “escudo de Aquiles”. Obviamente o texto aponta que, freudianamente falando, não existiria civilização sem esse “escudo”. Mas, não obstante essas escolhas nos preservarem do destino funesto das pulsões, ainda que assim consigamos viver com o outro de forma razoável, mesmo que incompletos e com mal-estar, há uma parte que escapa e não necessariamente colocará em risco tal “pacto”: trata-se do território da arte, do poético e da criação.

Gostaria de me servir da ocasião para agradecer ao psicanalista e professor Fábio Herrmann, que tive a felicidade de conhecer

enquanto cursava o doutorado na PUC-SP, ocasião em que também participei de um grupo de estudos sobre a obra de Freud e a psicanálise que se reunia quinzenalmente em sua residência. O resultado desse bom encontro em minha carreira se traduziu não só através da influência nos artigos citados e na tese de doutorado que escrevi, como também no apoio às atividades de clínica social, sem fins lucrativos, que desenvolvi na Universidade. O professor Fábio funcionou como supervisor de casos e incentivador, para que pudéssemos escrever e implementar os dois serviços de atendimentos clínicos antes referidos, os quais, no campo da extensão e de estágio, foram implementados tanto na Universidade Federal de São João del Rei quanto na de Juiz de Fora.

Prosseguindo na carreira acadêmica, em 1994 me transferi da UFSJ para a Universidade Federal de Juiz de Fora, para trabalhar no Departamento de Psicologia, também como 40h/DE. Permaneci na UFJF até 2003, e posso sintetizar em quatro momentos o período em que lá atuei.

1º - Em 1996, com a defesa da Tese intitulada *Poética e psicanálise*, obtive o título de Doutor em Psicologia pela PUC-SP, e assim me tornei o primeiro professor a ter o título de Doutor no Departamento de Psicologia da UFJF. Elaborei a Tese sob a orientação da professora Jô Gondar, e obtive na defesa a nota máxima com louvor. Destaco o fato, sobretudo para ressaltar que essa conquista foi fruto de um esforço pessoal, pois, além de não ter sido liberado pelo meu departamento para cursar integralmente (minha unidade, à época, possuía um número muito reduzido de professores), para obter esse título praticamente viajava toda semana para São Paulo e ministrava aulas na UFJF às sextas-feiras à noite e sábados de manhã.

2º - Logo após a conclusão do Doutorado, fui eleito chefe do meu departamento, com mandato no biênio 1997-1998, e em seguida Coordenador do Curso de Psicologia por dois mandatos (1999-2000; 2001-2002). No meu primeiro mandato de Coordenador, com a ajuda dos colegas do departamento e com o apoio da

consultoria da professora Anna Edith Bellico (Professora Titular do Departamento de Psicologia da UFMG), conseguimos que nosso curso fosse reconhecido pelo MEC. Este foi um dos momentos mais difíceis de minha carreira, antes de tudo porque ninguém queria o cargo de Coordenador, dado que o curso tinha sido fundado com a promessa de que o Governo Federal alocaria um número de vagas suficiente para que ele se concretizasse (promessa feita na presidência de Itamar Franco), mas, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, como tinha o plano neoliberal de “enxugar” o Estado, os concursos ficaram “congelados” e as vagas prometidas ficaram na promessa. Em face disso, não havendo docentes que cobrissem o conjunto de disciplinas, o curso de psicologia da UFJF estava ameaçado de fechar, principalmente com a visita já agendada do MEC. Conseguimos, no entanto, reverter o quadro, e ainda obtivemos nota máxima na avaliação, por ocasião da visita da Comissão de Avaliação do MEC. Enfim, com o apoio dessa comissão, da reitoria e de um deputado federal de Juiz de Fora, obtivemos êxito: o Governo Federal, mesmo com a política de congelamento de vagas, liberou quatro vagas de docente para o curso.

3º - Além de atuar nesses cargos administrativos, em termos de extensão e estágio de destaque: de um lado, participei de uma comissão que elaborou o projeto de atendimento à população de Juiz de Fora sem recursos para pagar um tratamento privado, sendo assim fundado o Centro de Psicologia Aplicada (CPA), nos mesmos moldes em que foi fundado o SPA da UFSJ; por outro lado, em parceria com a professora Lizete Quelha de Souza, que também se transferiu para a UFJF, ministramos supervisão para a primeira equipe de atendimento psicológico à população da cidade, atendimento naturalmente sem fins lucrativos, e que constituiu o projeto-piloto para a implantação desse CPA da UFJF.

4º - No âmbito da pesquisa e da produção intelectual, no meu período de professor da UFJF tenho a mencionar três livros (dois autorais e uma organização) e quatro artigos. Os livros foram os seguintes: *Ciências humanas e complexidades: principais métodos*

e técnicas de pesquisa; caos e a nova ciência (Juiz de Fora: UFJF, 1999); *Obra de arte e vida: principais psicologias sociais, diferentes subjetividades na estética da existência* (Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2001); *Anais da III Semana de Psicologia* (Juiz de Fora: UFJF, 2001). Quanto aos artigos, eis as referências: “Psicanálise e pensamento científico: entre o fisicalismo e/ou contraciência em diferentes modos de subjetividade” (*Revista de Psicologia USP*, São Paulo, v. 2, nº 1, p. 89-119, 2001); “Psicossocial na psicologia social: uma crítica à visão empírica quantitativa” (*Revista Ética e Filosofia Política do Departamento de Filosofia da UFJF*, Juiz de Fora, /MG, v. 4, nº 1, p. 123-141, 1999); “Foucault e as instituições contemporâneas: uma leitura a partir da perspectiva institucional” (*Verbo de Minas: revista de cultura do Programa de Pós-Graduação do CES-JF*, Juiz de Fora, MG, v. 3, nº 6, p. 143-151, 2001); “Os atendimentos psicológicos universitários à população” (*PSIBRASIL do UOL*, v. 1, nº 1, p. 1-26, 2000).

### — DOCÊNCIA NA UFRJ, ATUAÇÃO COMO PESQUISADOR VISITANTE NO EXTERIOR E PÓS-DOCTORADO —

A partir de 2003, a meu pedido, fui redistribuído da UFJF para UFRJ e passei a ser professor da Escola de Serviço Social, alocando-me, desde então, no Departamento de Métodos e Técnicas dessa Unidade. Sim, estava voltando para o Rio de Janeiro, depois de ter morado 13 anos em Minas Gerais.

Como docente da ESS, em resumo, destaco principalmente as seguintes contribuições:

1º - Assumi a coordenação de dois Núcleos de Pesquisa: o de Estudo e Pesquisa em Tanatologia e Subjetividade (NETPS), a partir de 2004 até o presente; o de Estudos e Pesquisas em Marxismo, Teoria Crítica e Subjetividades (EMARCS), a partir de 2013 até o presente. No âmbito desses núcleos, desde que venho exercendo

suas respectivas coordenações, produziram-se: oito livros, sendo seis autorais (dois dos quais já em segunda edição) e duas organizações; dez artigos em periódicos nacionais, dos quais a maioria foi publicada nos últimos 15 anos; um capítulo de livro publicado no exterior, intitulado “A tanatologia ou a morte e o morrer no Brasil”, que consta de livro organizado pelo professor Hannes Stubbe, publicado em Frankfurt, no ano de 2012; três capítulos de livros publicados no Brasil; 15 artigos em jornais e revistas, todos nos últimos 15 anos; diversos prefácios e entrevistas em jornais e rádios universitárias; cinco publicações completas e seis resumos em anais de eventos acadêmicos; coordenação de 14 projetos de pesquisa, dois quais 13 concluídos e um em andamento.

2º - Quanto a ensino, uma das atividades que mais me gratificam, desde que ingressei na universidade pública, através de concurso, em 1990, a partir da UFJS, posso dizer que venho me empenhando para que minhas aulas sejam cada vez mais motivadoras, incentivando os alunos tanto para aprenderem o conteúdo das disciplinas quanto para se abrirem à paixão pelo saber e pela investigação a partir do ensino. Isto se dá principalmente por uma relação pedagógica não bancária, a qual é baseada em Paulo Freire e, como já sinalizei, passei a adotá-la através de uma experiência que vivi com um dos meus antigos professores. Considerando que ainda neste Memorial desenvolverei tal discussão no último item - *Professor educador, a relação pedagógica não bancária e minha formação* -, vou transferir essa discussão para lá. Entretanto, mesmo assim deve dizer da minha grande satisfação de vir obtendo reconhecimento por esses meus esforços no âmbito do ensino, através do esforço para partilhar com os alunos essa pedagogia não bancária. Neste sentido, o assinalo um prêmio recebido - Destaque em Educação no Estado de Minas Gerais -, em 2002, outorgado pela Universidade Estadual de Minas Gerais, bem como o fato de ter sido em duas ocasiões homenageado pelos alunos em cerimônias de formatura, na UFJF e na UFRJ.



3º - No âmbito administrativo, fui por um semestre chefe do Departamento de Métodos e Técnicas, mas, considerando que na UFJF já tinha sido chefe do departamento (por um mandato) e Coordenador de Curso (por dois mandatos), a partir de meu ingresso na UFRJ pensei que, já tendo dado minha contribuição na administração, talvez fosse o caso agora de deixar isso para outras pessoas que ainda não houvessem tido essa experiência. Ainda assim, fui eleito conselheiro da Adufrj, para mandato que exerci por dois anos)<sup>21</sup>, e participo, desde 2012, de duas Comissões: a de TCC e a de Afastamento para Qualificação em Pós-doutorado e Doutorado.

4º - Como pesquisador visitante no exterior, tive duas experiências. A primeira foi em 2004, ocasião em que fui convidado para prestar uma assessoria de pesquisa para o Ministério da Saúde em Maputo, Moçambique, país que, naquele momento, estava passando por uma situação calamitosa: aproximadamente 20% da população estava morrendo vitimada pelo HIV/Aids, e sinistramente muitas dessas mortes aconteciam, sobretudo, porque a população não tinha a menor preocupação em se proteger contra o risco de contaminação. Em face disto, fui convidado como pesquisador de tanatologia, a fim de ajudar na elaboração de um projeto de pesquisa visando à prevenção contra o HIV naquele país africano, com passagens e estadia financiadas pelo Unicef. A segunda foi em 2005, na Alemanha, na Universidade de Colônia, onde estive para uma pesquisa sobre suicídio, no âmbito de um convênio de colaboração acadêmica, com bolsa do governo alemão e financiamento das passagens pela Capes. Os principais resultados dessa experiência se materializaram num livro que publiquei, intitulado *Suicídio: estudo psicossocial*, bem como no capítulo de livro antes mencionado, que saiu por uma editora de Frankfurt, em 2012.

5º - Cabe mencionar ainda meus estudos de pós-doutorado, feitos no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ, em 2009, com supervisão da professora Sônia Altoé, que constituem um dos marcos na minha carreira, principalmente pelos subsídios

21 Vale ressaltar que, na UFSF, já tinha dado minha contribuição no sindicato dos professores, pois fui da diretoria do ANDES local por um mandato, como antes informei.

que obtive para colaborar mais com o Programa de Pós-graduação de minha unidade. Desde então, passei a desenvolver pesquisas inspiradas na escola de Frankfurt, estudando a subjetividade pelo entrelaçamento freudiano-marxista, com base principalmente na leitura de Marcuse. O Pós-doutorado, além disso, me forneceu elementos para mais duas publicações: o artigo intitulado “Freud, a cultura e a tanatologia: uma leitura de Marcuse na obra social freudiana” (*Psicanálise & Barroco em Revista*, Rio de Janeiro, v. 166, p. 139-170, 2010); o livro, concluído, mas ainda inédito, *Teoria social freudiana: discussão de Novo Princípio de realidade da perspectiva de Marcuse*” (132 p).

6º - Quanto a experiência no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, devo referir que, um ano após meu ingresso na Escola de Serviço Social, me submeti a uma avaliação interna do programa mencionado, e assim passei a ministrar aulas e orientar no mestrado e no doutorado. Inicialmente, como meu objeto, à época, era tanatologia, e as pessoas que me procuravam, em função do NETPS (muito ligado ao IP/UFRJ), eram basicamente psicólogos, quando se submetiam à seleção na Pós-graduação de minha unidade, infelizmente não passavam, pois os critérios privilegiavam um enfoque mais marxista para o serviço social. Em face disso, num primeiro momento, no PPGSS-UFRJ, ministrei por quatro semestres a disciplina de Pesquisa (Metodologia de Pesquisa), e também, por um semestre, a disciplina Análise Institucional. Então, em 2009, para tentar colaborar mais com a Pós-graduação de minha unidade, fui fazer meu Pós-doutorado, com a preocupação de me aproximar de forma mais específica da orientação do Serviço Social da UFRJ. Fiz assim uma pesquisa sobre o conceito de culturado ponto de vista freudiano e marxista, porém fundamentado na leitura de Marcuse. Resultado: ao concluir o Pós-doutorado e escrever um artigo nesta outra área e escrever o livro acima citado, em 2013 criei um outro Núcleo de Pesquisa (o EMARCS), e passei a orientar uma aluna no Mestrado de minha Unidade, aluna que, concluindo sua dissertação, defendeu

seu trabalho e foi aprovada com nota máxima por unanimidade da banca. Ainda quanto à minha participação na Pós-graduação, assinalo que, tão logo o EMARCS começou a funcionar, daí advieram duas produções que julgo importantes: 1ª - juntamente com o professor Luís Acosta, organizei um número da *Revista Praia Vermelha* (do PPSS-UFRJ), sobre o tema “Marxismos no século XXI”; 2ª - depois desse ciclo de estudos sobre os marxismos no século XXI, escrevi um livro especificamente sobre tais questões, intitulado “Marcuse e questões contemporâneas”<sup>22</sup>, ainda inédito.

7º - No âmbito da extensão, ministrei alguns minicursos e Cursos de Extensão eventuais ao longo dos anos que estou na UFRJ, mas a partir de 2016 passei a ministrar um Curso de Extensão em caráter contínuo, principalmente visando à comunidade externa, sobre o tema “A escrita acadêmica e a divulgação científica: discussão da estética de Marcuse”. Este curso não só tem tido boa procura (em média começa com 60 pessoas), como também está se transformando em um livro, cujos capítulos tenho discutido nas aulas com os participantes, e que está em vias de acabamento.

**— PROFESSOR EDUCADOR,  
A RELAÇÃO PEDAGÓGICA NÃO BANCÁRIA  
E MINHA FORMAÇÃO DOCENTE —**

Para concluir este memorial, resolvi trazer à baila uma pergunta que um grupo de ex-moradores da Casa do Estudante Universitário, me fez por ocasião de documentar memórias de diferentes profissionais que ali residiram. Eles, atualmente, são jornalistas e me perguntaram: “Nos seus 30 anos de professor universitário, quais foram os momentos mais importantes de sua carreira que ressaltaria? Seria possível resumi-los em um conjunto de pontos para ser partilhados por professores e alunos que queiram exercer a profissão de docente?”

22 Tal livro está hoje publicado: Bastos, Rogério Lustosa. *O pensamento de Marcuse versus capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Azougue Editora, 2017.

Respondi dizendo que um dos pontos mais importantes de minha carreira tem sido o cultivo da relação pedagógica entre o educador e o educando, concebida como relação não bancária. Assim, para mostrar o que isso significa, vejamos um conjunto de pontos de reflexões.

(1º) Relação não bancária? O que é isto? Trata-se de uma relação inspirada em Paulo Freire, que busca um vínculo pedagógico, horizontal. Ela, afora ser histórica e crítica, é proposta de crescimento mútuo do educador e do educando, já que nos faz aprender na batalha contra uma realidade opressiva. Evidentemente, é um contraponto à relação bancária, que é vertical, autoritária, alienante, rubricando direta ou indiretamente a ordem de liberdade-exploração. Assim, enquanto a “bancária” mantém estrutura de opressão, a “não bancária” combate todo e qualquer tipo de tirania, inclusive as que estão no próprio indivíduo, de maneira que, ao assumirmos nossos pontos cegos, longe de isso nos desmerecer, pode nos libertar<sup>23</sup>.

Foi no mestrado da PUC-Rio que pela primeira vez, vivenciei essa relação pedagógica não bancária, na ocasião em que fiz um Curso de Extensão - introdução ao marxismo, com o professor Leandro Konder. Claro que, ao me graduar em Psicologia naquela mesma universidade na segunda metade dos anos 70 e começo dos 80, sintonizado com uma cultura jovem e politizada, eu já tinha lido Paulo Freire. Porém, um fato é estudar ideias que faíscam, outro é ter uma vivência delas, uma experiência que mexe com nosso lado melhor, transforma-nos, como foi o caso. Enfim, no mestrado, se não me falha a memória, estávamos em 1984 e 1985, e fui procurar Konder, pois, por um lado, o seu curso, oferecido por uma universidade privada, era pago, e por outro, à época, estava sem dinheiro para custeá-lo. Fiz-lhe então uma proposta: eu pagaria como seu secretário (transcreveria os textos para o mimeógrafo; distribuiria para os alunos, ajudaria na organização geral etc.). Ele, depois de me receber e escutar, faz-me uma contraproposta: a - que eu fizesse o curso, mas que procurasse não faltar a nenhuma aula; b - eu pagaria da seguinte maneira: quando fosse professor

23 Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

universitário (eu tinha lhe dito dessa minha pretensão), que eu desse uma bolsa ou ajudasse alguém com toda sinceridade, de forma que esse aluno pudesse partilhar do saber que eu tivesse conquistado.

Enfim, ali vivenciei de fato, pela primeira vez, que um dos pilares mais importantes da relação não bancária é o interesse genuíno pelo crescimento do outro; ela, para emergir, precisa estar ancorada em algo que é a marca singular de todo professor-educador: a sinceridade. Porque, se sabemos ser sinceros nas diferentes situações pelas quais passamos, se não lutamos para assumir quem somos nas nossas possibilidades e até limitações e erros, não conseguiremos desenvolver a relação não bancária entre o educando-educador. Tal sinceridade é a “alma” dessa relação pedagógica, sobretudo porque ela é registrada, sentida, não através daquilo que se escreve, daquilo que se fala (ainda que se escreva e se fale brilhantemente), mas sim através daquilo que se vive de fato com o outro, isto é, principalmente nas assim chamadas pequenas atitudes...

(2º) A segunda questão para que se pense uma relação não bancária é uma consequência da primeira, ou seja, aqui não se busca essa pedagogia apenas para transmitir conteúdos, mas sobretudo a fim de contribuir para a formação de cidadania universal e de uma consciência crítica, que nos habilita para assumirmos nossas escolhas e responsabilidades<sup>24</sup>. Isto se traduz principalmente em esforços por se vivenciar e partilhar a experiência, a qual aparece através da relação educador-educando, configurando a luta por uma consciência crítica e transformadora para combater grandes desigualdades e injustiças, que envolvem as minorias de toda sorte (trabalhadores do campo e da cidade, mulheres, negros, índios, travestis, homossexuais etc.). O que a experiência significa? Aqui, ela não é tudo que nos acontece, mas o que nos toca e nos faz mudar<sup>25</sup>. Desse modo, para aprimorar a relação não bancária,

24 Para Marcuse (“Um ensaio para libertação” e “Revolução e reformas: confrontação entre Marcuse e Popper”), a reconstrução dessa cidadania e de subjetividade rebelde não se faz desconsiderando as lutas anticapitalistas, mas estas, por outro lado, não se concretizarão de fato se não se considerarem ainda as questões da subjetividade, das lutas das minorias e do lugar de fala.

25 Para discutir experiência, ver: Bastos, Rogério Lustosa; Souza, Lizete Quelha de Souza. Pandemia, experiência e sociedade atual: contribuições de Walter Benjamin. In: Moreira, E.; Gouveia, R. et al. (org.). Em tempos de pandemia: proposta para defesa da vida e dos direitos. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ, 2020. p. 118-125. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12346/1/EMoreira.pdf>

como ela é também um encontro que nos toca, essa experiência instiga-nos à consciência histórica em prol das lutas anticapitalistas, bem como traz mudanças na subjetividade rebelde contra a subjetividade hegemônica. A propósito disso, julgamos pertinente lembrar uma passagem de Dostoiévski, nas suas memórias do subsolo: “Sem um coração puro, não se constrói uma vida com consciência”.

(3) Por outro lado, mesmo que a educação não bancária não se reduza a mera transmissão de conteúdo, como cada educador tem também a tarefa de cumprir as diferentes ementas das disciplinas pelas quais fica responsável, a partilha desse saber entre educador e educando deve ser pensada, principalmente de uma forma criativa. Assim, essa partilha do conhecimento pode se dar de uma maneira apaixonante, como uma viagem prazerosa e não um martírio. Para tanto, além de o educador se preparar para o domínio do conteúdo que partilhará, ele deve buscar recursos na arte (através da literatura, poesia, teatro, cinema etc.), pensando em atividades que contextualizem esse saber, a fim de despertar a curiosidade, a atenção do educando. A propósito, Paulo Freire nos chamava a atenção para o fato de que toda vez que conseguia trazer a vida e o contexto do educando para o ato educador, a aprendizagem acontecia de forma instigante e agradável<sup>26</sup>.

(4) Um outro ponto vital para a relação pedagógica em questão é pensar o ato educador relacionado a uma formação autônoma. A título de exemplo, anos atrás, como íamos começar a dar aulas para um Curso de Especialização de Analistas Institucionais, junto com amigos, promovemos um pequeno debate com alguns psicanalistas que considerávamos, os quais estava Hélio Pellegrino. Depois da exposição de cada um, enderecei uma pergunta a Pellegrino: - Hélio, gostei muito do que você falou e achei brilhante sua argumentação sobre a formação de um profissional para nós que seremos professores deles, mas, se eu e outros presentes aqui tivermos a pretensão de sermos iguais ao “Hélio Pellegrino” durante as aulas para futuros analistas, o que você nos

26 A propósito dessa questão, há uma vasta literatura que poderá nos ajudar, especialmente constituída por textos de divulgação científica, a qual, sem banalizar os conteúdos da ciência, visa alargar a compreensão deles para o entendimento de um maior número de pessoas, desenvolvendo uma forma didática que une arte e ciência. Dentre obras do gênero, destacamos: Mora, A. M.S. A divulgação científica como literatura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003; Araújo- Jorge, T. C (Org.). Ciência e arte. Rio de Janeiro: Senac, 2004.

sugeriria? Ele me respondeu: - Agradeço o comentário generoso, mas acho que, se realmente você gostou e quer pensar e partilhar algo parecido, creio que você e todos devem focar, antes de tudo, no canal das coisas que eu falo. Ora, se fui um bom expositor, se sou um bom analista e queiram desenvolver essa mesma competência em vocês próprios e nos alunos que formarão, devem focar, pensar e cultivar tal canal... Ademais, não se pode esquecer que, aqui, o importante não é quem fala, mas o que se fala...

Isso, em resumo, implica que um dos maiores elogios que se pode fazer a um professor-educador, não é só o acontecimento de ele ter sedimentado o melhor conteúdo, ou mostrado esse ou aquele caminho para desenvolvermos nossa carreira, mas o fato de ter colaborado para uma formação em que possamos aprender a andar e pensar por nós próprios. Esse procedimento não tem nada de natural; ao contrário, é gestado através de uma educação não bancária, tal como a que estamos discutindo. Sem o desenvolvimento dessa educação, dificilmente o educando se erguerá por um processo protagonista que pode emancipar a ele e ao seu meio. Ora, se há aqueles professores que se preocupam em formar discípulos eternos, mediante uma pedagogia míope que os faça ser idolatrados, existem professores-educadores que querem que esses “discípulos” se transformem em seus próprios mestres. Mestres que possam usar o saber que adquirem para dar sua contribuição, no sentido de que eles se tornem sujeitos, em vez de sujeitados.

(5) Em face de alunos difíceis e/ou de temas às vezes estapafúrdios que eles lhe apresentam, pedindo-lhe orientação, o que o professor deve fazer? A relação pedagógica não bancária, diante de situações como esta, bem como a experiência, diz que, em primeiro lugar, o docente deve acolhê-los, escutá-los e, se tiver disponibilidade, orientá-los. Porque nem todo estudante difícil e excêntrico é necessariamente talentoso, mas, em geral, os temas que contribuem e, por vezes, trazem mudanças significativas para algumas áreas de pesquisas, surgem de ideia singular que aparece

através de pessoas que vivem e enxergam acontecimentos e fatos que estão fora da curva e/ou à margem do estabelecido.

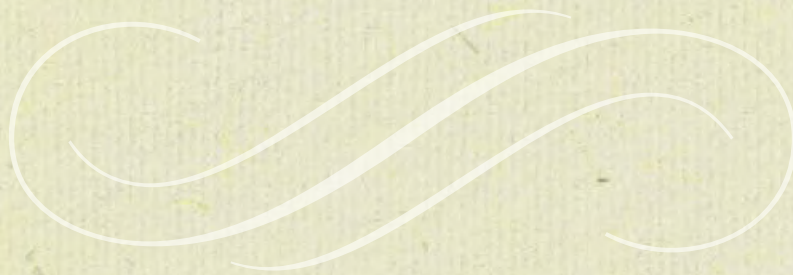
Leandro Konder dizia para seus alunos que queriam ser professores que, diante de alunos difíceis e com ideias consideradas extravagantes, em geral, se ele tivesse disponibilidade, ele os orientava. Para ilustrar, citava o caso de Benjamin e de Foucault. O primeiro já tinha doutorado, mas teve insucesso na Tese de Livre Docência e, tendo ela sido rejeitada, não conseguiu ser professor universitário. Curioso é que ele, anos depois, publicou esse material em um livro com o título, *Origem do drama do barroco alemão*, o qual é um dos mais lidos no atual meio universitário. Foucault, por sua vez, teve problemas na sua Tese de Doutorado: ela foi rejeitada por um professor. Depois, ele conseguiu que outro orientador o acolhesse e, finalmente, obteve o título e se tornou professor. Este texto, paradoxalmente, se tornou o livro *História da loucura*, que abalou a psiquiatria clássica e foi fonte para o movimento da antipsiquiatria.

(6) A pedagogia não bancária requer que o educador nunca pare de estudar. Além disto, ele deve se abrir para estudos e obras de fora de sua área, pois, sobretudo, isso pode lhe dar um contraponto e evitar que seu lado profissional fique cheio de certezas e sucumba prisioneiro delas. Em outras palavras, quem ama Psicologia, Física, Biologia, seja lá a área que for, depois de ter conquistado o domínio básico de seu objeto, não deve estudar só as questões do campo de sua especialidade.

(7) Por fim, assinalemos que, desenvolvendo em nós e no outro o amor pelo saber, o aprimoramento constante, vamos sempre nos deparar com lacunas. Isto, longe de ser demérito, é sinal de que devemos celebrar a oportunidade de poder nos reatualizar, crescer um pouco mais. Ora, se ninguém domina uma área na totalidade, estar vivo é se deparar também com nossas incompletudes e lacunas, nos cobrando aprimoramento. Assim como não há receita de bolo nem um modelo pronto e acabado para nos tornarmos um bom profissional, aqui não há linha reta para



ninguém, exceto muito trabalho e esforço sem ponto final. Isto não quer dizer que o profissional não possa chegar a um momento em que ele alcance as metas que se propôs, conquiste posições que tenha planejado e se esforçado por alcançá-las. Contudo, o problema, no caso, é pensarmos que somos perfeitos, infalíveis, e que nunca teremos mais lacunas, o que impedirá que desenvolvamos com sinceridade a relação não bancária, que não se faz sem a autocrítica. Aliás, para finalizar, a respeito disto, Konder trazia constantemente à baila uma frase de Bernard Shaw: “O erudito tem a pretensão de estar sempre certo e exercer a crítica o tempo todo contra os outros; o sábio faz autocrítica”.



# MARIA DAS DORES CAMPOS MACHADO



## **Amigos que dão as mãos**

*Paulo Leminski*

Meus amigos  
Quando me dão a mão  
Sempre deixam  
Outra coisa

Presença  
Olhar  
Lembrança-calor

Meus amigos  
Quando me dão  
Deixam na minha  
A sua mão.

**MARIA DAS DORES CAMPOS MACHADO**

AGOSTO DE 2017

# *Relembrado o passado*

## — FORMAÇÃO ACADÊMICA —

### **Introdução**

Trago no meu nome a força dos valores e das práticas religiosas do interior de Minas Gerais nos idos dos anos 50 do século passado. Como um sinal de que a religião teria uma importância muito grande em minha trajetória de vida, nasci exatamente no dia em que a imagem de Nossa Senhora das Dores estava em minha casa, seguindo os périplos comuns das novenas católicas naquela época. Ou seja, foi em homenagem àquela visitante ilustre que ganhei este nome, e isto não sem resistência de minha avó paterna, que temia a reprodução do sofrimento de Maria na vida iniciada em sua décima primeira neta. Pelo menos esta foi a historieta que meus pais me contaram. Começo este memorial com este relato, pois creio que minha formação como pesquisadora e especialista em Sociologia da Religião é fruto, entre outras coisas, de uma subjetividade que foi se desenvolvendo a partir de uma relação de muita ambivalência com o universo das crenças, dos rituais e das práticas disciplinares existentes na sociedade brasileira.

Os 5 anos de estudo em um rígido colégio de freiras que, não sei se por acaso ou destino, se chamava Nossa Senhora das Dores, também contribuíram para que eu desenvolvesse uma sensibilidade maior para o tema da religião. Acometida por uma enfermidade cujo tratamento exigia a suspensão das atividades físicas, depois

de vários meses de repouso absoluto, aos onze anos de idade fui encaminhada para um regime de semi-internato e, então, vivi as alegrias e as agruras da experiência de uma menina em uma escola católica nos anos 60. Quando de lá saí para cursar o científico em uma escola não confessional, não conseguia entender como minhas colegas e meus colegas podiam ser tão barulhentos, bagunceiros e desorganizados, mas hoje sei que simplesmente eles eram jovens e experimentavam um jeito de viver que, pela doença ou pela repressão religiosa, não pudera vivenciar. Trouxe daquela experiência na interiorana Itabira a intuição de que a religião católica, com suas procissões à luz de velas, poderia não só proporcionar encontros, namoros e paqueras, mas também poderia gerar muita repressão nos que cresciam e eram educados com base em sermões dominicais do sacerdote local, leituras do jornal mensal *Lar Católico* e prescrições religiosas.

Na minha memória, o assassinato de Kennedy, nos Estados Unidos, mobilizou mais minha família do que o golpe de 64. Eu tinha apenas 8 anos à época, e meu pai - que não gostava de Vargas e era eleitor da UDN, um partido forte entre os proprietários rurais da região - viu com simpatia as iniciativas dos militares. Tampouco me lembro de grandes questionamentos ou críticas à ditadura militar por parte dos meus irmãos e irmãs mais velhas. Em 1971, meu pai e meus irmãos atuaram ativamente para eleger o Padre Joaquim Santana de Castro para prefeito de Itabira, como candidato da Arena. Seu vice era um senhor conhecido como Sozinho, morador das vizinhanças de minha casa que, curiosamente, a despeito do apelido, seria o dono de uma casa de prostituição, segundo os cochichos de minhas irmãs mais velhas. Naquele entra e sai do escritório de meu pai, que era um dos comitês eleitorais do referido sacerdote, eu acompanhava a articulação da religião católica com a política sem imaginar que, posteriormente, este seria um dos meus temas de estudo.

### Graduação

No final de 1974, já casada e com 18 anos, prestei vestibular na Universidade de Brasília para Ciências Sociais, embora não soubesse bem do que se tratava e tivesse dúvida se não seria melhor estudar Economia. Comecei o curso como aluna de Regina Morel e Julio Cesar Melatti, professores que me fizeram ver que a escolha fora acertada. Em 1977, por motivos familiares, mudei-me para Belo Horizonte e fiz uma rápida, porém produtiva, passagem pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Naquela unidade de ensino, tive ótimos professores e, dentre eles, não poderia deixar de mencionar as excelentes aulas de Antônio Luiz Paixão, Paula Montero, Renato Ortiz e Bila Sorj. Renato Ortiz foi responsável por minha primeira e “atrapalhada” experiência de observação em um ritual de Umbanda. Ele lecionava Antropologia e solicitou à classe que, em grupos, realizássemos um exercício de observação participante em uma casa de Umbanda. Eu estava grávida de meu primeiro filho, Pedro, e na noite anterior havia assistido ao filme *O Bebê de Rosemary*, de Roman Polanski e com Mia Farrow. O filme me impressionou muito e aquela forte impressão fez com que, bem na hora de receber o passe do Preto Velho, eu tenha ficado apavorada com o que eventualmente pudesse ocorrer à minha criança. Então, num rompante, abandonei o grupo e o ritual religioso. Quando revelada em sala de aula, minha experiência foi motivo de muitas risadas de todos nós - colegas, professor e eu mesma.

No final de 1977 e com uma criança pequena, acompanhei meu marido em mais uma mudança e fui transferida para o Instituto de Filosofia Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde concluí o bacharelado em 1980. Naquela instituição que, à época, tentava contornar a crise da cassação política e do exílio de vários docentes renomados com a contratação de novos professores. Naquele quadro, tive o benefício de ter sido aluna de Michel Misse, Neide Esterici, José Maurício Bandeira, Liana da Silva Cardoso, Regina Morel, Nara Saletto, Alzira Alves de Abreu e

Jether Ramalho. Lembro-me que Michel me introduziu nas leituras de Goffman, Liana me apresentou Poulantzas, com Bandeira estudei Gramsci e Neide me ensinou a importância das categorias nativas dos trabalhadores rurais para a compreensão das relações sociais no campo. As aulas de Jether, a leitura de sua dissertação *Colégios Protestantes no Brasil: uma interpretação sociológica da prática educativa de colégios protestantes no Brasil no período de 1870 a 1940* e de seu livro *Prática Educativa e Sociedades um Estudo de Sociologia da Educação* (1976) me revelaram os impactos dos valores evangélicos na socialização e na formação acadêmica de jovens no Brasil.

No IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais), pude ver mais de perto as articulações do movimento estudantil com os grupos de esquerda e com a política partidária e, assim, descobri as disputas acirradas no interior da esquerda através da atuação do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e da Liberdade e Luta (Libelu). Como vinha de uma transferência, circulei por turmas diversas e fui colega de Silvana De Paula, que se tornou uma grande amiga, além de José Augusto de Souza Rodrigues, Carmen Lúcia Tavares Felgueiras, Lígia Maria de Souza Dabul, Paulo Kramer e Maria da Glória Bonelli, todos muito queridos até hoje.

Minha iniciação na pesquisa se deu naquele período. Na disciplina de Técnicas de Pesquisa II, participei de uma investigação coletiva sob o título “A participação política do operariado têxtil no período de 1945 a 1972”, quando entrevistamos importantes lideranças do movimento, como o sindicalista Hércules Correa. Entre janeiro de 1979 e julho de 1980, trabalhei como assistente de pesquisa de Sônia Draibe, na ocasião professora da UNICAMP, realizando leituras de documentos e levantando dados sobre os planos econômicos dos governos de Dutra (1946-1951) e Vargas (51-54) para sua tese de doutoramento, defendida na USP e, posteriormente, publicada com o título *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960* (1984).

### Mestrado

Em 1980, terminei o bacharelado e participei da seleção para o mestrado do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro/ IUPERJ, sendo aprovada para a área de Sociologia. Naquele programa de pós-graduação, orientada pela professora Elisa Reis, concentrei-me nos estudos de Teoria Sociológica e de Movimentos Sociais Rurais, o que me deu subsídios para a dissertação intitulada “Igreja e Ação Pastoral - A experiência do Araguaia em perspectiva”, defendida em meados de 1989. Fui aluna de Simon Schwartzman, Marcus Figueiredo, Nelson do Vale, Carlos Hasenbalg, Eli Diniz, Luiz Antônio Machado e pude me beneficiar dos instigantes debates realizados naquele instituto. Grávida de meu segundo filho, Nicolas, cursei também a disciplina ministrada por Antônio Carlos Peixoto, no Museu Nacional, sobre a questão rural e as experiências de reforma agrária na América Latina. Naquele curso, conheci Regina Novaes, aluna do doutorado da USP, que também fazia a disciplina e, posteriormente, desenvolveu sua tese sobre catolicismo e conflitos no campo brasileiro.

Nos anos de 1982 e 1984, participei do Grupo de Trabalho (GT) Religião e Sociedade da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), momento em que apresentei os artigos “A atuação da Igreja frente aos movimentos populares: uma revisão crítica da literatura”, escrito em coautoria com Virginia Costa Duarte, e “A Igreja e os conflitos da Terra”. Naquele contexto, estava interessada especialmente na relação da Igreja Católica com os movimentos sociais, particularmente com o sindicalismo rural, mas já me encaminhava para a Sociologia da religião, área em que venho atuando até hoje.

Uma nova transferência de emprego de meu marido nos levou ao Pará, com o que delimitarei meu objeto de investigação para a dissertação de mestrado à região do Araguaia, localizada ao Sul daquele estado. Entre 1985 e 1988, fiz levantamentos documentais na Comissão Pastoral da Terra e na Fase, bem como visitei Conceição do Araguaia e áreas circunvizinhas, onde ocorriam intensos



conflitos de terra e havia envolvimento de membros da hierarquia da Igreja Católica nas questões fundiárias e na organização dos lavradores. Lá pude entrevistar vários agentes pastorais e sacerdotes que apoiavam os trabalhadores rurais, dentre eles Ricardo Resende, quem, posteriormente, tornou-se professor universitário e meu colega de departamento nesta unidade de ensino.

Vivendo em Belém, pude também assistir e participar de vários rituais do famoso Círio de Nazaré, a mais importante festa católica da região, atraindo milhares de fiéis para as ruas da capital do estado do Pará. Ali, reencontrei uma tradição que me era conhecida desde a infância: a novena com a imagem de Nossa Senhora nos lares católicos. Lembro-me que morava em um prédio de 29 andares e achava curioso o fato de o deslocamento dos meus vizinhos com a imagem de Nossa Senhora de Nazaré para ter acesso aos diferentes apartamentos se dar pelo elevador. Apesar das diferentes formas de engajamento na preparação para o Círio de Nazaré, havia um clima de festa com os moradores do edifício visitando o apartamento que recebia a imagem por uma noite. Vinda de tão longe, naqueles momentos eu me sentia menos uma *outsider* naquela cidade, e as lembranças que os rituais religiosos suscitavam, traziam minha família de Minas Gerais para perto de mim.

Em 1986, iniciei minha carreira docente em Belém, lecionando em duas faculdades privadas. No mesmo ano, prestei concurso para a Universidade Federal do Pará, passando a integrar seu quadro de professores em 1987. Lembro que o ponto sorteado para a aula didática daquele concurso foi o estruturalismo francês e a banca era presidida pelo antropólogo Heraldo Maués que, depois, ao longo da vivência como colegas, tornou-se um grande amigo e um valioso interlocutor na área da religião. Defendi minha dissertação de mestrado em 1989 e, ato contínuo, prestei o exame de seleção para o curso de doutorado em Sociologia no IUPERJ. Além disso, consegui transferência para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) onde, além de atuar como professora do

Departamento de Letras e Ciências Sociais, fui Editora Associada da *Revista da Universidade Rural - Série Humanas*, no período de 1995 a 1999. A partir de 1997 e naquela Universidade, tive minha primeira experiência docente em um curso de pós-graduação, como professora convidada, do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA, onde se encontravam minha amiga Silvana De Paula e outros intelectuais importantes, como Maria José Carneiro, Ana Célia Castro, Hector Alimonda, Leonilde Servolo de Medeiros e Roberto Moreira.

### **Doutorado**

Meu curso de doutorado teve início em 1990 e, sob a orientação de Elisa Reis, propus um estudo comparativo de dois movimentos religiosos em expansão no Brasil: os pentecostais e os carismáticos católicos. Diferentemente da dissertação de mestrado, marcada pelas questões institucionais e políticas, as motivações, justificativas e consequências das adesões dos indivíduos a grupos religiosos emocionais me interessavam para o trabalho de doutorado. No IUPERJ, cursei as disciplinas ministradas por Olavo Brasil, Renato Boschi, Luiz Antônio Machado, Neuma Aguiar, Edmundo Campos e por minha orientadora. Ao mesmo tempo, fui aluna de Otávio Velho, no Museu Nacional, em uma disciplina de Antropologia da Religião, que me foi muitíssimo importante. Naquela disciplina, lemos e discutimos profundamente o livro de Marcel Gauchet *Le Désenchantement du monde. Une histoire politique de la Religion* (1985), o que foi de grande valia para a elaboração de meu projeto de tese. No curso, além dos instigantes comentários de Otávio Velho, pude compartilhar do diálogo extremamente fecundo com colegas como Carlos Steil, Marcelo Camurça e Bartholomeu Tito Figueirôa de Medeiros.

Durante o trabalho de campo para elaboração da tese, entrevistei 120 fiéis, organizados em quatro configurações religiosas: pentecostais, protestantes históricos, carismáticos católicos, e católicos não carismáticos. A comparação entre comunidades de

tradições religiosas distintas - evangélicas e católicas - que, naquele contexto parecia um desafio temerário, permitiu que eu identificasse os pontos de contato entre pentecostais e carismáticos, bem como suas singularidades. Importante também ressaltar que a empreitada permitiu trazer à tona a complexidade e a ambivalência do revivalismo religioso na primeira metade da década de 90 do século XX.

A elaboração da tese foi favorecida por dois fatores: meu ingresso, como pesquisadora associada, no Grupo de Estudos sobre o Catolicismo do Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), em 1992; e minha participação, na condição de bolsista por dois anos (1994 e 1995), no Programa de Pesquisa sobre Direito Reprodutivo, desenvolvido pela Fundação MacArthur, sob a supervisão da Fundação Carlos Chagas.

No Iser, encontrei em Patricia Birman, Regina Novaes, Cecilia Loreto Mariz, Samira Crespo e Pierre Sanchis interlocutores com quem debati amplamente minhas descobertas de campo. Este grupo de cientistas sociais elaborou um projeto de investigação, articulando as distintas temáticas dos integrantes, “A dança do sincretismo”, coordenado pelo professor Pierre Sanchis (UFMG), e eu iniciei uma pesquisa conjunta com Cecilia Loreto Mariz intitulada “Identidade, sincretismo e trânsito religioso”. Esta parceria, além de fornecer subsídios à minha tese de doutorado, rendeu artigos apresentados em congressos nacionais e internacionais, como o da Associação Brasileira de Antropologia e Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (1994), as *Jornadas sobre Alternativas Religiosas em LatinoAmerica* (1994, Uruguai) e a *Third Conference of Brazilian Studies Association* (1996, Inglaterra). Os trabalhos oriundos daquela pesquisa, escritos em coautoria com Cecilia Loreto Mariz, foram publicados em periódicos brasileiros sob os títulos “Sincretismo e trânsito religioso: um estudo comparativo entre carismáticos e pentecostais” (1994); “Pentecostalismo e a redefinição do feminino” (1996); “Mulheres e práticas religiosas: um estudo comparativo das Cebcs, Comunidades Carismáticas e Pentecostais” (1997). Também

escrevemos conjuntamente “Pentecostalism and women in Brazil”, publicado como capítulo do livro *Power, Politics, Pentecostals in Latin America* (1997).

Quero assinalar que a pesquisa supramencionada ensejou uma parceria fecunda e uma grande amizade com Cecilia Loreto Mariz, que continuam até os dias de hoje. Em 1994, nós duas integramos o grupo de pesquisadores da América do Sul que fundou, na cidade de Montevideu, a Associação dos Cientistas Sociais da Religião no Mercosul, da qual fui a Secretária Executiva (1998-1999), Tesoureira (2000-2001), Vice-presidente (2002-2003) e Presidente (2004-2005). Entre 98 e 2000, Cecilia Loreto Mariz, o saudoso Lias Nogueira Negrão (USP) e eu coordenamos o Grupo de Trabalho (GT) Religião e Sociedade da Anpocs. Posteriormente (2002/2003), eu coordenei este mesmo GT com o Lias Nogueira Negrão e o colega Joanildo Burity (Fundação Joaquim Nabuco), que seguiria sendo meu parceiro em outros projetos de investigação, como veremos mais a frente.

A condição de integrante e bolsista do Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direito Reprodutivo II estimulou meu interesse pela literatura socioantropológica sobre as relações de gênero, como também me propiciou a participação em dois seminários (1994 e 1995), com pesquisadores e ativistas de movimentos sociais da América Latina e Caribe. Naqueles eventos, além de ouvir pesquisadores/as sêniores, como Cristina Bruschini, Fatima Pacheco Jordão, Albertina Costa, Renato Janine, Jurandir Freire, Richard Parker e Thomaz Rafael Gollop, também pude conviver com bolsistas que depois se tornaram importantes referências nas áreas de sexualidade, direitos reprodutivos - Fernando Sefner, Vera Soares, Irma Palma, Daniela Knauth - e Sociologia da religião - Maria José Rosado Nunes, Lúcia Ribeiro. O aprendizado advindo da experiência do Programa de Treinamento sobre Direito Reprodutivo me possibilitou uma interpretação mais rica do fenômeno religioso e de seus efeitos na vida privada, dando um toque bastante original e inovador ao resultado do trabalho: a tese de

doutorado. Defendido em 1994 e aprovado com louvor, o trabalho final de doutoramento recebeu o prêmio “José Albertino Rodrigues”, conferido pela Anpocs, em 1995, na categoria de melhor tese de doutorado do ano, e foi publicado em 1996 sob o título *Carismáticos e Pentecostais: Adesão Religiosa e seus efeitos na vida familiar*.

Durante a realização da investigação que deu origem à minha tese de doutorado, expus os resultados parciais da pesquisa na XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, com o artigo “A adesão aos movimentos pentecostais e carismáticos e seus efeitos nas relações de gênero”; na 46ª Reunião Anual da SBPC, com a comunicação “Sexualidade e comportamento reprodutivo: uma comparação da ética dos pentecostais e dos carismáticos católicos”; no seminário *Ciencias Sociales y Religion - Perspectivas y desafios en el Cono Sur* (Uruguai) com o paper “Familia, sexualidad y planificación: un estudio comparativo de pentecostales y carismáticos católicos”; e no XVIII Encontro Anual da Anpocs, com o trabalho “Gênero e conversão: comparando pentecostais e carismáticos”. Como resultado das apresentações mencionadas, em 1994 e 1995 foram publicados os artigos: “As relações intrafamiliares e os padrões de comportamento sexual dos pentecostais e carismáticos católicos do Rio de Janeiro” e “Corpo e moralidade sexual em grupos religiosos”, na *Revista da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* e na *Revista Estudos Feministas*, respectivamente.

Como desdobramento da tese de doutorado, a pesquisa “Os efeitos da filiação religiosa no exercício da sexualidade e da reprodução”, desenvolvida no Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos II, permitiu o aprofundamento de questões mais ligadas à moralidade sexual e às práticas contraceptivas por parte dos integrantes de denominações pentecostais e grupos carismáticos. Temáticas como a homossexualidade e a aids emergiram no trabalho de campo, ampliando a minha agenda de pesquisa, que vinha se desenvolvendo em torno das relações afetivas e sexuais de casais cristãos heterossexuais.

Os resultados da investigação foram discutidos na 23<sup>th</sup>. *Conference Internacional Society for Sociology of Religion*, em Québec, no ano de 1995, onde expus o artigo “Sexuality and Reproductive Behavior: A comparison of the ethics of Pentecostal and Charismatic Catholics”; no *Segundo Taller de Investigaciones Sociales em Salud Reproductiva y Sexualidad*, organizado em Buenos Aires, no mês de maio de 1996, com a comunicação “Sexo e contracepção em grupos evangélicos e católicos”, cuja versão revista e ampliada foi apresentada no *Seminário Saúde, Sexualidade e Reprodução: Compartilhando Responsabilidade*, realizado na UERJ; em setembro de 1996, e também na *VI Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina*, ocorrida em Porto Alegre, em novembro de 1996. Tais resultados de pesquisa foram ainda compartilhados no *XX Encontro Anual da Anpocs*, com o texto “Conversão religiosa e opção pela heterossexualidade em tempos de AIDS: notas de uma pesquisa”, posteriormente publicado na *Revista Sociedad y religión*, na Argentina, em 1996, e nos *Cadernos Pagu*, em 1998. Também em função daquele material de pesquisa, em 1997 participei do *XX Congresso Internacional da Latin American Studies Association*, realizado em Guadalajara, mediante apresentação do artigo “Pentecostal Women in Brazil: Family, Labor, and Political Implications”.

O texto *Sexual Values and Family planning among Charismatic and Pentecostal Movements in Brazil* foi publicado pela *Revista inglesa Reproductive Health Matters*, em 1996. Já os trabalhos intitulados “Identidade religiosa e moralidade sexual entre católicos e evangélicos”, “Mulheres: da prédica pentecostal ao debate sobre sexualidade, saúde reprodutiva, aborto e planejamento familiar” e “Sexualidade e contracepção em grupos religiosos brasileiros” constituíram capítulos nos livros *Direitos Tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*; *Gênero sem Fronteiras*; e *Saúde, Sexualidade e Reprodução - Compartilhando Responsabilidades*, durante o ano de 1997. O artigo *Family, sexuality, and family planning: a comparative study of Pentecostal and charismatic catholics in Rio* integrou o livro *More than Opium*, publicado em Londres, em 1998.

No ano de 1995, a equipe de estudos sobre catolicismo que eu integrava no ISER decidiu dar continuidade às suas atividades com a proposição de um novo projeto de pesquisa. Intitulado “Sincretismo II: a porosidade do mal no Brasil”, o projeto articulava seis subprojetos, e um deles, “Papel do demônio e da libertação entre pentecostais e carismáticos”, foi formulado por mim e Cecilia Mariz, dado o interesse de ambas em prosseguir com nossas comparações entre os diferentes grupos cristãos. No âmbito do subprojeto, nosso foco contemplava a estratégia acionada pelos líderes religiosos e fiéis de “diabolização” dos problemas físicos, morais e materiais, e a expectativa que se fazia presente em torno do exorcismo como via de resolução dos males humanos. O projeto foi aprovado pelo CNPq, envolvendo, além das duas pesquisadoras principais, duas bolsistas de Aperfeiçoamento e três de Iniciação Científica. Os resultados do estudo constituíram dois artigos: *Changements récents dans le champ religieux brésilien* e *Encontros e desencontros entre católicos e evangélicos no Brasil*, publicados em 1998 e 2001 na revista *Social Compass* e no livro *Fiéis e Cidadãos - Percursos e Sincretismos no Brasil*, respectivamente. Uma versão em português do primeiro trabalho saiu na revista *Antropolítica*, no ano de 1999.

Em 1996, participei de um novo concurso na Fundação MacArthur para o Programa de População. Candidatei-me com o projeto *Do púlpito à mídia: ética sexual e contracepção em igrejas pentecostais* e fui agraciada com uma bolsa para o período de setembro de 1996 a agosto de 1999. Tratava-se de pesquisa que procurava articular o estudo das mídias religiosas com a investigação da recepção dos valores difundidos por elas. Dividido em duas fases, o trabalho começou com o monitoramento, durante o período compreendido entre setembro de 1996 e agosto de 1997, de parte da mídia eletrônica e impressa da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) e da Assembleia de Deus (AD). O objetivo era verificar o espaço que tais denominações reservavam para as temáticas relativas à saúde reprodutiva, planejamento familiar e aborto, bem

como as posições que adotavam a respeito. Como nos estudos anteriores, foi adotada a perspectiva comparativa, de modo a cotejar uma igreja paradigmática do pentecostalismo clássico (AD) com a mais importante denominação do neopentecostalismo (IURD).

A segunda fase da pesquisa, iniciada no mês de abril de 1998, privilegiou o outro polo da relação da mídia, isto é, o público leitor e telespectador. Então, foram abordados os seguintes tópicos: 1) a importância dos veículos de comunicação pentecostais no cotidiano das fiéis; 2) os programas e os periódicos preferidos; 3) as demandas dessas consumidoras em relação a esses veículos de comunicação; 4) as eventuais formas de participação - carta, telefonemas, fax etc.; e 5) as maneiras como eram recebidas as mensagens transmitidas pelas mídias em questão. Para tanto, foram realizados encontros de grupos focais na cidade do Rio de Janeiro, sendo quatro dos grupos compostos por fiéis das igrejas estudadas e dois grupos de controle, compreendendo mulheres não evangélicas.

Quero destacar que, com este projeto, pude aprender novas técnicas de investigação - grupos focais e monitoramento de mídias eletrônicas e impressas-, ampliar os temas de minha agenda de pesquisa e ajudar na formação de vários bolsistas de iniciação científica. Os resultados desse estudo também foram muito interessantes, revelando não só a força dos valores da teologia da prosperidade entre as fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, como a posição mais liberal da liderança desta igreja em relação à contracepção masculina e ao aborto. Estas descobertas da pesquisa foram trabalhadas nos seguintes artigos: "Gênero e sexualidade: uma análise da mídia pentecostal", discutido na 21ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em 1998; "Pentecostalismo, gênero, mídia e saúde reprodutiva", exposto pela coautora e assistente de pesquisa Silvia Fernandes durante a VII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, em Buenos Aires, em 1997; e "Saúde feminina, aborto, planejamento familiar na mídia pentecostal", divulgado no VII Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 1997.



Em 1999, o texto “Mídia pentecostal - saúde feminina e planejamento familiar em perspectiva” foi publicado nos *Cadernos de Antropologia e Imagem*, e o artigo “Da produção do conhecimento à intervenção social: avaliação de uma pesquisadora sobre as dificuldades de diálogo entre os movimentos sociais” saiu no *Informativo Semestral da MacArthur*. Em 2000, publiquei na *Revista Estudos Feministas* e na revista *Ciencias Sociales y Religión* outros dois trabalhos sobre a mesma pesquisa. Os títulos de tais artigos são “O tema do aborto na mídia pentecostal” e “SOS MULHER - A identidade feminina na mídia pentecostal”. Em 2001, o meu texto intitulado “Olhando as mulheres pentecostais através do espelho” foi publicado como capítulo do livro *Religião e Cultura Popular*.

Ainda na área de interface entre gênero e religião, publiquei também nos primeiros anos da década de 2000 dois textos em coautoria com Cecília Loreto Mariz, a saber: “Progressistas e carismáticas: uma análise do discurso das mulheres das CEBs” e “Mujeres y grupos religiosos en Brasil”, na *Revista da Praia Vermelha*, e na *Enciclopedia Internacional de Religiones*, respectivamente. No mesmo período, o texto “Carismáticas e pentecostais: a dimensão feminina nos movimentos revivalistas” foi publicado na *Revista Magis*, do Centro Loyola.

Em 1999, na condição de Secretária Geral da Associação dos Cientistas Sociais do Mercosul, integrei com Otávio Velho, Clara Mafra, Patricia Birman, Regina Novais e Cecilia Mariz a comissão organizadora das *IX Jornadas Sobre Alternativas Religiosas na América Latina*, que ocorreu no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, e contou com a participação de vários investigadores do continente americano e da Europa.

## — A CARREIRA DOCENTE NA UFRJ —

### Ensino e orientação

Em 1998, prestei concurso público para o departamento de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Serviço Social da Escola de Serviço

Social e, em 1999, passei a fazer parte do quadro docente da UFRJ. Nesta universidade, minhas possibilidades profissionais foram alargadas, uma vez que, além de atuar na graduação, passei a fazer parte do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, onde comecei a lecionar e orientar alunos de mestrado e doutorado. Ampliei também minhas parcerias, pois encontrei na Escola de Serviço Social investigadores interessados no fenômeno religioso - como Yves Lesbaupin e José Pedro Simões; nas relações de gênero - caso de Suely Almeida, Lilia Pougy; e nas questões geracionais e de família - como Myriam Lins de Barros e Andreia Moraes. Tais parcerias se iniciaram logo em 2000, quando passei a integrar o grupo Gênero, Etnia, Classe: estudos multidisciplinares (GECM), coordenado pela saudosa Suely Almeida, e participei, juntamente com Suely e Myriam Lins de Barros, da comissão organizadora do seminário *A Questão Social em Quinhentos Anos*, realizado na ESS.

Naquele mesmo ano, com a proposição do projeto de investigação intitulado “Evangélicos na disputa política do Rio de Janeiro: interesses materiais e ideais em jogo, passei a integrar a carreira de pesquisador do CNPq como bolsista nível 2d. Em 2002, criei o Núcleo de Estudo Religião, Gênero, Ação Social e Política, no âmbito do qual venho desenvolvendo meus estudos na área da Sociologia da religião e realizando iniciativas em parceria com outros núcleos de pesquisa da ESS, em especial com o grupo Cultura Urbana, Sociabilidade e Identidade Social, coordenado pela antropóloga Myriam Lins de Barros até 2016. Myriam e Andreia Moraes partilharam comigo disciplinas na pós-graduação e participaram de um grande projeto de investigação desenvolvido na ESS para o Ministério da Saúde, abordado com mais detalhes na sequência do presente texto, e, ainda com elas, também escrevi e publiquei vários textos. Juntamente com Myriam Lins de Barros, escrevi os artigos “Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro” (*Revista Estudos Feministas*, 2009) e “Judaísmo e homossexualidade: notas de uma pesquisa” (*Revista Religião & Sociedade*, 2010), bem

como coeditei o livro *Religiões e Homossexualidades*, que contou com as contribuições de Fernanda Piccolo, José Pedro Simões, Andreia Moraes, Luciana Zucco e Murilo Mota Peixoto.

No curso de graduação, lecionei as disciplinas Teoria Sociológica, Pesquisa Social, Identidades Culturais e Relações de Gênero. Orientei quarenta e sete bolsistas de iniciação científica Faperj, CNPq e outras agências de fomento -, assim como também orientei a produção de vinte e sete monografias de final de curso e tive sob a minha supervisão três monitores que atuaram nas disciplinas de Pesquisa Social e Relações de Gênero. A grande maioria dos trabalhos dos discentes orientados ao longo daquele período articulava a religião com outras dimensões sociais como gênero, sexualidade, ação social e política. Atualmente, oriento uma monografia de final de curso sobre a cobertura dos casos de feminicídio pela mídia brasileira, e acompanho o trabalho de investigação de dois bolsistas de Iniciação Científica na área de religião e direitos humanos.

No âmbito da pós-graduação, ministrei, de forma intercalada, as disciplinas de Pensamento Social Clássico, Seminário de Tese, Metodologia da Pesquisa e Tópicos Especiais em Processos Culturais. Fui orientadora de sete teses defendidas no curso de doutorado e duas dissertações de mestrado. Três das investigações sob minha orientação se tornaram livros que são hoje referências importantes nos estudos sobre homossexualidade, aborto e gestão urbana no Brasil: *Saindo do armário entrei na velhice*, de Murilo Motta Peixoto; *Religião e direitos reprodutivos - O aborto como campo de disputa política e religiosa*, de Ruliam Emmerick; e *Democratização e gestão pública na Amazônia - Um modelo de orçamento participativo*, de Olinda Maria Malatto. Este último trabalho recebeu menção honrosa no processo de seleção da Capes como melhor tese de doutorado do ano de 2006. Hoje oriento cinco doutorandos que trabalham com questões relacionadas à sexualidade, religião, etnia, trabalho informal e relações de gênero.

Nesse período, também atuei como coorientadora de cinco teses de doutorado defendidas em outros programas de Pós-graduação do Brasil - PPCIS/UERJ; PPGCR/UFJF, IUPERJ, e do exterior - Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS)/México. O trabalho “Iglesias para la diversidad sexual y de género: perspectivas y trayectorias comparadas del campo religioso en Brasil y México”, de Karina Berenice Bárceñas Barajas, agraciada com uma bolsa da Faperj no Programa de bolsa Sanduíche Reverso, no ano de 2014, recebeu o prêmio da Academia Mexicana de Ciências de melhor tese de doutorado em Ciências Sociais, em 2016. Em 2015, também atuei como supervisora do estágio doutoral de Sandra Villalobos Nájera, vinculada ao Programa de Posgrado de Ciencias Políticas y Sociales da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México.

#### **Atividades de Extensão**

Em 2001, como parte de minhas atividades no GECEM, elaborei uma proposta de atividade de extensão intitulada *Fazendo gênero na tela*, que contou com a participação de outras pesquisadoras do grupo, como a nossa atual decana, Lilia Pougy, e foi oferecida à comunidade acadêmica durante os dois semestres do ano de 2002. Em 2004, coordenei o Ciclo de Debates Religião e Cinema, uma atividade realizada mediante parceria entre o Núcleo de Estudos Religião, Ação Social e Política e o Iser Assessoria, que teve lugar no Museu da República.

Em 2005 e 2008, dei aulas nos cursos de extensão oferecidos pelo Centro de Referência de Mulheres da Maré. No segundo semestre de 2006, participei, como painelistas, no *Seminário AIDS e Religião: desafios e respostas do campo religioso no enfrentamento da Epidemia da AIDS no Brasil*, organizado pela Associação Interdisciplinar de Aids, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 2008, organizei e ministrei as aulas da disciplina *Diversidade Sexual e Homofobia em Discussão*, assim como fiquei

responsável por uma sessão da disciplina Gênero, Relações Familiares e Direitos: Histórico e Tendências, no curso de capacitação de lideranças religiosas promovido pela UERJ. Em 2009 e 2010, lecionei no curso de extensão Direitos Sexuais e Reprodutivos, oferecido pela ESS e, em 2011, participei do II Ciclo de Debates sobre Educação em Direitos Humanos, organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão de Educação em Direitos Humanos.

### **Estágios de Pós-doutorado**

Em 2005, onze anos depois do meu doutoramento no IUPERJ e tendo trabalhado por seis anos na UFRJ, obtive apoio financeiro do CNPq para realizar meu primeiro estágio pós-doutoral no Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES), na cidade de Buenos Aires, sob a supervisão da Professora Elizabeth Jelin, que fez contribuições importantes para a Sociologia da família na América Latina. Naquela oportunidade, acompanhei duas disciplinas oferecidas no Instituto durante o segundo semestre do ano de 2005, assisti palestras na Universidade de Buenos Aires, desenvolvi o projeto de pesquisa “Família, Religião e Identidade Feminina” e mantive uma intensa interlocução com os antropólogos Alejandro Frigerio, Eloisa Martin, Pablo Semán e Maria Júlia Carozzi, que estudavam a temática da religião na Argentina.

No período do estágio Pós-doutoral, pude também me dedicar à redação do livro *Política e Religião*, lançado no ano de 2006, no qual apresento uma análise dos resultados de uma pesquisa empreendida entre 2000 e 2004. Além da publicação deste livro, devo à minha estadia no Ides a elaboração dos seguintes artigos: “Globalización y secularización”, publicado em 2007 na *Revista Cultura y Religión*, e em 2009 na língua portuguesa com o título “Identidade, globalização e secularização”, na coletânea *Identidade e Globalização*; “La Política: Un Nuevo Espacio de Articulación de las Identidades Religiosas y de Género”, que saiu em 2007 na *Revista Estudios Transfronterizos/Si Somos Americanos*; e “Religião

e as assimetrias de gênero na América Latina”, publicado no livro *Latinidade da América Latina. Enfoques socioantropológicos*, lançado em 2008.

A interlocução com os pesquisadores argentinos segue até o presente, sendo que a própria Elizabeth Jelin esteve no Brasil em 2007 para participar do *Workshop Mudanças Sociais, Gênero, gerações e Classes*, organizado por mim e Myriam Lins de Barros, na Escola de Serviço Social. Posteriormente, o cientista político Juan Vallagione também esteve no Brasil para o *Seminário Internacional Religião e Cultura na América Latina*, organizado por mim e pela saudosa amiga Clara Mafra (na época professora da UERJ) na UFRJ, em 2010. Participei, também, de vários eventos científicos organizados na capital e no interior da Argentina, e o artigo “Activismo religioso en las elecciones del 2010 en Brasil” foi publicado na coletânea *Conservadorismos, Religión Y Política: Perspectivas de Investigación en América Latina*, de 2013. Finalmente, venho sendo solicitada pelo Conicet, agência de fomento de pesquisa do Estado argentino, a emitir pareceres sobre as propostas de investigação sobre Sociologia da religião, relações de gênero e sexualidade a serem desenvolvidas naquele país.

Em 2012, sete anos depois da minha estadia no Ides, realizei um estágio pós-doutoral de um ano no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a supervisão de Maria José Rosado Nunes, socióloga com uma vasta produção sobre catolicismo e gênero. Na PUC, além dos cursos oferecidos por minha supervisora, assisti palestras, participei de bancas de defesa de tese, apresentei trabalho no *Seminário Gênero, Religião e Sexualidade*, e desenvolvi o projeto de investigação intitulado “Religião e formação de lideranças políticas na contemporaneidade”. O objetivo do projeto era conhecer os cursos de formação de lideranças políticas oferecidos por grupos religiosos no estado de São Paulo e a influência dos mesmos na atuação parlamentar de carismáticos católicos e evangélicos que exerciam mandato na Câmara Federal (legislatura

2011/2014). Interessava-me, também, analisar a relação desses/as políticos/as com os movimentos feministas e com as estruturas eclesiais.

Meu segundo estágio pós-doutoral foi muito frutífero e, entre seus principais produtos, encontram-se a publicação, em 2013, do trabalho intitulado “História das Ciências Sociais da Religião” no *Compendio das Ciências da Religião*; e a do artigo “Controvérsias sobre as relações de gênero e sexualidade no campo pentecostal brasileiro”, na coletânea *Gênero, Religião e Sexualidade: sobre um campo em constituição*. Tais publicações foram de iniciativa dos professores do Programa onde realizei o estágio em pauta. Os dados levantados na pesquisa sobre formação de lideranças políticas em grupos religiosos serviram de base para os artigos “Pesquisas com líderes religiosos: questões éticas e metodológicas” e “Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos”, publicados em 2013 e 2015 nas revistas *Estudos de Sociologia e Religião & Sociedade*, respectivamente.

### — PESQUISAS DESENVOLVIDAS NA UFRJ —

Nos últimos 18 anos, além das pesquisas desenvolvidas nos dois pós-doutorados, coordenei e/ou participei das equipes de outras investigações importantes nas áreas de Sociologia da religião, política eleitoral, relações de gênero e sexualidade. Em 1999, Cecilia Loreto Mariz e eu fomos convidadas por Hannah Stewart-Gabino e Carol Ann Drogus (cientistas políticas que, naquela ocasião, ensinavam na Lehigh University/EUA e no Hamilton College/EUA, respectivamente) para integrar uma pesquisa comparativa que tinha dois objetivos centrais: verificar se a participação das mulheres em movimentos organizados pela Igreja Católica, a partir do final da década de 60, no Chile e no Brasil, teria favorecido o engajamento feminino em outras formas de associativismo; e identificar quais seriam as formas de associação que mais mobilizavam

as militantes católicas. Assim, entre 1999 e 2000, Cecilia e eu coordenamos o projeto “A trajetória política das mulheres com participação nas Comunidades Eclesiais de Base”.

Carol Drogus havia realizado um estudo anterior no Brasil e trabalhava com a hipótese de que a inserção das mulheres em movimentos católicos constituía uma via importante de politização do segmento feminino das classes populares nas periferias urbanas, assim como ajudava na formação de novas lideranças femininas. Com colaboração do Iser-Assessoria, tivemos a indicação de um grupo de militantes católicas da baixada fluminense que integravam as CEB e/ou haviam participado de iniciativas de formação de lideranças nos anos anteriores. E com a indicação de alguns pesquisadores de São Paulo, conseguimos identificar também algumas mulheres que atuaram em movimentos ligados à Teologia da Libertação.

Um dos resultados interessantes daquela pesquisa foi que, a despeito de terem uma atuação muito forte no grupo de vizinhança e na comunidade católica local, as mulheres entrevistadas não se viam como líderes das CEBs, sendo que algumas inclusive participavam do movimento de Renovação Carismática Católica, cujo caráter é ainda mais emocional e tradicionalista do que o das comunidades ligadas à Teologia da Libertação. Em outras palavras, captamos mudanças no campo católico com trânsitos de fiéis das CEBs para a RCC. Os resultados da pesquisa compuseram o material de dois textos - “Catholics and pentecostals: Possibilities for alliance” e “Earthquake Versus Erosion: Church Retreat and Social Movement Decline” - ambos publicados como capítulos do livro *Activist Faith; Grassroots women in democratic Brasil and Chile*, organizado por Carol Drogus e Hanna Stuart-Gambino e lançado em 2005, na Pensylvania (EUA). Cecilia e eu publicamos ainda os textos “Progressistas e carismáticas: uma análise do discurso das mulheres das CEBs” e “Mujeres y grupos religiosos en Brasil” na *Revista da Praia Vermelha*, da ESS-UFRJ, e na *Encyclopedia Internacional de Religiones* (México), respectivamente.



No ano de 2000, com o apoio do CNPq, iniciei a pesquisa “Pentecostais e neopentecostais na disputa política do Rio de Janeiro: interesses materiais e ideais em jogo”. O objetivo geral do projeto era estudar a participação dos candidatos pentecostais e neopentecostais da cidade do Rio de Janeiro nas eleições daquele ano, acompanhando a atuação dos eleitos no primeiro ano de seus mandatos. Sinteticamente, queria verificar se os candidatos ao executivo e ao legislativo no pleito de 2000 incorporavam as demandas dos segmentos femininos em suas agendas políticas e se tais propostas posteriormente se transformavam em projetos de leis. Aquele foi o primeiro de uma sequência de estudos que realizei na interface da religião com a política eleitoral e deu origem a uma série de publicações. Em 2001, nos *Cadernos CERU* da USP, saiu o artigo “Além da religião” e, em 2003, publiquei “Existe um estilo evangélico de fazer política?”, capítulo da coletânea *Religião e Espaço Público*, organizada por Patricia Birman. O texto intitulado “Igreja Universal: uma organização providência” constituiu um dos capítulos do livro *Igreja Universal do Reino de Deus - os novos conquistadores da fé*, organizado por Ari Oro. Em 2004, o texto produzido em coautoria com Cecilia Loreto Mariz com o título “Evangélicos e católicos as articulações da religião com a política” foi publicado como capítulo do livro *Religião e violência em tempo de globalização*, editado por Mabel Salgado e Lyndon Santos.

Em 2002, dando prosseguimento à linha de pesquisa aberta com o projeto anterior, comecei um novo projeto, intitulado *Religião e cultura política: a participação dos evangélicos nas eleições de 2002 e o clientelismo no Rio de Janeiro*. O objetivo central daquele projeto era estudar a participação dos candidatos evangélicos do estado do Rio de Janeiro nos processos majoritários e proporcionais do pleito de 2002, acompanhando a atuação dos eleitos durante o primeiro ano de mandato. Em particular, interessava verificar a importância do engajamento em atividades assistencialistas como recurso eleitoral dos candidatos evangélicos na disputa eleitoral e mapear as diferentes expressões de clientelismo na política

regional. Como várias candidaturas estavam vinculadas às políticas sociais do governo Garotinho, pretendia verificar a importância do Programa Cheque-cidadão, carro chefe do assistencialismo de então, na formação de clientelas. Os dados do estudo foram contemplados no livro *Política e Religião*, que lancei pela FGV no ano de 2006, e em outros três textos, a saber: “Religião, política e assistencialismo no estado do Rio de Janeiro”, publicado na *Revista Praia Vermelha*, em 2005; “Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva”, capítulo da coletânea *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*, organizada por Joanildo Burity e por mim em 2006; e “Religião, mulheres e política institucional: evangélicas e católicas na disputa pelo poder no Rio de Janeiro”, escrito em coautoria com Cecilia Mariz e publicado no livro *Ensaio Feministas*, organizado por Sandra Duarte em 2007.

No período entre 2005 e 2008, desenvolvi o projeto “Religião, política e identidade feminina: a transmissão intergeracional de valores nas camadas populares do Rio de Janeiro”. O objetivo da pesquisa era estudar as continuidades e discontinuidades presentes na religiosidade, nos valores políticos, nos arranjos familiares e na identidade de gênero das mulheres populares de três gerações distintas. Interessava, especialmente, verificar se e como a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho e na política, a pluralização de grupos religiosos e o aumento do desemprego na sociedade brasileira afetavam a transmissão dos valores entre as gerações e fomentavam mudanças nas redes de sociabilidade das mulheres pobres. No período, publiquei os seguintes artigos: “Representações e relações de gênero em grupos pentecostais”, que saiu em 2005, na *Revista Estudos Feministas*; “Religião, trabalho voluntário e gênero”, escrito em coautoria com Cecilia Loreto Mariz, publicado na *Revista Interseções* (UERJ) em 2008; e “À propos de l’inculturation dans le catholicisme brésilien contemporain”, texto que também foi escrito a quatro mãos com Cecilia Loreto Mariz e que saiu, em 2008, na revista *Social Compass*.

Em 2007, respondendo a um edital lançado pelo Ministério da Saúde, coordenei a elaboração de um projeto de investigação que envolveu outros quatro professores da ESS, alunos da pós-graduação e vários bolsistas de Iniciação Científica. Nossa proposta foi selecionada e, entre 2007 e 2008, assumi a coordenação da pesquisa “Homofobia e violência: um estudo sobre os discursos e as ações das tradições religiosas brasileiras em relação aos LGBT”. Tratava-se de um projeto de investigação junto a lideranças de cinco importantes tradições religiosas no Brasil - católica, evangélica, espírita, afro-brasileira e judaica - com o objetivo de identificar percepções em relação à diversidade sexual e propostas institucionais para os segmentos constituídos por homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Aquela foi uma experiência muito interessante e profícua porque ampliou meu campo de investigação, antes mais focado nas religiões cristãs, e porque permitiu articular pesquisa com extensão e ensino, uma vez que também oferecemos o curso de “Capacitação de lideranças religiosas para a difusão do tema da diversidade sexual nas suas respectivas comunidades” (2008) e a disciplina Subjetividade, Gênero e Trajetórias Afetivo-Sexuais, no âmbito da pós-graduação em Serviço Social da UFRJ (2008). Ou seja, contribuímos para a abertura de um novo campo de investigação na ESS, o relacionado às múltiplas formas de sexualidade. Nesta então recente área temática, já foram produzidas duas importantes teses de doutorado: *Saindo do armário entrei na velhice*, de Murilo Mota Peixoto, integrante da equipe de pesquisa, publicada em livro pela Faperj; e a de Bruna Andrade Irineu, “A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social”, defendida em 2016.

O projeto igualmente favoreceu o aprofundamento da minha interlocução com pesquisadores, tanto da própria ESS -- Myriam Lins de Barros, Andrea Moraes, Luciana Zucco, José Pedro Simões e Murilo Mota --, quanto de outras unidades de ensino, como Luis Fernando Dias Duarte (Museu Nacional), Marcelo Natividade e

Leandro de Oliveira (na ocasião vinculados ao Museu Nacional e integrantes da equipe de pesquisa sobre pentecostais e homossexualidade, coordenada pelo Luis Fernando), Márcia Contins, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (IFCS), Fernando Seffner (UFRGS), Sandra Carneiro de Sá, Patrícia Birman, e Cecília Loreto Mariz da UERJ. Márcia e Maria Laura leram parte do material e discutiram conosco os resultados de nossas análises. Os demais participaram de reuniões e do seminário *Religião e sexualidade na contemporaneidade* que organizamos na UFRJ, em 2008.

Os resultados da pesquisa institucional de 2007 foram apresentados em vários eventos científicos importantes no Brasil e no exterior. Dentre eles, cabe mencionar o *Fazendo Gênero*, de 2008; o *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, em 2009; o *1<sup>st</sup> ISA Forum of Sociology*, em 2008, na cidade de Barcelona; e as *XV Jornadas sobre Alternativas Religiosas en América Latina*, em 2009. Além do já mencionado livro *Religiões e homossexualidades* (FGV: 2010), foram publicados cinco artigos escritos em coautoria com outros membros da equipe em revistas nas áreas de conhecimento atinentes: *Religião e Sociedade* (Iser/RJ), *Rever* (PUC/SP), *Revista Em Pauta* (UERJ/RJ), *Serviço Social e Realidade* (UNESP/SP), *Social em questão* (PUC/RJ). Também houve uma publicação em inglês, a do texto *Sexuality and Religion: homosexuality and religious values*, capítulo do segundo volume da coletânea *Controversies in Contemporary Religion*, organizada por Paul Hedges (University of Winchester/UK) e lançada na Califórnia, em 2014.

– Simultaneamente à implementação daquele projeto institucional, desenvolvi com meus dois bolsistas de Iniciação Científica um estudo intitulado “Família, religião e diversidade sexual no contexto contemporâneo”, apresentado ao CNPq para a renovação de minha bolsa de Produtividade em Pesquisa (2008-2010). Diferentemente do projeto anterior, onde privilegiei o estudo das configurações discursivas das lideranças religiosas, neste estudo investiguei a vida familiar, a trajetória sexual-afetiva e a carreira religiosa de leigos homossexuais masculinos e femininos com intuito de verificar os

pontos de convergência e divergência no processo de autonomização daqueles sujeitos sociais. Nesse sentido, interessava explorar não só a relação de gays e lésbicas com as lideranças e demais membros das comunidades religiosas frequentadas, mas também focalizar seus laços familiares, a fim de identificar as dificuldades enfrentadas e as estratégias adotadas por eles para conciliar identidades conflitantes. Com base naquele estudo, foram publicados os seguintes trabalhos: “Religião, identidade de gênero e orientação sexual”, no livro *Religión, Cultura y Política en las sociedades del Siglo XXI*, lançado em 2013; e “Religião, sexualidade e a cultura da autenticidade na contemporaneidade”, no livro *A religião entre o espetáculo e a intimidade*, de 2014.

Em 2010, fui convidada por Clara Araujo (UERJ) para integrar uma equipe de investigadores/as feministas para participar do “Consórcio Bertha Lutz: proposta para a implementação de estudo sobre a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010”, com a finalidade de responder a um edital lançado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, cujo interesse era acompanhar o primeiro pleito em que as mulheres tinham efetivamente chance de conseguir chegar ao cargo máximo da nação. A proposta do grupo foi escolhida pela Secretaria, o consórcio durou de 2010 a 2011 e foi coordenado por Celi Pinto (UFRGS), José Eustáquio Alves (ENCE/RJ) e pela jornalista e socióloga Fátima Jordão (SP). A equipe era numerosa, reunindo investigadores de várias universidades em diferentes estados brasileiros -- Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal -- e feministas que atuavam em ONG ligadas às questões de gênero (CFEMEA e Laboratório de Mídia).

Nesse projeto, fiquei responsável pelo monitoramento das campanhas dos candidatos proporcionais e pela investigação da importância da dimensão religiosa naquelas candidaturas. Com o apoio de dois bolsistas de iniciação científica da Faperj e um bolsista de nível superior pago pelo projeto, conseguimos acompanhar *blogs* e *sites* dos duzentos candidatos ao poder legislativo

sorteados pelo Consórcio para integrar a amostra da pesquisa. Os resultados do estudo foram apresentados no Seminário do Consórcio, realizado em 2011, em Brasília, e estão contidos nos seguintes trabalhos: “Assimetrias de gênero nas campanhas eleitorais para a Câmara Federal”, escrito em coautoria com Rosanete Steffenon e publicado no livro *Mulheres nas eleições de 2010*, lançado pela Associação dos Cientistas Políticos em 2012; e “Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010”, publicado na *Revista Brasileira de Ciência Política*, em 2012.

Aquela pesquisa se desdobrou ainda no projeto individual “Gênero e religião no processo eleitoral de 2010”, desenvolvido com o apoio do CNPq até 2015. Meu objetivo no projeto era pesquisar as implicações da formação de lideranças políticas em grupos religiosos na atuação parlamentar de carismáticos católicos e pentecostais que representavam os estados de São Paulo e Rio de Janeiro na Câmara Federal (legislatura 2011/2014). Neste sentido, procurei articular três níveis de análise: o processo de construção da biografia política daqueles parlamentares; as iniciativas dos grupos confessionais para a formação de lideranças políticas; e as atividades no âmbito do legislativo durante o primeiro biênio daquela legislatura, no que se refere às questões de interesse do segmento feminino.

O meu pós-doutorado em São Paulo (2011/02-2012/01) propiciou a realização de várias entrevistas com lideranças religiosas e/ou políticas naquele estado e a coleta de uma série de informações que serviram de base para uma comparação com os dados obtidos junto aos parlamentares fluminenses. Os resultados da investigação foram analisados nos artigos: “Religião, cultura e política”, que saiu na revista *Religião & Sociedade*, em 2012; e “Evangelicals and Politics in Brazil: The Case of Rio de Janeiro”, publicado na Revista inglesa *Religion, State & Society*, também em 2012.

Em 2011, o pesquisador Paul Freston (Wilfrid Laurier University/Canadá) convidou a mim e a Cecilia Loreto Mariz para coordenar com ele o desenvolvimento de três projetos

interinstitucionais que, além de nós três, envolveu os antropólogos Ari Pedro Oro (UFRGS), Donizete Rodrigues (Universidade de Beira Rio/Portugal) e Kachia Téchio (Universidade Nova de Lisboa), o cientista político Joanildo Burity (FJN/PE), a socióloga Brenda Carranza (Universidade Católica de Campinas) e alunos tanto do doutorado quanto do curso de graduação em Serviço Social. Para tanto, foi criado na UERJ o Centro de Estudos Latino-americanos sobre Pentecostalismo, e foi desenvolvida uma parceria com o Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva com a finalidade de administrar o financiamento concedido pelo Pentecostal and Charismatic Research Initiative (PCRI), vinculado à Universidade Stanford.

Juntamente com Paul Freston, fiquei responsável pela coordenação da pesquisa “Líderes pentecostais na América Latina: percepções e atitudes políticas e socioeconômicas”, além de partilhar com Cecilia Loreto Mariz a responsabilidade de coordenar o projeto “Carismáticos católicos e pentecostais protestantes: uma relação de amor e ódio?”. Com o primeiro projeto, pretendíamos mapear as visões e as atitudes das lideranças pentecostais em relação aos movimentos sociais, às agências governamentais, ao sistema partidário da América Latina, assim como suas opiniões acerca dos temas que compõem a agenda política internacional. Interessava-nos, especialmente, conhecer as percepções sobre as normas de regimes políticos, as demandas dos movimentos de identidade e a participação de grupos confessionais no debate público e na política institucional.

O segundo projeto visava conhecer as tensões e as possibilidades de criação de redes ecumênicas entre os grupos carismáticos católicos e pentecostais das tradições católicas e protestantes. Estudos preliminares indicavam a existência de trânsito de fiéis entre os dois movimentos religiosos nas periferias das grandes cidades do Brasil, contudo, não havia uma análise sistemática sobre as percepções das lideranças desses mesmos movimentos acerca do fenômeno da mobilidade dos seus membros e tampouco acerca

dos pontos de contato entre suas doutrinas e formas de rituais. Tentando contribuir para a superação dessa lacuna, propusemos uma investigação sobre as opiniões de líderes carismáticos acerca dos pentecostais e vice-versa.

A experiência de trabalho coletivo foi riquíssima e tivemos oportunidade de participar de vários eventos científicos para debater os resultados parciais da investigação. Dentre tais eventos, gostaria de destacar dois seminários no exterior - um no Equador, realizado em 2011; e outro em Portugal, realizado em 2012 - e dois no Brasil - um na UERJ e outro na Universidade Católica de Campinas, em 2012. Além disso, trabalhei o material coletado nos seguintes artigos: “Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos”, publicado em 2015 na revista *Religião & Sociedade*; “A ascensão política dos pentecostais na avaliação de líderes religiosos”, escrito em coautoria com Joanildo Burity e publicado em 2014 na *Revista Dados*; “Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira”, na revista chilena *Cultura y Religion*, em 2013. Publiquei ainda, sob a forma de capítulos de coletâneas, os seguintes textos: “Speaking up against abortion and homosexuality: Pentecostalism and politics in contemporary Brazil”, no livro *New Ways of Being Pentecostal in Latin American*, organizado por Martin Lindhardt, em 2016; “Controvérsias sobre as relações de gênero e sexualidade no campo pentecostal brasileiro”, no livro *Gênero, Religião e Sexualidade: sobre um campo em constituição*, 2015; “Moral sexual e ação política dos pentecostais”, na obra *Circuitos Religiosos: pluralidade e interculturalidade*, de 2014.

Em 2015, iniciei o projeto “Religião, direitos humanos e movimentos sociais”, que venho desenvolvendo até hoje e tem o objetivo de analisar a relação dos líderes religiosos de grupos carismáticos católicos e pentecostais com o ideário dos direitos humanos, que vem servindo de referência para ações coletivas na sociedade civil e para o desenho de políticas públicas. Duas são as frentes pelas quais tenho especial interesse: conhecer a opinião



de lideranças religiosas sobre a inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos no rol dos direitos humanos, ocorrida nas últimas décadas do século XX; e aprofundar o estudo das articulações dos grupos tradicionalistas cristãos nos embates com movimentos feministas e homossexuais na esfera política e na sociedade civil brasileira no período de 2015-2019.

Desta investigação, já resultaram os seguintes textos: “Política, direitos humanos e aborto: uma análise das opiniões de líderes pentecostais brasileiros”, que integra a coletânea *Aborto e a Democracia*, organizada por Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2016); “Pentecostales y controversias de los derechos humanos en Brasil”, que saiu no livro *Sexo, Delitos y Pecados Intersecciones entre religión, género, sexualidad y el derecho en América Latina*, editado por Macarena Sáez e José Manuel Morán Faúndes (2016); e “Ideologia de gênero: Discurso cristão para desqualificar o debate acadêmico e os movimentos sociais”, apresentado no 10º Encontro da Associação de Ciência Política (2016); “Pentecostais, família e sexualidade no Congresso Nacional”, que foi publicado na *Revista Horizontes Antropológicos* (2017). Em 2016, foram publicados também números de duas revistas com temáticas ligadas à religião e direitos humanos, sendo que esses números foram organizados por mim em colaboração com dois colegas: o exemplar da revista *Latin American Perspectives* (vol. 43,3) com o tema “Spirits, Bodies, and Structures: Religion, Politics, and Social Inequality in Latin American”, editado conjuntamente com Jennifer Hughes (professora associada da Universidade da Califórnia, Riverside); e a *Revista Praia Vermelha* (vol.25, nº1) com o tema “Direitos Humanos”, editada em parceria com Ricardo Rezende.

### — OS MÚLTIPLOS ENCONTROS, AS PARCERIAS E A VIDA COMPARTILHADA —

Existe um grande debate sobre as origens etimológicas do termo religião. Alguns privilegiam a expressão *religio*, empregada por

Cícero para falar das práticas religiosas politeístas dos antigos romanos, que seriam marcadas pelo cuidado e pelo escrúpulo nos rituais e nas relações com os deuses, enquanto outros autores optam pela acepção do termo *religio* desenvolvida pelos intelectuais cristãos que enfatizam os laços com o Deus único e apresentam a religião como sinônimo de *religare*. Retomo este debate sobre as fontes semânticas inerentes ao meu campo de estudo porque, ao terminar de escrever este memorial, fiquei com a nítida impressão de que minha trajetória intelectual foi também marcada por laços, experiências de compartilhamento e reencontros. Ou seja, por um *religare* no sentido mundano, uma vez que as parcerias intelectuais podem ser interpretadas como laços não com as divindades, mas com amigos e amigas que fui fazendo ao longo dos anos e nas diferentes instituições pelas quais passei. Acho importante registrar que me sinto feliz de ver que não estive sozinha nesta minha trajetória e que foram os laços de afeto que me permitiram chegar ao ponto atual de minha carreira acadêmica.



# LILIA GUIMARÃES POUGY

**MEMORABILIA DO PANDEMÔNIO:  
EM BUSCA DA PANDEMIA DA CIVILIDADE**  
Lília Guimarães Pougy<sup>1</sup>

Vinte oito de março de dois mil e vinte, décimo sexto dia de isolamento social. Há manifestações populares diárias reativas às carreatas conclamando a abertura dos shoppings e restaurantes. FORA BOLSONARO, ELE NÃO, MILICIANO GOVERNAMENTAL e DA DA. Haja panela! É criminoso o imobilismo governamental e de parte da sociedade. Carros novos com duas pessoas num cortejo macabro que coloca em evidência o ódio aos pobres. Porque é disso que se trata. É triste que as mentiras estejam sendo disseminadas confundindo a população sobre o uso de máscaras, higienização e distanciamento social como atenuantes da circulação de vírus atingindo os seres humanos em detrimento do seu mercado. É uma excrecência... Três parlamentares do impeachment junto à Presidência da Câmara dos Deputados (Pougy, 2020). Diário da Fazenda

Este registro do diário da pandemia revela uma reação a panelaços e o primeiro pedido de impeachment. A dualidade operada em oposição simples pelo executivo republicano e a narrativa escolhida também por parte da sociedade que realce as desigualdades sociais que organizam e fertilizam e o classismo potencializadas e dirigidas aos grupos que acabam por vitimar populações já vulneráveis, um A elaboração do tempo presente é tarefa

Professora titular de UFPA, coordenadora do LIEIG - Laboratório de Políticas de Gênero, docente do PROS/ESS e de disciplinas de CRMM Caminha Rosa e CRM Saúde e Segurança da Mulher do CEDIM Conselho Estadual de



## **Eu-Mulher**

*Conceição Evaristo*

Uma gota de leite  
me escorre entre os seios.  
Uma mancha de sangue  
me enfeita entre as pernas.  
Meia palavra mordida  
me foge da boca.  
Vagos desejos insinuam esperanças.  
Eu-mulher em rios vermelhos  
inauguro a vida.  
Em baixa voz  
violento os tímpanos do mundo.  
Antevejo.  
Antecipo.  
Antes-vivo  
Antes - agora - o que há de vir.  
Eu fêmea-matriz.  
Eu força-motriz.  
Eu-mulher  
abrigo da semente  
moto-contínuo  
do mundo.

**LILIA GUIMARÃES POUGY**

NOVEMBRO DE 2017

*Uma trajetória acadêmica  
rememorada: o lugar social  
na universidade pública  
no período 2002-2017*

Iniciar um memorial mobiliza afetos controversos porque estimula memórias e acontecimentos vividos e apropriados com dor e alegria. A memória individual sendo constituinte da memória coletiva, é inspirada por experiência vivida e apropriada do ponto de vista do presente, isto é, elaborada e ressignificada.

Adoto uma orientação epistemológica das ciências sociais de fornecer ao leitor o lugar de fala porque entendo que seja fundamental para o reconhecimento da trajetória profissional que motiva o concurso à promoção para Professora Titular.

O memorial organiza a descrição da trajetória da docente em seis partes que dizem respeito à formação e à atuação profissional.

— O LUGAR DE ONDE FALO —

Sou uma mulher branca de uma família constituída por um servidor público de autarquia federal e de uma dona de casa, com uma irmã mais velha; neta de Tenente-Coronel da Aeronáutica

separado em litígio da esposa, minha avó, operária de uma fábrica de malachacheta. Conheci e convivi com minha bisavó, que sempre me cumprimentava me chamando de menino, o que contestava. Ainda do parentesco materno, tive duas tias e um tio. Da parte paterna, muitas primas e primos porque minha avó praticamente viveu grávida: foram 13 filhos vivos -- nove mulheres e quatro homens. O filho de uma tia era mais velho que papai. Nasci numa Maternidade Pública, a Carmela Dutra, e morei no Rocha, bairro do subúrbio nos primeiros anos de vida.

Sou casada há 33 anos com André e tivemos duas filhas e um filho: Fernanda, em 1989; Thiago, em 1992 e Renata, em 1997.

Cursei a pré-escola e o Primário em escolas públicas em Botafogo, no Jardim de Infância Marechal Hermes e na Escola Joaquim Nabuco; a 5ª série e o Admissão cursei na Escola República do Peru, no Meier; o ginásio no Colégio Pedro II - CPIL, na seção Humaitá, após aprovação na seleção realizada em novembro de 1971. O Científico cursei no Colégio Bahiense, na Gávea, de 1976 a 1978. Ingressei na UFRJ no vestibular de 1978, chegando à Escola de Serviço Social, na condição de estudante universitária, há 38 anos.

Minha formação acadêmica se deu preponderantemente em escola pública, exceção dos três anos do científico.

Do Jardim de Infância lembro das atividades propostas no grupo, realizadas coletivamente: pinturas, colagens e recortes. Adorava. Não gostava da merenda, porque tínhamos que comer o que fosse servido. Não tínhamos escolha, nem de não comer. Aos 5 anos, devo ter achado prudente aquiescer.

As professoras do Primário eram amorosas e rigorosas na Escola Joaquim Nabuco, onde estudei entre 1966 e 1969; o espaço escolar era amplo, com instalações bem arejadas e distantes, ocupando parte do quarteirão entre as ruas D<sup>a</sup>. Mariana e Sorocaba. Ali podíamos brincar e correr à vontade na área destinada ao recreio; fazíamos instalações e exposições de alguns dos trabalhos produzidos nas diferentes séries e semanalmente ficávamos em

fila para cantar o Hino Nacional. Morávamos na Urca, um bairro tranquilo, não fosse as instalações e funcionamento da TV Tupi no Cassino da Urca.

Duas cenas marcaram o traslado de regresso da escola: uma revista em todas as pessoas do ônibus 511, realizada pela Polícia do Exército nas proximidades do *Campus* da UFRJ, menos em mim e na minha irmã, um ano mais velha. Até mamãe foi revistada. Ninguém protestava contra aquele ato anacrônico com as nossas rotinas. Fiquei muito assustada, porque nos mantiveram dentro da condução enquanto mamãe tentava se comunicar conosco pelo olhar, para que ficássemos quietas e a esperássemos. Logo ela, que sempre argumentava sobre todas as coisas conosco, ficou silente diante dos policiais. Obedecemos. Aliás, também não havia outra alternativa.

Em outra ocasião, papai foi nos buscar de automóvel alugado, e achávamos que tínhamos ganhado um prêmio da loteria. Era extraordinário andar de automóvel, nosso deslocamento habitual era de ônibus ou trem, para o Méier ou Marechal Hermes, onde moravam meus avós.

Dos 7 aos 10 anos brinquei muito na rua em que morava, subindo em árvore, correndo piques, mas sem ir para a casa de ninguém, dobrar a esquina ou atravessar a rua para ver o mar. A combinação sobre os limites da nossa “liberdade” permitiu o desenvolvimento da responsabilidade combinada com os espaços de transgressão: havia uma pracinha na rua paralela a nossa que gostávamos muito de brincar, um “bando de crianças”, uma turma barulhenta, o que merecia sanção sempre que descoberta a infração: tantos dias sem descer para brincar...

Naquela conjuntura do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura instalada, avalio uma ousadia investir na liberdade por meio de uma relação dialógica, sobretudo da minha mãe, que deixou de trabalhar fora para cuidar da casa e das filhas.

Mudamos para Higienópolis. Na Escola República do Peru, cursei a 5ª série e o Admissão nos anos de 1970 e 1971 -- sim eram

cinco anos de primário e um de admissão, também devíamos forrar nossas mesas e nosso material -- livros e cadernos com plástico quadriculado da cor da nossa série. Também cantávamos o Hino Nacional, num pátio amplo e bem cuidado. Lembro que recebíamos o material didático no começo do ano e o devolvíamos em bom estado, para o uso no ano seguinte daquela série escolar. Aprendíamos estrofes de poesias. Adorava desde a Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, até o Serrote Vaivém. As disciplinas de história e geografia não abordavam o “tempo presente” e entender a conjuntura para uma criança de 11 e 12 anos era praticamente impossível. Mamãe voltou a trabalhar fora. Fiz a prova de acesso ao Colégio Pedro II, minha irmã também, e fomos aprovadas e classificadas. Na primavera de 1971, tive escarlatina, uma doença altamente contagiosa, cujo tratamento envolvia uma medicação que eu não podia tomar, pois era alérgica. Todos em casa tiveram que fazer o tratamento, e eu temia não conseguir cursar o Ginásio, em razão da lentidão com que a alta chegou. Aos 11 anos os sentimentos embaralhavam a impotência e a raiva, pois fiquei isolada em casa em regime fechado: nada de escola, rua, cinema ou praia.

Felizmente comecei a cursar o Ginásio no CPIL em 1972, onde tramei amizades que cultivo há 45, das quais destaco Laura e Ieda Maria. No Pedro II tínhamos desenho, latim e inglês, disciplinas estranhas até então na trajetória curricular. O espaço escolar era fantástico, com instalações modernas e corpo docente qualificado, que motivava a todas e todos. No ano seguinte ao meu ingresso, a gravata para os meninos foi abolida, mas a medida das saias das meninas permaneceu. Tinha bedel e inspetoras(es) para cuidarem da disciplina. Lembro da D<sup>a</sup>. Maria José, uma senhora com seus 50 anos que me parecia tão idosa, que anotava na caderneta as repreensões sobre o comprimento da saia de três machos que insistia em dobrar. Toda segunda hasteávamos a bandeira e cantávamos o Hino Nacional em fila, do mais alto para o mais baixo e de repente eu pude ser a primeira na fila! Na organização das atividades da educação física sempre era escalada para o vôlei em



razão da altura, o que era enganoso porque odiava aquele jogo, corria na direção oposta à bola, e meu time sempre perdia.

Concluir os 4 anos de ginásio na mesma turma, com os mesmos colegas, foi uma experiência gratificante porque aprendemos a ser um grupo com toda a diferença e diversidade. Ao tramar cumplicidade, fortalecíamos uma identidade de estudantes com autoridade sobre o espaço escolar, conquanto o diálogo com a Inspeção fosse encadeado no plano afetivo mais do que reivindicatório. Eram tempos difíceis, duros à relação dialógica, vivíamos uma ditadura com censura e pensamento único.

Desde 1966, com o decreto presidencial por meio do Ato Institucional nº 2, vigorou no Brasil o bipartidarismo, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição ao governo, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que congregava apoio à situação, o que perdurou até 1978. A polarização simples dos partidos políticos - oposição e situação, foi estratégia para a contenção da política e do jogo democrático. Nessa conjuntura, mulheres se organizavam em busca de filhos e filhas desaparecidos/as nos porões dos quartéis ou na guerrilha. Inexistia o Estado Democrático de Direito mesmo no plano formal.

No Colégio Bahiense conheci uma professora de geografia que contribuiu para a escolha da carreira profissional, a Toninha. Ela levou a turma para visitar fábricas e vilas operárias no interior do Rio de Janeiro, onde aplicávamos instrumento de coleta de dados sobre as condições de vida de homens, mulheres e crianças cuja história girava em torno do processo produtivo da fábrica. Foi corajosa. A atividade aconteceu entre 1976 e 1978, e foi realizada numa escola da rede privada, com ampla justificativa acadêmica para autorização da direção e das famílias.

Escolhi fazer vestibular para o Serviço Social na UFRJ, para espanto da mãe que vocalizou uma pergunta que escuto até hoje: “mas para que serve mesmo o Serviço Social?”

Também fiz vestibular para a PUC, para Processamento de Dados. Optei pelo curso da UFRJ.

Na Escola de Serviço Social tramei novas amizades. Tenho numerosas amigas, grande parte na UFRJ, onde estou há 38 anos. São irmãs de fé na vida, de afeto, de trabalho e de projeto alternativo de sociedade.

Comecei a Graduação em 1979. Na minha turma só havia mulheres. A escola era pequena, com poucas professoras -- só me recordo de um docente do sexo masculino que ministrava estatística, o prof. Leomar. Desconhecia, naquele momento, que o ano de 1979 estabeleceria uma importante articulação das entidades de ensino e exercício profissional na direção de uma orientação da profissão comprometida com a defesa dos direitos sociais. O Congresso da Virada combinava a crítica ao capitalismo e à burguesia e o compromisso com a classe trabalhadora e a transformação social, por meio da construção do Projeto Ético-Político da profissão, o que formalmente chegou à Escola de Serviço Social no currículo de 1983. Nossa turma, aliás toda a comunidade acadêmica, participou da construção desta Reforma Curricular ativamente.

Se o currículo que cursamos combinava “Caso, Grupo e Comunidade”, interpelávamos nossos mestres com pedidos de referências bibliográficas, realizávamos grupos de estudo onde líamos autores clássicos da Sociologia, da Filosofia e da nova geração do Serviço Social. A coexistência de perspectivas profissionais em disputa serviu para o aperfeiçoamento do exercício profissional que devia concertar recursos técnicos, capacidade de diagnose e intervenção enraizadas em análise de conjuntura e estrutura nos planos institucional, local, regional, nacional e internacional. Foram minhas docentes, as professoras Maria Augusta Temponi, Gelba Cerqueira, Marisa Serra, Amarita Lages, Maria Helena Rauta, Maria Helena Lima, Maria Aydil, Nivea Coelho, Maria da Gloria Ninn Ferreira, Marilena Jamur, Zulma e Cristina Salomão.

Nos últimos meses do curso de Graduação tive a oportunidade de estagiar - trabalhar numa empresa do ramo da navegação, no treinamento em exercício para substituir a assistente social grávida e prestes a tirar licença. A atuação do Serviço Social era

junto à família do embarcado em viagens longas, e esta experiência permitiu identificar as hierarquias entre os marítimos e deles com os empresários, assim como as tensões entre a vida pessoal e profissional quando do embarque e desembarque. Conheci uma única mulher marítima, uma enfermeira, que adorava o deslocamento e confinamento no navio, ainda que saudosa do filho, que ficava em terra com parentes.

No último ano do curso de Graduação, fomos interpelados por uma greve dos servidores públicos das Instituições Federais de Ensino Superior, que adiou a conclusão do curso para início de 1983. A agenda da primeira greve organizada pelo recém-criado Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), tinha como perspectiva uma universidade pública e autônoma, o que permanece atual e da ordem da necessidade.

A cerimônia de formatura foi na Escola de Música da UFRJ, no Passeio Público, e nos recusamos a vestir beca ou mesmo vestido de baile, conquanto todo o cerimonial estivesse presente: oradora da turma, paraninfa e patrona, direção da unidade e família. A identidade de turma foi fortalecida no processo dinâmico e controverso de deslocamento do projeto profissional durante 4 anos, quando aprendemos a conviver e aceitar nossas singularidades e particularidades.

Convivo com Rosana Morgado, Dayse de Paula Marques da Silva, Angélica da Silva, Márcia Fernandes e Elisabeth Palatinik desde o ingresso na ESS. Nesse período foi se constituindo uma área de estudo e interesse comum com Rosana e Dayse sobre a formação profissional, os novos movimentos sociais e reivindicatórios como os das federações das associações de moradores, da favela e do asfalto, o controle social na área da saúde e os então estudos sobre a mulher.

Recém-formada e desempregada, comecei a fazer blusas de tricô por encomenda. O meu ingresso no comércio como vendedora de roupas numa boutique, ocasião em que pude renovar o guarda-roupa com peças modernas, foi motivado pelo casamento,

em 1984. A inserção de jovens no mercado de trabalho naquela conjuntura era difícil, mas a certeza de que deveria romper com o destino de gênero me impeliu para um ambiente anacrônico em face das atividades que experimentara até então. Ainda assim, duas noites da semana usei para continuar a estudar, frequentando algumas disciplinas numa pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política, no Instituto Bennett, onde conheci os professores Carlos Néelson Coutinho e Leandro Konder. A frequência ao curso ampliou o ponto de observação sobre os processos sociais e os desdobramentos práticos e políticos a partir do amálgama das lentes da filosofia, da teoria política e do curso de Graduação, no contexto de rearranjo da sociedade democrática. Havia uma efervescência política e convocação para a participação efetiva na restauração da democracia brasileira. Nos anos 1980 lembro de importantes marcos como as passeatas pelas Diretas Já, em 1983, a narrativa do controle social e da participação popular originados na VIII Conferência Nacional de Saúde e o primeiro “Lula lá”, em 1989, que qualificaram a identificação do protagonismo dos movimentos sociais e sindicais no marco da democratização brasileira após 20 anos de ditadura civil-militar.

O retorno como professora para a ESS, em 1985, foi por meio de um contrato provisório, justificado pela aposentadoria de docentes do quadro efetivo e as necessidades de implantação do currículo de 1983, numa conjuntura em que não havia vagas para concurso público para as universidades federais. O exercício da docência motivou o ingresso no curso de Mestrado em Serviço Social e no movimento sindical docente.

Esta longa digressão tem o objetivo de situar o lugar de onde falo, sob risco de autorreferência. Os marcos históricos utilizados no exercício de rememoração vão desenhando a trajetória acadêmica, na qual a memória individual é um efeito da memória coletiva, mediado pelo sujeito que a exercita.

O interstício estabelecido na regulamentação da universidade e do Conselho de Centro, ouvida a unidade acadêmica, combina

2 anos na *atividade de ensino* e 15 anos nas *atividades de pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante*. Passemos ao comentário de alguns destaques das mesmas.

### — ENSINO —

No interstício de 2015 a 2017 a inserção nas atividades de ensino combinou a oferta de disciplinas na graduação no primeiro semestre de 2015 e na pós-graduação, para o Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) e para a Residência Multidisciplinar em Saúde da Mulher, do Hesfa no primeiro semestre de 2016. Em 2017/1, ofereci disciplina no PPGSS e no o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos (PPDH), vinculado ao Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH). Foram 270 horas-aula, apesar de o exercício de cargo eleito de Decana do CFCH dispensar a inserção na atividade de ensino.

Na condição de mulher socializada para o registro multitarefa, aprendi cedo a combinar atividades também no plano profissional: a sala de aula é um ambiente de formação potente para discentes e docentes, desde o momento em que é apresentado o programa da disciplina, a estratégia de desenvolvimento e a forma de avaliação. Nos 32 anos de docência, ainda que numa mesma disciplina, o encontro pedagógico é sempre diverso e demandante de novos rearranjos, de deslocamentos e concertações que podem permitir o desenvolvimento favorável do ensino-aprendizagem.

No último biênio a disciplina *A Questão de Gênero no Brasil* versou sobre a temática das relações de gênero, importante conteúdo curricular da formação profissional de assistentes sociais. O programa foi organizado para introduzir pistas para o reconhecimento das relações de poder engendradas no cotidiano da vida, com base na ementa curricular obrigatória: “As teorias sobre gênero. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões

da questão social”. O programa foi organizado em quatro partes: uma primeira introdutória, com recurso a músicas populares e a vídeos, com a intenção de distinguir sexo e gênero. Outro tema inicial diz respeito a base histórica do tema, enraizado no feminismo. Nas duas unidades subsequentes foram focadas as teorias sobre gênero delimitando o campo conceitual e a opressão patriarcal nas relações de trabalho na produção da vida ou de mercadorias. Por fim, o tema na profissão, a partir das implicações concretas dos campos de estágio. Além das aulas expositivas e dialógicas acertadas no primeiro dia de aula, quando é apresentado o programa para a turma, as sugestões de avaliação envolveram três momentos: avaliação individual, trabalho individual sobre um dos filmes sugeridos e apresentação de seminário em grupo com a construção coletiva do processo de avaliação deste momento, na forma da definição dos critérios, da pontuação ou do conceito e da nota ser compartilhada entre os discentes e a docente. Embora trabalhoso, o processo sempre foi muito rico e revelador da seriedade e rigor com que os discentes aplicam a avaliação.

Das disciplinas na pós-graduação, destaco os seguintes conteúdos propostos: o debate sobre as formulações de três pensadoras feministas a respeito da relação Estado, corpo e poder, que foram C. Mackinnon, H. Saffioti, e J. Butler, com o objetivo de fornecer subsídios para o entendimento da forma pela qual as relações de gênero, classe e étnico-racial podem, ou não, serem potentes à democracia e aos projetos emancipatórios. Em 2017, na disciplina oferecida aos dois Programas, propus examinar a área das políticas públicas de gênero a partir das perspectivas atuais e futuras colocadas ao debate conceitual e ao feminismo, com base na crítica do feminismo eurocêntrico, branco e colonial. Está em desenvolvimento um programa de Seminário de Tese II, dirigida às orientandas do doutorado do PPGSS, que visa conhecer propostas alternativas ao feminismo clássico, ensaiando para além da questão de gênero, a interseccionalidade, a partir da formulação de S. Federici e A. Davis.

A proposta de disciplinas na pós-graduação tem sido muito bem recebida pelas/os estudantes e incorporadas nos seus trabalhos de conclusão e um dos seus efeitos é o convite para a participação em bancas em diferentes programas, o que mostra um interesse nas temáticas das relações de gênero, do feminismo das políticas públicas e dos direitos humanos. Ademais, a apresentação geral dos conteúdos programáticos indica que os temas, abordagens e bibliografia são diferentes, embora conexos ao campo dos estudos de gênero. Envolvida em cargo eletivo na gestão da estrutura média, considero a sala de aula imprescindível à docência para que a relação pedagógica possa incitar novas perspectivas.

Das cinco presidências de banca, três foram de defesa de Dissertação de Mestrado e uma Qualificação de projeto no PPGSS e outra de Qualificação de projeto de trabalho de conclusão de Residência; em curso de Doutorado, participei de quatro bancas de defesa de Projeto de Tese, três no PPGSS e uma no Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia; de cinco bancas de qualificação de mestrado, das quais três no PPDH e duas no PPGSS. Presidi uma banca de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e integrei outras quatro bancas na Escola de Serviço Social. Participei de uma banca de defesa de Tese no Programa de pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Os atuais temas de orientação associam classe, gênero e raça para estudar a inserção das mulheres negras no serviço público federal, o mercado de trabalho para refugiadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, o processo de sobrecarga das mulheres cuidadoras na Oncologia, os desafios da aplicabilidade da Lei Maria da Penha nos territórios de exceção, desafios da notificação compulsória de violência sexual contra a mulher no Hospital-Escola e o balanço da produção do curso de Residência Multidisciplinar em Saúde da Mulher no Hesfa.

Para qualquer destes estudos é alarmante o esgotamento do capitalismo como modo de produção que permitiria a democracia

liberal e o bem viver dos povos. Diversamente, neste modo de produção a desumanização de sujeitos que ousam contestar o lugar marginal na vida em sociedade desestabiliza a cena contemporânea e causa profundas cunhas no processo civilizatório.

No processo de ensino-aprendizagem ensaiar coletivamente sobre perspectivas futuras alvissareiras, projetado nos programas e no encontro pedagógico, tem se apresentado como um doloroso desafio.

### — PESQUISA —

Concluí quatro pesquisas no período e orientei uma dezena de bolsistas Pibic/UFRJ e da Faperj e 14 não bolsistas de Iniciação Científica, quatro dissertações e três teses. Os projetos concluídos seguem uma dinâmica de repor algumas questões redimensionadas pelas análises, que foram organizadas em dois grandes blocos: violência de gênero, saúde e segurança além da judicialização do enfrentamento da violência de gênero.

No primeiro bloco, o projeto intitulado *A epidemia da violência doméstica nos serviços de saúde*, de 1999 a 2003, que buscou conhecer o impacto do fenômeno da violência doméstica nos serviços públicos de saúde do ponto de vista do treinamento de profissionais para o atendimento de mulheres, crianças e, com menos incidência, de homens; também a pesquisa *A constituição dos direitos sociais: segurança e saúde na atenção à violência doméstica*, no biênio 2003-2004, que visou avaliar a combinação desta políticas no enfrentamento da violência doméstica, mapear e qualificar as entidades da rede de serviços dirigido às vítimas de violência doméstica, investigar a percepção dos profissionais mobilizados para a atenção a este fenômeno e promover intercâmbio e produção de informação e crítica entre as entes da rede de atendimento. A interface das áreas de saúde e enfrentamento da violência contra a mulher no plano formal de enunciado programático é perfeita:



o conceito da saúde integral como efeito das condições de vida, ultrapassando o foco na doença e ampliando as ações para promoção da saúde e a violência de gênero como fenômeno social que organiza a sociedade, ao lado das violações de classe e raça que têm nas emergências hospitalares ou nas unidades básicas de saúde, uma porta de entrada estratégica e as/os profissionais de saúde precisam ser qualificadas/os para o atendimento.

No segundo bloco, a inflexão foi para estudar a judicialização do enfrentamento, no bojo das iniciativas de democratização do acesso à justiça, também focalizando a interface com as políticas de assistência social. O projeto denominado *Direitos humanos, violência de gênero e assistência social: dilemas contemporâneos*, de 2004 a 2008, teve o objetivo de avaliar a relação entre cidadania e classe social através da assistência social e das políticas setoriais envolvidas no combate à violência de gênero e estudar as principais alterações ocorridas na relação Estado x Sociedade, dentre elas as parcerias público-privado no desenvolvimento de políticas sociais. A pesquisa *O campo da violência de gênero em tempos de Lei Maria da Penha*, realizada entre 2008 e 2011, teve como campo empírico o I Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o Centro de Referência Especial, para o estudo da intersectorialidade e da interjurisdicionalidade no enfrentamento à violência de gênero, através do contrataste da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em dois planos: as referências legais, qual sejam, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, e a Lei Maria da Penha, de 2006, e as práticas sociais correlatas.

Atualmente me ocupo com a investigação sobre a sustentabilidade das propostas afirmadoras dos direitos das mulheres, a partir da formalização dos avanços no campo das políticas para as mulheres, com o projeto intitulado *Paradoxos no enfrentamento da violação dos direitos: a sustentabilidade das propostas de emancipação feminina*. De um lado, o desmonte das conquistas sociais instrumentalizadas pelas tímidas políticas públicas em razão da

agenda, acelerada com o *impeachment*, de saneamento das contas públicas através do corte de gastos do sistema de seguridade social brasileira, o que coloca em evidência uma constituição de Estado misógino. Os efeitos são insidiosos: o crescimento dos índices de violação de direitos, em especial a violência de gênero que atinge mulheres, homossexuais, lésbicas, transexuais e intersexuais, o crescimento dos feminicídios, o extermínio dos jovens negros e pobres pelo Estado policial, a violação dos direitos humanos dos moradores e moradoras dos bairros populares, a repressão policial aos movimentos contestatórios, a destruição do patrimônio público nacional e estadual, o rentismo, a seletividade criminosa do pagamento dos servidores públicos estaduais, a desavergonhada defesa do interesse particular nos três poderes republicanos. Estudar tema tão espinhoso só é possível com a ancoragem em projeto de sociedade alternativo a este, o que implica a combinação de dois planos: diagnóstico sobre os limites e possibilidades da cidadania brasileira e a concertação de ações coletivas libertadoras do confinamento do visível imediatamente.

O sonho pode ser revolucionário. Essa lição foi apreendida com a convivência com a saudosa Professora Titular dessa Escola, Suely Souza de Almeida, com quem tive o privilégio de realizar projetos acadêmicos que sempre combinaram a função social da universidade pública, gratuita e laica com acontecimentos vindouros, a serem efetivamente construídos. É um aprendizado permanente. Em 1993 me associei ao grupo de pesquisa Gênero, Etnia e Classe: estudos multidisciplinares (GECM), para compor o projeto integrado da pesquisa *Violência nas relações de gênero*, coordenado pela Profa. Heleieth Saffioti, que seria minha orientadora de doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano seguinte. No ambiente do Gecem, pude vivenciar atividades de pesquisa e extensão num grupo com colegas da unidade, como Sheila de Souza Backx, Rosana Morgado, Maria das Dores Campos Machado, Mariléa Venâncio Porfírio, Raimunda Célia Torres,

de outras universidades, o que serviu para ampliar a inserção e apropriação dos temas das pesquisas dos subprojetos, ademais da valiosa aproximação da liderança acadêmica e política da Suely.

Seleciono e apresento cinco desses momentos: em 2002 compus a equipe de trabalho da Avaliação do Programa Nacional Paz nas Escolas, junto com José Paulo Netto e Mariléa Venâncio Porfírio, numa parceria com o Fundo de População das Nações Unidas, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e da Escola de Serviço Social da UFRJ. Entre 2004 e 2006 fui membro da Equipe de Coordenação como Coordenadora Adjunta da Avaliação de Projetos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a coordenação da Suely Almeida, com Laura Tavares Soares e Rodrigo Souza Filho, numa parceria com a Subsecretaria de Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR) e a Decania do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, ocasião em que foi desenvolvida uma metodologia de avaliação com numeroso instrumento de coleta de dados aplicado em todos os estados deste país continental, após o recrutamento e treinamento de avaliadoras/es locais, preponderantemente pesquisadoras/es vinculadas/os à instituições federais de ensino superior; compilados os dados pela equipe central, devolvido para as equipes locais acompanhada da instrução para a redação do relatório final da avaliação, numa derradeira rodada desta etapa. Essa dinâmica só foi possível sob a liderança de Suely, formando quadros para realizar atividades dessa envergadura. Em 2006, assumi o desafio de coordenar conjuntamente com Rodrigo Souza Filho, então redistribuído para a Universidade Federal de Juiz de Fora, a segunda etapa dessa avaliação, recortando o “campo empírico” do monitoramento a partir da combinação da localização e da área dos projetos, isto é, regionalmente com base nas áreas definidas no próprio Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Ações Especiais, Medidas Sócio-educativas e Medidas de Exigibilidade de Direitos.

Em 2010 propus, junto ao NEPP-DH, a criação do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Gênero (LIEIG), que reúne nove linhas de pesquisa que gravitam em torno dos temas das relações de gênero, feminismo, violação dos direitos humanos e das políticas públicas e os seus efeitos na sociedade contemporânea, notadamente na saúde, educação, nas migrações e na constituição da subjetividade. Somos oito docentes de diferentes unidades acadêmicas da UFRJ, e uma pesquisadora da UERJ, através do Programa de Estudos em Gênero, Geração e Etnia (PEGGE), sob a liderança da Dayse de Paula Marques da Silva; seis servidoras/es técnicos com mestrado em Serviço Social, Educação e Psicologia e oito estudantes de pós-graduação *stricto sensu*. A agenda de atividades do Laboratório combina estudo das bases conceituais em disputa e a participação de eventos científicos.

### — EXTENSÃO —

A inserção nas atividades de extensão universitária está organicamente vinculada às atividades de ensino e pesquisa, a partir de uma concepção teórica e política sobre a indissociabilidade destas três atividades na universidade pública.

Em 2005, a UFRJ por meio do Conselho de Coordenação do CFCH, firmou acordo de cooperação técnica com a SEDH/PR e com o Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM), da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH), com o objetivo de assumir um equipamento da área da política para as mulheres, o Centro de Referência de Mulheres da Maré (CRMM), localizado na Vila do João. Este Centro foi resultado do Programa Regional Piloto de Prevenção e Atenção à violência intrafamiliar contra a Mulher, uma experiência regional de intervenção de entes internacionais no quadro da violência intrafamiliar, por meio de uma parceria entre Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a Organização Mundial de

Saúde (OMS), e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), no qual participaram Argentina, Paraguai, Venezuela, México, República Dominicana e Brasil. No caso brasileiro, a particularidade de sua implantação foi envolver a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Nos demais países, a área da saúde foi a responsável pelo programa. Antecedendo o acordo de cooperação técnica com a UFRJ, realizamos, Suely e eu, uma avaliação externa do Programa, por demanda da Coordenação Geral da Cooperação com Organismos Internacionais da SEDH.

Mais uma vez, Suely Souza de Almeida liderou um projeto acadêmico que ultrapassou os limites das fronteiras da universidade, estendendo sua ação para um bairro popular, com o apoio institucional de decisões colegiadas, assim como da estrutura central da universidade, sob a reitoria do Prof. Aloisio Teixeira. Na condição de coordenadora geral, Suely constituiu uma equipe de trabalho que envolveu docentes da Escola de Serviço Social e da Faculdade de Educação. Nesta empreitada, assumi a responsabilidade de formação e supervisão externa da equipe técnica do serviço, mantendo esta incumbência até o momento, 12 anos depois. A coordenação executiva do projeto ficou sob a responsabilidade da professora Eliana Amorim Moura, com quem trabalhei até 2013, na concepção, planejamento e acompanhamento da execução do serviço. Compartilhar o cotidiano da coordenação do projeto de extensão permitiu a orientação de numerosos TCC, Dissertações e Teses, ademais dos trabalhos apresentados em eventos científicos e aulas em curso de educação não-formal na área de gênero e direitos humanos, dirigido aos profissionais de saúde envolvidos nos programas do Posto de Saúde onde funcionava o Centro. A capacitação na formação da equipe multidisciplinar foi ampliada para os profissionais da Rede de Serviços de Atendimento à Mulher, o que possibilitou uma vigorosa aproximação com a equipe técnica do Centro Integrado de Atendimento à Mulher Marcia Lyra (CIAM-Marcia Lyra), o primeiro serviço no estado do Rio de Janeiro e na realização da supervisão externa da equipe multiprofissional também naquele serviço, em 2010 e 2011.

A assessoria à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) foi um efeito do trabalho no campo das políticas públicas de gênero, com as seguintes atividades: consultora na normatização dos Centros de Referência para as Mulheres, em 2005; relatora do Encontro Nacional 20 Anos de DEAM, realizado em Belo Horizonte (MG) em 2005; membro do Comitê *Ad hoc* do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da SPM-PR, promovido em Brasília (DF), em 2012 e nesse mesmo ano, membro do grupo de trabalho Balanço e perspectivas do Centro de Referência na atenção integral à mulher promovido pela SPM-PR, em Brasília (DF).

Foram 69 horas-aula proferidas em Curso de Extensão, membro da equipe em duas ações cadastradas no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj UFRJ), e em três projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PR5 UFRJ). Participei da elaboração dos cursos de formação inicial e capacitação dirigidos aos estagiários e profissionais da equipe, oferecendo aulas, coordenando sessões de estudo e acompanhando atividades.

A rotina de um bairro popular me fez lembrar o subúrbio: pessoas na porta de casa, crianças brincando no pátio do Posto de Saúde, grande movimento de pessoas transitando, poucos carros e um vasto comércio em barracas de feira e pequenas lojas. Nesse cenário coexiste a barraca de comércio de drogas onde jovens, quase crianças, portam armamento pesado e organizam a atividade: tem o vendedor, o olheiro, o segurança e todos se conhecem, são parte da paisagem. Conviver com a insegurança e o iminente tiroteio é sempre um enorme desafio para quem a experimenta e para a coordenação responsável pelo serviço e pela inserção dos diferentes sujeitos. Todos que experimentaram episódios de medo e impotência no Centro puderam conhecer de perto o desassossego das moradoras e dos moradores de bairros populares. Na festa junina organizada pela equipe técnica e as responsáveis pelas oficinas desenvolvidas no Centro, com várias crianças correndo pelo pátio entre as barraquinhas, assim como

com mulheres da Oficina de Movimento do Corpo, dançando quadrilha, um helicóptero da Polícia Militar sobrevoava com policiais armados que miravam na direção da festa. Dançar, confraternizar, realizar uma atividade concebida pelas moradoras e apoiada pela equipe parece ser atividade anacrônica com o bairro popular. Encerramos a festa, e tive muito medo de qualquer um ser achado por uma bala.

A perspectiva feminista que orienta as ações no campo das políticas para as mulheres sugere a ênfase na transformação dos fatores estruturais que potencializam a violência de gênero e a sua expressão letal, o feminicídio. Realizar atividades acadêmicas no bairro da Maré é um ato feminista de resistência. A presença da UFRJ na Vila do João, através do CRMM-CR realizando o atendimento proposta pela Norma Técnica do Centro de Referência de Atendimento à Mulher é um efeito da vitalidade da perspectiva teórico-política do projeto acadêmico de 2005. O consórcio da formação profissional dos estudantes de diferentes cursos de Graduação, da formação de pesquisadoras e de pesquisadores e seus produtos, monografias de fim de curso de Graduação, de Residência, Dissertações e Teses, da capacitação da equipe técnica e das equipes de saúde dos serviços adjacentes, da referência com que 7.764 atendimentos foram realizados em razão da valorização da tentativa de ruptura da violação de direitos das 2.474 mulheres cadastradas no Bando de Dados do CRMM, são importantes corolários da perspectiva feminista de investir nas políticas públicas ensaiando trânsito democrático num território de privação de direitos.

As gerações de equipes que ali deixaram sua marca e a equipe de hoje, assistentes sociais, psicólogo, pedagogos, técnicos de assuntos educacionais, residentes e estagiários dos cursos de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Dança, Direito, Letras, Comunicação, História, entre outros, resistem e constroem a cidadania brasileira por meio da visibilização e intervenção da cidadania feminina. O funcionamento ininterrupto deste projeto de extensão há 12

anos na contracorrente do apassivamento dos sujeitos de direitos das classes populares, em especial as mulheres negras e pobres, é motivo de grande orgulho e realização pessoal e profissional.

### — GESTÃO ACADÊMICA —

A atuação em gestão acadêmica pode ser solitária e penosa se for segregada do conjunto das atividades que a carreira docente permite. Atividade pouco reconhecida que exige conhecimento geral da legislação, das normas, dos procedimentos, ademais de uma postura vigilante em face dos acontecimentos imprevistos que requerem reação e intervenção céleres, todos atributos quase sempre incompatíveis com a produção acadêmica. Sempre escutei e desconfiei dos comentários pejorativos sobre a atuação em atividades de gestão acadêmica. Considero a gestão acadêmica uma contingência necessária da carreira, e tenho usado cada um dos cargos que assumi na universidade para operar projetos acadêmicos, sem prescindir da inserção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No período, assumi seis cargos na gestão acadêmica da estrutura superior, da Unidade Acadêmica e da Decania do CFCH, relacionadas na ordem temporal em que foram exercidas: Coordenadora de Graduação do Curso de Serviço Social no biênio 2001-2002, na gestão da diretora Suely Souza de Almeida, quando trabalhei diretamente com Sheila de Souza Backx, responsável pela Diretoria Adjunta de Graduação, e incansável nas medidas sobre orientação e acompanhamento acadêmico dos estudantes do curso nos turnos diurno e noturno; Diretora de Atividades Extra-Curriculares da PR1 no biênio 2002-2003, quando coordenei um levantamento dos projetos do Programa de Educação Tutorial (PET UFRJ); Coordenadora de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), no período de 2004-2006, quando tive a satisfação de trabalhar com a Myriam Moraes Lins e Barros em duas frentes principais:



revisão curricular para alteração das áreas de concentração e das linhas de pesquisa do programa e o espinhoso tema de defesa fora do prazo, quando realizamos concertações junto à PR2 para o lançamento de um Edital de Defesa de Teses e Dissertações; Coordenadora de Integração Acadêmica de Pós-graduação da Decania do Centro de Filosofia e Ciências Sociais (CFCH) e Vice-Decana do CFCH, em dois quadriênios sucessivos 2006-2010 e 2010-2014, na gestão do Decano Marcelo Macedo Correa e Castro, que liderou uma equipe na resistência e afirmação da área das Ciências Humanas e Sociais na universidade, e Decana CFCH, eleita para o quadriênio de 2014-2018.

Participei de duas Comissões de Revisão de Regimento na Escola de Serviço Social, em 2002 e no Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos, em 2006.

Exerci todos os cargos combinando as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, orientação de trabalhos de Iniciação Científica, monografias de fim de curso, de Dissertações e de Teses, atividade de pesquisa e assessoria a organismos governamentais vinculados às políticas públicas para as mulheres e coordenação de projetos de Extensão correlatos.

A inserção na gestão acadêmica foi precedida e acompanhada da representação nos colegiados superiores. Minha estreia extra-muros da Escola foi no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), de 1999 a 2002, quando integrei a Câmara de Corpo Docente. Nesse colegiado pude conhecer e entender dinâmicas estranhas à atuação endógena na unidade. Eram tempos controversos na UFRJ, com a chapa eleita na consulta à comunidade, do Reitor Aloisio Teixeira e da vice-reitora Sylvia Vargas, preterida na indicação pelo Ministro Paulo Renato, do governo Fernando Henrique Cardoso. Somente o CEG funcionava com regularidade, e o Reitor impostor não convocava o Conselho Universitário. A representação eleita pelos Centros Universitários imprimiu uma dinâmica contestatória e restauradora da institucionalidade.

No Conselho Universitário (Consuni), representei o CFCH em dois períodos e condições: como representantes dos Adjuntos Doutores, de 2006 a 2009, quando integrei a Comissão de Desenvolvimento num contexto de enorme instabilidade institucional em razão do programa do governo federal -- Reuni, de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das universidades federais --, quando foram criados cursos de graduação novos e ampliada a oferta de vagas na UFRJ. A democratização do acesso às universidades federais, medida necessária que permitiu o ingresso da classe trabalhadora nos cursos de Graduação, não foi acompanhada de iniciativas de permanência do estudante no curso, agravado pela forma de ingresso, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de calouros vindos de todas as regiões do país sem que a universidade pudesse oferecer moradia e bolsa de estudo.

De 2014 até o presente momento, como Decana, sou membro nato do Consuni e acompanho os efeitos da conjuntura nacional após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que abalou profundamente a concepção republicana da democracia brasileira, quando os poderes legislativo, judiciário e executivo se associam em torno de um projeto de poder ilegítimo porque perdedor das eleições. Conjuntura agravada por um Congresso Nacional alheio à vontade e às necessidades do povo brasileiro, que não elegeu esta agenda regressiva de governo e que aprova o desmonte das políticas sociais. Na mesma condição e período, integro o Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) e presido o Conselho de Coordenação do CFCH. Neste Conselho, representei os Adjuntos Doutores no período de 2004 a 2006, o mesmo interstício em que presidia o colegiado do PPGSS e as comissões correlatas, tais como de Bolsas, de Acompanhamento Acadêmico e a Comissão de Pós-graduação e Pesquisa, formada entre os programas da Faculdade de Educação e da ESS.

No exercício do cargo de Decana do CFCH, conduziu uma equipe diretora com a colaboração de Mônica Lima, docente do Instituto de História, Coordenadora de Integração de Graduação da

Decania e Vice-Decana; de Ludmila Fontenele Cavalcanti, docente da ESS recentemente aposentada e Superintendente Acadêmica, cargo criado na minha gestão para potencializar projetos acadêmicos das coordenações de integração de pós-graduação, ensino e extensão; Larissa Gaspar, jovem servidora da UFRJ no cargo de Superintendente Administrativa; Francisco Portugal, do Instituto de Psicologia e Coordenador de Integração de Pós-Graduação da Decania; e Marcelo Macedo Corrêa e Castro, professor da Faculdade de Educação e Coordenador de Integração de Extensão da Decania. A agenda fixa da direção da Decania debate limites e possibilidades da integração acadêmica, em vista da dinamização e ampliação da integração das unidades e seus cursos na universidade, a partir do planejamento estratégico para o quadriênio, apresentado ao Conselho de Coordenação de Centro.

Na unidade acadêmica, integrei o Corpo de Professores Orientadores (CPO), ocasião em que foi possível acompanhar a trajetória de uma turma ingressa em 2000 por oito períodos, iniciativa que pode permitir a fixação do estudante no curso em consórcio com as iniciativas de orientação e apoio da Comissão de Orientação e Apoio Acadêmico (COAA).

Entendo que a vinculação da gestão com projetos acadêmicos é mediada pela função social da universidade. Nesse sentido, no lugar de Coordenadora de Integração Acadêmica de Pós-graduação da Decania do CFCH, destaco a participação em duas atividades de integração: a primeira diz respeito a sensibilização e mobilização dos então 11 programas de pós-graduação das unidades do CFCH, sobre a elaboração de uma proposta única ao Edital da Finep dirigido à infraestrutura de pesquisa. Combinar as exigências do Edital, as recomendações consensuadas no CEPg em vista da elaboração de um projeto institucional e as necessidades dos programas tão heterogêneos foi um processo complexo conquanto luminoso sobre a conveniência do fortalecimento das nossas demandas junto a Universidade e à Finep. Fui indicada para assumir a coordenação executiva do Sub-projeto CT-INFRA: PRÓ-INFRA 01/2008,

Laboratório de pesquisa e produção multimídia portal das Ciências Humanas, que está em desenvolvimento, com todo os equipamentos adquiridos, aguardando as adaptações elétricas já contratadas para execução em 2018. O trabalho coletivo dos 17 programas de pós-graduação envolvidos com a grande área das Ciências Humanas escapou da organização endógena da estrutura média da universidade: além dos 11 programas do CFCH, quatro do CCJE, um do FCC e um do CCMN. A segunda, também no nível da pós-graduação, investiu na constituição de um grupo de docentes de três centros universitários para trabalhar na construção e viabilidade de proposta de Curso de Residência Multidisciplinar em Políticas de Gênero e Direitos Humanos. A proposta, formalizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, teve como co-proponentes o Instituto de Psicologia, a Escola de Serviço Social, a Faculdade Nacional de Direito e o Instituto de Saúde Coletiva. Reencontrei, conheci e trabalhei com Maria Celeste Marques da Silva, Hebe Signorini Gonçalves, Sheila de Souza Backx, Cristiane Brandão e Regina Simões Barbosa. Assumi a coordenação do referido Curso após a homologação do CEPg no biênio 2003-2004, passando para a Coordenação Adjunta quando fui eleita Decana.

Consegui levantar o registro de 79 pareceres nos colegiados que participei, apesar de não ter podido rastrear os votos em separado que proferi quando estava na Comissão de Desenvolvimento do Consuni -- e foram muitos. Na Comissão de Ensino e Títulos deste colegiado, grande parte dos pareceres que redigi foram sobre recursos ao indeferimento de renovação de bolsas de apoio ao estudante, um efeito da política de expansão iniciada em 2007 combinada com a desfinanceirização da universidade e dos gastos sociais. As situações dramáticas das histórias singulares têm mediação controversa por parte de alguns cursos, que operam o acompanhamento acadêmico de modo burocrático, no estrito cumprimento das Resoluções do CEG. O tema das ações de permanência do estudante na universidade precisa ser combinado às iniciativas da Superintendência de Assuntos Estudantis (SuperEst). Conquanto as análises dos pareceres técnicos possam

servir ao deslocamento da execução das ações nos diferentes níveis da estrutura universitária e na formulação de novas diretrizes, a positivação da assistência estudantil como política de direitos, que teve origem na proposta da ESS, aprovada no CEG em 2000, carece de enraizamento institucional.

A invisibilidade da produção levada a termo na gestão e na representação está diretamente relacionada à dificuldade de restaurar a dimensão assertiva do conjunto das atividades, que não se enquadra na lógica produtivista com que a comunidade universitária é interpelada.

### — PRODUÇÃO PROFISSIONAL —

A qualificação acadêmico-profissional realizada no período a ser destacado para fins de apresentação no Memorial envolve participação em Comitês Editoriais por 7 anos na Revista Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social, do PPGSS.

Atuei como parecerista *ad hoc* em diversos periódicos: Revista Estudos Feministas, em 2008 e 2014, Revista Interagir, em 2010, Revista Katálysis, no ano seguinte, Revista Ártemis, em 2015, Revista Brasileira de Ciência Política e Revista do CFCH, no ano subsequente e na Revista Praia Vermelha, em 2017.

No triênio 2003-2005 dei parecer em 11 processos da Faperj, além de ter sido contemplada com auxílio à pesquisa no escopo do Edital Apoio a Humanidades, edição 2008, o que permitiu a renovação dos equipamentos patrimoniados na Escola de Serviço Social, com dois computadores, um *datashow*, duas impressoras, um notebook, um gravador de voz e duas câmeras fotográficas, além de material de consumo. Também examinei e dei parecer em um projeto do Edital Capes 013/2015.

Recebi dois prêmios: o primeiro em 2010, uma Moção de Louvor e Aplausos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em comemoração ao Dia do Assistente Social. Corolário desta distinção, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade uma Moção

de Louvor. Em 2016, recebi o Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, concedido para mulheres com destacada atuação no campo da defesa da cidadania feminina.

Atuei como membro externo do Comitê Consultor da UERJ em 2003, em duas situações: na seleção de bolsas Pibic/CNPq 2003/2004 e na 12ª Semana de Iniciação Científica.

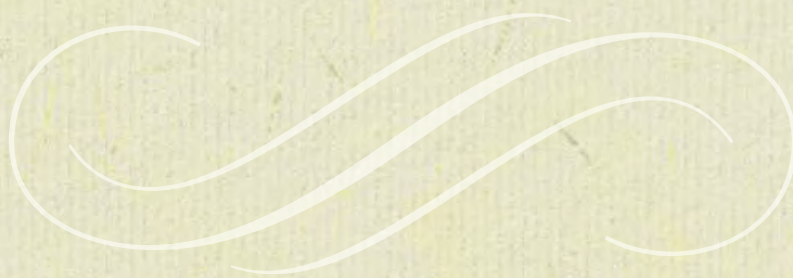
Integro a Comissão Especial de Segurança da Mulher do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher a partir de 2010, composta por mulheres com reconhecida atuação no enfrentamento da violência contra a mulher, com atribuições definidas no Decreto nº 42.856, de 18 de fevereiro de 2011, do Governo Estadual.

Tive a honra de ser escolhida por oito turmas para ser homenageada na formatura, das quais uma como patronesse, em 2011/1 e noutra como paraninfa, em 2006/2. Em 2003/1, 2004/1 e 2, 2005/2, 2006/1 e 2, 2007/1, 2010 e em 2011/1.

Participei de cinco comissões julgadoras de concurso público na UFRJ, quatro no NEPP-DH, em 2008, 2009, 2010 e 2013 e uma na ESS, em 2011.

Por fim, à guisa de terminalidade de processo inconcluso, declaro que sou servidora pública federal e tenho enorme satisfação de servir à sociedade por meio deste conjunto de atividades realizadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Combinar ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante no exercício da função docente, inventariando seus produtos, indicam a vitalidade da universidade pública, gratuita e laica, através dos sujeitos do seu corpo social -- docentes, discentes e servidores técnicos administrativos em educação e terceirizados -- no movimento da instituição de um contra-poder que pode utilizar a autonomia universitária na direção de um projeto alternativo de sociedade, que seja orgânico à soberania popular e que possibilite a cidadania plena de todos e todas.



# JANETE LUZIA LEITE



Colagem: Eduardo Bordoni

## **Solar**

*Milton Nascimento*

Venho do sol, a vida inteira no sol  
Sou filha da terra do sol  
Hoje escuro, o meu futuro é luz e calor  
De um novo mundo eu sou  
E o mundo novo será mais claro  
Mas é no velho que procuro  
O jeito mais sábio de usar  
A força que o sol me dá  
Canto o que eu quero viver  
É o sol, somos crianças ao sol  
A aprender a viver e sonhar  
O sonho é belo  
Pois tudo ainda faremos  
Nada está no lugar  
Tudo está por pensar  
Tudo está por criar  
Saí de casa para ver outro mundo, conheci  
Fiz mil amigos na cidade de lá  
Amigo é o melhor lugar  
Mas me lembrei do nosso inverno azul  
Eu quero é viver o sol  
É triste não ter o sol  
É triste não ter o azul todo dia a nos alegrar  
Nossa energia solar irá nos iluminar o caminho



**JANETE LUZIA LEITE**

DEZEMBRO DE 2018

## *Lá e de volta outra vez*

*Isso de começar não é fácil.*

*Muito mais simples é acabar. Pinga-se um ponto final  
e pronto; ou então escreve-se um latinzinho: FINIS.*

*Mas começar é terrível.*

EMÍLIA, MARQUESA DE RABICÓ - MONTEIRO LOBATO

A confecção de um Memorial<sup>27</sup>, como indica o próprio nome, é um debruçar-se sobre a própria vida, aos impulsos e acontecimentos que nos levaram ao que realizamos e o que hoje somos. Meu primeiro Memorial foi escrito como parte dos documentos a serem examinados pela banca do Concurso de Provas e Títulos para a Carreira de Magistério Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1997. O segundo é este, que agora apresento para a banca de Promoção para Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Um Memorial transgride o rigor da formalidade acadêmica e exige de sua autora um mergulho no tempo para a produção de um documento sistematizado. A sensação é de ter vivido várias vidas em uma. Assim, minha vida profissional não pode estar dissociada da minha vida pessoal - ambas andam juntas; ambas fazem parte de uma só e única história: a minha.

27 Conforme dissertarei mais adiante, fui criada com muitos livros. Logo aos 11 anos de idade, deparei-me com o 1º volume da 1ª edição em português de O Senhor dos Anéis, de J.R.R.Tolkien, em uma visita à livraria Entrelivros, que ficava localizada no Largo do Machado. A obra foi publicada originalmente em seis volumes, entre 1974 e 1979, pela Editora Artenova. Foi a minha primeira leitura de literatura fantástica, e influenciou profundamente o período inicial de minha adolescência. Posteriormente, consegui uma cópia da primeira tentativa de produção cinematográfica (incompleta) desta obra - uma transposição de desenho animado e película, de 1978, e meus filhos foram criados vendo esta produção. No início dos anos 2000, quando a obra ganhou as telas dos cinemas na produção cinematográfica de Peter Jackson e se tornou um estrondoso sucesso de bilheteria em todo o mundo, os amigos de meus filhos (então com 15 e 16 anos) não conseguiam acreditar que eles já conhecessem toda a saga de há muito tempo. No início dos anos 1990, estando em Portugal, encontrei...

Ao longo de minha trajetória acumulei experiências extremamente significativas, que muito têm a ver com a luta e os compromissos ético, social, político e profissional que abracei. Tenho aqui a oportunidade de expressar a minha gratidão a tantas pessoas e/ou grupos sociais e políticos pelo estímulo, pelos ensinamentos e pela parceria nesta caminhada, pois são a forja e a força da minha história.

A oportunidade de compor uma Coletânea com os vários Memoriais dos Professores que ascenderam à Classe de Professor Titular já passados alguns anos de minha promoção, permitiu-me atualizar o que escrevi até os dias da primeira pandemia do século XXI.

O primeiro ano da pandemia da Covid 19 foi muito, muito duro. Isolamento total e as piores notícias chegando. Até hoje o espetáculo macabro da fila de caminhões militares transportando corpos em Bergamo (Itália) por não haver mais lugar nos necrotérios locais me assombra algumas noites.

Ainda não conseguimos dimensionar (até porque, por mais que queiram decretar o contrário, a pandemia não terminou) as sequelas sociais, econômicas, psicológicas e físicas deste processo, mas certamente elas são bastante severas.

Neste interregno, perdi muitas pessoas queridas - daí também a necessidade de atualização deste texto -, algumas pela Covid, mas não a maioria<sup>28</sup>. Em finais de 2019, perdi meu pai. O velho marujo foi navegar outros mares. No decorrer de 2020 e 2021, perdi colegas, alunos, pais de alunos, pais de amigos... mas perdi também meu querido Chefe (como será visto mais adiante) Carlos Alberto Morais de Sá, e dois dias depois o seu braço direito e igualmente querido Fernando Samuel Sion. Hélio Ricardo Matos, psicólogo que

...a obra completa em três volumes. Trouxe-a comigo e deixei os seis volumes originais da 1ª edição com minha irmã. É em *O Senhor dos Anéis* que aparece a referência ao livro escrito pelo hobbit Bilbo Bolsim (que foi adaptado para Bolseiro) contando a sua saga na busca do tesouro perdido dos anões na fantástica e suntuosa cidade de Moria, ao ser recrutado pelo mago Gandolfo (que foi adaptado para Gandalf) junto a uma corporação de 13 anões. Este livro, deixado para o seu sobrinho Frodo, possui como título: *Lá e de volta outra Vez*, e relata a saída de Bilbo de sua pacata e segura terra natal - o Condado (adaptado para Distrito) - para viver uma enorme aventura, da qual voltou completamente transformado e, sem o saber, carregando consigo o Um Anel, que poderia mudar o destino de toda a Terra Média. Mas esta já é outra história...

28 Procuro aqui, neste parágrafo, prestar minha homenagem e falar da minha saudade àqueles que se foram após 2018, quando defendi este Memorial. Portanto, a locução *in memoriam* só aparecerá no texto na referência a quem faleceu antes de dezembro de 2018.

inaugurou o Plantão de Suporte Ambulatorial comigo, sendo ainda estudante, também se foi. Na Escola de Serviço Social, perdi Neide Maria Lemos Pereira (queridíssima D. Neide) e meu amado Seu Tião.

Para que se compreenda como aqui cheguei, há a necessidade de uma breve digressão para “lá”, para o passado. Então, na dialeticidade da vida, estaremos de volta outra vez.

## — LÁ —

*Há um menino, há um moleque  
Morando sempre no meu coração  
Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão*  
BOLA DE MEIA, BOLA DE GUDE - MILTON NASCIMENTO

Nasci na - ainda - maravilhosa Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, estado da Guanabara, no Hospital dos Servidores do Estado (onde minha mãe trabalhava), e residindo ao lado do recém-aposentado Palácio das Águias (atualmente Museu da República, cujos jardins foram meu *playground*). Nasci no mês de fevereiro, domingo de Carnaval. Aquariana, com mãe aquariana, avó materna aquariana - e 11 meses mais tarde, irmã aquariana. Com pai militar e mãe enfermeira, desde cedo aprendi o valor e o significado da responsabilidade, da disciplina e da organização. Juntamente com minha irmã, Juçara Luzia Leite<sup>29</sup>, trilhei uma infância feliz, de estudante brilhante de Escola Pública.

Da infância e pré-adolescência guardo momentos de extrema magia, proporcionados pela leitura das obras de Monteiro Lobato, Saint-Exupéry, Lewis Carroll, Maurice Druon e J.R.R. Tolkien. A leitura foi um dos legados mais importantes que meus pais deixaram - uma verdadeira “fome” de saber. Devorava tudo o que me caía às mãos - de gibis a Dostoiévski, passando por Machado de Assis, Agatha Christie e Victor Hugo. A música foi outra herança importante. De Tchaikovsky a Luiz Gonzaga - sem esquecer dos

29 Sou de uma família de “Jotas” - Jansen, Joséte, Janete e Juçara. Mas temos uma ramificação de avós, tios e primos que traz esta “tradição”: Júlio, Josepha, José, Jackson, Jarbas, Josenete, Josedith, Jilvanete, Jacqueline.

amados boleros e guarânias de meu pai -, de tudo se ouvia dentro de casa. Livros e discos (os famosos “bolachões de vinil”) que guardo até hoje.

Convivendo com este universo, alguns sussurros e apreensões em casa, com conversas às escondidas e palavras que não podiam ser ditas. Bem mais tarde soube que este “silêncio” se devia ao medo da vigilância proveniente do AI-5, pois minha mãe, além de funcionária pública<sup>30</sup>, também era professora universitária (da extinta Fefieg, hoje UniRio), sendo obrigada a ministrar aulas (principalmente nas disciplinas de OSPB e EPB) com guardas em sala de aula (e sabe-se lá quantos X9<sup>31</sup>); e meu pai possuía um irmão expulso da Marinha por ter participado da Revolta dos Marinheiros. As marcas em ambos sempre permaneceram.

Minha infância também foi o nunca esquecer de minhas origens. Apesar de ser “carioca da gema”, sempre que entrávamos de férias, meus pais embarcavam-nos - minha irmã e eu - para Maceió. Ambos eram alagoanos, e a maior parte da família lá estava. Quando as finanças estavam boas, íamos de avião. Do contrário, tínhamos que enfrentar 36 horas (um dia e meio) de ônibus até o Nordeste. Eu enjoava até não mais poder, mas adorava atravessar o Velho Chico de balsa.

Lá, nem sempre a vida era muito fácil. D. Josepha Praxedes, minha avó, era uma mulher muito rígida e sisuda. Não havia jeito de nos entendermos - eu não podia usar minissaia, biquíni, sentar-me com a saia entre as pernas, brincar com meninos... Somente perto de sua morte, em 2005, quando ela já estava demente, é que conseguimos “fazer as pazes”. Hoje compreendo que bem no fundo, ela tinha uma pontinha de inveja da minha liberdade. Meu avô, Júlio Leite da Silva, em vão pedia-lhe que me deixasse em paz.

Meus tios e tias - com primos e primas - eram sempre muito bons comigo e com minha irmã. Somos muito chegados até hoje. Dos seis irmãos de meu pai, somente duas estão vivas. Os primos e primas tentam manter contato - e o conseguem com relativo sucesso em tempos de WhatsApp. Contudo, as tias-avós não dei-

30 Mami era enfermeira no Hospital dos Servidores do Estado, o “hospital-padrão” e referência para a América Latina à época. Como vários médicos daquela instituição protagonizaram a insurgência contra a Ditadura, muitas vezes foram escondidos das forças da repressão naquele hospital pelos profissionais de saúde.

31 Gíria para designar dedo-duro, delator.

xavam seus filhos e filhas brincarem com “as cariocas”. Este ramo da família, hoje, é-me completamente estranho.

Os irmãos de minha mãe - o lado mais empobrecido da família - também não mantinham muito contato conosco. Meu avô, José Cassiano de Oliveira, gostava muito de nos ver. Chamava-nos de “as meninas”.

Meus pais sempre fizeram questão de que as filhas cariocas jamais esquecessem suas raízes - o umbigo enterrado “nas Alagoas”, e uma mistura de indígenas, negros, italianos, holandeses e portugueses. Mas também jamais esqueci das águas quentes daquela terra, e sempre que posso, é para lá que corro para me “recarregar”.

### — OLHOS SE ABRINDO PARA O MUNDO —

*Ai que ninguém volta*

*Ao que já deixou*

*Ninguém larga a grande roda*

*Ninguém sabe onde é que andou*

O PASTOR - MADREDEUS

Fui aluna de escola pública desde sempre.

No Jardim de Infância, frequentei o Marechal Hermes, em Botafogo. Até hoje, quando passo por lá e olho, de fora, o pátio com sua rampa em curva, vejo a “pequena Janete” ali descendo na hora da “merenda”.

De lá, fui matriculada no Colégio Rodrigues Alves (do qual, hoje, somente uma pequena parte sobreviveu à passagem do Metrô - é a Estação Catete), ao lado do Palácio do Catete, no qual permaneci até o Admissão<sup>32</sup>. Daquela escola, guardo ensinamentos que me acompanharam durante toda a vida.

32 Até o ano de 1971 o sistema educacional brasileiro era composto por 4 anos do Primário e 1 ano de Admissão ao Ginásio para quem queria/podia continuar os estudos. Era possível parar no Primário - o governo só tinha a obrigação de ofertar este primeiro ciclo. As camadas mais pauperizadas da população iam para a chamada Escola Industrial para aprenderem um ofício - pedreiro, marceneiro etc. Então, as escolas públicas faziam o exame de Admissão ao Ginásio (o Colégio Pedro II tinha concurso para entrar). A Reforma 1971 (Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971) acabou com a diferença entre Primário e o Ginásio, passando a ser obrigatório os 8 anos do 1º grau - então passamos a ter um 1º grau de 8 anos, englobando os antigos Primário e Ginásio, com a entrada automática, sem exame admissional. Nós cursamos o Admissão, mas...

O primeiro deles refere-se à Caixa Escolar. A Diretora da escola, Profa. Ogarita, todos os anos promovia uma verdadeira “Cruzada” para arrecadar fundos a fim de ajudar os alunos mais carentes a comprarem material. Neste sentido, uma “conscientização” era realizada entre os pais no sentido de que, aqueles que dispusessem de um pouco mais de recursos financeiros, pudessem contribuir “um pouquinho mais” com a Caixa Escolar para que os outros estudantes pudessem ter os mesmos materiais que os demais colegas. Nossos cadernos e livros eram cuidadosamente encapados com plástico xadrez colorido<sup>33</sup> e etiquetados. Todo início de ano era uma verdadeira romaria à Papelaria Catete para comprar material. Eu amava sentar-me com meu pai e minha irmã para encapar tudo e deixar o material organizado.

A segunda lição foi o “método” de estudo. A minha professora durante quase todo o Primário - “tia” Olga Dib, nos orientava a ler e captar as ideias centrais de cada texto - que deveriam ser sublinhadas de verde; e fazer pequenas observações (em preto) para que, quando olhássemos o livro novamente, tudo estivesse lá, resumido. Não podíamos escrever a lápis, para aprendermos a escrever sem errar - só com tinta azul. A caneta vermelha era destinada às correções. Pouco utilizo o lápis até hoje.

“Tia” Olga era o porto seguro do carinho e da autoestima. No outro extremo, a professora de minha irmã, que terminou sendo minha professora particular no “cursinho” que ela montou em casa para preparar os alunos para o exame de Admissão - “tia” Sonia Maria Boisson. Uma mulher duríssima. Exigente ao extremo. Seus alunos não podiam ser menos que perfeitos. Seus olhos de um azul profundo e sua voz um decibel acima do “normal” para as professoras primárias, fazia tremer crianças e pais. Mas todos a reconheciam como uma das melhores. Hoje sei que ela era uma mulher à frente do seu tempo, e muito injustiçada. Separada do marido (um horror para aqueles finais dos anos 60, uma mulher

...ao invés de entrarmos na 6ª série do 1º grau, “retrocedi” para a 5ª série. Dali se passava para o 2º grau e, na sequência, o exame Vestibular para entrar na universidade. Com Lula, a obrigatoriedade do ensino passa a ser de 12 anos, e não mais de 8 - retorna o Ensino Fundamental de 9 anos, com 5 anos na primeira fase e 4 anos na segunda fase, permanecendo o Ensino Médio com 3 anos. Na verdade, no meu último ano do Primário o Exame de Admissão para o Ginásio (5º ano) já havia sido extinto quando passei para o Ginásio (que também desapareceu), mas minha escola manteve-o. O livro *Do Admissão ao Ginásio* era referência.

33 Cada matéria tinha uma cor - Português, vermelho; Matemática, azul; Ciências, amarelo; e História, verde.

“largada” do marido), trabalhava duro para dar o seu melhor para preparar as futuras gerações, e também para que seu filho pudesse estudar. Até hoje recordo suas proféticas palavras: *“estudem, porque quando vocês forem adultos, até para ser mendigo vai-se precisar ter feito o Primário”*.

Eu amava profundamente a minha escola, meus colegas e minha professora. O único “senão” era ter que “formar” para cantar os Hinos - Nacional, da Bandeira, da Pátria e da Independência - em datas oficiais. E ser do Centro Cívico Escolar. Marcas da Ditadura em toda uma geração.

Minha primeira experiência docente ocorreu ainda dentro de casa.

Sendo alfabetizada pelo “método da abelhinha”, meus pais compraram um quadro verde e giz de cor para que eu “treinasse” o que ia aprendendo. Minha maior alegria era chegar à casa, enfileirar as bonecas, e “ensinar-lhes” a ler.

Todavia, tinha eu também uma “bonequinha viva” - minha irmã, que se sentava junto com as outras “alunas” e ficava observando. Tanto observou, que um dia começou a ler. Meus pais ficaram pasmos.

Fui uma criança muito ativa. Não conseguia compreender porque as meninas não tinham a mesma “liberdade” que os meninos. Aos poucos, fui aprendendo a me impor às situações que me eram cotidianamente apresentadas. Uma delas foi o ato de andar de bicicleta.

Meus pais gostavam de nos levar - a mim e a minha irmã - para brincar no Parque da Glória, onde havia uma enorme estátua de Pedro Álvares Cabral. Papai havia comprado uma bicicleta pequena para nós, de rodinhas, e nos ensinava a andar sem elas. Uma tarde, ele se aborreceu, tirou as rodinhas e falou que já havia passado o tempo de aprendermos. Se não sabíamos, até aquele momento, andar de bicicleta sem rodas, então não andaríamos nunca. Voltamos para casa arrasadas. Sentei-me num canto com muita raiva. De repente, levantei-me e pedi para minha tia descer

comigo, levando a bicicleta. Voltei para casa algumas horas depois, com muitos machucados pelo corpo, fruto dos tombos que levava. Mas estava andando de bicicleta sem rodinhas. No dia seguinte, meus pais juntaram as economias que tinham, e me presentearam com uma “bicicleta de mocinha” - bicicleta Caloi grande e sem rodinhas.

O Ginásio foi cursado no Colégio Estadual Reverendo Álvaro Reis, que se transformou em Escola Municipal José de Alencar. Ali acabaram-se as “tias”. Todas as professoras eram “dona” - uma por disciplina. Tínhamos que nos levantar à entrada e à saída de cada professora.

O Álvaro Reis, como chamávamos, ainda não havia experimentado o declínio que a retirada de verbas muito em breve acarretaria a rede pública de ensino. Tínhamos um excelente laboratório de química; e uma sala de línguas equipadíssima, com mesas individuais e fones de ouvido. Tínhamos, ainda, aula de orfeão e artes plásticas. Foi no Álvaro Reis que conheci a melhor professora de Francês que tive - D. Maria Lucia Vilela. Suas aulas me fizeram abraçar o francês como a minha segunda língua. Mas ali também tive a D. Elcy Fortuna Luz, professora de Língua Portuguesa, que adorava meus cadernos organizados e coloridos.

Esta escola deu-me também amigos que trago comigo até hoje. Cacia de Oliveira Guimarães, minha comadre, cursou Serviço Social na UFRJ (um período antes de mim), e hoje é assistente social da Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador - CPST/UFRJ. Victor Jayme Roget Rodriguez Pita, meu compadre e irmão do coração, trabalha no Instituto de Macromoléculas/UFRJ. Ana Cristina França, com quem mantenho contato frequente pelo Facebook e Instagram. O mundo é mesmo uma noz...

Com a entrada no Ginásio, resolvi tornar realidade um dos meus sonhos de criança: fazer ballet. Meu corpo proporcionava todas as condições necessárias e o fascínio que a linguagem corporal exercia sobre mim pôde provar ser extremamente necessária na profissão que depois abracei. Até hoje os conhecimentos adquiridos



na dança me fazem ter uma grande sensibilidade. Deixei o piano de lado e abracei as sapatilhas, os coques de cabelo e os *collants*.

A dança foi minha primeira experiência docente “oficial”, mas somente cerca de 10 anos depois. Poder repassar meus conhecimentos, ver corpos tomarem forma, crianças aprenderem a se deixar levar pelos compassos de uma música foi um aprendizado de significados múltiplos. Também representou o meu primeiro contato com o conhecimento de que o corpo, os gestos e o silêncio falam, gritam e nos repassam mensagens importantíssimas, que por vezes a boca cala.

Quando fiz 15 anos, mudamos do Catete para a Tijuca. Meus pais, com muita dificuldade, finalmente haviam conseguido o sonho da classe média: a casa própria para poder deixar um “teto” para as filhas. Para mim não foi uma mudança fácil. Deixar meus amigos de infância foi muito sofrido.

Fui adolescente rebelde e questionadora, provocando sérias “dores de cabeça” em meus pais, que não sabiam “o que ia ser dessa menina”.

Foi na Tijuca que comecei a perceber os ecos da ditadura. Como morávamos em um Condomínio, muitos jovens se conheceram e logo formamos um grande grupo. Passávamos as noites cantando, jogando pingue-pongue, namorando...

Este grupo resolveu, escondido dos pais, ir ao *show* de 1º de maio, em 1980<sup>34</sup>, no Riocentro - naquela época, ir da Tijuca para

34 Os shows do 1º de maio de 1980 e 1981, na esteira de muitos outros que ocorriam em universidades públicas, eram apresentações musicais ligadas ao movimento geral de protestos ao regime militar e seu ocaso. Os artistas que participavam doavam seu cachê para a luta contra a ditadura, em especial para as entidades do chamado Novo Sindicalismo nascente. O belo texto de Lunardi (2014), nos dá uma ideia da cor local destes eventos: “O primeiro *Show* de 1º de Maio ocorreu em 30 de abril de 1979, no Pavilhão do Riocentro, no Rio de Janeiro. Dirigido por Fernando Faro, contou com roteiro e apresentação de Chico Buarque, a participação de um grande elenco de MPB e foi transmitido pela TV Tupi em duas partes, sem que os artistas cobrassem cachês. No total, foram tocadas e interpretadas por volta de sessenta e oito canções, entre as quais estiveram *Fantasia* e *1º de Maio*, de Chico Buarque; a já conhecida “música de festival”, *Ponteio*, cantada por Edu Lobo e Marília Medalha; *Sonho meu*, interpretada pelo trio Maria Bethânia, Gal Costa e Dona Ivone Lara; *Acontece*, cantada por Cartola e Paulinho da Viola; *Bandeira do divino*, na voz de Ivan Lins; *Tarde em Itapuã*, interpretada por Toquinho e Vinícius; *Comportamento geral*, de Gonzaguinha, entre outras. Sabe-se que Milton Nascimento não pode comparecer, mas suas canções foram interpretadas por substitutos, a exemplo de *Ponta de areia*, cantada pelo Conjunto Boca Livre. Conjunto Viva Voz, Pepeu Gomes, Martinho da Vila, Baden Powell, Rosinha de Valença, Baby Consuelo, Clementina de Jesus, João Bosco, grupo A Cor do Som, Conjunto Época de Ouro, MPB-4, Cristina Buarque de Holanda, Olivia Hime, Zizi Possi, João Nogueira e...

o Recreio era quase uma viagem. A experiência foi tão boa que resolvemos repetir a dose em 1981, quando a bomba que iria ser colocada dentro do Riocentro explodiu no colo de um dos militares que ia “plantá-la”. Dentro do Pavilhão, nada percebemos.

Prestei Vestibular para Serviço Social, tendo como primeira opção a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo aprovada. Mas eu queria mesmo dançar...

### — GRADUAÇÃO E PRIMEIROS ANOS DE FORMADA - SONHOS... —

*É necessário se espantar,  
se indignar e se contagiar,  
só assim é possível mudar a realidade*

NISE DA SILVEIRA

Todo o curso de Graduação transcorreu com notas maravilhosas no Histórico Escolar e saídas rápidas para a academia de *ballet*. Mesmo assim, consegui ser a representante de turma junto ao Centro Acadêmico (CA) e à Comissão de Formatura, além da participação em eventos científicos e comparecimento às aulas de francês.

...a Velha Guarda da Portela também estiveram presentes. (Veja, 1979: 124-125; FSP, 1979: 32) (...) Sobre o *show* de 1980 temos mais informações, que não somente o registro áudio remasterizado em 2011. Sabe-se que o espetáculo ocorreu em 1º de maio de 1980 e contou com a presença de trinta e cinco artistas, entre eles, Chico Buarque, João do Vale, Dorival Caymmi, Beth Carvalho, Djavan, João Bosco, MPB-4, Ivan Lins, Zezé Motta, Miúcha, Clara Nunes, Sérgio Ricardo, Alceu Valença, Dominginhos, Ângela RÔRÔ, Frenéticas, João Nogueira, entre outros, que repetiram a dose do ano anterior, e outros, que no palco do Pavilhão do Riocentro, no *Show* 1º de Maio, pisaram pela primeira vez, a exemplo de Elba Ramalho, de Milton Nascimento e de Moraes Moreira. Presenças garantidas no ano anterior, como Gonzaguinha, Pepeu Gomes, Baby Consuelo e Maria Bethânia, não compareceram. Novamente com promoção do CEBRADE, o evento objetivou arrecadar fundos para a greve paulista e para o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras e reuniu cerca de trinta mil pessoas. (Veja, 1980: 18). Já sobre o *Show* 1º de Maio de 1981 temos poucas informações, uma vez que as notícias do atentado a bombas no Riocentro ofuscaram o brilho da noite de espetáculo na imprensa. Sabemos que aconteceu, como de costume, no Pavilhão do Riocentro, que foi uma promoção do CEBRADE, que ocorreu em 30 de abril de 1981 e que foi transmitido pela Rede Bandeirantes no Dia do Trabalho. Quanto aos artistas e seus repertórios, ficamos à mercê das informações resgatadas pelo CD *Show* 1º de Maio e por ainda poucos dados sobre seus participantes da imprensa escrita e audiovisual (JT, 1981: 17; JB, 1981: 2; VEJA, 1981: 20-25; 27).” LUNARDI, Rafaela. Cantos de luta: escutando os shows 1º de Maio (Brasil, 1980-1981). *Lutas Sociais*. São Paulo: PUC-SP, vol.18, nº 32, jan./jun. 2014. p. 216-229.

Sem desconfiar, estava eu vivenciando a primeira geração pós-Congresso da Virada. O marxismo enviesado identificado por José Paulo Netto (1989)<sup>35</sup> convivía, na ESS/UFRJ, com o conservadorismo de um grupo liderado por Tecla Machado Soeiro. Somente hoje consigo avaliar o nível de tensão político-ideológica que havia na formação dos assistentes sociais naquela época. Sou, portanto, fruto da geração formada por Marias de várias filiações: Maria Augusta Temponi (*in memoriam*), Maria Helena Rauta Ramos, Maria Cristina Salomão, Maria Inês Bravo, Maria Durvalina Fernandes Bastos, Maria Helena Tenório e outras. Podia, ainda, contar com o carinho de Maurisa e Divaleia na Secretaria.

Meu primeiro Estágio Curricular teve lugar na creche do Banco da Providência, situada no Morro da Formiga (Tijuca). Pouco tempo lá permaneci, pois além de questionar seguidamente a postura conservadora da supervisora, soube da abertura de vagas para estágio no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG), da Universidade do Rio de Janeiro (hoje, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio).

Este hospital representava alguns sonhos para mim: 1º) trabalhar na área de Saúde (herança dos dias em que ia “trabalhar” com minha mãe na Cardiovascular do HSE, mas também movida pelo entusiasmo que a Profa. Maria Inês Bravo demonstrava em sala de aula para com a Área da Saúde<sup>36</sup>); 2º) a oportunidade de vivenciar o binômio saúde-educação; e 3º) seu estilo arquitetônico me fascinava; achava-o lindo.

Compareci à prova e à entrevista, obtendo o 1º lugar na classificação final. Havia sempre duas bolsas comigo: uma com roupa branca e material da faculdade; e outra com toalhas, sapatilhas e *collants*.

O estágio no HUGG proporcionou, aos meus olhos de profissional em formação, inúmeras oportunidades de vivenciar a prática do Serviço Social em um Hospital-Escola, permitindo observar as contradições inerentes da correlação de forças no trabalho interprofissional, bem como o posicionamento do Serviço Social neste e outros conflitos.

35 NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição Marxista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano 10, nº 30, mai./ago. 1989. p. 89-102

36 Também não tinha a noção dos embates, à época, pela efetivação do projeto da Reforma Sanitária protagonizado por grupos de profissionais ligados à FioCruz.

Iniciei o estágio em duas grandes enfermarias de Clínica Médica. Após o primeiro semestre de estágio, pleiteei minha continuação no campo (o que a ESS não permitia à época), obtendo consentimento. Foi então a vez de solicitar a continuidade do estágio em outra Clínica Médica - a 10ª Enfermaria (o que não era permitido pela Coordenação de Estágio do Serviço Social do HUGG).

Meu interesse principal nesta Enfermaria se deveu ao fato de lá estarem chegando pacientes portadores de uma nova doença que surgia no mundo: a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida/Aids).

Após várias discussões, percebeu-se que as demais estagiárias sutilmente recusavam a ida para esta Enfermaria, ficando a vaga à minha disposição.

O que aprendi no restante da minha Graduação junto à assistente social e supervisora Delízia Mattos (*in memoriam*) e através destes pacientes, marcou definitivamente minha trajetória profissional e pessoal.

Em 1985, ano em que o pacto da Constituinte se firmou com a eleição, pelo Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves, foi também o ano em que meu primogênito Victor veio ao mundo e me fez mãe. Minha felicidade era poder dizer que ele nasceria em um país livre da ditadura militar. Victor foi o primeiro bebê da turma, causando imenso rebuliço quando nasceu.

Como meu filho nasceu em setembro, pude agregar a licença-maternidade (que na verdade era somente o gozo de 90 dias em casa com o bebê, conforme a Lei<sup>37</sup>) com as férias escolares, o que me permitiu ficar com meu ele por 6 meses.

Assim, formei-me no prazo previsto - agosto de 1986. No dia da minha formatura soube que estava grávida do meu caçula, e já me preparava para iniciar o *Curso de Especialização em Educação na Área da Saúde*, promovido pelo Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde - NUTES/UFRJ<sup>38</sup>. À época, havia a exigência de que os postulantes ao curso deveriam ter, no mínimo, 1 ano de experiência profissional comprovada na Área da Saúde. Ora, eu era

37 A Lei nº 6.202, publicada em abril de 1975, permitiu que gestantes, a partir do oitavo mês, pudessem estudar e fazer trabalhos e provas em regime domiciliar. É um absurdo que esta Lei, com tantas conquistas obtidas pelas mulheres, seja a que ainda regule o direito de as estudantes gestantes ficarem com seus filhos.

38 Hoje Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde - Nutes.

apenas uma assistente social recém-formada. Pedi para falar com o Coordenador do Curso, o Prof. Antônio Filomeno, e argumentei que, de alguma forma, meu estágio de 2 anos no HUGG poderia ser considerado como experiência profissional. Após alguma resistência, o Prof. Antônio Filomeno permitiu que eu me inscrevesse no Curso.

O Curso de Especialização proporcionou a oportunidade de conhecer outros profissionais de várias áreas ligadas à Saúde, oriundos de outros estados do Brasil e até de outros países da América Latina. Vários permanecem meus amigos.

O ano de 1987 representou uma pequena pausa nos estudos. Daniel nasceu em março, completando minha felicidade. Um bebê lindo e bastante ativo. Meus dois filhos estavam muito pequenos, necessitando da minha atenção.

Março de 1988 trouxe a vontade de iniciar minhas atividades profissionais práticas, mas a conjuntura político-econômica do momento fechava as portas para quaisquer concursos públicos e a área de Serviço Social de Empresa não me agradava (sequelas da linha teórico-metodológica da Graduação). Ingressei no Curso de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), a fim de aprofundar meus estudos. Houve a cessão de Bolsa de Estudos pelo CNPq, o que permitiu que eu investisse pesadamente na aquisição de livros e pagamento de cursos paralelos necessários.

— UMA SOMBRA PAIRA  
SOBRE O SÉCULO XX —

Até onde posso,  
vou deixando o melhor de mim...  
Se alguém não viu,  
foi porque não me sentiu  
com o coração

CLARICE LISPECTOR

Retornei ao HUGG e entrei em contato com a então chefe do Serviço Social, Eliana Resende de Oliveira e o Professor Titular da 10ª Enfermaria, Dr. Carlos Alberto Moraes de Sá, propondo meu trabalho voluntário.

Fui recebida com bastante entusiasmo: meu trabalho já era conhecido e a contratação de novos profissionais era inviável<sup>39</sup>. O Prof. Carlos Alberto esclareceu-me que o trabalho voluntário é vedado em instituições públicas, mas como elas careciam de pessoas que realmente quisessem trabalhar e o Governo nada fazia a respeito, resolveu aceitar meu oferecimento. Enfatizou que não haveria qualquer tipo de remuneração e/ou vínculo empregatício, mas poderia contar com a seu apoio integral para o bom desenvolvimento de meu trabalho.

Sabia que haveria obstáculos a serem contornados - quiçá até derrubados - devido não só a minha inexperiência na prática profissional, mas também à marginalização conferida à denominação *voluntário*.

O primeiro entrave surgiu onde eu menos esperava: a equipe de Serviço Social não aceitou a minha entrada como voluntária. À exceção das assistentes sociais Estela Maris Maulaz Moura (responsável pela 10ª Enfermaria e assoberbada de trabalho motivado pelo pânico gerado pela aids - *in memoriam*) e Delízia Mattos (minha ex-supervisora e exemplo de profissional), a equipe mantinha uma fria distância, fazendo com que eu direcionasse meu trabalho para a questão específica da aids, concentrando-me na 10ª Enfermaria.

39 Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney assume a Presidência do Brasil. Um dos seus atos foi proibir a realização de concursos públicos. Sendo o Estado o maior empregador de assistentes sociais, a situação ficou extremamente difícil para quem era recém-formado.

Minha primeira tarefa foi um desafio: ministrar aula sobre os *Aspectos Sociais do Paciente Infectado* para médicos de todo o Brasil que se encontravam em treinamento no HUGG, subsidiados pelo Ministério da Saúde.

Creio ser oportuno abrir um parêntese para registrar a importância que o trabalho no HUGG imprimiu - e imprime até hoje - à minha vida em todos os sentidos. As sequências que serão descritas adiante derivam do aprendizado e permanência nesta instituição.

Também não posso esquecer de destacar a pessoa do Prof. Dr. Carlos Alberto Moraes de Sá, por toda a confiança e dedicação dispensadas ao longo destes anos, tratando-me com consideração e respeito, ensinando-me os passos necessários para o alcance dos meus objetivos. Mais que chefe, o Prof. Carlos Alberto se mostrou amigo, acreditando em todos os meus projetos, mesmo os mais ousados (segundo ele, que preferia usar a palavra “abusada”). Sem seu empenho em me apontar questões básicas de coordenação, administração, pesquisa e exposição em público, minha trajetória não teria sido tão rápida e nem tão longa. Seu idealismo e recusa em compactuar com o *status quo* científico e política reinantes (embora tenha pagado um preço alto) serviu para demonstrar que princípios são inegociáveis.

Como Titular da Clínica Médica B, este irreverente médico, numa época em que tudo o que se sabia sobre a aids era que era contagiosa e 100% mortal, conseguiu reunir uma equipe de jovens profissionais (médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos) que desafiaram todas as “normas” postas (capote, luvas, gorro e máscara) para provar que o contágio não ocorria com o contato social entre as pessoas.

O Curso de Mestrado corria paralelo às atividades assistenciais. Era preciso estudar muito. Fiz a opção pela matriz fenomenológica, não explorada na Graduação. Procurava também um referencial teórico que me permitisse compreender a miríade de situações que eu vislumbrava em minha prática cotidiana.

O atendimento aos pacientes me fascinava; eram novos mundos que se desvelavam aos meus olhos.

A observação do estigma e dos problemas familiares que eram reportados pelos pacientes como decorrência da descoberta de sua soropositividade levou esta equipe a pensar em um trabalho grupal a ser realizado com as famílias dos pacientes. Foi então instituído o Grupo de Familiares de Pacientes com Aids (em pouco tempo reproduzido em todos países), que se revelou um grande aprendizado da interligação entre os aspectos clínico, social e psicológico da aids, começando a vê-la como um fenômeno social.

O restante do ano foi passado na busca de uma base mais sólida tanto no HUGG quanto no Mestrado. Devido a grande propaganda negativa formada em torno da aids, comecei a realizar algumas palestras em empresas e comunidades. Os aspectos clínicos da - ainda pouco conhecida - doença eram discutidos em reuniões semanais e a Equipe Médica não conseguia entender o que uma assistente social fazia nestes encontros.

Houve também o estabelecimento de alianças com - à época incipientes - Organizações Não Governamentais (ONG), estreitando laços com o *Grupo de Apoio à Prevenção à Aids* (GAPA) e participando da fundação da *Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS* (ABIA).

A discriminação e o medo engendrados pela falta de informações repercutiram em todo o HUGG, fazendo com que vários profissionais recusassem o atendimento a portadores do HIV. A médica Marcia Rachid, a assistente social Estela Maulaz e eu resolvemos então promover um Simpósio englobando as áreas mais afetadas com a problemática da aids, a fim de que a UniRio pudesse tomar ciência de seu papel como universidade em relação a uma pandemia que já envolvia todas as áreas do conhecimento científico e técnico. Aproveitamos o fato de 1988 ser marcado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o Ano I do Dia Mundial de luta contra a Aids para promover o evento *Simpósio Atividades na UniRio em Prol do Dia Mundial de Luta contra a Aids*, que foi



realizado no final do ano com bastante sucesso. O Departamento de Serviço Social da PUC/RJ também solicitou minha colaboração para a organização de um evento que falasse da aids junto às Ciências Sociais. Paralelamente, fui chamada pela Secretaria Estadual de Saúde para ajudar na organização do Dia Mundial Contra a Aids no Estado do Rio de Janeiro.

O Dia 1º de dezembro de 1988 - primeiro Dia Mundial de Luta contra a Aids - foi realizado na Cinelândia, terminando com um ato no Cristo Redentor, envolvendo OG e ONG. A informação boca-a-boca e o trabalho junto aos movimentos sociais me fascinavam, e decidi que, doravante, minha prática institucional não seria efetiva nem eficaz sem a saída para o contato com a sociedade civil.

O ano finalizou com a participação da Equipe da 10ª Enfermaria do HUGG na *II Teleconferência Pan-Americana sobre Aids*, no Rio de Janeiro, que oportunizou a visão do estado da arte da epidemia da aids na América Latina. Assustador!

O início do ano de 1989 mostrou os primeiros frutos das palestras realizadas no ano anterior quando, notadamente nas empresas públicas, começou a haver um maior compromisso na permanência das pessoas contaminadas pelo HIV como integrantes ativas do quadro de funcionários, isto é, as demissões diminuíram drasticamente, e tiveram início alguns programas de apoio/complementação econômica em casos de internação em hospital particular ou aquisição de medicamentos. Resolvi continuar o trabalho, desta vez concentrando-me nas escolas e faculdades.

A *V Conferência Internacional sobre Aids*, realizada em Montréal, representou um grande marco em minha investida na investigação científica.

Até então, somente médicos enviavam trabalhos aos Congressos sobre Aids, baseando-se na premissa de que a aids é uma doença, e como tal, deveria ser discutida única e exclusivamente por médicos. Mais uma vez, o Prof. Carlos Alberto inovou, solicitando trabalhos da área social.

Eu possuía uma grande variedade de dados acumulados, e resolvi trabalhá-los e submetê-los à apreciação da Comissão Científica da Conferência. Vários colegas de trabalho me alertaram para que eu não ficasse frustrada, caso a resposta fosse negativa. Foram aprovados seis (06) trabalhos, dos quais em três (03) eu figurava como autora.

O Ministère du Bien-Être Social do Canadá, juntamente com a OMS, promoveu a ida de toda a Equipe da 10ª Enfermaria à Conferência. A Delegação do HUGG agraciada com estas bolsas foi composta por 22 profissionais, representando mais de 50 trabalhos. Era a maior delegação brasileira a participar da Conferência com trabalhos aprovados e financiamento para sua apresentação.

Sair do Brasil pela primeira vez, e para apresentar meus trabalhos com tudo pago foi mais que a concretização de um sonho: o reconhecimento de minha qualidade profissional. Para uma profissional jovem e desempregada como eu, sair do Brasil era quase utópico!

Sair do país pela primeira vez na vida, entrando pela porta da frente do Primeiro Mundo é inenarrável. Aos meus jovens olhos, tudo era lindo, tudo era novidade. Montréal parecia outro planeta - moderno, urbano, feliz...

No retorno, conseguimos desdobrar as passagens para visitar o Jonh Hopkins Hospital, em New York. Foi outra loucura para a jovem que nunca havia ido além das Alagoas para passear!

Ao retornar de Montréal recebi o convite para ministrar uma conferência no *I Simpósio Brasileiro de Immunovirologia*, em Maceió. Apesar de se constituir um evento biomédico, os organizadores solicitaram que eu fizesse uma exposição acerca dos aspectos sociais e me dispusesse também a ir a Arapiraca falar às prostitutas do local.

Quando voltei de Maceió, fui convidada pela Associação Brasileira dos Companheiros das Américas para participar do *Seminário Internacional sobre Aids nas Empresas*, em São Paulo, sendo financiada pela própria organização. A situação das empresas me preocupava, e fui para poder coletar maiores informações.

Concomitantemente, o *Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)* convidou-me para ajudar na organização do *Seminário Nacional sobre Aids*. Foi um trabalho árduo, mas permitiu o contato com profissionais de todo o Brasil e com uma entidade de minha categoria profissional.

Paralelamente a este trabalho, continuava tentando aprofundar meus estudos na fenomenologia, estudando a Metodologia Dialógica da Profa. Anna Augusta de Almeida (*in memoriam*), que se tornou minha orientadora da Dissertação.

Um ganho significativo neste ano foi a inclusão do Serviço Social nas reuniões semanais da 10ª Enfermaria para discussão de casos e apresentação de temas livres acerca da aids. Esta reunião, apesar de dirigida basicamente a médicos, formava uma Equipe que me aceitou incondicionalmente, ouvindo e interessando-se por minhas colocações; propondo várias vezes, trabalhos médicos integrados ao Serviço Social. A Psicologia, na pessoa de Paulo Henrique Longo (também voluntário - *in memoriam*), iniciou a sua participação nestas reuniões. Algo começava mudar na 10ª Enfermaria, o que não passou despercebido no resto do hospital.

A nova década apresentava-se sombria sob diversos aspectos: o crescimento do número de novos casos de aids demandava atendimento, tratamento e internação; aliados à plena falência do Setor Saúde (principalmente no HUGG, que se tornou Centro de Referência Nacional em Aids), e a pauperização social crescente a partir da entrada do neoliberalismo no Brasil com a eleição de Collor de Mello mostrava que os próximos anos seriam de desespero total para pacientes, familiares e equipes.

Mais uma vez a Equipe da 10ª Enfermaria conseguiu aprovar onze (11) dos vinte e dois (22) trabalhos enviados para a *VI Conferência Internacional sobre Aids*, que foi realizada em São Francisco, Estados Unidos, mas que não contou com a ida de nenhum delegado, pois a equipe optou por aderir ao boicote internacional promovido por várias ONG e pela OMS como forma de repúdio à política de concessão de vistos de entrada nos Estados Unidos

para indivíduos soropositivos, por ferir a Constituição dos Direitos do Homem. Apesar da formalização do convite e oferecimento de recursos financeiros pela Comissão Organizadora, o boicote foi mantido.

O trabalho que até então desenvolvera baseava-se muito mais na Enfermaria que propriamente no Ambulatório, de onde provinha a maior demanda.

Foi então que resolvi fazer o projeto do Plantão de Suporte Ambulatorial, porque acreditava que a aids não constitui um único desafio, mas uma série de desafios, os quais certamente se reportam à saúde, mas com igual intensidade às relações sociais. O Plantão de Suporte Ambulatorial (ou simplesmente Plantão Psicossocial como ficou denominado posteriormente pelos pacientes e colegas de trabalho) a partir desta visão, buscava a implantação e a sistematização de um atendimento conjunto com profissionais de Serviço Social e de Psicologia, a fim de acompanhar os pacientes matriculados no Ambulatório de Imunologia do HUGG, seus familiares e amigos, assegurando-lhes um espaço de retorno independente de marcação prévia, priorizando assim o vínculo estabelecido.

Com uma nova frente de trabalho aberta e a iminência da finalização da Dissertação de Mestrado, limitei o número de convites para proferir palestras.

O início do ano de 1991 mostrou-se promissor para o novo trabalho, sendo o Plantão plenamente reconhecido pelos profissionais, pacientes, familiares e pela sociedade (que nos procurava para obter informações, principalmente estudantes), abrindo novos horizontes para três novas pesquisas a serem desenvolvidas, todas integradas ao tema de minha Dissertação de Mestrado.

Aceitei o convite do Prof. Dr. Fernando Sion para integrar sua equipe de pesquisa como bolsista no *Estudo Epidemiológico, Clínico e Imunológico da Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana*, pois, além da pequena ajuda financeira que iria receber, a pesquisa sempre foi um de meus principais investimentos profissionais.

Como já esperado, o trabalho aumentou, e com ele os acúmulos da ordem do social também, só que com uma variante: a pauperização gradativa da população brasileira tornou praticamente impossível o acesso a medicamentos básicos necessários para o tratamento das infecções apresentadas pelos pacientes.

Maior impulso foi dado ao Plantão quando passei a tomar parte no levantamento socioeconômico da clientela, a fim de que, juntamente com os médicos (que faziam o estadiamento clínico), pudessem ser estabelecidos critérios para a distribuição do AZT<sup>40</sup> (que começava a ser fornecido pelo Ministério da Saúde), mostrando a ineficácia do aparelho administrativo do mesmo e dirigindo minha atenção para outra investigação.

Novamente a Equipe da 10<sup>a</sup> Enfermaria conseguiu brilhar, aprovando nove (09) dos quinze (15) trabalhos enviados para a *VII Conferência Internacional sobre Aids*, realizada em Florença, Itália. Desta vez, somente eu consegui ajuda de custo do Istituto Superiore di Sanità para participação, e da IBM do Brasil para a passagem aérea. Assim, mais uma vez pude participar da Conferência e apresentar meus trabalhos.

Esta viagem para mim representou mais um ganho profissional, pois retornei pela França, a fim de visitar uma amiga que se encontrava em Marseille fazendo um curso de Especialização em Microcirurgia. Ela já havia estabelecido contato com as assistentes sociais do Hôpital de la Concéption para que eu pudesse acompanhar seus atendimentos junto às pessoas HIV/aids. Fui muito bem recebida e permaneci observando o trabalho do Serviço Social durante 5 dias. As colegas se mostravam francamente surpresas com a quantidade e qualidade de atividades que eu possuía. Disseram-me que as assistentes sociais no La Concéption - e na França de um modo geral - são extremamente subalternizadas, e solicitaram informações sobre a confecção de trabalhos científicos. Apesar de saber que o Serviço Social é considerado uma profissão de nível técnico na França, fiquei surpresa com a passividade que encontrei.

40 O AZT, ou zidovudina foi o primeiro medicamento antirretroviral aprovadas para o tratamento da aids. Funciona como inibidor da transcriptase reversa (inversa). Atualmente é usado em associação com outros medicamentos antirretrovirais.

Finalmente em agosto defendi a minha Dissertação de Mestrado, tendo a banca sido unânime na aprovação e na indicação para a sua publicação<sup>41</sup>.

Começou a haver procura por estágio ligado a aids no HUGG, basicamente por alunos de Serviço Social e Psicologia. Aos primeiros eu aceitava incondicionalmente; aos últimos solicitava que me apresentassem compromisso do supervisor da faculdade, a fim de evitar complicações éticas. Em pouco tempo, com a entrada de outros psicólogos como voluntários, estes profissionais puderam responsabilizar-se pelos estudantes de sua área. Terminamos por formar uma equipe integrada e a qual os estudantes de Medicina cada vez mais procuravam aproximar-se para um trabalho conjunto.

Preocupava-me, entretanto, o preço dos medicamentos utilizados para combater as infecções causadas pelo HIV, pois era proibitivo. O AZT enviado pelo Ministério da Saúde não atendia a demanda<sup>42</sup> e os critérios clínicos estabelecidos para a distribuição do medicamento eram verdadeiramente homicidas. As consequências eram ainda piores: venda de bens e piora clínica dos pacientes, acentuando o *stress* pessoal e familiar, bem como o da própria equipe, que se via impotente.

Ora, quando do início da distribuição do AZT pelo Ministério da Saúde, eu já havia começado a coletar dados a respeito (vide ano anterior). A ideia era confeccionar um trabalho-denúncia a ser submetido à Comissão Científica da *VIII Conferência Internacional sobre Aids*, a se realizar em Amsterdam, Holanda.

Aliei-me então ao Dr. Leigh Passman, da UCLA/USA, que se encontrava no HUGG desde 1990 fazendo seu Pós-Doutorado, e resolvemos investir no tema.

Ocorre que desde a VI Conferência Internacional sobre aids foi estabelecido que cada pesquisador só poderia submeter um

41 A Dissertação, conforme será descrito mais adiante, foi publicada pela Editora Revinter em 1994, com o título *A Percepção Social da Aids: raízes do preconceito e da discriminação*.

42 O Ministério da Saúde havia distribuído AZT somente para os Centros de Referência que eram, em sua maioria, os Hospitais Universitários, mediante uma aritmética que somente seus técnicos compreendiam, e com critérios clínicos que colocavam o indivíduo praticamente à beira da morte para poder fazer jus a recebê-lo. O Hospital Emílio Ribas (SP) foi agraciado com a maior parte - 15 tratamentos -, seguido pelo Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (UniRio) e Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (UFRJ) - cada um com 10 tratamentos. O HUGG possuía, nesta ocasião, cerca de 250 pacientes sintomáticos, ou seja, com indicação para uso de AZT. Como arbitrar 10, ainda que dentro dos critérios draconianos do Ministério da Saúde?

trabalho como autor. Eu já tinha um, enfocando os aspectos sociais da ausência do medicamento e Leigh inscreveu os resultados preliminares de sua pesquisa. Porém, achávamos importante apresentar este trabalho. Surgiu a ideia de convidarmos um estagiário de Psicologia - Hélio Ricardo Matos - que se vinha mostrando bastante promissor e interessado, e ele concordou em participar da coleta de dados (deixando a manipulação dos mesmos a meu cargo e de Leigh), figurando como autor. Todos os dois trabalhos foram aprovados e mais uma vez me preparei para ir à Conferência.

Desta vez não houve bolsas pela OMS, mas um laboratório paulista financiou a participação de três profissionais do HUGG. Algumas pessoas se sentiram melindradas quando o meu nome foi um dos escolhidos. Para mim, este foi o registro formal da quebra da hierarquia de um poder estabelecido (o poder médico) dentro da 10ª Enfermaria do HUGG.

Como agora eu era “mestre”, o Prof. Carlos Alberto solicitou aulas acerca dos Aspectos Psicossociais que envolvem a aids para alunos da Graduação de Medicina. A ideia era a inclusão de uma disciplina - Psicossociologia da Aids - eletiva, mas a Universidade colocou entraves.

Desta forma, começou a se configurar para mim uma condição *sui generis*: eu possuía atividades docentes (ainda que assistemáticas e incipientes), mas não podia comprovar quase nenhuma delas para não configurar vínculo institucional.

Com um pouco mais de tranquilidade, retornei à rotina das palestras, mas solicitações de ordem mais organizacional me ocupavam. Comecei a treinar os estagiários para ministrar estas palestras.

Ainda preocupada com o custo dos medicamentos dos pacientes, reuni-me com os médicos e psicólogos para propor um trabalho conjunto com as famílias: por ocasião da morte de algum paciente, a família doaria os remédios que estavam sendo usados para nós, a fim de que os repassássemos a quem necessitasse. Esta iniciativa deu tão certo, que tivemos que pedir a instalação

de uma prateleira na sala do Serviço Social para colocar as caixas de medicamentos. A sala também passou a ser fechada a chave.

Pensando neste sucesso, também começamos a pedir aos pacientes que recebiam o AZT pela empresa na qual trabalhavam que “adotassem” outro paciente. Os médicos faziam a receita com dose dobrada (muito pouco se sabia acerca do tratamento com retrovirais), e outro paciente se beneficiaria.

Em meados do ano Lúcia Araújo, que após a morte de Cazuzza havia abraçado a causa da aids, entrou em contato com o Prof. Carlos Alberto para informar que havia recebido uma grande doação de AZT dos Estados Unidos, e gostaria de doá-la para o HUGG. Parecia que nossos problemas estavam quase resolvidos. No dia da entrega dos medicamentos, eram tantos sacos de AZT, que não sabíamos onde alocá-los. Decidimos aceitar o oferecimento da Dra. Marilza Campos Magalhães para guardá-los na Hematologia, pois este setor era no final do nosso Ambulatório, e possuía um portão que era fechado a chave, devido ao custo dos equipamentos que possuía.

Entretanto, em menos de um mês comecei a perceber que o número de pacientes novos havia aumentado sobremaneira. Uma vez que havia a obrigatoriedade de todos os pacientes passarem pelo Serviço Social do ambulatório, ao abrir os prontuários comecei a indagar o motivo de estarem buscando tratamento no HUGG. A resposta, após várias entrevistas, surpreendeu-me: eram pacientes particulares de médicos do HUGG e estavam sendo orientados por seus médicos a fazerem matrícula no hospital para poderem receber o AZT doado por Lúcia Araújo.

Levei a situação para a nossa reunião semanal de discussão de casos e houve uma enorme discussão. Vários médicos fazendo-se de desentendidos, e eu a defender os “nossos” pacientes, que tinham que levantar cedo para chegar ao hospital - muitas vezes sem o café da manhã - e que seriam prejudicados porque pacientes que podiam pagar consultas particulares e tinham planos de saúde privados estavam tendo prioridade.



Ao fim, não sem muitos “narizes torcidos”, ficou decidido que os médicos fariam as prescrições do AZT, mas somente o Serviço Social liberaria o medicamento, após verificar se o paciente se enquadrava nos critérios sociais. O que, de início, causou uma grande indignação entre os médicos, depois de algum tempo transformou-se em um belo trabalho integrado.

O convite para participar da Comissão de Avaliação do Boletim ABIA muito me envaideceu, principalmente por poder trabalhar junto a pessoas sérias num periódico que tanto serviu para divulgar informações sobre a pandemia do HIV/aids.

Submeti trabalho no *Encontro Estadual de Assistentes Sociais*, visando sua apresentação no 7º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. O trabalho foi aprovado e publicado nos Anais do Congresso, mas não pude apresentá-lo devido à falta de condições financeiras para ir a São Paulo.

Quando pensava em minha situação, tinha vontade de rir: assistente social que levava o nome de uma Instituição de Ensino e Assistência para o Brasil e para o exterior, mas que não podia ser oficialmente reconhecida como tal; conseguia alocação de recursos para participação em eventos internacionais, mas não comparecia aos nacionais por não ter dinheiro para viagem e estadia; possuía cargos e encargos acadêmicos, de coordenação de projetos e orientação de monografias que não podiam ser comprovados e... nas horas de folga datilografava (ainda não havia computadores desktop acessíveis para nós) monografias e teses para terceiros a fim de sobreviver com meus filhos (havia-me separado recentemente e a situação era bastante delicada financeiramente, pois meu ex-marido recusava-se a dar pensão para as crianças).

Em Reunião de Serviço, o Prof. Dr. Carlos Alberto sugeriu que eu passasse a administrar o Ambulatório de Imunologia, fornecendo-me uma pequena ajuda de custo. A maioria dos médicos aprovou, mas alguns questionaram o fato de, doravante, serem “mandados” por uma assistente social. Este problema foi rapidamente sanado e, depois de organizado, o Ambulatório passou a funcionar satisfatoriamente.

Em março de 1993, a *Coordenação de Saúde do Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro (DESIPE)*, na figura do Dr. Edison José Biondi, firmou convênio com a UniRio através da 10ª Enfermaria do HUGG para inserção de alunos no Sistema Penal, que passaria a ser um campo avançado de estágio. O Prof. Carlos Alberto queria um projeto audacioso, que permitisse a entrada de alunos nas várias Unidades Prisionais do Rio de Janeiro e viabilizasse dados para pesquisas futuras. Confeccionei o *Projeto de Educação e Assistência em Saúde no Sistema Penal do Rio de Janeiro*, obtendo a função de Coordenadora.

Minha ideia era a alocação de estagiários de Serviço Social, Medicina e Psicologia trabalhando juntos num *continuum* Educação-Assistência, sem dar caráter extremamente valorativo à questão da aids, embora esta continuasse a ser o pano de fundo e principal interesse. Desta forma, consegui garantir um pequeno salário mensal como autônoma, que me impediu de procurar emprego fora de minha esfera profissional (o que eu estava prestes a fazer).

Escolher, formar, treinar e administrar uma equipe multiprofissional espalhada pela cidade do Rio de Janeiro foi um desafio fascinante, que rendeu frutos quase imediatos, devido ao interesse, responsabilidade e dedicação demonstrados pelos alunos. Em compensação, meu tempo começou a ficar curto, devido à necessidade de rápida e variada locomoção.

A Fundação MUDÉS, em convênio com a UniRio, passou a financiar o *Projeto AIDS Jovem*, destinado a treinar estudantes de nível universitário de todas as áreas do conhecimento para serem multiplicadores de informações sobre aids nas Escolas Públicas. Fui designada como preceptora de Serviço Social.

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) promoveu um Fórum de Debates sobre *Ética do Serviço Social e Aids*, no qual representei o Grupo Pela VIDDA e o HUGG. Ficou patente a necessidade de um treinamento específico para assistentes sociais em aids. Este desdobramento se efetivou em agosto, num evento que ficou conhecido como *CRESSAIDS*, no qual participei como Comissão Organizadora e Conferencista.

Trabalhar com colegas de profissão para a efetivação de um evento especificamente para a categoria profissional me fez refletir que, embora tenha realizado muito como assistente social, o fiz no terreno da Medicina, não no do Serviço Social.

Abril marcou a aprovação de dois (02) trabalhos meus: um para a *IX Conferência Internacional sobre Aids* (Berlim) e outro para a *IV Conferência Internacional de Serviço Social e Aids* (São Francisco, USA). Havia o desejo de participar dos dois eventos, mas ambos coincidiam no período da realização. Ademais, os organizadores da Conferência de Serviço Social aventaram a possibilidade de minha participação em um Painel Internacional, o que me seduzia. Conhecer outras experiências de Serviço Social em aids e falar de minha própria experiência era uma grande oportunidade! Só me assustava o fato de ir sozinha para um país cuja língua eu conhecia muito pouco (para ser sincera, quase nada). Mesmo assim, optei por ir a São Francisco.

Passei a me aprofundar nos estudos da língua inglesa, contando novamente com o apoio do Prof. Carlos Alberto que, todos os dias pela manhã, me fazia ler e reler (praticamente decorar) o *paper* a ser apresentado, corrigindo minha pronúncia e propondo modificações no texto.

A experiência foi fantástica! No dia do Painel, ao adentrar em um auditório todo decorado com cristais e espelhos e tapete vermelho, com mais de 500 pessoas presentes, quase retrocedi. Eu era a única representante da América do Sul e contei com a ajuda de um colega do Canadá (bilíngue), me socorrendo na tradução para responder às perguntas. As pessoas perguntavam em inglês e ele me traduzia em francês. Eu respondia para ele em francês e ele passava para a plateia em inglês. Voltei para o Brasil com um certificado do Boston College of Social Work - Conferencista em Harvard. Um luxo!

A Dra. Norma Rubini me convidou a ministrar a disciplina *Aspectos Psicossociais do Paciente Crônico* no *Curso de Especialização em Alergia e Imunologia*. Apesar de, uma vez mais, não poder

configurar oficialmente, acreditei ser uma grande oportunidade para iniciar sistematicamente minha carreira docente. A disciplina foi ministrada em 40 horas, durante os meses de agosto e setembro, passando de eletiva a obrigatória a partir da avaliação dos alunos, que a viram como extremamente necessária.

O fim do primeiro semestre trouxe a aprovação do projeto enviado no ano anterior para a World AIDS Foundation (WAF) - *A Program to Train Brazilian Social Workers to Provide Counseling to Persons Undergoing Anonymous HIV Testing*, no qual passei a configurar como co-coordenadora, além de ministrar aulas.

Outubro foi a ocasião de o Ministério da Saúde convidar para a participação do *Seminário Internacional Alternativas Assistenciais para Pessoas com HIV/aids*, através do convênio Brasil-França, em Recife. O que lá vivenciei me fez crer que definitivamente entraríamos numa era de caos em relação à aids, tentando mais uma vez resolver problemas brasileiros com soluções importadas, sem questionar a multifacetariedade do nosso povo, nossa cultura e nossa sociedade.

O dia 1º de dezembro, pela simbologia de Dia Mundial de Luta contra a Aids, foi o escolhido para lançar o meu livro (revisão de minha Dissertação de Mestrado). O Paço Imperial foi o local estabelecido, pois o Prof. Carlos Alberto também lançaria o seu livro-reportagem contando a história da aids no HUGG. Foi uma noite inesquecível! Um lugar lindo e histórico no meu querido Rio de Janeiro. Estava assustada e, ao mesmo tempo, maravilhada com tanta gente querendo dedicatórias. Pessoas a quem eu dedicava um grande afeto e uma grande amizade; pessoas que eu nunca havia visto e que não mais tornei a ver.

As palestras ocorridas durante o ano tiveram um caráter mais acadêmico, uma vez que a maioria foi dirigida a profissionais de nível superior sob a forma de treinamento. O destaque se deve a ALA-AIDS 93, ocorrida em Maceió, e que viabilizou a constatação de que, à exceção de Salvador e, talvez, Recife, a região Nordeste continuava a ser esquecida em termos de prevenção à aids no Brasil.

Iniciava-se o ano de 1994, e a aprovação do treinamento financiado pela WAF exigia o início do primeiro curso. Não tive férias; mergulhei na confecção do cronograma, seleção de treinandas, envio de correspondência e preparação de aulas. O treinamento previa uma carga horária total de 120 horas/aula. Sugeri que ele fosse ministrado em 180 horas/aula, objetivando caracterizá-lo como Curso de Aperfeiçoamento. Recomeçaram os problemas com a Universidade e a equipe, pois a única assistente social a possuir a titulação necessária para coordenar o curso era eu. A ideia de Aperfeiçoamento foi então arquivada.

Em março, a *Secretaria de Estado de Justiça e Interior do Rio de Janeiro* necessitou de profissionais de saúde devido a inauguração do Hospital Penal de Niterói (HN), primeira unidade hospitalar na América Latina especializada no tratamento da população carcerária com aids. Para tal, conseguiu aproveitar o contingente profissional aprovado no Concurso da Secretaria Estadual de Saúde de 1990, no qual a minha classificação permitiu a alocação. Eu já possuía a prática em Unidades Carcerárias e com doentes de aids e a ideia de trabalhar especificamente com esta clientela me fascinou. O Dr. Edison Biondi foi, neste momento, de grande ajuda e incentivo para o início do meu trabalho, solicitando que eu organizasse o Serviço Social do HN.

No mês de abril a Fundação Cesgranrio convidou-me a participar da Banca Examinadora do concurso para assistentes sociais da BR-Petrobrás Distribuidora. Além da experiência, nova para mim, a oportunidade de mergulhar em literatura específica de Serviço Social foi o fator decisivo.

Visando o Encontro Estadual de Saúde, recebi convite do CRESS-RJ para integrar o Grupo de Trabalho de Aids e Doenças Crônicas e exposição no evento de questões do Serviço Social ligadas à Aids.

Em maio, tomei conhecimento da abertura de seleção para o Curso de Doutorado em Serviço Social na UFRJ. Era voltar para casa. A sincronicidade do acontecimento me intrigou, pois no ano

anterior eu havia entrado em contato com a Profa. Dra. Maria Cecília Minayo no intento de ela ser minha orientadora no Doutorado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). Ela concordou em avaliar o meu projeto, sabendo que ele versava sobre presidiários e aids. A abertura de um Doutorado em Serviço Social no Rio de Janeiro, na Universidade de minha graduação, mostrou-me para onde dirigir meus passos. Inscrevi-me na seleção, obtendo a 5ª classificação. Na entrevista para ingresso, o Prof. José Paulo Netto manifestou sua surpresa pelo fato de eu ter um *curriculum* tão “robusto” sendo ainda muito nova em idade. Assim, fui aluna da primeira turma do primeiro Doutorado em Serviço Social em uma universidade pública no Brasil<sup>43</sup>.

Junho trouxe a aprovação do trabalho submetido a *X Conferência Internacional sobre Aids* (Yokohama, Japão). O ideário neoliberal já se havia espalhado pelo mundo, com sua “receita” de Estado Mínimo. O financiamento para que o Terceiro Mundo pudesse participar se extinguiu, e com ele, as minhas oportunidades para ir, também.

O CRESS solicitou que ministrasse aula sobre *Política de Sangue no Brasil* no curso preparatório do Concurso para Assistente Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Foi uma agradável sensação perceber a receptividade das colegas.

O Projeto Aids Jovem iniciava uma nova etapa com a inclusão de alunos bolsistas. Foi então planejado um Curso de Nivelamento, no qual ministrei aula sobre *Aspectos Epidemiológicos da Aids*.

Novamente a Fundação Cesgranrio fez convite para participação em Banca Examinadora do Concurso para Assistente Social - desta vez para a Embratel.

Outubro trouxe o convite da Academia Brasileira de Medicina (ABM) para participar da *Jornada Médica Luso-Brasileira*, a realizar-se em Lisboa, apresentando o tema *Doente com HIV Positivo no Brasil: Implicações Familiares, Institucionais e Comunitárias*. Mais uma vez havia a oportunidade de dissertar sobre meu trabalho. O HUGG também se fez representar, desta vez como Centro Nacional de Pesquisa em Aids.

43 Até então, só havia Doutorado em Serviço Social na PUC-SP.

Representar a minha profissão junto aos “imortais” da Medicina dava-me um frio na barriga. Eu era a (bem) mais nova da comitiva. E uma das duas únicas mulheres a comporem a delegação.

Às vésperas de sair do Brasil, fiquei sabendo que também iríamos para a Espanha, falar para a Academia de Medicina de Madrid. Além disso, seríamos recepcionados na Embaixada do Brasil em Lisboa. Foi uma correria para pedir roupas emprestadas para as amigas.

Foram duas semanas de convívio com a *crème de la crème* da Medicina brasileira. Fui muito “mimada” por grandes nomes (e pessoas maravilhosas) como Antar Padilha (*in memoriam*) e Newton Bethlem (*in memoriam*), que não me deixavam sentir deslocada ou sozinha em momento algum. Fui para Santiago de Compostela de trem com Newton Bethlem, que me contava casos e mais casos. Uma companhia ímpar para viajar.

O ano de 1995 começou com a publicação de minha pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - CNPq (Vol. IV - Ciências Biológicas).

A chegada de convite para participação na *Conferência Internacional de HIV/Aids e Serviço Social* (Dinamarca) com o financiamento para tal, além da inclusão de meu nome em um Painel Internacional para discussão da violação a Direitos Humanos de pessoas vivendo com HIV/aids não poderia ser mais oportuna: incidia frontalmente no eixo de minha ideia para o desenvolvimento da Tese de Doutorado.

Estava, mais uma vez, embarcando em uma aventura para um país cuja língua eu não falava, e sozinha. Foi uma experiência bastante gratificante. Encontrei colegas da argentina (enfim um idioma conhecido), e pudemos trocar experiências.

Ao retornar da viagem fui transferida para a Coordenação de Saúde do Desipe - Nível Central, a fim de atuar em projetos relacionados à aids no Sistema Penal e assessorar o Coordenador de Saúde, Dr. Edison Biondi.

Também pensei em inscrever um trabalho para o 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, mas lembrando-me do 7º CBAS e assoberbada com os estudos, preferi nada fazer. Entretanto, a Direção da Escola de Serviço Social da UFRJ conseguiu um ônibus para que os discentes da instituição pudessem comparecer ao evento. Como possuía amigos em Salvador e não precisaria pagar hospedagem, decidi comparecer ao Congresso, o que me foi de grande valia.

Em setembro recebi convite do Serviço Social do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - UFRJ para ministrar aula sobre *A Interferência da aids na Estrutura Familiar* para o Curso de Preparação de Assistentes Sociais para Assistência à Portadores do HIV. Eu já havia tido esta experiência anteriormente (sem comprovação da instituição), e aceitei com alegria compartilhar a minha experiência com colegas de outros estados do Brasil.

Conforme convite recebido em julho, dezembro foi o mês escolhido para a realização do *Simpósio Internacional de Aids: controvérsias e perspectivas*. Foi uma excelente oportunidade para intercambiar conhecimentos e experiências com cientistas estrangeiros de renome.

O ano de 1996 começou com a aprovação de dois (02) trabalhos para a *XI Conferência Internacional sobre Aids*, a ser realizada em Vancouver (Canadá), e financiamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro (agora eu era funcionária pública!) para a participação, novamente me fez preparar as malas. A Conferência se mostrou bastante proveitosa, uma vez que eu não comparecera às duas últimas Conferências Internacionais. A presença a esta Conferência também se mostrou profícua no sentido de um maior conhecimento de outras realidades, pois tive a oportunidade de, através do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, realizar visitas aos Sistemas Penitenciários de Vancouver, Dallas e Los Angeles, conhecendo assim diversos programas de assistência/tratamento à aids em sistemas prisionais.



Ao retornar de Vancouver fiquei sabendo de minha classificação na seleção para estágio na França, a ocorrer de setembro a dezembro do mesmo ano com o financiamento do Governo Francês. Era necessário andar rápido. Mais uma vez contei com o apoio integral da Pós-Graduação da UFRJ, principalmente da Professora Nobuco Kameyama (*in memoriam* - muita saudade dela) e Professores José Paulo Netto e José Maria Gómez, que me incentivaram a enfrentar este novo desafio.

No final de agosto embarquei para Marseille, onde deveria realizar o meu estágio. Os quatro meses que passei no *Observatoire Régional de la Santé - PACA* (com direito a um mês no Institut Pasteur - Paris) foram-me extremamente importantes profissional e pessoalmente, não só pela oportunidade de estagiar em um Centro de Pesquisa avançado, mas também por residir em outro país, com outra cultura e outra língua; conhecer outros pesquisadores e intercambiar informações. O fato de estar no Sul da França atenuou um pouco a saudade. O ORS ficava muito perto do Vieux Port, que tanto me lembrava a Marina da Glória. Gostava de sentar-me em um dos Cafés e ficar a tarde inteira estudando e olhando o movimento dos barcos.

A equipe do ORS, na figura de meu supervisor Dr. Michel Rotilly, recebeu-me muito bem. Pela primeira vez eu vivenciava uma rotina de pesquisa com financiamento. Muitos computadores, e-mail com facilidade (o Brasil estava ainda dando seus primeiros passos na *Global Network*) e ambiente adequado de trabalho.

Quinzenalmente eu ia à Casa do Samba, um galpão com *petits trucs à manger* e muito samba com brasileiros. Foi lá que conheci Capinam e passei noites agradabilíssimas. A família que me acolheu - os Daumas - até hoje é a minha segunda família.

A ausência de meus filhos foi muito dolorida, mas minha mãe, que praticamente mudou-se para minha casa, não me deixou recuar.

Retornei no início de 1997 cheia de ideias para terminar a minha Tese e impulsionar o trabalho no Desipe. Entretanto, fiquei

sabendo da abertura de concurso público para o Departamento de Fundamentos na Escola de Serviço Social da UFRJ. Era a oportunidade de realizar mais um sonho na minha vida. Suspendi a maior parte das minhas atividades e comecei a estudar com afinco.

### — DE VOLTA OUTRA VEZ —

*“Mas eu não quero me encontrar com gente louca”,  
observou Alice.*

*“Você não pode evitar isso”, replicou o gato. “Todos  
nós aqui somos loucos. Eu sou louco, você é louca”.*

*“Como você sabe que eu sou louca?” indagou Alice.*

*“Deve ser”, disse o gato, “Ou não estaria aqui”.*

ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS, LEWIS CARROLL

Preparei-me com afinco, suspendendo por algum tempo os estudos para a Tese de Doutorado. Sempre acalentei o sonho de ser docente na Universidade na qual me graduei. Ademais, com mãe e irmã professoras universitárias, a tríade deveria ficar completa.

Fui aprovada e iniciei uma nova etapa na minha vida.

O trabalho na ESS/UFRJ era extremamente gratificante, embora desgastante física e mentalmente, pois o Estágio Probatório, naquela época, não possibilitava afastamento para qualificação. Com isso, tinha que ministrar três disciplinas, escrever a Tese, e cuidar das crias. Mas valia a pena pelo sonho realizado.

Finalmente, ao apagar das luzes de 1999, defendi a minha Tese de Doutorado. Tornava-me a primeira professora da ESS a doutorar-me no seu Programa de Pós-Graduação.

Minha vida na universidade era só energia e felicidade! A disciplina de Orientação e Treinamento Profissional - OTP (na época, Metodologia Aplicada), possibilitava-me manter o contato com os campos de prática profissional. Orientar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e participar de bancas de avaliação também era uma atividade extremamente prazerosa.

A fundação do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS), em 2000, com um grupo muito jovem de estudantes, foi uma iniciativa extremamente gratificante. Acumulamos, ao longo destes 21 anos de existência, muitos prêmios e participações em eventos nacionais e internacionais, além de publicações. Vários daqueles alunos que começaram no Núcleo, hoje são docentes e assistentes sociais trabalhando na “ponta”, que me enchem de orgulho. Não posso deixar de mencionar e agradecer o empenho e a caminhada conjunta, em diferentes momentos, de Adriano Teodoro, Ana Carolina Nunes, Camilo Leite, Charles Toniolo, Cristiane Lessa, Débora Holanda, Gabriela Perrut, Gisele Alcântara, Karla Valle, Malu Vale, Maurício Caetano Soares, Rodrigo Oliveira, Rodrigo Silva e Victor Costa. Mas muitos outros passaram pelo Nupequess.

Nossos trabalhos eram sempre aprovados em eventos nacionais e internacionais, e podemos dizer sem nenhuma modéstia que o Núcleo foi responsável pela formação de pesquisadores de qualidade - seja na “ponta” ou na academia.

O projeto que denominamos *REENCONTROS* (2011-2013) foi um estrondoso sucesso, do qual todo o Núcleo participou ativamente. O registro destes eventos (em um total de oito) compõe o acervo do Nupequess.

Ver os estudantes iniciarem-se no mundo da pesquisa através do Pibic (orientei mais de 60 estudantes), continuando sua trajetória no Mestrado e Doutorado, é o coroamento de esforços e aprendizagem de mão dupla. Igualmente é o exercício da supervisão da Monitoria (cerca de 30).

Em 2001, os docentes das universidades federais resolveram ir à greve por melhores salários e condições de trabalho. Fernando Henrique Cardoso (FHC) havia ameaçado cortar nossos salários.

Fui para o Comando Nacional de Greve (CNG), do Andes-SN em Brasília, como Delegada da Adufrj, e nos quase 4 meses em que durou a greve, vinha para casa praticamente só para trocar de mala. Logramos vitória, principalmente com a desautorização

do corte de nossos salários pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mas o “trauma” que ficou para meus filhos foi grande: sequer podem ouvir falar na palavra *greve*.

No Congresso do Andes-SN ocorrido em *janeiro/2002* (a greve terminara em *janeiro/2001*), fui indicada para o cargo de Vice-Presidente da Secretaria Regional do Rio de Janeiro. A campanha foi intensa (e tensa), pois a oposição à Direção do Sindicato promoveu uma ofensiva pesada. Mas logramos vitória!

Jamais havia pensado que a participação em uma Diretoria Nacional demandaria tanto esforço e energia! Os plantões e reuniões em Brasília consumiam a maior parte de meu tempo (pobres dos meus filhos!). Os alunos começaram a me chamar de “professora ponte-aérea”.

A conjuntura indicava que FHC não conseguiria fazer sucessão, e que Lula da Silva (agora Lulinha Paz e Amor) provavelmente seria eleito Presidente do Brasil. Entretanto, os compromissos assumidos pelo candidato do PT (começando pela escolha de seu vice-presidente), já indicavam que as principais bandeiras do partido estavam sendo escanteadas.

*Em 2002* Lula efetivamente é eleito e ao assumir, em 2003, já empreendeu ataque à Previdência Social dos Servidores Públicos (para terminar o que FHC não havia conseguido fazer por embargo do próprio PT).

Novamente o Andes-SN, juntamente com os servidores públicos federais, se prepara para a greve. Mas, desta vez, com as diversas categorias muito divididas - resultado da cooptação de vários de seus quadros pelo governo Lula.

O contexto sindical no interior da UFRJ também se complexificava, com a oposição buscando assumir o controle da Seção Sindical. Mesmo sabendo do trabalho que já estava tendo na Diretoria Nacional, a avaliação interna foi de que meu nome deveria compor a chapa que concorreria à Direção da Adufrj. Assim, *em 2003*, assumi a Secretaria Geral da nossa entidade local.

Foram anos de intensa atividade pelo Brasil, nos quais procurava aglutinar as atividades sindicais às acadêmicas, continuando a participar de eventos da categoria e trabalhando a crítica e a reflexão por meio e atividades extra-muros da universidade (antigo formato da Extensão), a fim de manter a função de um professor universitário inserido em um *sindicato de professores*.

Com isso, minha entrada na Pós-Graduação ocorreu tardiamente, pois mesmo após haver terminado minhas gestões em cargos mais proeminentes, ainda mantive minha militância na Adufrj como membro do Conselho de Representantes, bem como na Direção Local do Andes-SN.

*Mais... je ne regrette rien.* Foram anos de intenso aprendizado político - teórico e prático - nos quais pude ter contato com professores e intelectuais de todo o Brasil, das mais diversas áreas de ensino e pesquisa. Uma grande honra ter partilhado (e, em alguns casos, ainda partilhar) espaços político-sindicais com militantes do quilate de Ana Lúcia Faria, Antônio de Pádua Bosi, Antônio Luís Andrade, Edmundo Fernandes Dias (*in memoriam*), Celi Zulke Tafarel, Célia Otranto, Claudete Sales Sampaio, Ciro Teixeira Correia, Dilenio Dustan, Franci Gomes Cardoso, Francisco Duarte Vitória, Frederico Falcão, José Domingues Godoy Filho, José Vitório Zago, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Manoel Luís Cruz, Marcio Antônio de Oliveira (*in memoriam*), Marcelo Barreto, Marilia Washington, Osvaldo Coggiola, Osvaldo Maciel (*in memoriam*), Paulo Antônio Cresciulo, Rodrigo Dantas, Rosilda Dias, Vera Lúcia Jacob Chaves, Zenilde Moreira, e outros. Ainda que a agenda hoje seja muito “pesada”, conservo a minha militância em uma das tendências que atuam dentro do Andes-SN, tentando participar ao menos uma vez por ano, do Congresso da categoria docente. Lamentavelmente nos últimos anos o sindicato tem sido fortemente aparelhado por partidos políticos de um espectro quase stalinista, o que vem lhe retirando o seu histórico caráter de independência. O que chamamos de marxismo pós-moderno conseguiu a sua hegemonia no interior do Andes-SN, que se transformou em um aparato

desprovido de consciência de classe. Mas a militância continua - o lamentável, agora com o bolsonarismo distribuindo tragédia por boa parte do país, é ver um sindicato apático, que só consegue se comunicar com sua base por meio de Notas. Mundo dá voltas, e esta será apenas mais uma.

Renunciei a representações mais “importantes” no aparato institucional da UFRJ, ficando apenas com Comissões na ESS/UFRJ. Penso, portanto, que minha trajetória na UFRJ se deu por inteiro, malgrado alguns “prejuízos” sazonais.

Apesar de haver me credenciado na Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ em 2005, já estava atuando como *Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF* desde 2002, inaugurando este Programa.

Assumir as atividades na Pós-Graduação obrigou-me ao afastamento da militância sindical, dadas as exigências atinentes a este nível.

Aqui é necessário registrar e agradecer a Profa. Sara Nigri Goldman, que quase literalmente me pegou pela mão e generosamente convidou-me a partilhar com ela a disciplina de Questão Social e Serviço Social na Contemporaneidade para turmas do Mestrado. Foi ela a responsável pela minha entrada na Pós-Graduação da ESS, até então absolutamente fechada para quem não fosse do Olimpo. Foram três semestres de profunda troca e aprendizado com esta leonina de boa cepa. O maior deles foi poder levar para a sala de aula posturas teóricas completamente distintas (sim, discordávamos muito) com respeito, e poder partilhar esta experiência com os discentes.

Assim, ministrar disciplinas, orientar Dissertações e Teses, participar de bancas de defesa de Dissertações e Teses, publicação de organização de livros, artigos em periódicos, capítulos de livros, e envio de trabalhos para eventos sem *nenhuma* liberação de carga horária na Graduação (ao contrário), começou a tornar o exercício da docência um castigo, não mais um prazer - o mito de Sísifo reinventado na academia. A consagração e o reconhecimento

deste esforço foi a cessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq e a demanda por pareceres também reflete o reconhecimento de *expertise* em diversas áreas.

O ano de 2009 trouxe meu segundo casamento. Um amor maduro, seguro, profundo. Luís Mauro Sampaio Magalhães chegou em minha vida com uma presença serena e firme - alguém que fica entre Hawkeye<sup>44</sup> e o Terceiro, de Teresinha<sup>45</sup>. Chega com seus cinco filhos - quatro mulheres e um homem - transformando o pequeno mundo que comportava Victor, Daniel e eu. De repente, viramos a Família Von Trapp<sup>46</sup>, com festas de não menos de 15 pessoas, pois junto com os filhos, chegaram seus companheiros e netos. Uma transformação nada pequena, mas muito feliz. Hoje somos, cronologicamente, Fabiana, Roberta, Alexandre, Juliana, Aline, Victor e Daniel. E os netos lindos, também por idade, Thaís, Gabriella, Davi, Laura, Clara e Antônio.

Mais recentemente, a experiência de supervisionar Estágio Pós-Doutoral com os professores Antônio de Pádua Bosi e Aparecida D'Arc de Souza, ambos do curso de História da UniOeste (PR), que aportam um novo olhar para o Serviço Social, culminou no *Curso de Extensão História, Trabalho e Tratamento de Material de Pesquisa para o Serviço Social*, cuja procura extrapolou largamente o número de vagas previsto, sendo demandado um novo curso pelos alunos, e o coroamento de esforços que ainda valem a pena o investimento pessoal (pois ele existe, e é abundante).

44 Protagonista do clássico romance de James Fenimore Coope, *O Último dos Moicanos*. Nathaniel Poe, filho de colonos americanos, é criado por Chingachgook, o último chefe da tribo dos Moicanos, que o batiza como Hawkeye. Na versão cinematográfica estrelada por Daniel Day-Lewis em 1992, este ator compõe um personagem independente e firme, mas também bastante sensível.

45 Música de Chico Buarque, composta para a peça teatral *A Ópera do Malandro*. Retrata o processo de amadurecimento emocional da mulher, com suas escolhas afetivas, da adolescência à maturidade. O Terceiro homem encontra uma mulher mais madura e aberta para o amor verdadeiro: *O terceiro me chegou | Como quem chega do nada | Ele não me trouxe nada | Também nada perguntou | Mal sei como ele se chama | Mas entendo o que ele quer | Se deitou na minha cama | E me chama de mulher | Foi chegando sorrateiro | E antes que eu dissesse não | Se instalou feito um posseiro | Dentro do meu coração.*

46 Von Trapp é o nome da família de cantores austríacos que inspirou o filme *A Noviça Rebelde* (1965). Longe da rigidez que marca a família no início do filme, provocada pela postura militar do Capitão Von Trapp, nossa alegoria se deve ao fato de sermos um casal que se encontra já na idade madura, e que forma uma família com sete filhos completamente diferentes em suas vidas, personalidade e escolhas.

Ainda assim, venho me inserindo nas atividades que me são pertinentes dentro da docência e da estrutura universitária. Nelas, tenho contado com a parceria (no trabalho, na vida, nas viagens, nos textos, nas confidências) e com a amizade de Alejandra Pastorini, Ana Izabel Carvalho, Angela Hygino Rangel, Bebel, Carlos Delfino, Carlos Montañó, Celso dos Santos, Erimaldo Nicácio, Fábio Marinho, Fátima Grave Ortiz, Gabriel Lins da Silva, Gabriela Ica-suriaga, Marcelo Rangel, Maria José Capdeville, Mariléia Inoue, Murilo Galvão, Murilo Libório, Rita de Cássia Cavalcante, Rogério Lustosa, Sara Nigri, Verônica Cruz e Yolanda Guerra.

As transformações ocorridas na universidade pública após a entrada do neoliberalismo são preocupantes. A privatização por dentro, antes combatida aguerrida e diuturnamente pelo Sindicato, hoje, como aludido, encontra uma entidade apática, cartorial (dado o número de Notas que expede a cada ofensiva que sofremos), aparelhada por partidos políticos e que crê que a mobilização se dá por redes sociais.

Com a pandemia do Coronavírus, o grande capital - nacional e estrangeiro - está conseguindo finalmente dar o golpe fatal no ensino público. No caso das universidades públicas, o garrote financeiro que já vinha sendo aplicado intensificou-se, e o ensino e trabalho remotos estão sendo a saída escolhida por discentes, docentes e técnico-administrativos com pouca ou nenhuma reflexão.

Continuo dançando, dançando a vida. Raras vezes num ritmo lento, algumas como uma valsa ou um bolero; a maior parte como um sambinha ou um pagode; mas sempre na intenção de seguir suavemente nesta estrada que a tantas paisagens e pessoas maravilhosas me tem levado. Como dizia o nosso Poeta Maior<sup>47</sup>:

*Estou preso à vida e olho meus companheiros  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças  
Entre eles, considero a enorme realidade  
O presente é tão grande, não nos afastemos  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas*

47 Carlos Drummond de Andrade - De Mãos Dadas.





Acredito estar inscrito, de forma indelével em minha vida, o compromisso com a formação profissional, a Educação e a paixão pela profissão que abracei.

Na verdade, o que faço hoje é o que comecei “lá” embriõ-nariamente. Não fosse o “lá”, certamente o “voltar” não teria a mesma qualidade, e na certeza de que “não posso voltar para ontem, porque lá eu era outra pessoa” (Carroll, 2010)<sup>48</sup>.

“Lá”, tive a base, o incentivo e o apoio. Mas não posso deixar de registrar que este “lá, começa com a Profa. Dra. Titular Emérita Joséte Luzia Leite (ela adorava este rol de títulos), que perdi em 2017. Trabalhou, pesquisou e orientou até o fim de seus 84 bem vividos e produtivos anos. Sei que ela está muito orgulhosa deste momento, e como virou estrela, continua a brilhar sobre os tantos filhos (biológica e meus irmãozinhos intelectuais) que ela deixou aqui para continuarem o trabalho.

Mami, esta vitória é sua.



48 CARROLL, Lewis. Aventuras de Alice no País das Maravilhas & através do Espelho. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

# IVANETE SALETE BOSCHETTI

IVANETE BOSCHETTI

ASSISTÊNCIA SOCIAL  
E TRABALHO NO  
CAPITALISMO



Conferência Nacional de Assistência Social  
15, 16, 17 e 18 de dezembro de 2003



CONFÉRENCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRE



Seminário  
Americano de  
Serviço Social

Articulação Latino-Americana  
e Formação Profissional

## **O livro sobre o nada**

*Manoel de Barros*

(...)

Eu queria ser lido pelas pedras.

As palavras me escondem sem cuidado.

Aonde eu não estou as palavras me acham.

Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas.

Uma palavra abriu o roupão pra mim. Ela deseja que eu a seja.

A terapia literária consiste em desarrumar a linguagem a ponto que ela expresse nossos mais fundos desejos.

Quero a palavra que sirva na boca dos passarinhos.

Esta tarefa de cessar é que puxa minhas frases para antes de mim.

Ateu é uma pessoa capaz de provar cientificamente que não é nada.

Só se compara aos santos. Os santos querem ser os vermes de Deus.

Melhor para chegar a nada é descobrir a verdade.

O artista é erro da natureza. Beethoven foi um erro perfeito.

Por pudor sou impuro.

O branco me corrompe.

Não gosto de palavra acostumada.

A minha diferença é sempre menos.

Palavra poética tem que chegar ao grau de brinquedo para ser séria.

Não preciso do fim para chegar.

Do lugar onde estou já fui embora”

**IVANETE BOSCHETTI**

DEZEMBRO DE 2018

# *Memórias do vivido e sentido: indivíduo e história*

*Quem anda no trilho é trem de ferro,*

*Sou água que corre entre pedras:*

*Liberdade caça jeito.*

MANOEL DE BARROS

*É determinismo, sim.*

*Mas seguindo o próprio determinismo é que se é livre.*

*Prisão seria seguir um destino que não fosse o meu próprio.*

*Há uma grande liberdade em se ter um destino.*

CLARICE LISPECTOR

## — A LIBERDADE COMO SENTIDO —

Fazer um memorial<sup>49</sup> nos remete não só a revisitar a história e a memória dos tempos vividos. Também nos impele a fazer uma síntese, tanto dos processos construídos por opção e decisão, quanto daqueles determinados por relações sociais e familiares. Talvez o principal traço que acompanhe meus 57 anos seja a liberdade de me construir e reconstruir, sem fincar raízes rígidas em lugares, tempos, padrões ou imposições familiares. Em Manoel de Barros, poeta mato-grossense, e em Clarice Lispector, poeta nascida na

49 Esse memorial foi elaborado inicialmente em janeiro de 2018, para cumprir os requisitos do processo de redistribuição da UnB para a UFRJ. Ele foi atualizado e adensado para o processo de progressão para a classe de docente Titular ocorrida em dezembro de 2018, e atualizado para esta publicação, em março de 2021.

Ucrânia, encontro a expressão poética que tem movido minha trajetória pessoal, política e teórica: buscar na liberdade a fundamentação das minhas escolhas. Não a liberdade das concepções metafísicas, nem a liberdade como valor liberal individualista. Mas a liberdade na concepção marxiana, “como processo real de vida”<sup>50</sup>, como a criação, por homens e mulheres, de condições objetivas e subjetivas que possam possibilitar a cada um/a o desenvolvimento de suas mais profundas aptidões, capacidades e possibilidades criadoras. Trata-se de uma liberdade que não se materializa descolada das condições materiais da vida, mas é por ela determinada. A busca pela liberdade emancipadora tem sido a bússola que orienta minhas escolhas e ações, ainda que condicionada pelas condições práticas de existência. É na dialética de profundas transformações que mudam recorrentemente os rumos da minha vida, que a liberdade e inquietude emergem neste memorial como persistentes marcas históricas que forjaram a pessoa e professora que sou hoje.

### — A INFÂNCIA NO CAMPO —

*Eu saio às vezes, sigo pelo pasto, agora  
Mastigando um capim, o peito nu de fora  
(...)*

*Desço o rio no vau dos pequenos canais  
Para ir beber na fonte a água fria e sonora  
E se encontro no mato o rubro de uma amora  
Vou cuspendo-lhe o sangue em torno dos currais.*

VINÍCIUS DE MORAIS

Nasci na pequena Ponte Serrada, cidade do oeste catarinense, cercada por colinas e banhada por rios que alegraram muitos dos meus dias, mas que não foram suficientes para me fazer aprender a nadar. Meu nascimento ocorreu no dia 14 de março de 1964, quando se gestava o golpe civil militar de 01/04/1964<sup>51</sup>,

50 Cf. Karl Marx e Friedrich Engels. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

51 Em Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985), José Paulo Netto nos lembra que do ponto de vista militar, ao final do dia 1º/04/1964 já estava consumada a ação golpista organizada por setores civis e militares, e do ponto de vista político-institucional o golpe se consumou na madrugada de 02 de abril com a declaração de vacância da Presidência da República pelo presidente do Senado Federal, com flagrante inconstitucionalidade, já que o Presidente Jango se encontrava no país. (São Paulo: Cortez, 2014, p. 69).

sob o qual vivi até a juventude. Vim ao mundo pelas mãos de uma parteira, em casa, na cama que me foi presenteada pelos meus pais, que me acompanha nas minhas frequentes mudanças, e na qual durmo até hoje. Acredito que a motivação por mudanças foi transmitida por meu pai, sempre irrequieto e disposto a começar coisas novas. De minha mãe trago força, energia intensa, sorriso largo e o reconhecimento pelo valor e importância do trabalho.

Ambos camponeses nascidos no Rio Grande do Sul, fizeram do cultivo da terra a sua forma de subsistência e de suas cinco filhas, das quais sou a caçula. Minha mãe, filha de pai alemão (Koch) criado em colônia italiana onde conheceu minha avó materna, pouco sabe da ascendência de sua família alemã. Meu pai (Boschetti) é neto de italianos que vieram para o Brasil nas últimas décadas do século XIX, quando o Governo do Rio Grande do Sul criou colônias na região e estimulou a vinda de alemães e italianos para o sul do Brasil. A colonização do sul do Brasil por alemães e italianos integrava um projeto geopolítico do governo imperial brasileiro, que utilizava a imigração para preencher os chamados “vazios demográficos”. O projeto visava não só consolidar fronteiras, mas também substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre do branco europeu, em um processo de colonização baseado na pequena propriedade. Sabe-se que entre 1882 e 1889, entre 41.616 imigrantes que ingressaram no Rio Grande do Sul, um total de 34.418 eram italianos<sup>52</sup>. À minha mãe foi permitido tão somente estudar por um ano “para aprender a escrever o nome”. Ao meu pai foi possibilitado estudar dois anos, para aprender também a “fazer contas”. Suas vidas foram dedicadas ao trabalho na roça, no cultivo de milho, da uva, e na criação de animais de pequeno porte. Conheceram-se na colônia italiana e casaram-se em 1951.

Os anos 1955 marcam a primeira grande mudança na vida de meus pais -- que determinará minha origem. Fugindo da miséria

52 Cf. Boris Fausto, *História do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 241.

rural que atingia a maioria das colônias italianas gaúchas à época, eles migram com minhas três irmãs mais velhas para Campos Novos-SC, onde meu pai abandona o cultivo do campo e passa a trabalhar como empregado em uma serraria. Nessa cidade catarinense nasceu minha quarta irmã, 5 anos antes de mim. De uma grande inteligência prática, meu pai logo assume a gerência e, no início dos anos 60, é transferido para gerenciar outra serraria em Ponte Serrada-SC, onde nasci. Nessa cidade, moramos até 1973, e do fruto de seu trabalho oportunizado pelo chamado “milagre econômico brasileiro” dos anos de chumbo, chegou a acumular algumas terras, um posto de gasolina e um restaurante onde trabalhavam minha mãe e minhas irmãs mais velhas, e onde voltou a cultivar uvas para consumo em uma pequena colônia de sua propriedade. O vínculo com a terra nunca o abandonou e o desejo de retornar à origem agrária sempre foi um impulsionador das nossas mudanças.

Nos meus 9 anos de vida em Ponte Serrada, vivemos nessa colônia, próxima à cidade, onde “nas tardes de fazenda há muito azul demais”<sup>53</sup>. Desse tempo tenho as melhores lembranças de uma infância com minhas irmãs e meu cão Lulu, onde vivenciamos a liberdade de correr pelos pastos, de comer fruta no pé, de beber leite tirado na hora, de colher verduras na horta, de tomar banho de rio, de buscar pinheiro no mato para as noites de Natal, de colher uva e esmagá-las com os pés nas imensas tinas que ficavam no porão, para em seguida beber o suco e o vinho doce feitos por nós. Era uma verdadeira festa familiar, que se somava aos vizinhos que, solidariamente, ajudavam uns aos outros na tradicional colheita e “pisa da uva”. Uma vez ao ano visitávamos meus avós em Erechim-RS, quando dormíamos em camas de colchão de palha, que eles insistiam em manter pois “já estavam acostumados”, como nos diziam cada vez que reclamávamos e sugeríamos que incorporassem as “comodidades” urbanas.

O trajeto de 3 km entre minha casa e a única escola pública de Ponte Serrada era feito a pé, com minhas irmãs e colegas, filhos

53 Cf. Vinícius de Moraes, Soneto de Intimidade. Campo Belo, 1937.

de vizinhos -- todos de ascendência italiana. A distância era percorrida sempre com muitas brincadeiras e paradas para colher frutas, seja no verão ou no inverno rigoroso, quando vivemos o regozijo de conhecer a neve. No porão da grande casa de madeira ficavam o vinho, os queijos e os salames que fazíamos para consumo familiar. Nas noites quentes, sentávamos na imensa varanda que circundava a casa; e nas noites frias, ficávamos em volta do fogão de lenha, onde minha mãe sapecava polenta e pinhão, recolhido por nós nas grimpas que tombavam das araucárias. Esses rituais foram invadidos pela televisão em preto e branco que chegou à nossa casa para a Copa do Mundo de 1970, e junto com vizinhos que lotaram nossa sala, vimos o Brasil se tornar campeão. Nos domingos, após a missa, quase toda a cidade ia tomar banho no Rio Irani, onde nos divertíamos em boias feitas de pneus de caminhão. Tive uma formação católica e, nos termos de Eduardo Galeano, “O catecismo me ensinou, na infância, a fazer o bem por interesse e não fazer o mal por medo. Deus me oferecia castigos e recompensas, me ameaçava com o inferno e me prometia o céu; e eu temia e acreditava. Passaram-se os anos. Eu já não temo nem creio”<sup>54</sup>. Fui uma criança desinibida, que gostava de decorar e falar “versos”, por isso fui “boneca viva” da paróquia, fui dama de honra de quase todos os casamentos da cidade e em muitas tardes meu pai me levava ao clube onde jogava “quadrilho” com os amigos, que me presenteavam com balas e doces após me ouvir recitar versos. Eu nem imaginava que aquelas tardes eram a porta de encontro do meu pai com o alcoolismo. Até então, nesse Brasil profundo da minha infância, nunca tinha ouvido falar em golpe ou ditadura militar, e minhas únicas lembranças são desses momentos que pareciam inesgotáveis.

Em 1973, pouco antes de completar 9 anos, veio a segunda grande mudança na vida dos meus pais e a primeira em minha vida, que determinou radicalmente o meu futuro. No idílio da minha infância, não compreendi o porquê precisávamos sair desse “paraíso” que só alegrava meus dias. Só muito tempo depois soube

54 Cf. Eduardo Galeano, *O Livro dos Abraços*. São Paulo: L&PM Editores, 1991.



que meu pai tudo perdera no jogo, e que minha mãe, mulher forte e decidida, lhe havia dado um ultimato: ou saíamos dessa pequena cidade que o tinha abduzido para o álcool, a jogatina e as infidelidades ou ela partiria com suas cinco filhas. Ele escolheu ficar conosco e decidi retomar o cultivo no campo, mas agora seguindo o fluxo migratório dos gaúchos em direção àquele que era conhecido como o “celeiro” do Brasil pela sua já grandiosa produção mecanizada de grãos: o Estado de Mato Grosso<sup>55</sup>, e que hoje está no centro do agronegócio.

Desses tempos no campo, ficaram cravados em mim o gosto pela liberdade, a paixão pela natureza, os banhos de rio, o prazer no cultivo e cuidado com as plantas, a convivência coletiva e solidária com os vizinhos, a valorização da simplicidade das tradições gaúchas, a polenta com *radicci*, os churrascos domingueiros, a sobremesa de sagu...

### — OS ANOS SUL-MATO-GROSSENSSES —

*Mato Grosso encerra em sua própria terra  
 Sonhos guaranis  
 Por campos e serras a história enterra uma só raiz  
 (...) Mato Grosso espera esquecer quisera  
 O som dos fuzis  
 Se não fosse a guerra  
 Quem sabe hoje era um outro país  
 (...) E as vezes me deixa assim ao  
 Revelar que eu vim da fronteira onde  
 O Brasil foi Paraguai*

PAULO SIMÕES/ALMIR SATER, SONHOS GUARANIS

Percorrer os quase 800 km entre Ponte Serrada-SC e Dourados-MT, num comboio de dois caminhões de mudanças e dois carros (uma Veraneio e uma Variant) que levavam a família, agora ampliada pelo marido de minha irmã mais velha, minha prima, seu marido e o

55 Em 1973, quando nos mudamos para Dourados, o Estado se chamava Mato Grosso. A divisão do Estado entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ocorreu em 1977.

filho de 4 anos, me soou como uma grande e instigante aventura. O que se ouvia no “Sul” sobre o Mato Grosso é que era uma terra distante, com muito mato, frutas exóticas e por onde circulavam índios nus e animais nas ruas. Antes de nos mudarmos, meu pai visitou o Estado, arrendou terras em sociedade com o proprietário da serraria de quem tinha sido empregado<sup>56</sup>, comprou uma casa de dois quartos do “BNH 1º Plano”<sup>57</sup> e retornou para Santa Catarina nos levando frutas que nunca tínhamos visto e experimentado: manga, guavira e jaca. Também nos dizia que a cidade era grande, muito plana, não havia índios e animais nas ruas, e que teríamos muito espaço para brincar. Era uma tentativa de nos convencer de que estávamos nos mudando para um lugar melhor.

Após dois dias de viagem, a chegada a Dourados foi impactante. Para quem vivia em um pequeno vilarejo de 5.000 habitantes entre colinas e rios, a terceira cidade do Estado do MT, então com 90.000 habitantes aproximadamente, parecia uma imensa e assustadora planície, de onde se via o horizonte de qualquer lugar em que se estivesse. Ao chegar na nova morada, a pequena casa de 4 cômodos era excessivamente apertada para comportar a família ampliada de dez pessoas e uma criança pequena. Para dormir, a estratégia foi dividir: os 03 homens dormiam em colchões na sala e as 7 mulheres dormiam nos dois quartos. Logo os homens partiram para a fazenda, para construir as casas onde morariam meu pai, minha irmã mais velha e minha prima, cada qual com seu marido. Na pequena casa do BNH ficamos minha mãe e quatro filhas. Meu pai vinha da fazenda a cada 15 dias e nós íamos uma vez ao mês, pois a distância de 120 km até a fazenda se tornava penosa pela estrada esburacada de chão, sem nenhum investimento público.

56 A sociedade, sem contrato, era um acordo no qual o sócio entrou com o investimento para comprar as máquinas e iniciar o desmatamento e o plantio, e meu pai, meu primo e meu cunhado entravam com o trabalho e um pouco do recurso que sobrou da venda do sítio em Ponte Serrada, único bem que minha mãe conseguiu salvar. A cada ano, toda a safra era enviada para SC, onde o sócio vendia o produto e repassava ao meu pai 10% do que dizia ter sido o resultado das vendas. Alguns anos depois meu pai descobriu que seu sócio vendia os produtos por muito mais do que informava, e rompeu a sociedade.

57 O BNH 10 Plano foi o primeiro dos quatro conjuntos construídos em Dourados pelo governo militar. Esse primeiro ficava em uma região que se tornou bastante valorizada, muito próxima ao centro da cidade, ocupado por uma classe média que chegava em grande quantidade ao Centro Oeste atrás da expansão da fronteira agrícola, em sua maioria gaúchos e paranaenses. Os outros três BNH, como são chamados, foram construídos em regiões mais distantes e ocupados por moradores de baixa renda.

Os primeiros meses nessa nova morada foram difíceis e tristes. Minhas três irmãs, então adolescentes, tiveram que começar a trabalhar diante das dificuldades econômicas, e passaram a estudar à noite. Eu as ouvia chorar constantemente de saudades da antiga vida, dos amigos e paqueras que haviam deixado para trás. Eu sentia falta do espaço, e minha liberdade para brincar se restringia à rua de terra em frente à nossa casa e ao pequeno quintal, onde começamos a fazer uma horta, e que me parecia minúsculo, mas que hoje penso, como Manoel de Barros que “o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há de ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade”<sup>58</sup>.

As idas para a fazenda foram ficando cada vez mais esporádicas, mas eram um bálsamo de liberdade, pois ali podíamos tomar banho de rio, brincar com os animais, comer pão feito em casa. A vizinha no BNH era professora em uma escola pública primária, que não por acaso se chamava “Escola de 1º Grau Ministro João Paulo dos Reis Veloso”, e sugeriu à minha mãe que me matriculasse nessa escola, onde eu poderia desfrutar de sua carona. Inicialmente, essa solução me dava segurança nessa cidade desconhecida e de longas distâncias. Mas logo fiz amizade com moradores do bairro que iam na mesma escola, e voltei a fazer o trajeto de 4 km a pé com os novos colegas. Ali fiquei 2 anos e concluí o ensino primário.

Nos 3 primeiros anos, meu pai ampliou a casa, que passou a ter 4 quartos, varanda e uma grande cozinha com fogão a lenha, onde mantínhamos algumas tradições como sapecar polenta e fazer pão, mas perdi o quintal, que foi todo ocupado com a expansão da casa. O salame e os queijos vinham da fazenda. Minhas irmãs conheceram pessoas novas, logo começaram a namorar e passaram a gostar da cidade.

58 Manoel de Barros, *Memórias inventadas - As Infâncias de Manoel de Barros*, São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

Meus melhores amigos eram as crianças da nossa rua, que foi asfaltada e onde a nossa principal brincadeira era “jogar *bets*”. Estes amigos e amigas me colocaram em contato com a diversidade. As duas melhores amigas eram filhas de um operário da Ford, negras e alisavam o cabelo porque diziam que tinham “cabelo ruim”, e me mostraram o que é sofrer racismo. Em nossas brincadeiras “de salão”, eu pedia para fazer cachos nos meus cabelos ruivos “escorridos”, porque queria ficar igual a elas. Outra grande amiga, filha de donos de uma pequena vendinha de secos e molhados, era morena, alta para a idade, de lábios grossos e cabelo bem liso, fruto da mistura entre índios e brancos e me apresentou a cultura indígena, que a família cultivava a duras penas. Outras duas eram filhas de uma costureira japonesa, com quem conheci o sobá - o tradicional macarrão japonês -, muito apreciado nas feiras de rua nessa região, de intensa colonização japonesa. Outras duas amigas, cujo pai era proprietário de uma sorveteria, morenas e de cabelos lisos, vinham de famílias de “brasiguaios”, resultado da mistura de brasileiros e paraguaios. Foram estas relações que me mostraram a diversidade cultural brasileira, que me permitiram partilhar solidariamente as dificuldades econômicas antes desconhecidas, e que me tornaram “amante das tradições de que me fiz aprendiz”<sup>59</sup>: o café no copo, o sobá, a sopa paraguaia<sup>60</sup>, o arroz-de-carreteiro, a mandioca, a vaca atolada...

Outra mudança determinante foi a passagem do ensino primário para o segundo grau. Tive que mudar de escola, e meus pais, já em melhores condições econômicas, decidiram me matricular na Escola Franciscana Imaculada Conceição, particular, que ficava a apenas duas quadras da nossa casa e que até hoje é considerada um dos melhores colégios da cidade. Minha mãe, que sonhava ser professora e nunca pôde estudar, fazia todos os esforços para que suas filhas tivessem a melhor educação possível. Totalmente diferente da escola pública anterior, da quinta à oitava série estudei com os filhos da rica burguesia agrária e comercial douradense e adentrei a adolescência vivendo um mundo que não era exatamente

59 Em referência à música composta por Paulo Simões e musicada por Almir Sater “Sonhos Guaranis”.

60 Apesar do nome, a sopa paraguaia é uma torta salgada feita de milho e queijo, assada e que como até hoje em cada ida a Dourados.

o meu. Por um lado, passei a conviver com filhas/os de fazendeiros que moravam em grandes mansões, já tinham viajado para o exterior, e eu nem conhecia o mar. Por outro lado, fiz uma grande amiga, filha de uma jornalista e um poeta e advogado formados no Rio de Janeiro, fundadores em 21 de abril de 1951<sup>61</sup>, do principal jornal da cidade, *O Progresso*, cujo lema era “Pensamento e Ação por uma Vida Melhor”. Seu pai tinha sido vereador e deputado federal e havia morrido em 1969 em um acidente de avião. Essa amiga, de família de intelectuais progressistas, me apresentou um mundo de livros, músicas, dança<sup>62</sup>, noites de saraus de poesia, contato com artistas da cidade, leitura cotidiana de jornais e informação crítica sobre o golpe civil militar no Brasil, e as lutas contra a ditadura. Muitas tardes passávamos com amigos vendo o pôr do sol, fumando e ouvindo Bob Marley. Também foi com essa amiga que conheci a Reserva Indígena de Dourados<sup>63</sup>, que fica a 6 km do centro da cidade e onde vivem três etnias: Terena, Kaiowá e Guarani. A miséria e a destruição da cultura indígena me impactaram profundamente, e escrevi trabalhos escolares sobre a vida na Reserva, o que me tornou uma defensora dos direitos indígenas no Brasil. Encravada na área urbana, em 2020 a Reserva tinha aproximadamente 18 mil indígenas em 3,475 hectares de terra. É a maior densidade populacional entre todas as comunidades tradicionais do país, e em 2013 ficou conhecida no Brasil e no mundo pelos trágicos suicídios dos jovens: nesse ano, 73 indígenas cometeram suicídio, e destes, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá<sup>64</sup>, sendo que 18 eram da Reserva Indígena de Dourados, reconhecida pela então vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, como “a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo”<sup>65</sup>.

61 A família diz que essa data foi escolhida em homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

62 Estimulada por ela, passei a fazer balé e revelei um talento desconhecido. Queria seguir carreira, mas ao chegar aos 17 anos, precisaria me mudar para São Paulo, o que fez minha amiga, mas meus pais não permitiram. Então abandonei o balé para fazer faculdade no MS.

63 O Documentário “Martírio”, de Vincent Carelli (2016), revela a trajetória dos Guarani-Kaiowá na região Centro-Oeste, desde antes da Guerra do Paraguai, e denuncia como suas terras vêm sendo expropriadas ao longo dos séculos.

64 Nomeamos nosso yorkshire de Chico Aram. Chico em homenagem ao cantor Chico Buarque. E Aram em homenagem aos indígenas da Reserva de Dourados, pois Aram significa Sol em tupi guarani”.

65 Os jornais da época noticiaram amplamente os casos de suicídio. Entre 1986 e 1997 foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá de MS, e o número praticamente triplicou entre 2000 e 2013, quando...

Nova dificuldade econômica familiar me levou a fazer o Colegial em uma Escola Estadual, onde me preparei para o vestibular e fiz outros amigos e amigas, mas também mantive a convivência, embora menos frequente, com a turma com quem ouvia Bob Marley. A preparação para o vestibular exigia maior dedicação, e os horários fora da escola eram divididos entre as tarefas domésticas<sup>66</sup>, e os estudos autônomos em grupos para o vestibular. Nesse momento foi definidora para mim a leitura de dois livros. O clássico “As Veias Abertas da América Latina”, de Eduardo Galeano, publicado no Brasil em 1978 pela editora Paz e Terra, e que chegou às minhas mãos por meio da minha irmã que nessa época cursava “Estudos Sociais” na Universidade Federal (*campus* de Dourados). O outro livro, não tão conhecido, me foi apresentado pela amiga a que me referi anteriormente, intitulado “Se me deixam falar - Testemunho de Domitila, uma mulher das minas da Bolívia”, de Moema Viezzer<sup>67</sup>, que narra a história da trabalhadora revolucionária

...ocorreram 684 casos de suicídios. Cf. noticiado na Revista Fórum, disponível em <https://www.revistaforum.com.br/2014/05/25/indice-de-suicidios-entre-indigenas-ms-e-o-maior-em-28-anos/>. Acesso em 03 de janeiro de 2018. Apesar de algumas iniciativas pontuais, como levar o Bolsa Família para as famílias, a condição de vida na Reserva é terrível, marcada pela fome, miséria, doenças e falta de perspectiva. Por ser colada na cidade, a área é alvo da ganância do capital, com frequentes ataques violentos que desejam expropriar suas terras. Os indígenas também são alvo de repulsa da maioria dos moradores, que alimentam preconceitos e atitudes discriminatórias. É comum vê-los perambulando pelas ruas, muitas vezes alcoolizados, ou então tentando vender mandioca ou arcos e flechas produzidos, numa tentativa desesperada de manter sua vida e sua cultura. Durante a campanha presidencial de 2018, o então candidato que foi eleito visitou Dourados, recebeu apoio dos fazendeiros, e prometeu armá-los para defender suas propriedades dos “invasores”, referindo-se a indígenas e militantes do MST. Não é por acaso que a Ministra da Agricultura é deputada federal pelo DEM/MS, da bancada ruralista e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. O presidente eleito em 2018 recebeu 65,22% dos votos válidos no Estado de MS e 68,18% na cidade de Dourados. Dados disponíveis em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mato-grosso-do-sul-2turno-presidente/> Acesso em 22/11/2018.

66 Nesse momento, minhas duas irmãs já haviam se casado e se mudado, e morávamos ainda no BNH minha mãe, meu pai, eu e uma irmã que trabalhava. Assim, eu dividia as tarefas domésticas com minha mãe, com quem aprendi a cozinhar, lavar, passar, limpar, bordar, fazer crochê e tricô. Foi nesse período que meu pai separou a sociedade e, num primeiro momento, passamos por dificuldades econômicas. Mas a partir dos anos 1981, toda a renda da colheita ficava para nós, e meu pai teve uma certa recuperação financeira, embora nunca tenha enriquecido e nem acumulado o suficiente para adquirir uma propriedade rural, que era o seu sonho.

67 Editora Símbolo, 1979.

e feminista boliviana Domitila Barrios de Chungara<sup>68</sup>. O livro foi escrito com base em entrevistas e a partir do discurso “se me deixam falar” proferido por ela na Conferência Mundial das Mulheres, realizada no México, dentro da programação da ONU no Ano Internacional da Mulher, como representante das trabalhadoras bolivianas. Em seu discurso, Domitila denunciou a exploração dos mineiros, operários e camponeses na Bolívia e as condições de semiescravidão em que viviam os mineiros; falou sobre as lutas das mulheres bolivianas pela sobrevivência e denunciou as guerras provocadas pelo imperialismo para usurpar a riqueza e destruir a cultura dos povos latino-americanos. Foram estes livros que plantaram sementes feministas e revolucionárias em minha alma ainda carente de consciência e organização política.

Para o vestibular, realizado no início de 1982, escolhi dois cursos. O primeiro, agronomia na Universidade Federal de MS (campus de Dourados), por influência da vida rural de meu pai e do namorado de minha irmã, que fazia esse curso e me encantou com suas experiências de estágio com extensão rural na Reserva Indígena e com pequenos proprietários. O segundo, Serviço Social, em uma faculdade privada na capital Campo Grande<sup>69</sup>, estimulada por uma amiga da turma que ouvia Bob Marley e cursava Serviço Social, e me despertou também com seus relatos de estágio nas comunidades pobres. Fui aprovada inicialmente para o Curso de Serviço Social e, confesso, naquele momento adorei não ter visto meu nome na lista da agronomia, pois isso me possibilitaria viver um projeto já acalentado: morar sozinha na capital. Contudo, fui aprovada para agronomia na segunda chamada, e meus pais insistiram para que eu permanecesse em Dourados junto à família. Foi uma longa batalha de convencimento até conseguir a aprovação para me mudar para Campo Grande, com a condição de morar com amigas de Dourados, de familiares conhecidos dos meus pais<sup>70</sup>.

68 Domitila Barrios de Chungara nasceu em 1937 e morreu em 2012 na Bolívia. É possível ouvir várias entrevistas dela no Youtube. Registro aqui um pequeno vídeo no qual ela denuncia com extraordinária consciência o imperialismo e as condições de usurpação capitalista das riquezas da América Latina e a exploração a que é submetida a classe trabalhadora. <https://www.youtube.com/watch?v=v5zBhWO1Nf4> Acesso em 03 de janeiro de 2018.

69 Até hoje, todos os cursos de Serviço Social do Estado de Mato Grosso do Sul são ofertados por faculdades privadas – presenciais e à distância. Naquele momento (1982), o da capital era o único existente no Estado.

70 Nesse momento, meu pai já havia recuperado uma condição financeira que lhe permitia me manter em Campo Grande e pagar a faculdade particular.

E assim aconteceu a terceira mudança determinante com meu ingresso na universidade em 1982, pouco antes de completar 18 anos, e a construção da vida longe dos meus pais e das minhas irmãs, embora semanalmente eu fizesse o trajeto de 220 km de ônibus para visitá-los.

A escolha por um curso noturno em uma faculdade privada teve ganhos e perdas. As perdas estão determinadas pelas condições e realidade da maioria dessas instituições: mensalidades elevadas, turmas com quantitativo excessivo de alunos (a minha turma ingressou com 100 alunos e concluiu com 64), professores horistas, ausência de pesquisa e extensão, dificuldade de acesso à bibliografia, material didático “manualesco”, o que, certamente, limitou minha possibilidade de aprendizagem. O acesso ao marxismo se deu de forma enviesada, na disciplina Introdução à Economia, por meio da leitura dos *Conceitos elementares do materialismo histórico-dialético*, de Marta Harnecker. Mas, apesar desse caminho tortuoso, num contexto de formação majoritariamente conservadora, esse professor, que também nos fez discutir em sala os filmes “O Grande Ditador” e “Tempos Modernos” de Charles Chaplin, ficou na minha memória como um inspirador do pensamento crítico.

Os principais ganhos vieram com o ingresso no movimento estudantil logo no primeiro ano do curso, e no estágio a partir do segundo ano. Compus a chapa de oposição ao diretório de estudantes, intitulada Alicerce<sup>71</sup>, que venceu a disputa e me iniciou na militância organizada em 1982. Apesar das inúmeras tentativas, nossa gestão no Diretório Acadêmico Padre José Scampini (DAJS) não conseguiu alterar o nome do Diretório, e nem conseguiu tirar de lá a televisão, principal atrativo das alunas do curso, que se interessavam mais pelas telenovelas do que pelos debates políticos. Em contraposição, essa gestão, junto com outros diretórios, sobretudo de Psicologia e de Direito, organizou a mais importante greve dos estudantes pela redução das mensalidades e estatização da universidade. Após essa greve, ganhamos o Diretório Central

71 A chapa tinha como chamada “Na certeza de um amanhecer onde a miséria e a opressão não serão mais do que cicatrizes na história”.



de Estudantes, que estava nas mãos dos apoiadores da ditadura. Foram 2 anos de intensa militância política, alimentada internamente pelas lutas pela qualidade do ensino, mas também pela redemocratização do país e primeira eleição direta para governadores<sup>72</sup>. Nesse período, a militância estudantil se solidarizava com as lutas internacionalistas, como a Revolução Sandinista, a Revolução Cubana, e o Movimento Popular para a Libertação de Angola, o que me fez aprender muito sobre as revoluções socialistas. Foi no contexto da militância estudantil e política que vivenciei a primeira paixão -- um estudante de Psicologia, comunista, que acabara de voltar de uma formação política “secreta” na então URSS. Ele me apresentou os primeiros textos de Lenin e Marx, e com ele participava de reuniões clandestinas e atividades de pichação noturna que me renderam a primeira fuga da polícia, além das noitadas nos bares com músicos locais que depois se tornaram famosos, como Grupo Acaba, Almir Sater, Tetê Espíndola, Guilherme Rondon e Paulo Simões, autor com Geraldo Roca da belíssima Canção *Trem do Pantanal*, que se tornou o Hino (não oficial) do Mato Grosso do Sul. O namoro não durou mais que 10 meses, mas o fascínio pela luta revolucionária e por uma sociedade comunista perdurou e se consolidou na minha vida.

Nos 2 últimos anos da faculdade (1984/85), o ingresso no estágio remunerado de 8 horas diárias na então Legião Brasileira de Assistência (LBA) me afastou da militância, mas fortaleceu minha formação profissional e me oportunizou relativa independência financeira da família. Tive a sorte de ter uma supervisora de campo que havia se formado na UFF/Niterói, que me fornecia livros que ela comprava em suas idas ao Rio de Janeiro e me apresentou o texto clássico de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho -- *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* --, recém-publicado (1982) e indisponível para venda em nosso Estado. No estágio, reservava horas para estudos e debates, acompanhava e discutia

72 A unidade conquistada na eleição do DCE se esfacelou nas eleições para governadores estaduais. Os militantes comunistas, ainda sob a ilegalidade do PCB, apoiaram o candidato do então MDB, opositor ao regime militar e deputado cassado pelo AI-5, que foi o governador eleito. O grupo que havia ajudado a fundar o PT lançou candidatura e ficou em quarto lugar na disputa. Muitos comunistas assumiram cargos no governo estadual, onde permaneceram até 1987, quando o Comitê Central do PCB interveio no Comitê Estadual e destituiu sua direção, já no contexto das contradições e crises internas do partido. Para uma breve síntese, consultar o portal do PCB, em <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf> Acesso em 04 de janeiro de 2018.

o cenário político nacional e local, e estimulava meus “planos de intervenção” nas comunidades<sup>73</sup>. Foram 2 anos de estágio na área de “desenvolvimento e organização de comunidade” em um conjunto habitacional distante do centro da cidade, para onde moradores da Vila Nhá-Nhá<sup>74</sup> (que ficava próxima ao Centro) foram deslocados para “dar lugar ao progresso” da cidade. O primeiro momento do estágio foi a luta com os moradores para evitar a remoção, o que acabou ocorrendo. O segundo momento foi a luta com os moradores, já na nova morada, para construir equipamentos públicos (escolas, creches, centro de saúde) e dotar o conjunto habitacional de condições básicas de moradia, como água, luz, asfalto, esgoto. Foi pela articulação política com companheiros/as da militância política que “abrimos” esse campo de estágio por dentro da LBA, que apoiava esses movimentos com recursos financeiros, além da nossa atuação. Profissionais assistentes sociais e educadores vinculados à Secretaria Estadual de Educação (onde atuavam importantes militantes comunistas), moravam e atuavam nessa comunidade, tendo como referência o método Paulo Freire, e muitos deles eram vinculados à Teologia da Libertação. Foi uma contundente experiência profissional, num período em que a “moda” era construir casas e equipamentos públicos em sistema de mutirão, e o estágio deu origem ao TCC intitulado “*Mutirão: participação comunitária ou utilização de mão de obra?*”, em que criticava a cooptação da participação popular pelo Estado, numa primeira tentativa de ensaio crítico orientado pela perspectiva marxista althusseriana<sup>75</sup>.

73 Fui formada pelo currículo tradicional, que separava o debate teórico e metodológico. As disciplinas de Metodologia do Serviço Social eram divididas em Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Na LBA, o estágio possibilitava tanto atuação junto a indivíduos e famílias no Plantão Social, atuação com grupos de jovens e atuação nas comunidades.

74 Até hoje tenho um quadro da Vila Nhá-Nhá, do artista autodidata Ilton Silva, de família pobre do Mato Grosso do Sul, que conheci na militância e cujas temáticas sociais estão presentes em suas obras. Mais tarde, já profissional, pude adquirir outras quatro telas que me acompanham desde então. Biografia disponível em <http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2012/11/ilton-silva-pintorentalhador-e-escultor.html> Acesso em 04 de janeiro de 2018.

75 Somente após ler o livro “Invasão Positivista no Marxismo” (Ed. Cortez, 1991) de Consuelo Quiroga, compreendi os limites da minha apreensão do marxismo durante esses anos de formação.

Após a conclusão do curso, e sem emprego na capital, em dezembro de 1985 voltei à casa dos meus pais em Dourados<sup>76</sup>, onde tive meus primeiros dois empregos -- na Prefeitura Municipal de Dourados e na Apae. Mas foi por pouco tempo, pois em agosto de 1986 a LBA me contratou como assistente social e voltei a morar na capital, onde permaneci até 1990, quando minha vida deu nova guinada. Como assistente social da LBA, viajava o Estado inteiro para supervisionar instituições conveniadas que recebiam os recursos públicos e conheci profundamente o Mato Grosso do Sul e seus conflitos. Nesse trabalho, criamos um projeto para fortalecimento de instituições sociais, com a perspectiva de estimular a autonomia de sindicatos de trabalhadores rurais, historicamente atrelados ao peleguismo varguista e cooptados pelo regime militar, bem como clubes de mães e associações de moradores. O objetivo era fomentar suas organizações, financiar sua legalização documental e financiar projetos de agricultura familiar, basicamente. Também a trabalho pela LBA, fiz uma das minhas mais belas viagens até Corumbá, atravessando o pantanal com “este velho trem”, desativado para transporte de passageiros em 1995<sup>77</sup>.

Como assistente social, entre 1986 e 1987 fui da diretoria da Seccional do CRESS de Campo Grande<sup>78</sup>, e atendendo a uma reivindicação da categoria, transformamos a seccional em CRESS 21ª Região. Também integrei a diretoria do Sindicato do Trabalha-

76 Nesse momento, meus pais haviam conseguido construir uma grande casa num bairro próximo ao BNH, para onde nos mudamos em 1984, além de outra casa no mesmo bairro, que eles alugavam, e onde residem atualmente. A casa do BNH, onde moramos por 11 anos, foi vendida em 1984. Fiquei em Dourados de dezembro de 1985 a agosto de 1986, quando voltei para Campo Grande.

77 O Trem do Pantanal levava passageiros de Bauru-SP a Corumbá-MS e seguia para a Bolívia. A linha foi inaugurada em 1914, chegando a Corumbá em 1952. O Trem do Pantanal conheceu enorme apogeu nos anos 1960, 1970 e 1980, quando atravessava o Pantanal com turistas e cargas. Sua desativação teve início com a concessão da linha ferroviária para o consórcio norte-americano Noel Group Inc., no início dos anos 1990, que arrendou a ferrovia por 30 anos, sendo posteriormente privatizada no contexto da privatização da RFFSA no Governo FHC. O serviço para passageiros foi completamente desativado em 1996, permanecendo somente para cargas até 2009. Em 2009 parte da linha entre Campo Grande e Miranda foi reinaugurada para turistas como Pantanal Express, mas teve vida curta e foi totalmente desativada em 2014. Registro de sua desativação pode ser encontrado em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/trem-do-pantanal-fracassa-seis-anos-depois-e-empresa-suspende-passeio> Acesso em 04 de janeiro de 2018.

78 Desde a divisão do Estado, em 1977, os profissionais atuantes no Mato Grosso do Sul se inscreviam na Seccional de Campo Grande, vinculada ao CRESS de Mato Grosso.

dores da Previdência Social/MS<sup>79</sup>, a quem a LBA era vinculada. Na condição de representante dos/as trabalhadores/as da LBA, integrei o grupo que defendia a extinção da LBA e a descentralização de suas ações para Estados e Municípios, conforme estabelecia a Constituição Federal de 1988, e devido ao seu caráter essencialmente clientelista e primeiro-damista. Ao mesmo tempo, iniciei na Faculdade em que havia me formado, um Curso de Especialização em Serviço Social e Planejamento Social, ministrado por docentes da PUC/SP. Minha monografia, orientada pela professora Dilséa Adeodata Bonetti, tratava da indissociabilidade entre prática profissional e prática social, fundamentada na “filosofia da práxis” de Adolfo Sanchez Vázquez. Esse trabalho me aproximou, pela primeira vez, à leitura da *“Introdução à crítica da economia política”* de Marx<sup>80</sup>, e me descortinou a perspectiva de totalidade na relação entre economia e política. Fruto desse trabalho, apresentei minha primeira comunicação científica no Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS) em 1990, em Brasília, quando já morava na capital do Brasil.

O ano de 1989 provocou uma nova e determinante guinada na minha vida, movida por duas determinações subjetivas. A primeira foi o desejo de dar continuidade a estudos pós-graduados, despertado, sobretudo, pelo curso de especialização encerrado nesse ano. E a segunda foi o reencontro casual, após 7 anos, com o namorado comunista por quem tinha sido apaixonada durante o curso de Graduação, e o namoro foi retomado. Ele estava fazendo Mestrado em Psicologia Social na UnB e me alertou que em 1990 o Departamento de Serviço Social abriria o Mestrado em Política Social. Comecei, então, a me preparar para a seleção, mesmo ciente de que meu frágil currículo era essencialmente profissional, e pouco dedicado à pesquisa e à produção teórica. Mas me enchi de coragem e enfrentei o desafio. Afinal, como escreveu Marx, “Todo o começo é difícil, e isso vale para toda ciência”<sup>81</sup>.

Enquanto me preparava para a seleção para o Mestrado, nossa família recebeu a notícia que nos abalaria profundamente e tiraria da minha mãe seu sorriso largo: minha irmã mais velha,

79 Atual SINTSPREV-MS. Cf. <http://www.sintsprev-ms.org.br/> Acesso em 04 de janeiro de 2018.

80 Cf. Karl Marx, “Introdução à crítica da economia política”. In *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores. 2ª Ed. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978.

81 Cf. Karl Marx, Prefácio à Primeira Edição de *O Capital*. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 77.

então com 36 anos, estava com um câncer agressivo, e sem esperanças. Ainda que saibamos que “breve é toda vida”, como nos lembra Fernando Pessoa<sup>82</sup>, adentrei o mês de janeiro de 1990 com dor na alma e com a decisão de me mudar para Brasília. A pedido dos meus pais, contrariei minha vontade, e para não provocar mais tristeza do que já sentiam, aceitei me casar no civil, mas não sucumbi aos apelos de me casar no religioso, sendo a única das cinco irmãs que rompeu essa tradição familiar. Marcamos a data para 27 de janeiro de 1990, dia em que meus pais se casaram, na esperança de que minha irmã pudesse participar. Infelizmente, ela partiu alguns dias antes e o casamento, tradicionalmente recheado de sorrisos e alegria, foi banhado de lágrimas tristes. Logo em seguida, partimos para Brasília, onde começaria outro decisivo momento da minha vida.

— A CHEGADA EM BRASÍLIA —

*Luz das estrelas  
Laço do infinito  
Gosto tanto dela assim  
(...) Vai além de seja o que for  
Vai além de onde eu vou  
Do que sou, minha dor  
(...) Traço do arquiteto  
Gosto tanto dela assim*  
DJAVAN, LINHA DO EQUADOR

*Cidade-avião, vôo rasante, aeroplana no altiplano do chão  
Cidade planeta, um desaguar de viajantes*  
EDNARDO, SERENATA PARA BRASÍLIA

A primeira temporada brasiliense foi curta -- de janeiro de 1990 a agosto de 1993 --, mas intensa e difícil. Fui transferida da LBA/MS para a LBA/DF, com a metade do salário que recebia em Campo

82 “A morte chega cedo/Pois breve é toda vida/O instante é o arremedo/De uma coisa perdida (...)”. A Morte Chega Cedo, Cancioneiro. Obra Poética. Volume Único, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003, p. 101.

Grande-MS<sup>83</sup>, e lotada num Centro Social na periferia, o Paranoá, que ficava a 50 km de minha casa. O Paranoá era umas das tantas “ocupações de Brasília” conhecidas como “cidades-satélite”, mas que constituem regiões administrativas, com administradores indicados pelo Governador e sem autonomia política ou financeira<sup>84</sup>. Na maioria destas periferias “a visão já não é tão bela, Brasília periferia Santa Maria é o nome dela, estupros assaltos fatos corriqueiros, desempregados se embriagam o dia inteiro (...)”, como denuncia o *hap* “Brasília Periferia”, de Gog. Morávamos num pequeno apartamento em uma “cidade-satélite”, o “Cruzeiro Novo”, e vivíamos do meu salário e da bolsa de mestrado do meu marido.

Fui aprovada na seleção do Mestrado em Política Social da UnB na sua primeira turma e iniciei o curso em março de 1990. Não consegui liberação da LBA e me dividia entre os estudos e o trabalho no Paranoá. Tive a sorte de ter um chefe (pedagogo) que valorizava meu curso e me liberava extraoficialmente nos dias de disciplinas. Para chegar ao trabalho, ia de carro até a rodoviária do Plano Piloto, e lá pegava um ônibus para o Paranoá. O trajeto todo me ocupava 1h30, de modo que precisava sair muito cedo para estar no trabalho as 8h00 e voltava somente à noite. O trabalho de quase 10 horas por dia compensava as liberações para as aulas. Nesse trabalho fiquei até março de 1993, quando pedi demissão da LBA. Apesar de ter como Diretora da LBA/DF a neta de Juscelino Kubitschek, esposa de Paulo Octávio, o maior latifundiário de Brasília, conseguimos realizar ali um trabalho junto às organizações comunitárias do Paranoá e definimos coletivamente quais projetos seriam realizados com o recurso público da assistência social.

No primeiro ano do Mestrado consegui concluir as seis disciplinas obrigatórias e optativas, ministradas pelos professores Vicente Faleiros, Potyara Amazoneida Pereira Pereira e Pedro

83 No MS, além do salário base de assistente social, eu já ocupava um cargo de gerente desde 1987, o que me garantia um salário bem acima da média da profissão. Após a conclusão da bolsa de mestrado do meu marido, ele foi contratado como assessor do Sindicato dos Bancários, o que melhorou um pouco as finanças.

84 A maioria das “cidades satélites” se formou inicialmente como ocupações em torno de Brasília pela classe trabalhadora de baixa renda, que não tinha condição econômica para morar no plano piloto. Ao longo dos anos, foram regularizadas como regiões administrativas. Hoje, o Distrito Federal conta com 31 Regiões Administrativas, sendo algumas de classe média alta, outras de classe média baixa e a maioria de baixa renda.

Demo<sup>85</sup>. Apesar da realidade de estudante/trabalhadora, a partir do segundo ano consegui me inserir como voluntária, pela primeira vez, em um Projeto Integrado de Pesquisa sobre Assistência Social, coordenado pela professora Potyara Amazoneida Pereira Pereira no NEPPPOS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social, por ela coordenado), financiado pelo CNPq, que me despertou para estudos mais sistemáticos sobre assistência social sob a inspiração marxista. Dessa experiência, ficou o interesse pela temática, que me acompanha até hoje, e o imenso respeito e carinho pela mestra Potyara Pereira, a quem devo muito do que aprendi sobre assistência social e sobre o rigor da pesquisa científica. A professora Potyara foi fazer Pós-Doutorado na Inglaterra, e quem assumiu a orientação da minha dissertação de mestrado, sob o título “*Assistência Social Pública e Neoliberalismo: As Falácias do Governo Collor*”, foi o professor Vicente de Paula Faleiros. Nesse trabalho, tive meu primeiro contato com estudos sobre orçamento, que passaram a ser um tema recorrente em minhas pesquisas. A defesa, realizada em março de 1993, foi a primeira do Programa, e teve como banca as professoras Potyara Amazoneida Pereira Pereira e Maria Carmelita Yazbek (PUC/SP), além do orientador. Dessa pesquisa, elaborei e publiquei meu primeiro artigo científico na Revista Serviço Social & Sociedade nº 43 (1993), com o título “*Assistência Social Pública e Neoliberalismo: As Falácias do Governo Collor*”.

Paralelamente ao mestrado, outras importantes e decisivas atividades concentraram minha atenção<sup>86</sup>. A primeira foi assumir a representação discente no PPGPS e participar da comissão de revisão do Projeto de Mestrado, solicitado pela Capes<sup>87</sup>. Essa experiência me colocou diante das demandas e exigências institucionais necessárias ao funcionamento da Pós-Graduação, além das exigências acadêmicas. Outra atividade foi a participação, como

85 Naquele período, as exigências da Capes para os programas de Pós-Graduação não eram tão rigorosas e burocratizadas. E o Mestrado em Política Social só contava com esses três docentes.

86 A vida corrida não me permitia muito viajar, passear, aproveitar os rios e cachoeiras que circundam Brasília. Foram 3 anos de muito trabalho e estudo. Uma ou duas vezes ao ano íamos visitar a família em Dourados e Campo Grande. Muitas vezes eles também foram nos visitar em Brasília.

87 Na ocasião, embora o Mestrado já estivesse em andamento, a Capes não o aprovou, sob a argumentação que a política social não era área do Serviço Social, e sim da Ciência Política, e exigiu que o Programa inserisse uma linha de pesquisa e disciplinas “específicas” da área. Até hoje essa polêmica está presente no Serviço Social, haja vista o debate ocorrido na Oficina Nacional da Abepss, em novembro de 2017 na UFF, sobre os fundamentos do Serviço Social.

representante da LBA, no Grupo de Trabalho coordenado pelo CFESS e ABEPSS, destinado a elaborar um projeto de Lei Orgânica da Assistência Social, em substituição ao primeiro projeto que foi vetado pelo então Presidente Collor, em 1990<sup>88</sup>. Essa experiência foi significativa para me aproximar das lutas e posições das entidades nacionais como CFESS e ABEPSS, e de importantes pesquisadoras do Serviço Social, que integravam o mesmo GT: Aldaíza Sposati, Maria Carmelita Yazbek, Raquel Raichelis (todas da PUC/SP), além da própria professora Potyara Pereira, ademais de me possibilitar mergulhar no processo de regulamentação da seguridade social nos meandros do Congresso Nacional. Foi representando esse GT que viajei a alguns estados do Brasil para realizar minhas primeiras conferências sobre o Projeto de Lei de Assistência Social defendido pelo Conjunto CFESS/CRESS. Dessa inserção, surgiram dois convites do CFESS, então presidido pela professora Marlise Vinagre (UFRJ): o primeiro, para compor, como assistente social de base, a Comissão que elaborou a primeira versão da Política Nacional de Fiscalização; e o segundo, para integrar a Diretoria que disputaria as eleições em 1993. O segundo convite não pude aceitar, pois já estava, desde o início do mestrado, com planos de realizar o doutorado na França<sup>89</sup>. A terceira atividade a qual me dediquei, ainda em 1992, foi me preparar para o primeiro concurso para assessora técnica da Câmara Legislativa do DF<sup>90</sup>. Fui aprovada em primeiro lugar nas quatro provas, mas fiquei em quarto lugar na classificação geral, pois ainda não tinha o mestrado. Como eram 10 vagas, logo fui chamada, pedi demissão da LBA, e tomei posse em março de 1993.

A quarta e mais importante atividade que consumiu muitos dos meus dias durante todo esse período brasiliense foi a preparação para realizar Doutorado na França. Esse projeto foi

88 Analisei o processo de constituição da seguridade social e os entraves à regulamentação das três políticas que a integram na Tese de Doutorado, onde essa história está relatada.

89 Já havia estudado francês em Campo Grande para a seleção do Mestrado e continuei a estudar durante todo o período do curso. A partir do início de 1993, após ter o resultado positivo da bolsa solicitada na Capes, tínhamos aula com um professor francês de segunda a sábado, das 6 às 8 horas da manhã, único horário possível antes de ir ao trabalho.

90 A Câmara Legislativa foi criada pela Constituição Federal de 1988. Teve a primeira eleição para deputados distritais em 1990 e a primeira sessão legislativa em 1991, somente com funcionários comissionados. O primeiro concurso para técnicos e assessores ocorreu em 1992, do qual eu participei já sabendo que a LBA seria extinta.



cuidadosamente lapidado por mim e meu companheiro. Nos atraía a França, pelos ideais revolucionários, a Comuna de Paris, a Belle Époque, o Maio de 1968, e o pensamento crítico. Ele desejava fazer o Doutorado em Ergonomia, e eu busquei contatos na Sociologia francesa. Dos cinco professores a quem escrevi me apresentando e enviando uma proposta de pesquisa, recebi resposta com aceite de três, e entre estes, optei pelo professor Robert Castel, de quem eu já tinha lido vários textos. Meu companheiro também foi aceito para o curso que pleiteava. Com as cartas de aceite nas mãos, entramos com pedido de “bolsa de balcão” para Doutorado no exterior na Capes e CNPq, ainda em 1992. Após um longo processo que, naquele tempo, englobava análise do projeto, análise da instituição e do orientador, análise do currículo, prova escrita, entrevista e exame de proficiência, tivemos os dois pedidos aprovados. A alegria não cabia em nós. Para quem vinha do campo, de um curso noturno privado, e de um Mestrado atravessado pelo trabalho, a conquista do Doutorado com bolsa, e a possibilidade de passar 4 anos exclusivamente estudando, soava como algo ainda inacreditável. Pedi licença sem vencimento da Câmara Legislativa do DF e meu companheiro pediu demissão do seu trabalho como assessor político do Sindicato dos Bancários do DF. Partimos os dois, com duas bolsas de estudo, em agosto de 1993, para o que seria a minha primeira viagem internacional e o início de um projeto que possibilitaria realizar meu desejo de seguir a carreira acadêmica.

— A PRIMEIRA TEMPORADA PARISIENSE —

*Enivrez-vous sans cesse!  
De vin, de poésie,  
Ou de vertu à votre guise*  
CHARLES BAUDELAIRE

Ao chegar em Paris, ficamos uma semana na “Casa do Brasil” na Cité Internationale Universitaire de Paris, até alugar um pequeno estúdio de 33m<sup>2</sup> no 13<sup>ème</sup> arrondissement, perto da Place d’Italie. Um lugar não muito caro e que nos facilitaria o transporte de ônibus e metrô até as nossas duas universidades. Nossas primeiras caminhadas por Paris foram na Colina de Montmartre, palco dos mais violentos ataques aos trabalhadores na Comuna, e nos arredores da Sorbonne, onde foram levantadas as barricadas no maio de 1968. Logo procurei e fui recebida gentilmente por meu orientador, Robert Castel, que me orientou sobre as *démarches* para inscrição na École des Hautes Études en Sciences Sociales, e me explicou que, no primeiro ano, eu teria que cumprir algumas disciplinas, fazer uma pesquisa *sur terrain* e elaborar um *mémoire* a ser defendido em junho de 1994 diante de uma banca. A aprovação era condição para receber o diploma de DEA (Diploma de Estudos Aprofundados) e iniciar a elaboração da Tese. Só ali entendi que o ingresso no Doutorado ainda não estava assegurado. Essa constatação me deixou apavorada, pois apesar de ter estudado francês no Brasil, ainda não dominava o suficiente para escrever e apresentar uma defesa. Imediatamente procuramos um professor particular de francês, argelino exilado na França, com quem aprendi não só francês, mas compreendi melhor as relações imperialistas da França com a Argélia e a revolução argelina pela Independência. As aulas intensivas, entre agosto e novembro, me permitiram compreender bem os conteúdos das disciplinas iniciadas em novembro.

Matriculei-me no Seminário<sup>91</sup> do meu orientador, que então discutia com os estudantes o livro que estava escrevendo, publi-

91 Os Seminário na EHESS eram diferentes dos cursos regulares de mestrado ou doutorado. Não há programas definidos, e os professores apresentam e discutem suas pesquisas e livros. Quase todos tinham 2 horas semanais.

cado em 1995 na França “*Les Métamorphoses de la Question Sociale. Une Chronique du Salarial*” -- traduzido em 1998 para o Brasil<sup>92</sup>. Também me matriculei na disciplina de Alain Touraine, sobre “novos movimentos sociais”, na de Danilo Martuccelli sobre abordagens metodológicas, e em outras duas sobre realização de entrevistas e Sociologia do voluntariado. Nessas disciplinas, constatei, decepcionada, que a maioria da Sociologia francesa havia virado as costas para o pensamento marxiano. Além das disciplinas, apresentei como proposta de pesquisa para o DEA, a análise do Programa de Renda Mínima Francês (RMI), que havia sido criado em 1988. Para realizar a pesquisa, o orientador solicitou que fizesse entrevista com trabalhadores sociais que atuavam no *terrain*, atendendo os demandantes, emitindo pareceres e elaborando um “contrato de inserção”, exigido pela lei do RMI. Os trabalhadores sociais eram críticos a essa condicionalidade e a pesquisa com eles, em um “Banlieu quente” na periferia de Paris, além da análise documental, me possibilitou elaborar um *mémoire* crítico ao RMI, intitulado “*Le Revenu Minimum d’Insertion: Entre le Travail et l’Assistance*”. Esse trabalho foi o marco de minhas pesquisas e reflexões sobre as multideterminações entre o trabalho e a assistência social no capitalismo, que se tornaram um importante eixo estruturante das minhas pesquisas até hoje. O *mémoire* foi apresentado no final de junho de 1994, diante da banca composta pelo orientador e a professora Dominique Schnapper, cientista política e filha de Raymond Aron. O trabalho foi aprovado, e surpreendentemente, a professora me devolveu sua versão com uma correção de francês e um polido elogio sobre meu francês. Esse trabalho rendeu duas publicações, sendo um artigo na Revista Serviço Social & Sociedade n. 52, em 1996, intitulado “Entre o Trabalho e a Assistência: as Hesitações e os Paradoxos do Programa de Renda Mínima na França”, e um capítulo com o título “Saídas para a Crise: o Programa de Renda Mínima Francês”, no livro organizado pela professora Aldaíza Sposati, com o título “Renda Mínima e Crise Mundial: Saída ou Agravamento?”, publicado pela Cortez Editora em 1997.

92 O título em francês se refere ao processo de assalariamento e não ao salário especificamente, como na tradução brasileira “As Metamorfoses da Questão Social. Uma Crônica do Salário”.

O primeiro ano tinha sido de intenso trabalho e pouco aproveitei a cidade, ainda que andar de ônibus por Paris já fosse um passeio. Mas os trajetos eram praticamente os mesmos, entre a casa, a universidade e a biblioteca do Boulevard Raspail. As férias de julho/agosto de 1994 tiveram um delicioso sabor de “missão cumprida” e passei 2 meses andando sem rumo pelas ruas parisienses, visitando museus, fazendo piquenique nos parques, indo às piscinas públicas, entre elas a famosa Piscina Josephine Baker, que flutua no Rio Sena, indo às feiras de rua, especialmente a da Rue Moufflard aos domingos, que tinha verdadeiros concertos ao ar livre. Também ia muito aos cinemas, o que se tornou uma paixão, e fizemos pequenas viagens próximas, com destinos permitidos pelas bolsas. Uma vez a cada 15 dias íamos ao Consulado brasileiro pegar um *clipping* de notícias brasileiras, única forma de acesso à informação naqueles tempos. Para a família, ligávamos pouco, com cartões pré-pagos nas cabines de telefones públicos. Mas me deliciava com as cartas recebidas de minha mãe, que havia apenas aprendido a escrever, e o fazia como falava. Cada carta me lembrava de seu imenso esforço para que suas filhas estudassem.

No segundo ano do Doutorado já não tinha obrigação de cursar disciplinas, mas ainda assim, frequentei os Seminários do orientador, e outros como o de Pierre Rosanvallon, quando conheci suas ideias liberais sobre a democracia francesa e sobre a “questão social”, que ele estava debatendo, e foram publicadas em 1995 no livro “*La nouvelle question sociale: repenser l’Etat-providence*”, publicado do Brasil pelo Instituto Teotônio Vilela, em 1998, e posteriormente reeditado pelo Instituto Liberal. Também acompanhei o Seminário de Michel Wiewiorka, que já naquele momento discutia os processos migratórios e a “France Raciste”, título de um de seus livros publicados em 1998. Também tive a oportunidade de assistir a um dos últimos Seminários de Pierre Bourdieu, ministrado no College de France. Ao lado desses Seminários, passava o dia na biblioteca organizando a proposta de Tese, que avançou para o debate sobre a tensão na relação entre

trabalho, seguro e assistência social no processo de construção da seguridade social no Brasil. Uma vez por mês me reunia com o orientador, sempre em sua sala no quarto andar da EHESS, que ficava no icônico endereço “54, Boulevard Raspail”, na Maison des Sciences de l’Homme, concebida nos anos 1960 sob a presidência do historiador Fernand Braudel.

No início de 1995 recebi uma carta do professor Vicente Faleiros, nessa época Chefe do Departamento de Serviço Social da UnB, me informando que no segundo semestre haveria concurso para docente assistente e me estimulando a fazê-lo. Pensei muito. Afinal, estava no segundo ano do Doutorado, mas era a possibilidade de realizar meu projeto profissional de me tornar professora universitária, para o qual vinha me preparando. Estudei para o concurso como pude, com a bibliografia que tinha disponível e livros recebidos pelos Correios, enviados por amigas brasileiras. Solicitei à Capes autorização para viajar e fiz o concurso no final de 1995. Nos poucos dias passados no Brasil aproveitei para visitar a família em Dourados e retornei à França ainda em 1995, para trabalhar na tese. No início de 1996, a UnB me convocou para assumir o concurso e conjuguei a viagem de 3 meses para realização da pesquisa de campo para a tese, já prevista no Plano do Doutorado, e a posse na UnB, que ocorreu em 27 de março de 1996. Imediatamente apresentei ao Colegiado a solicitação de afastamento para concluir o doutorado e me comprometi a voltar em agosto de 1997, o que foi aprovado. Retornei à França com todo o material empírico da tese, que consistia em mais de 30 entrevistas realizadas com sujeitos que participaram do processo de criação da seguridade social na Carta Magna, além de muitos documentos e livros. No último ano e meio a vida na França foi mais fácil, pois além da bolsa passei a receber o salário de professora assistente, o que nos possibilitou realizar algumas viagens e conhecer alguns países europeus. A elaboração da tese, contudo, consumia a maior parte dos meus dias em Paris, mas não me impediu de conhecer os museus da cidade, mergulhar no cinema europeu e tomar contato

com os clássicos da literatura francesa até então desconhecidos para mim, como Marguerite Duras, Émile Zola, Honoré de Balzac, Arthur Rimbaud, Charles Baudelaire, entre outros não tão conhecidos da literatura contemporânea.

Em agosto de 1997 a Tese estava quase concluída, faltando um capítulo e a introdução. Mas mesmo tendo bolsa até novembro desse ano, mantive o compromisso com a UnB e voltei para dar aulas a partir de agosto. Devolvi 3 meses de bolsa para a Capes e segui redigindo o capítulo que faltava. Depositei a Tese em novembro e a defesa foi marcada para janeiro de 1998. Escrevi a Tese diretamente em francês, e a submeti a uma revisão posterior, o que certamente contribuiu para o domínio do idioma. Recebeu o título “*La Sécurité Sociale au Brésil dans la Constitution de 1988: Entre l’Assurance et L’Assistance*”<sup>93</sup>, e a banca foi composta pelo orientador, Robert Castel, pelo economista Bruno Lautier (Sorbonne, Paris I), e pelos sociólogos François Dubet e o brasileiro Afrânio Garcia, ambos professores da EHESS. O júri concedeu a menção *très honorable avec félicitation*, a mais alta na escala de quatro menções positivas. Essencialmente, a tese defendia que a Constituição de 1988 havia criado uma seguridade social baseada no modelo francês em um país de capitalismo periférico e dependente, que não instituiu uma “sociedade salarial”, com desemprego e pobreza estruturais, o que impedia o acesso à previdência social para uma parcela imensa da classe trabalhadora sem registro formal de trabalho, e restringia o acesso ao direito à assistência social aos considerados incapacitados para o trabalho, fazendo da seguridade social um sistema entre o seguro e a assistência<sup>94</sup>.

A possibilidade de realizar o Doutorado na França inegavelmente me possibilitou o acesso a leituras, debates e conhecimento do mundo até então interditados para mim, devido à minha origem de classe, aos limites da vida camponesa, às condições materiais de minha família e ao meu próprio processo de formação na Graduação, restringido pelas condições do curso/instituição. Dessa experiência de 4 anos, trouxe na bagagem mais do que

93 Em tradução literal: A Seguridade Social no Brasil na Constituição de 1988: entre o seguro e a assistência.

94 Somente em 2006 consegui traduzir a tese para o português, e publicá-la no Brasil, o que abordarei mais adiante.

uma Tese, um diploma e o domínio de um segundo idioma. Trouxe um conhecimento da vida, das relações sociais, das condições do mundo, das lutas revolucionárias, das capitulações e imperialismo, das tradições e culturas, da arte, da literatura, da fotografia e do cinema que não se aprende em livros. Trago em mim a singeleza da poetisa goiana do Rio Vermelho, Cora Coralina, quando diz que “O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria, se aprende é com a vida”.

— O “MUNDO ACADÊMICO” NA UNB —

*Moramos na cidade, também o presidente  
E todos vão fingindo viver decentemente  
Só que não pretendo ser tão decadente não  
(...)*

*Andar a pé na chuva, às vezes eu me amarro  
Não tenho gasolina, também não tenho carro  
(...)*

*Porque moro em Brasília, moro em Brasília...*  
ABORTO ELÉTRICO, TÉDIO

Desembarcamos em Brasília no auge da seca, quando a cidade fica marrom. Diferente das muitas pessoas que “estranham” Brasília, eu sempre gostei dessa cidade, de sua lógica numérica, de suas muitas árvores e flores, dos espaços abertos que permitem circular livremente entre os prédios, do horizonte infinito. Mas, em sua contradição urbana, encerra-se uma desigualdade estrutural entre o Plano Piloto e as “cidades-satélites” -- estas superpopulosas e muitas delas sem a infraestrutura adequada e necessária, e intensamente violentas. Duas emoções me acompanhavam. A de voltar como docente em uma das melhores universidades do país, o que também fez a alegria da minha mãe, que viu sua filha realizar um projeto que ela também teve um dia e não lhe foi permitido; e a

de ir morar na “mítica” Colina<sup>95</sup>, onde havia ocorrido o ontológico show do Aborto Elétrico<sup>96</sup>, primeira banda de Renato Russo, que originou a Legião Urbana.

Ao iniciar as atividades acadêmicas na UnB, em agosto de 1997, já tinha sido eleita como vice-chefe, responsável pela organização do estágio<sup>97</sup>, assumi duas disciplinas na graduação e orientação de dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Dividi essas tarefas com a finalização da tese e com a apreensão do “mundo acadêmico”, e do processo em curso de elaboração das Diretrizes Curriculares da Abess, até então desconhecidos para mim. Minha primeira participação como docente em um evento da então Abess foi justamente a Oficina Nacional ocorrida em Recife, que rediscutiu as Diretrizes Curriculares no final de 1997. As únicas pessoas desse “mundo acadêmico” que eu conhecia pessoalmente eram as docentes da UnB e da PUC/SP, com quem tinha partilhado o GT de elaboração da Lei Orgânica de Assistência, em 1991/1992. Nessa Oficina, acabei assumindo a Vice-presidência da Região Centro-Oeste na Abess, em uma gestão “tampão” de um ano que ficou com a responsabilidade de revisar o Regimento, articular mais organicamente a Graduação e Pós-Graduação e transformar a Abess (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) em Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

Em janeiro de 1998 voltei à França para a defesa da Tese, e já em março comecei a dar aula também no Mestrado e orientar uma Dissertação, além de me dedicar mais intensamente à militância na Abess e à organização da assembleia que seria realizada em dezembro na UnB. Também nesse ano apresentei pela primeira vez um projeto para solicitação de bolsa de pesquisa ao CNPq, que não foi aprovado com a justificativa de reduzida produção acadêmica. Nascia ali o embrião do que foi minha trajetória acadêmica, que

95 Ao chegar em Brasília, fomos morar em um quarto num apartamento de trânsito da Colina, bairro de prédios funcionais que fica no campus da UnB. Ficamos nesse quarto durante um mês e depois nos mudamos para o apartamento de uma docente que estava saindo para fazer Pós-Doutorado. Nesse ínterim, entramos na lista dos apartamentos funcionais e o recebemos 10 meses depois, onde morei até 2003.

96 O show pode ser ouvido em gravação original <https://www.youtube.com/watch?v=eeVXpIRjMOU> Acesso em 05 de janeiro de 2018.

97 Na estrutura da UnB não existe o cargo/função de Coordenação de Estágio. Até 2010, essa tarefa era assumida pela Vice-Chefe do Departamento. A partir daí, a função passou a ser assumida por outros docentes, mas sem nenhum tipo de cargo comissionado.



sempre buscou articular a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com a militância política e acadêmica.

As atividades de ensino foram interrompidas por uma das mais longas greves vividas nas universidades públicas. Em abril de 1998 iniciamos uma greve nacional conjunta de docentes e servidores técnico-administrativos, em defesa da universidade pública e contra as “reformas” propostas pelo governo neoliberal de FHC, que durou 103 dias (até o final de junho), e quando alguns docentes fizeram greve de fome por 12 dias. Participei do comando local de greve, e só não fui para o comando nacional e para a direção do nosso sindicato -- a ADUnB -- porque estava envolvida com a Abess, onde permaneci até final de 2000. Em 1999 também realizei um Curso de 120 horas para Formadores em Gerência Social, organizado e totalmente custeado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington, onde permaneci por 40 dias. Nos 20 anos de efetivo exercício no “mundo acadêmico” na UnB, como também nos 3 anos na UFRJ, minha trajetória acadêmica buscou articular o ensino com a pesquisa e extensão, e as orientações de Graduação e Pós-Graduação com a produção teórica, destacadas sucintamente a seguir.

### **Articulação entre Serviço Social e Política Social no Ensino da Graduação e Pós-Graduação**

*Feliz aquele que transfere o que sabe*

*E aprende o que ensina*

CORA CORALINA

As primeiras disciplinas ministradas na Graduação em Serviço Social na UnB, antes da Revisão Curricular ocorrida em 2000, foram Teoria do Serviço Social I e Metodologia do Serviço Social I, cujas ementas abordavam a influência do marxismo na Reconceituação do Serviço Social, além de orientação de Estágio Supervisionado I e II. Após a Revisão Curricular, passei a ministrar mais regularmente as disciplinas Questão Social e Serviço Social, Política Social,

Processo de Trabalho II, Seguridade Social 2 - Assistência Social. Nestas, tinha como direção teórico-metodológica mostrar a relação histórica entre Serviço Social e as Políticas Sociais, e ambas situadas na História como processos determinados pela sociabilidade capitalista. Esta perspectiva não confunde Serviço Social e Política Social<sup>98</sup>, ao contrário, reconhece suas particularidades e imbricações, determinadas pelas relações capitalistas de produção e distribuição, como processos contraditórios e inseridos na totalidade. Essa perspectiva também direcionou as orientações dos 42 TCC na Graduação, em temáticas sempre ligadas ao Serviço Social e à política social, bem como as orientações dos 64 bolsistas de Iniciação Científica (IC) registrados no Pibic/UnB, a maioria deles com bolsas de pesquisa.

A inserção na docência no âmbito do Mestrado ocorreu logo após a defesa da Tese, em 1998, e no Doutorado teve início em 2002, quando este foi criado no PPGPS/UnB. Desde então, ministrei cinco diferentes disciplinas obrigatórias: Teorias da Política Social e da Cidadania, Análise de Política Social, Questão Social, Instituições e Serviços Sociais, Seminário Avançado em Política Social e Seminário de Tese (estas duas últimas destinadas exclusivamente ao doutorado). Entre as eletivas, já ministrei Política de Assistência Social e Seguridade Social. A ênfase do PPGPS/UnB é o estudo das políticas sociais, e as disciplinas são ministradas com o objetivo de discutir e compreender a política social como fenômeno contraditório na sociabilidade capitalista, orientada e pautada por diferentes e divergentes abordagens teórico-conceituais, que atribuem relações conflituosas entre o Estado e as classes sociais na luta pelos direitos, cidadania e emancipação política. A política social é apreendida e debatida sob a perspectiva teórica marxista, inserida na relação capital-trabalho, com estímulo a reflexões coletivas sobre as categorias teóricas presentes no debate dos fundamentos da política social e das experiências históricas concretas

98 Há algumas interpretações errôneas que confundem o Serviço Social com a política social, sobretudo com a Política de Assistência Social. Em todos os meus escritos procuro precisar sua relação e particularidades. Em 2016 escrevi em conjunto com Elaine Behring o texto Serviço Social e Política Social: 80 Anos de uma Relação Visceral, publicado em livro organizado pela Cortez para celebrar os 80 anos do Serviço Social brasileiro. E em 2005, escrevi em conjunto com Joaquina Barata Teixeira um CFESS Manifesta explicitamente sobre a distinção entre Serviço Social e assistência social, intitulado: “Serviço Social é Profissão. Assistência Social é Política Pública”. Disponível em <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/editor/./arquivos/CFESSMANIFESTA2005-2008.pdf>

de surgimento e desenvolvimento, tanto no capitalismo central, quanto no capitalismo dependente e periférico. Nesse percurso, concluí a primeira orientação de Dissertação de Mestrado, em 2000, e desde então orientei 25 Dissertações de Mestrado e 13 Teses de Doutorado na UnB, em temáticas sempre vinculadas ao interesse de mostrar o sentido das políticas sociais no capitalismo. Das 13 Teses de Doutorado orientadas, três receberam o Prêmio Capes de Melhor Tese da Área de Serviço Social e foram publicadas em livro pela Editora Cortez. Também supervisionei na Unb quatro Pós-Doutorados de docentes do Serviço Social brasileiro.

### **O Sentido da Pesquisa e da Produção Acadêmicas**

*Os filósofos têm apenas interpretado o mundo  
de maneiras diferentes;  
a questão, porém, é transformá-lo.*

KARL MARX, TESES SOBRE FEUERBACH

O interesse pela pesquisa, despertado embrionariamente no Curso de Especialização em 1989, não se deu apenas pelo desejo de buscar o conhecimento abstrato, superficial e parcial da realidade. As pesquisas realizadas se referenciam no compromisso social com a destruição da pseudoconcreticidade do real, nos termos de Karel Kosik<sup>99</sup>, e na busca de aproximação à essência dos fenômenos sociais, de suas multideterminações e multicausalidades, nos termos do método marxiano<sup>100</sup>. Não se trata, portanto, de apenas interpretar o mundo, mas de produzir e socializar o conhecimento para conhecer o mundo para além de sua aparência mistificadora. Trata-se de contribuir com o fortalecimento das lutas sociais da classe trabalhadora na construção de uma sociedade emancipada das relações mercantis.

Tendo esse referencial teórico-metodológico como bússola permanente, uma persistente inquietação sobre a relação entre assistência social e trabalho na estruturação do Estado Social capitalista esteve presente ao longo da minha trajetória acadê-

99 Cf. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

100 Cf. Karl Marx, “Introdução à crítica da economia política”. In: *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Paul Sweezy. “O Método de Marx”. In: *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. José Paulo Netto, *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

mica e de pesquisa. A Tese de Doutorado defendida na França em 1998 e publicada em livro no Brasil em 2006<sup>101</sup> com o título “*Seguridade Social e Trabalho: Paradoxos na Construção das Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil*” foi o marco inicial de minhas reflexões sobre essa problemática, a partir do ângulo de análise da seguridade social brasileira. Nessa primeira incursão, defendi que a seguridade social, estruturada com base em princípios que seguem a lógica securitária-assistencial, em uma sociedade mercantil, marcada pela desigualdade social estrutural e elevado desemprego, possui limites estruturais que impedem sua universalização.

Nos anos que se seguiram à conclusão do Doutorado, as pesquisas desenvolvidas buscaram aprofundar as determinações econômicas e políticas dessa problemática, bem como apontar suas implicações para as políticas sociais, em especial as de seguridade social (saúde, previdência, assistência social e trabalho)<sup>102</sup>. Na UnB, as pesquisas foram realizadas e nucleadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho (GESST), criado por mim com duas alunas de graduação em 2000, e que ganhou vida intensa até 2018. Estive à frente de sua coordenação, mas o grupo cresceu enormemente, e no meu último ano na UnB contava com cinco docentes, sendo que três deles foram meus orientandos de Mestrado e Doutorado e se tornaram docentes no PPGPS/UnB, além de inúmeros discentes de Graduação e Pós-Graduação, sendo o maior Grupo de Pesquisa do Departamento de Serviço Social da UnB. Além de reuniões de estudo quinzenais, o grupo realizou cursos de extensão, pesquisas coletivas como dois Procad com outras universidades, publicações, e manteve atualizado seu cadastro na Plataforma do CNPq e sua página específica (<http://gesst.unb.br/>). Com a redistribuição para a UFRJ, a coordenação foi assumida por outro docente, mas continuei vinculada como pesquisadora colaboradora até 2020, quando o GESST foi encerrado.

101 Em 2006 consegui uma licença capacitação de 3 meses que me possibilitou fazer a tradução da Tese e publicá-la pela Editora Letras Livres e Editora da UnB.

102 Em 1999 o CNPq aprovou o financiamento para a pesquisa proposta com Bolsa Produtividade 2C, iniciada em 2000. Desde então, todas as pesquisas realizadas e aqui registradas foram aprovadas no âmbito do CNPq e contaram com Bolsa de Produtividade em Pesquisa e bolsas de IC e AT. Hoje sou bolsista PQ 1A.

Em relação às pesquisas realizadas, entre 2000-2003, a pesquisa intitulada “A Recomposição do campo assistencial: natureza do direito, descentralização e colaboração vigiada”, delimitou a análise na estruturação da Política de Assistência Social no Brasil entre 1988-2002, e objetivou descobrir os elementos facilitadores e dificultadores no processo de sua consolidação como política pública e direito social previstos constitucionalmente. Os resultados foram publicados em dois livros, sendo a primeira edição em 2001, com o título “Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo” com os dados até 2000; e a segunda edição, revista e ampliada foi publicada em 2003, com os resultados completos da pesquisa. As análises resultantes dessa pesquisa foram socializadas em cursos de extensão, palestras e Conferências de Assistência Social, e contribuíram para denunciar o desrespeito à Constituição Federal e à Lei Orgânica de Assistência Social pelo Governo FHC, e puderam contribuir como instrumento de luta dos assistentes sociais e dos Conselhos Nacional e locais de Assistência Social em defesa da assistência como direito social e política de seguridade social.

Na sequência, entre 2003-2006, a pesquisa “A Seguridade Social dilapidada: elementos determinantes de sua fragmentação no Brasil” partiu da hipótese de que a execução desarticulada, autônoma e sob regras específicas das Políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, solapou a possibilidade de consolidação da seguridade social pública no Brasil. As publicações decorrentes revelam os elementos que tiveram papel determinante na não implementação da seguridade social instituída pela Constituição de 1988 quanto aos direitos, à gestão descentralizada e participativa e ao financiamento público previstos. Parte desse trabalho está divulgado no livro *Política Social: Fundamentos e História*, elaborado em co-autoria com Elaine Behring, publicado em primeira edição em 2006 na Biblioteca Básica de Serviço Social editada pela Cortez, e que está atualmente na 9ª edição, e com várias reimpressões. Também resultou em diversos artigos científicos que

fundamentaram minha participação em vários debates e palestras organizadas pela categoria e por sindicatos, no contexto da “reforma” da Previdência realizada em 2003 pelo Governo Lula.

As descobertas dessa pesquisa me instigaram a prosseguir na investigação sobre a seguridade social brasileira sob um novo ângulo, qual seja, a concepção de seguridade social pública e universal assumida pela categoria de assistentes sociais e as lutas políticas do Conjunto CFESS/CRESS em sua defesa. O projeto, intitulado *Que Direitos para Qual Cidadania? Seguridade Social e Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro* foi realizado entre 2006 e 2009. Seus resultados mostraram que a fundamentação teórico-metodológica adotada pelo Serviço Social, ancorada nos princípios e diretrizes de um projeto profissional que se articula a um projeto societário não capitalista, forja uma direção teórica-política para as ações das entidades (Conjunto CFESS/CRESS e Abepss) que concebe e defende uma proposta de seguridade social muito mais ampla que aquela estabelecida na Constituição de 1988 e a situa como espaço fundamental de socialização da política na perspectiva de fortalecimento das lutas da classe trabalhadora<sup>103</sup>. Entre as publicações resultantes dessa pesquisa, destaco o artigo “Seguridade Social e Projeto Ético-Político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?”, na Revista Serviço Social & Sociedade nº 79 (2004).

Em 2005 elaboramos e apresentamos coletivamente ao Edital Procad/Capes o projeto “Características e Tendências Contemporâneas da Política Social no Brasil e na América Latina: concepção, gestão, controle democrático e financiamento”, em um coletivo de pesquisa que envolvia a UnB, a UERJ, a UFRN e a UFSC. O projeto foi aprovado e articulava os projetos específicos de diversos docentes. O meu projeto específico, financiado pelo CNPq, intitulava-se “A Seguridade Social na América Latina e Caribe: Tendências Contemporâneas”. As pesquisas anteriores permitiram identificar que as determinações estruturais e as particularidades do capitalismo brasileiro impuseram fortes limites à universalização da seguridade social no Brasil, apesar das lutas

103 Os resultados foram publicados em diversos artigos e subsidiaram fortemente minha inserção na direção do CFESS, no período 2005-2008 (vice-presidente) e 2008-2011 (presidente).

sociais em sua defesa. Tais determinações, que envolvem a relação capital-trabalho e estruturam a seguridade social a partir da lógica securitária-assistencial, foram agudizadas pelas políticas governamentais neoliberais implementadas em toda a Europa e também na América Latina e Caribe. Os países analisados nessa pesquisa foram Brasil, Chile, Peru, Colômbia, Argentina, Uruguai, Bolívia, México, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica. Os resultados revelaram que a seguridade social, nos países da América Latina e Caribe pesquisados, passou por profundas transformações na direção de restrição de políticas universais, a exemplo da Saúde, de fortalecimento da lógica securitária, a exemplo dos seguros previdenciários e ampliação da lógica da assistência, a exemplo da forte expansão dos programas de transferência de renda. A crise que assolou a economia capitalista de norte a sul do globo a partir de 2008 agudizou estas tendências, presentes também nos países capitalistas da Europa, visto que não se trata de uma crise tópica ou pontual, e sim de uma crise estrutural do capital, nos termos de Mézàros<sup>104</sup>. Entre os resultados produzidos, destaco os livros “*Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*” publicado em 2008 e “*Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos*” publicado em 2010, ambos organizados por mim e pelas coordenadoras das equipes de cada IES, e que contém capítulos autorais com reflexões resultantes da pesquisa.

Esta trajetória de pesquisa e descobertas científicas me provocou a elaborar como proposta de Pós-Doutorado o projeto “*Crise do Capitalismo e Transformações da Seguridade Social na América Latina e Europa*”. O pós-doutoramento foi realizado entre setembro de 2011 e agosto de 2012 na Equipe de Recherches sur les Inégalités Sociales, vinculada à École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris (ERIS/CMH/EHESS), coordenada pelo professor Serge Paugam<sup>105</sup>. Esse foi mais um momento de profundas mudanças na minha vida, realizado após um longo período de militância no Conjunto CFESS-CRESS, de modo que o destacarei em um relato específico mais adiante.

104 Cf. Istvan Mézàros, *Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

105 Não foi possível manter vínculo institucional com o professor Robert Castel, pois o mesmo estava aposentado.

Após retorno ao Brasil dei continuidade ao mesmo projeto, com Bolsa PQ 1B do CNPq. Da pesquisa resultaram várias publicações, entre as quais destaco o artigo “*A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus*”, publicado na Revista Serviço Social & Sociedade nº 112 (2012); o capítulo de livro intitulado “*América Latina, Política Social e Pobreza: ‘novo’ modelo de desenvolvimento?*”, publicado no livro “*Financeirização, Fundo Público e Política Social*” (2012), e o livro autoral “*Assistência Social e Trabalho no Capitalismo*”, publicado em 2016. Conforme indico na apresentação, “Este livro só poderia resultar deste trajeto e só poderia ser escrito e socializado neste momento do tempo presente. Momento que expressa o amadurecimento de minhas produções teóricas, adensadas com o que consegui incorporar até aqui da rica e complexa produção marxiana, que alçou minhas reflexões a um nível de criticidade que foi se intensificando *au fur et à mesure* das minhas processuais investidas no campo da tradição marxista. Por isso, trata-se de um livro que, embora singelo, se esforça para sistematizar e explicitar meus posicionamentos teóricos e políticos no campo da compreensão do Estado Social capitalista, pelo ângulo da relação entre assistência social e trabalho”.

O projeto iniciado em 2016 com recursos da Bolsa Produtividade PQ 1B do CNPq, intitulado “*A Condição Contemporânea do Estado Social no Brasil*”, teve vigência até 2020. O projeto se situa no mesmo campo analítico das políticas sociais e do papel do Estado no capitalismo contemporâneo. Se a pesquisa anterior focou o estudo da seguridade social em dois continentes (América Latina e Europa), desta pesquisa ampliou o escopo das políticas sociais para além da seguridade social, mas aprofundou a compreensão das tendências contemporâneas do Estado Social no Brasil. Assim, teve como objeto delinear a condição atual das principais políticas sociais que conformam o Estado Social no Brasil. O objetivo central é demonstrar quais as características e funções do Estado Social na reprodução ampliada do capital, a partir da identificação das principais tendências das políticas sociais em contexto de crise



do capital no capitalismo dependente periférico. A pesquisa partiu da hipótese central que algumas tendências atuais das políticas sociais já identificadas em pesquisas anteriores -- contrarreformas restritivas dos direitos, financiamento regressivo, expansão de programas de transferência de renda, persistência de relações de trabalho instáveis e precarizadas, e frágil espaço de exercício de controle social democrático -- estão provocando uma reconfiguração do papel do Estado Social no capitalismo.

Por um lado, os estudos se dedicam a desmontar a ilusão de que o Estado Social seria um vetor de garantia de igualdade social ou de superação da “questão social” no capitalismo. Se os anos 1940-1980 são reiteradamente lembrados como o período de maiores conquistas e ampliação de direitos sociais que estruturam o Estado Social capitalista, os anos subsequentes têm sido marcados por processos de desmantelamento dos direitos sociais. Se o Estado Social foi uma importante estratégia anticrise e teve um papel determinante na reprodução ampliada do capital, temos nos perguntado qual o significado e as implicações de sua derruição para a acumulação e para a reprodução da força de trabalho? Vimos defendendo que, em contexto de agudização da crise do capital, entendida como expressão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista<sup>106</sup> na sua busca implacável por superlucros, a destruição de direitos sociais constitui um avassalador processo contemporâneo de expropriação social<sup>107</sup>, que restringe a participação do Estado Social na socialização dos custos de reprodução da força de trabalho e contribui para a ampliação da acumulação. Entre as produções recentes que incorporam esse debate sinalizo o livro já citado “*Assistência Social e Trabalho no Capitalismo*” (2016); o livro organizado “*Expropriação e Direitos no Capitalismo*” (2018), que reúne autores/as de diversas áreas que se dedicam a essa temática e onde contribuo com o capítulo intitulado “*Expropriação de Direitos e Reprodução da Força de Trabalho*”; o capítulo do livro “*Crítica Marxista do Estado Social e dos Direitos no Capitalismo Contemporâneo*”, que integra a coleção *Marxismo, Política Social*

106 MARX, Karl, *Les Crises du Capitalisme*. Preface de Daniel Bensaid. [Text inédit]. Paris: Éditions Demopolis, [1862] 2009.

107 Foram determinantes na referência ao debate sobre expropriação e reprodução da força de trabalho o fulcral texto de Marx, *A Assim Chamada Acumulação Primitiva*. In: *O Capital*, Volume 1, Livro Primeiro, Tomo 2, Capítulo XXIV. Coleção *Os Economistas*. Ed. Victor Civita, [1867] 1984 e de Virgínia Fontes, *O Brasil e o Capital Imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

e Direitos (2018); o capítulo “O Draconiano Ajuste Fiscal no Brasil e a Expropriação de Direitos da Seguridade Social” no livro *Crise do Capital e Fundo Público: Implicações para o Trabalho, os Direitos e a Política Social* (2019); e o artigo “Limitações do Estado Social Capitalista Contemporâneo expropriações, acumulação, exploração e violência” publicado no JMPHC. *Journal of Management and Primary Health Care* (2020);

Também coordenei nacionalmente, entre 2013 e dezembro de 2017, o Projeto “Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social”, aprovado no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica -- Procad/Capes (Edital Procad/Capes 071/2013, com resultado divulgado em setembro de 2014 e início do projeto em 2015)<sup>108</sup>. O projeto envolve três instituições -- UnB, UERJ e UFRN --, três grupos de pesquisa, 20 docentes doutores, um docente mestre, cinco pós-doutorandos, 30 doutorandos; 21 mestrados e 44 discentes de Graduação, o que totaliza uma equipe de 121 componentes. O objetivo geral do Projeto Integrado é qualificar teoricamente a natureza da crise do capital e mostrar suas implicações sobre o trabalho -- visto aqui como categoria-chave e elemento fundante da sociabilidade, e das lutas de classe -- e sobre a condição da política social e dos direitos, seu lugar nos processos de reprodução social e nas pautas de luta e resistência, e muito especialmente seu lugar na dialética entre emancipação política e humana na realidade brasileira, marcada por uma via não clássica de formação social capitalista. O projeto encerrou em 2020, e além de eventos nacionais, artigos e comunicações científicas, produziu o livro “*Marxismo, Política Social e Direitos*” (2018), organizado por mim e pelas duas coordenadoras locais do Projeto (UERJ e UFRN) e o livro “*Crise do Capital e Fundo Público: Implicações para o Trabalho, os Direitos e a Política Social*” (2019), organizado pelos coordenadores do Projeto a partir de 2018, quando precisei deixar a coordenação devido à redistribuição para a UFRJ.

108 Coordenei nacionalmente o Projeto desde sua elaboração e apresentação à Capes em 2013, e durante sua execução entre 2014 e 2017. Com a redistribuição para a UFRJ, fui obrigada a me retirar da coordenação, por requisição do Edital. Importante registrar que esse Projeto recebeu parecer inicial desfavorável da Capes, devido à sua perspectiva teórico-metodológica marxista. Após amplo movimento nacional contra o que denunciemos como controle ideológico, que reuniu mais de 8.000 assinaturas em abaixo-assinado, e diversas manifestações de apoio de sociedades científicas, grupos de pesquisa e instituições universitárias, o Projeto foi aprovado após período recursal.

Ao longo dessa trajetória de pesquisas, busquei sistematicamente socializar as descobertas em livros autorais ou organizados coletivamente, em artigos, capítulos, palestras, conferências, ou mesmo submeter as informações ao crivo público em reuniões, para que pudessem servir como instrumento de luta em defesa dos direitos, mesmo reconhecendo seus limites na sociedade burguesa. Não cabe aqui descrever todas essas produções, devidamente detalhadas no Currículo Lattes, mas nesses anos de docência tenho buscado manter a correspondência entre pesquisa, ensino e socialização da produção, e creio ser importante registrar que somam 48 artigos em revistas científicas; quatro livros autorais individuais; um livro em co-autoria com Elaine Behring; nove livros organizados coletivamente; 24 capítulos de livros; 47 trabalhos (completos e resumos) publicados em anais de eventos; 35 comunicações apresentadas em congressos científicos e 265 palestras ou conferências nacionais e internacionais.

Mas a vida acadêmica não se restringe ao ensino, pesquisa, extensão e produção, e não raro somos chamadas a contribuir com a gestão universitária, de modo que esta também foi uma dimensão importante desse “mundo acadêmico” na UnB.

### **A Gestão Universitária**

*Tem que ser selado, registrado, carimbado*

*Avaliado, rotulado se quiser voar!*

*Se quiser voar*

*Pra Lua: a taxa é alta*

*Pro Sol: identidade*

*Mas já pro seu foguete viajar pelo universo*

*É preciso meu carimbo dando o sim*

RAUL SEIXAS, CARIMBADOR MALUCO

Nos últimos anos, o crescimento das instituições públicas de ensino, com expansão de cursos de Graduação e Pós-Graduação, demanda a intensificação dos processos de gestão. Cada vez mais

burocratizada e complexificada, a burocracia acadêmica exige de docentes que destinem boa parte de seu tempo a ler e elaborar relatórios, preencher dados em plataformas crescentemente mais sofisticadas, carimbar e assinar documentos, elaborar pareceres, autorizar bolsas, gastar verbas que cada vez mais são geridas diretamente pelos docentes, mas que podem ser imputados inadimplentes por qualquer erro em sua administração. Conforme nos lembra Gaulejac, “A cultura da performance submete todo mundo sob alta pressão: estresse, esgotamento profissional, *burnout*, suicídios no trabalho”<sup>109</sup>. Soma-se a isso a intensa competitividade a que são submetidos os docentes nas imposições de publicação, orientações, gestão.

Apesar de ser bastante crítica aos processos de poder instituídos na gestão acadêmica, não pude me furtar a assumir algumas funções, entre as quais destaco: Chefe de Departamento (4 semestres) e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em três gestões (12 semestres)<sup>110</sup>. Além destas funções, assumi diversas representações em Colegiados e Comissões; e fui representante docente do Instituto de Ciências Humanas no Consuni. Se, por um lado, essas atividades me possibilitaram conhecer a fundo a estrutura e o funcionamento da universidade, por outro, roubaram muito do meu tempo que poderia ser dedicado à pesquisa e produção acadêmicas. A sua assunção não decorreu de gosto pelo poder, mas da dificuldade, cada vez maior, de compor gestões coletivas e democráticas compromissadas com direções críticas na Universidade.

109 Cf. Vincent de Gaulejac, *La Société Malade de la Gestion. Ideologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social*. Paris: Éditions du Seuil, 2009. Tradução livre de um extrato da quarta capa do livro.

110 A terceira gestão teve início em julho de 2017 e finalizaria em julho de 2019, mas foi interrompida em fevereiro de 2018 devido ao processo de redistribuição.

— SÓ A LUTA MUDA A VIDA:  
A MILITÂNCIA NA ABEPSS E NO CFESS —

*Se muito vale o já feito,*

*Mais vale o que será*

MILTON NASCIMENTO, MÁRCIO BORGES, FERNANDO

BRANT, O QUE FOI FEITO DEVERÁ

Conforme já anunciei anteriormente, minha vinculação com as “entidades” do Serviço Social brasileiro teve início logo após a conclusão do curso de Serviço Social, seja integrando diretamente suas direções, seja participando como assistente social de base em comissões ou contribuindo em eventos. Essa relação foi construída e motivada pela minha convicção de que sem o seu fortalecimento, o Serviço Social brasileiro não teria construído coletivamente o Projeto Ético Político e Profissional<sup>111</sup>, cujas premissas estruturaram o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares elaboradas pela Abepss. Um projeto que é processo, histórico, coletivo, construído por muitas gerações e que requer lapidação constante para se manter e se enraizar na profissão. Como assistente social e docente, me sinto parte desse movimento, seja pela formação que recebi, seja pela direção que atribuo ao processo de ensino-aprendizagem e que estrutura meu exercício acadêmico, e me comprometem com sua construção cotidiana. Pela importância que essas entidades tiveram na minha trajetória, destaco aqui alguns projetos em que tive o privilégio de participar como integrante de suas direções.

111 Cf. José Paulo Netto, “A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea”. In: CFESS, ABEPSS, CEAD-UnB, Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, 1999, Módulo 4.

### As Lutas na Abepss

Todo conhecimento da  
intimidade das coisas  
É imediatamente um poema

GASTON BACHELAR

Hoje posso dizer que a militância na Abepss me tirou da militância no movimento sindical docente. Assim que entrei na universidade me filiei à ADUnB, e ao voltar do Doutorado (agosto de 1997) fui eleita para o Conselho de Representantes pelos docentes do meu Departamento. Contudo, logo na primeira assembleia da Abepss da qual participei como docente, fui eleita para a Vice-presidência regional (Centro Oeste) da então Abess, em dezembro de 1997, em uma gestão temporária de um ano, destinada a revisar o Estatuto, com o objetivo de transformar a histórica Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) de 1946, em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS). Não se tratava apenas de mudança de nomenclatura, mas de buscar maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão e entre Graduação e Pós-Graduação como forma de concretizar e expressar o avanço e maturidade da pesquisa e produção do Serviço Social brasileiro. Desde a década de 1980, os Programas de Pós-Graduação criados a partir de 1971 na PUC/SP, se articulavam ao Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), vinculado à Abess, mas sem uma articulação mais estreita com a formação<sup>112</sup>. A principal tarefa dessa gestão foi, portanto, refazer o Regimento criando uma nova estrutura para a Abepss, que passou a contar com uma Coordenação Nacional de Graduação e uma Coordenação Nacional de Pós-Graduação. Essa proposta foi apresentada na assembleia de dezembro de 1998, realizada em Brasília, que também elegeu a nova diretoria para a gestão 1999/2000. Ainda nessa gestão temporária, a Abess iniciou a preparação, em conjunto com o CFESS, do I Curso de Especialização à Distância “*Serviço Social e Política Social*”, que foi implementado a partir de 1999.

112 Nessa Assembleia de 1997, duas propostas se confrontaram. A primeira era criar uma associação de pesquisa específica, desvinculada da Abess. A outra proposta, vencedora, foi articular ensino e pesquisa, graduação e pós-graduação na Abepss.

Nesse momento, recebi o convite para compor a chapa que concorreria ao CFESS em 1999. Mas, a preocupação política de dar continuidade aos projetos iniciados na gestão temporária da Abepss acabou levando um grupo de docentes da UnB a assumir a direção nacional, e fui eleita Presidente para um mandato de 2 anos, num contexto de forte ofensiva conservadora neoliberal. Esta diretoria enfrentou enormes desafios em exíguos 2 anos, pois se tratava da primeira gestão que deveria materializar a reestruturação da entidade em contexto absolutamente adverso. Internamente, estava posto o desafio de consolidar o novo Estatuto da entidade. Tal desafio somava-se a outro, de maior envergadura: a luta pela aprovação das Diretrizes Curriculares no âmbito do CNE/MEC e sua implantação nas IES, em contexto da contrarreforma do ensino superior realizada pelo Governo FHC. Para o MEC, tratava-se de instituir uma política de educação fundada nos princípios da flexibilidade, competitividade e avaliação. Na verdade, esta primeira contrarreforma<sup>113</sup> do ensino superior estabeleceu as condições legais e materiais da desastrosa política de (des)estruturação do ensino superior público, que resultou na forte expansão do ensino privado presencial e à distância, na precarização das condições de trabalho e no fortalecimento da mercantilização da educação<sup>114</sup>. Aqui, gostaria tão somente de sinalizar os projetos mais significativos desse período na gestão da Abepss.

O primeiro, foi pautar na categoria as propostas governamentais de “reforma” do ensino superior em curso, por meio de oficinas regionais realizadas em todo o Brasil, que culminaram no Seminário Nacional “Reforma do Ensino Superior: A Regulação da LDB e as Implicações para o Serviço Social” (1999). Para sua realização, foi fundamental a articulação entre Abepss e CFESS, materializada de modo mais orgânico por meio de um convênio assinado que possibilitou aporte financeiro para uma Abepss que estava, nesse momento, “de caixa vazio”. Esses eventos foram fundamentais, pois neles foram tirados posicionamentos

113 Ao final da década de 1990, a expressão “reforma neoliberal” era utilizada para designar as tendências dessa política governamental. Nos anos 2000, a substituímos pela expressão “contrarreforma”, baseada nas reflexões de Elaine Behring, no livro *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*, São Paulo: Cortez, 2003.

114 O registro detalhado dessa gestão já foi publicado em duas ocasiões: na *Revista Temporalis* nº 03, em 2001, e na *Revista Temporalis* nº 22, em 2011, em edição especial comemorativa aos 65 anos da entidade. Disponível em <http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/191>

do Serviço Social contrários aos cursos sequenciais, aos Mestrados Profissionais e ao Ensino à Distância (EaD) vigentes até hoje. Seus debates e posições estão publicados na Revista *Temporalis* nº 1 (1999), que substituiu os “Cadernos ABESS”. O segundo foi a implementação do I Curso de Especialização em Serviço Social e Política Social, que começou com 1.654 assistentes sociais e professores de todo Brasil, e foi concluído na gestão seguinte da Abepss. Os cinco módulos impressos com os conteúdos do curso foram encaminhados gratuitamente às bibliotecas das Universidades e distribuídos aos alunos. Até hoje esse material é muito utilizado nos Cursos de Graduação em Serviço Social. O terceiro projeto foi o acompanhamento da implementação das Diretrizes Curriculares nas IES e a realização de debates sobre os novos conteúdos das Diretrizes Curriculares aprovadas na Assembleia de 1996/1997<sup>115</sup>. A estratégia foi realizar um levantamento preliminar da situação de cada curso, que demonstrou que poucas IES já tinham iniciado a elaboração de novos currículos. Para contribuir com os cursos, foram realizadas oficinas regionais e uma oficina nacional para discussão e encaminhamentos para implementação das Diretrizes Curriculares. O número 2 da Revista *Temporalis* (2000) com a temática “Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas” foi organizado com os eixos centrais das Diretrizes, como trabalho, ética e estágio, a fim de contribuir para o debate, além de registrar o relatório das Oficinas, com os encaminhamentos para auxiliar na implementação das novas diretrizes. O quarto projeto que merece destaque foi a realização do Enpess em Brasília, em dezembro de 2000, ao final da gestão, com o tema “Serviço Social e Questão Social: Direitos e Cidadania”, que também problematizou conteúdos das diretrizes curriculares. As palestras foram publicadas na Revista *Temporalis* nº 3, em 2001, material que até hoje é referência fundamental para o debate sobre questão social. Esse breve registro revela como as bases ali constituídas foram importantes para a consolidação da Abepss e, igualmente, para marcar posição crítica em relação à contrarreforma do ensino superior que se

115 As Diretrizes da Abess foram aprovadas em 1996 em uma assembleia na UERJ. Na assembleia de 1997 foram novamente discutidas e aprovadas, devido a algumas alterações realizadas pela Comissão de Especialistas no âmbito do MEC. O registro desse processo está em Abess/Cedepss, “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)”, In: Cadernos ABESS nº 7. Formação Profissional: Trajetória e Desafios. Ed. Especial. São Paulo: Cortez, 1997.



iniciava. Também mostra como a Abepss cresceu e se fortaleceu no papel de fomentar uma direção sócio-política crítica para a Graduação e para a Pós-Graduação no Brasil.

Essa rica experiência me fez mergulhar intensamente nos processos e debates da formação e pesquisa no Serviço Social brasileiro e internacional<sup>116</sup>, que foram e são definidores da minha identidade teórica e política como docente. Mas, para muito além disso, e como diz a epígrafe escolhida para esse item, *Todo conhecimento da intimidade das coisas é imediatamente um poema*, o que poderia ter se limitado a uma experiência militante, revelou-se pessoalmente um poema que redefiniu minha vida. Foi por meio do trabalho e da militância intensa, concretizados nas reuniões, debates, organizações de eventos, realização de projetos comuns, longas horas de diálogos políticos e teóricos, que aflorou em mim o amor por aquela que se tornou algum tempo depois a minha companheira de vida. Um amor que só pôde ser vivido em sua inteireza a partir de 2005, mas que sobreviveu a todas as provas, porque *Momentos que se vivem uma vez são ventos a soprar por sobre as leis. Desejo não dói, mas por dentro corrói. (...) Amigos convém, pra não irmos além de um só querer bem. Tanto que choveu, tanto que molhou, coração se encheu de amor e transbordou. (Água que correu, Almir Sater e Paulo Simões)*

### **As Lutas no CFESS**

*E não há melhor resposta que o espetáculo da vida:  
vê-la desafiar seu fio que também se chama vida,  
ver a fábrica que ela mesma teimosamente, se fabrica,  
vê-la brotar, como há pouco em nova vida explodida*  
JOÃO CABRAL DE MELO NETO, MORTE E VIDA SEVERINA

Após o encerramento da gestão da Abepss, em dezembro de 2000, estava decidida a dedicar mais tempo à vida acadêmica e à vida pessoal, que passava por muitas inquietações e questionamentos. Novamente recebi um convite para o CFESS em 2002, mas não me

116 Outra importante iniciativa dessa gestão foi resgatar a relação da Abepss com o Serviço Social latino-americano, por meio da retomada de filiação na Alaess, e aproximação da Abepss ao Comitê Mercosul de Trabalhadores Sociais, que elaborou, em 2000, Princípios Éticos Comuns para os assistentes sociais e trabalhadores sociais latino-americanos.

senti em condições de assumir essa tarefa. Por 3 anos, dediquei-me intensamente ao trabalho, e a enfrentar minhas emoções, até que “Eu soube: o amor exige expressão. Ele não pode permanecer quieto, não pode permanecer calado, ser bom e modesto; não pode, jamais, ser visto sem ser ouvido. O amor deve ecoar em bocas de prece, deve ser a nota mais alta, aquela que estilhaça o cristal e que entorna todos os líquidos” (Cíntia Moscovich, *Duas Iguais*)<sup>117</sup>. Divorciei-me em 2003, viajei para o Canadá em 2004 e articulei um pós-doutoramento que seria iniciado em janeiro de 2005 na Universidade de Montréal. Já estava “de malas quase prontas”, quando surgiu novo convite para compor a chapa que concorreria ao CFESS no início de 2005. Dessa vez, algo novo mexeu comigo e não consegui dizer não. Acho que nesse momento tomei consciência que “(...) Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além” (Paulo Leminski). Entrei para o CFESS em maio de 2005, e em setembro desse mesmo ano reencontrei aquele amor que havia ficado no tempo, e que se tornou, desde então minha companheira, Elaine Behring<sup>118</sup>.

No CFESS fiquei 6 anos, certamente os que mais me embeberam de informação, de afetos, de trocas, de livre pensar, de polêmicas. É impossível qualquer tentativa de registrar aqui a riqueza dessa experiência<sup>119</sup>. Mas vale o destaque de temas e projetos que foram determinantes na minha trajetória. Na primeira gestão, “Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia” (2005-2008), era conselheira Vice-presidente<sup>120</sup> e participava das Comissões de Formação e Comissão de Seguridade Social. Nessa

117 Extrato de citação do CFESS Manifesta “O Amor exige expressão e reverência coletiva”, publicado em 29 de agosto de 2010, no Dia da Visibilidade Lésbica, que tive o prazer de escrever com Marylucia Mesquita, que nos deixou em 26/12/2017, a quem deixo registrado meu imenso carinho e admiração, pela amiga e lutadora incansável em defesa dos direitos LGBT. Disponível em [http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/editor/./arquivos/cfess\\_manifesta\\_visibilidadelesbicaFINAL.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/editor/./arquivos/cfess_manifesta_visibilidadelesbicaFINAL.pdf) Acesso em 05 de janeiro de 2018.

118 Em 2008 compramos um apartamento em Botafogo, e vivemos na ponte aérea Rio-Brasília até abril de 2018, quando me mudei definitivamente para o Rio de Janeiro. O processo de redistribuição já estava no MEC aguardando a publicação e a UnB gentilmente não me incluiu na lista de oferta de disciplinas para o semestre 2018.1, o que me possibilitou realizar a mudança antes da publicação final no DOU, o que só ocorreu no início de junho. Continuei e continuo orientando Dissertações e Teses de doutorado do PPGPS/UnB.

119 Todos os Relatórios Anuais e Prestações de Contas do CFESS estão disponíveis em <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/relatorios-anuais-e-prestacao-de-contas> Acesso em 05 de janeiro de 2018.

120 Apesar da estrutura “presidencialista”, o funcionamento cotidiano do Conjunto CFESS-CRESS é o mais democrático e participativo que conheço.

condição, representei o CFESS no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e presenciei o espúrio acordo realizado entre os dirigentes petistas do MDS e as Centrais Sindicais, para eleger a Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS) como representante dos trabalhadores da área e isolar o CFESS. Na ocasião, o CFESS publicou uma nota com o título: “*Entidades do campo cutista rompem aliança histórica com o CFESS na eleição da sociedade civil para o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS*”<sup>121</sup>. Desde então, nunca mais o CFESS conseguiu ser eleito na titularidade. Ali se iniciava uma tensão entre os gestores petistas da assistência social e o CFESS, que sempre manteve sua independência política e posição crítica em relação a esses governos e à sua política minimalista no campo das políticas sociais e regressiva na política econômica. Outro momento especial a ser destacado é a preparação e lançamento da campanha de gestão “O amor fala todas as línguas. Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”, que foi um marco nas lutas contra a opressão no Serviço Social. O CFESS Manifesta que lançou a campanha afirmava que essa é “uma manifestação à sociedade Brasileira de que nós, assistentes sociais, estamos ‘atentos e fortes’ para fortalecer a luta por um projeto societário fundado na igualdade e na liberdade, o que implica reconhecimento e valorização da diversidade humana”<sup>122</sup>. Entre as polêmicas internas ao Serviço Social, que mobilizaram muitos docentes e profissionais por muito tempo, cabe citar o debate em torno do Exame de Proficiência, que provocou apaixonadas defesas de companheiros do mesmo campo contra e favor a realização desse exame pelo CFESS<sup>123</sup>. A realização do Exame pelo CFESS não foi aprovada nos Encontros Nacionais em que apareceu como proposta, mas ainda hoje mobiliza reações. Outra polêmica dessa gestão foi a implementação, pelo judiciário brasileiro, da “Metodologia Depoimento sem Danos”, que obrigava assistentes sociais a colher depoimentos de crianças e adolescentes vítimas de abuso. Na ocasião, o CFESS elaborou o documento “*Reflexões ético-*

121 Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/43> Acesso em 05 de janeiro de 2018.

122 Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMOR-FALATODASASLINGUAS.pdf> Acesso em 05 de janeiro de 2018.

123 Um pouco desse debate está publicado na Revista Serviço Social & Sociedade nº 94, de julho de 2008. Acesso em 05 de janeiro de 2018.

-políticas sobre a metodologia “depoimento sem dano” (DSD) junto a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual”<sup>124</sup>, que ensejou debates intensos e gerou a publicação, na gestão seguinte, da Resolução CFESS nº 554/2009, que não reconhece como atribuição ou competência de assistentes sociais a inquirição de crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, no processo judicial<sup>125</sup>. Outro importante projeto iniciado nessa gestão foi a preparação do II Curso de Especialização à Distância, em convênio com Abepss e CEAD/UnB, com o tema “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais”.

A eleição para a gestão seguinte (2008-2011) foi disputada, e depois de muitos anos com chapa única, duas chapas se apresentaram. Uma, “Atitude Crítica para Avançar na Luta”, formada por cinco conselheiras que vinham da gestão anterior, e na qual eu figurava como Presidente, e outra encabeçada pela presidente da Federação Nacional de Assistentes Sociais (Fenas). Depois de uma campanha intensa, nossa chapa saiu vitoriosa, com 76,45% dos votos válidos. Mas, o processo eleitoral anunciava o que estava por vir: a construção de uma oposição por meio da reabertura de sindicatos por categoria, que haviam sido extintos a partir da fundação da CUT e da orientação de organização sindical por ramo de atividade. Essa tem sido ainda uma questão candente, e em 2012, o CFESS organizou o Seminário Serviço Social e Organização Sindical, com a chamada “Pela unidade da classe trabalhadora: autônoma, livre e classista!”<sup>126</sup>.

Como sinalizamos na apresentação do Relatório Final da Gestão<sup>127</sup>, essa Direção enfrentou um tempo sombrio, de criminalização dos sujeitos coletivos e movimentos de resistência pelas forças conservadoras e dominantes; tempo de condenação do Estado brasileiro por um tribunal popular pela sua ineficácia no enfrentamento à violência em suas diferentes expressões no cotidiano da

124 Disponível em [http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Documento\\_DSD\\_COFI.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Documento_DSD_COFI.pdf) Acesso em 05 de janeiro de 2018.

125 A Resolução foi suspensa por determinação da sentença prolatada em 30 de abril de 2013 pelo Juiz da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará, segundo informe na página do CFESS: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1107>

126 Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/869> Acesso em 06 de janeiro de 2018.

127 O Relatório Final da Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011) está disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/RELATORIO\\_GESTAO\\_2008-2011.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2008-2011.pdf) que tomamos como referência para elaborar esse item. Acesso em 06 de janeiro de 2018.

vida social; tempo de afronta aos direitos humanos e agudização das mais dramáticas formas de exploração e opressão de gênero, raça/etnia e orientação sexual; tempo de ofensivas neoliberais aos direitos do trabalho, à seguridade social pública, à moradia, à terra, à educação e à cultura; tempo de expansão do capital, que a tudo destrói em sua fúria incessante de busca por superacumulação e superlucros; tempo de acelerado processo de mercantilização das relações humanas e sociais. Cabe, portanto, um registro das principais atividades realizadas nestes 3 anos<sup>128</sup> (2008-2011), que mostram um pouco da minha participação em processos de constituição da profissão, e que contribuíram imensamente para forjar a pessoa e profissional que sou hoje.

Os compromissos ético-políticos e defesa dos direitos humanos sustentaram a campanha dessa gestão, com o tema “Direitos Humanos, Trabalho e Riqueza no Brasil”, com a provocativa chamada “Depois que o Rico come é isso que sobra para você!”. No campo da formação e do trabalho, a agudização dos processos destrutivos impostos pelo capital obrigou a gestão a lutar contra a precarização da formação e do exercício profissional em sua forma mais insidiosa: a expansão sem controle de Cursos de Graduação à distância. Já em 2008, o CFESS, em conjunto com a Abepss, lançou o “Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior”. Desse Plano resultou a elaboração da Cartilha “Sobre a incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço Social”. A primeira edição foi publicada em novembro de 2010, e a segunda em março de 2011, juntamente com a Campanha “Educação não é *fast-food* - diga não à Graduação a distância em Serviço Social”, que foi suspensa por decisão judicial em agosto de 2011<sup>129</sup>.

A preocupação com a qualificação do exercício profissional, em contexto de expansão de cursos, levou a gestão a implementar

128 Todas as atividades registradas aqui contaram com minha participação direta.

129 Ver matéria de lançamento da Campanha na página do CFESS: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/603> Os barões do EaD, contudo, se mobilizaram rapidamente e conseguiram na justiça a suspensão da campanha, o que aconteceu em agosto de 2011. Matéria de O Estado de São Paulo (Estadão) publicou a notícia, dando voz somente aos representantes do EaD, sem consultar o CFESS: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,aula-a-distancia-nao-e-fast-food-afirma-justica-imp-,753901> Após a suspensão, a Cartilha “Sobre a Incompatibilidade...” foi reeditada pela gestão seguinte (2011-2014), com a capa “Abaixo a Censura”. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/01\\_sobreaincompatibilidade\\_2011.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/01_sobreaincompatibilidade_2011.pdf) Acesso em 06 de janeiro de 2018.

e finalizar o II Curso de Especialização à Distância já citado, e realizar Seminários Nacionais temáticos gratuitos, sobre o trabalho profissional em várias políticas sociais: o Trabalho do/a Assistente Social no SUAS; o Trabalho do/a Assistente Social na Política de Saúde; o Trabalho do/a Assistente Social no Campo Sociojurídico e o Trabalho do/a Assistente Social na Previdência Social, que mobilizaram mais de 5000 assistentes sociais em todo o Brasil. Também em 2008, o CFESS realizou Seminário Nacional sobre “O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direitos”, com vistas a refletir criticamente sobre as possibilidades e limites de exercício do controle social nos espaços de representação como Conselhos e Fóruns. Além desses seminários, o CFESS, o Cress-SP, a Abepss e a Enesso organizaram o Seminário Nacional em comemoração aos 30 anos do Congresso da Virada, “Começaria Tudo Outra Vez....”, realizado no mesmo auditório do Anhembi (SP) onde ocorreu, em 1979, o 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Para o evento, o CFESS publicou um livro com artigos e entrevistas com sujeitos que organizaram o Seminário da Virada e com outros que resgataram o sentido político e histórico do 3º CBAS<sup>130</sup>, que constitui um importante registro histórico desse momento crucial para a construção do Projeto Ético-Político Profissional.

Não posso deixar de registrar a realização, pela primeira vez na América Latina, da Conferência Mundial de Serviço Social em 2009, em Salvador-BA, com participação de mais de 80 países, e da Assembleia da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) que me elegeu, enquanto presidente do CFESS, para a Direção da entidade, na função de Vice-presidente Regional para América Latina e Caribe, onde permaneci por 2 anos. Outro momento emocionante foi a realização, em conjunto com Abepss, Enesso e Cress/DF, do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em Brasília, com intensa participação, e que culminou no mais emocionante ato público realizado pelos assistentes sociais nos últimos 25 anos. Esse ato levou em torno de 3000 assistentes sociais a uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, e à participação

130 O livro, por mim coordenado, e distribuído aos participantes do evento, está disponível em <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf> Além deste, após o evento, o CFESS também publicou outro livro com as palestras e manifestações ocorrida no evento, disponível em <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf> Acesso em 06 de janeiro de 2018.

de muitos assistentes sociais na histórica sessão do Senado, que às 19h41 do dia 3 de agosto de 2010, aprovou o Projeto de Lei nº 152/2008 que reduziu a jornada semanal de trabalho da categoria para 30h, sem redução de salário. Mas a luta não parou aí, e após a aprovação no Senado, foram mais 21 dias de intensa articulação com o poder executivo, até a sanção do Presidente Lula, no dia 24 de agosto de 2010<sup>131</sup>.

Outro importante projeto dessa gestão que merece destaque foi a criação da série de publicações “*Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Públicas*”, com intuito de abordar e registrar debates e reflexões sobre a intervenção profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais. A proposta era criar um canal de publicação para discutir parâmetros que pudessem auxiliar os/as profissionais na definição de estratégias e procedimentos no exercício do trabalho, de acordo com as competências profissionais estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão. O volume I foi inaugurado em 2009 com a publicação dos “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social”, no contexto de realização do Seminário Nacional “O Trabalho de Assistentes Sociais no SUAS”. O segundo volume da coleção, lançado em 2010, abordou os “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde”, após amplo debate nacional<sup>132</sup>. Também lutamos e pressionamos o Governo Federal para realizar o concurso público para assistentes sociais do INSS, que estava sendo desmantelado e foi revitalizado após a contratação de mais de 1500 assistentes sociais em todo o Brasil.

A experiência no CFESS, aqui brevemente resumida, foi uma lufada de certeza de que “só a luta muda a vida”. Em contexto de forte ofensiva conservadora, mais do que nunca o fortalecimento e consolidação de organizações coletivas são requisitos e fermentos para a contraposição ao conformismo, ao adesismo fácil, ao reformismo e à desesperança. O tempo presente exige de nós, como diz a canção de Chico Buarque, “sonhar mais um sonho impossível, lutar quando é fácil ceder, vencer o inimigo invencível, negar quando a regra é vender”!

131 A versão online do livro que registra esse processo, organizado e redigido por mim, e publicado pelo CFESS, está disponível em <https://issuu.com/cfess/docs/livro30hcfess> Acesso em 06 de janeiro de 2018.

132 Estas publicações estão disponíveis em <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros> Acesso em 06 de janeiro de 2018.

— PÓS-DOCTORAMENTO  
E TELHADOS DE PARIS —

*Telhados de Paris  
Em casas velhas, mudas  
Em blocos que o engano fez aqui  
Mas tem no outono uma luz  
Que acaricia essa dureza cor de giz  
(...)*

*O tempo se foi  
Há tempos que eu já desisti  
De versos retos, corretos  
E o resto de paixão, reguei  
Vai servir pra nós*

NEI LISBOA/ZÉLIA DUNCAN, TELHADOS DE PARIS

Antes mesmo de findar a gestão do CFESS já acalentava o desejo de realizar o pós-doutoramento em Paris, de voltar àquela cidade com Elaine. Planejamos juntas de modo a coincidir as licenças em nossas respectivas universidades -- UnB e UERJ. Esse projeto tinha dois significados para mim. O primeiro, de poder realizar um estudo mais aprofundado sobre as transformações do Estado Social na Europa em contexto de crise do capital, e assim, dar continuidade às pesquisas em curso no Brasil, que tinham sofrido um pouco com a minha intensa dedicação ao CFESS. O projeto “Crise do Capitalismo e Transformações da Seguridade Social na América Latina e Europa” foi desenvolvido no período de 1º de setembro de 2011 a 31 de agosto de 2012, na Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales (EHESS)/Equipe de Recherche sur les Inégalités Sociales (ERIS)/Centre Maurice Halbwachs (CMH), sob a coordenação do Prof. Serge Paugam, conforme já indiquei anteriormente. Na ocasião, solicitei e tive aprovada bolsa na Capes e no CNPq, mas optei pela Bolsa de Estágio Sênior da Capes. A pesquisa de Pós-Doutorado em Sociologia na EHESS/Paris teve como objeto



uma análise crítica da crise estrutural do capital e seu impacto na seguridade social na América Latina e Europa. O objetivo central foi identificar e explicitar a natureza e dimensão dos efeitos da crise que assolou o mundo em 2008 nas transformações que vêm se processando no âmbito das políticas que compõem a seguridade social nestes continentes. Partimos da hipótese de que o fundo público é fortemente disputado em período de crise do capitalismo, o que provoca processos de contrarreforma do Estado na direção de desregulamentação dos direitos sociais, sobretudo aqueles vinculados ao trabalho, com conseqüente ampliação de programas de transferência de renda de natureza assistencial, como estratégia de manutenção do consumo e reprodução do capital. Os resultados mostraram que as tendências identificadas na América Latina e Caribe de restrição das políticas sociais e fortalecimento de relações mercantis no âmbito do social constituem uma tendência também nos países do capitalismo central.

Nesse período, acompanhamos o Seminário semanal do coordenador do Centro e as reuniões mensais do grupo de pesquisa. Além destes, acompanhei outros seminários, palestras e conferências com temáticas de interesse para minha pesquisa. Seria fastidioso listar as inúmeras atividades e contatos decorrentes, mas vale a pena ressaltar algumas que merecem destaque: acompanhamento mensal do Seminário organizado pelo CSU/CRESPA/ Université Paris VIII, em torno do tema: “*Penser l’État: modèles explicatifs, pratiques de recherches*”; acompanhamento dos Seminários mensais organizados pela Fondation Copernic em torno do tema da crise, com destaque para as conferências de Michel Husson, Frédéric Lordon e François Chesnais; e participação na Conferência de David Harvey em Nanterre/Paris X. Os resultados da pesquisa foram apresentados em dois Congressos Internacionais, sendo um no Marrocos e outro na Suécia, e publicados no Brasil em 2012, em obras já citadas anteriormente: o artigo “*A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus*”, publicado na Revista Serviço Social & Sociedade nº 112; o capítulo de

livro intitulado “América Latina, Política Social e Pobreza: ‘novo’ modelo de desenvolvimento?”, publicado no livro “*Financeirização, Fundo Público e Política Social*”; parte dos resultados foram incluídos no livro “*Assistência Social e Trabalho no Capitalismo*” publicado em 2016.

As tarefas do pós-doutoramento foram realizadas em contexto totalmente diferente do período do doutorado. Com menos tempo, mas também menos exigência e pressão, com maior domínio do idioma, e também com duas bolsas e dois salários, o período também pôde ser desfrutado com outras atividades e viagens. Na primeira temporada havia morado na chamada *rive gauche* (lado sul da cidade em relação ao Rio Sena), e nessa nova temporada alugamos um apartamento *deux pièces* na *rive droite* (lado norte), no 11<sup>ème</sup> *arrondissement*, bairro historicamente operário, palco das lutas na Comuna de Paris. O apartamento ficava no quinto andar de um prédio do Século XVIII, ensolarado, com janelas que davam para os “telhados de Paris”, no Boulevard Richard Lenoir, onde fazíamos a feira semanal e nos divertíamos descobrindo produtos novos e aprendendo receitas. Esse ano significou para minha vida pessoal a possibilidade de viver cotidianamente a relação com Elaine, que desde 2005 acontecia na ponte área Rio-Brasília. Foi um ano recheado de trabalho, mas também de arte, cinema, música e viagens inesquecíveis sonhadas conjuntamente, como a que fizemos para o Marrocos, com seus mistérios e especiarias; para a Rússia, onde constatamos tristemente a violenta restauração capitalista e visitamos o belo Museu Maiakovski, o poeta da revolução; para a Dinamarca, onde conhecemos a Cidade Livre de Christiania, uma comunidade independente autogestionada, localizada num subúrbio de Copenhague, ocupada em 1971 por milhares de *hippies*, artistas e músicos. Um lugar único no capitalismo europeu.

Paris também foi desfrutada de outro modo, com tempo, dedicação, e com uma percepção mais sensível aos seus cantos pitorescos e não turísticos, aos seus cafés, onde líamos os jornais no balcão, os restaurantes familiares em bairros fora do circuito

turístico, as viagens de final de semana ao interior da França, em especial à Normandia, para refazer o litoral do desembarque que liberou a França e Paris na Segunda Guerra Mundial. Sempre gostei de fotografar, e nesse período pude fazer um curso de fotografia num centro municipal perto de casa. Andar por Paris passou a ter outro olhar, passou a ser captada pelas lentes da Câmera que me presenteei, e que faz parte de um projeto futuro de maior dedicação à arte da fotografia. Não faço esses registros com o intuito despretensioso de relatar o cotidiano no pós-doutoramento, mas com o propósito de “confessar” que foi nesse ano que começou a nascer a intencionalidade de me mudar para o Rio de Janeiro, o que me levou a amadurecer a ideia de redistribuição.

No retorno ao Brasil, retomei as atividades na UnB, paguei o ano de afastamento, e começamos a projetar uma possível mudança para o Rio de Janeiro. Em 2013 nos casamos oficialmente, com uma festa que muito me emocionou, pois contou com a participação de praticamente toda minha família (22 pessoas), que se deslocou de Dourados para o Rio de Janeiro a fim celebrar o amor, sem preconceito. Meus pais, com pouco mais de 80 anos à época, foram padrinhos, como também a mãe e o irmão da Elaine, e meus pequenos sobrinhos-netos de 4, 5 e 6 anos, foram “damas de honra” e “pajens”. E nossa afilhada de 10 anos, cantou em seu doce francês. Mais que um casamento em seu sentido tradicional, foi nossa forma de partilhar com família, amigos e amigas a “delícia de ser o que é”.

— A CAMINHO DO RIO:  
O PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO —

*Um dia virá em que todo meu movimento será criação,  
nascimento, e eu romperei todos os nãos que existem  
dentro de mim, provarei a mim mesma que nada há a temer,  
que tudo o que eu for será sempre  
onde haja uma mulher com meu princípio,  
erguerei dentro de mim o que sou um dia.*

CLARICE LISPECTOR, PERTO DO CORAÇÃO SELVAGEM

Entre o encontro em 2005, a compra do apartamento em 2008, o casamento em 2013, e a redistribuição em 2018, lá se foram 13 anos de ponte aérea RJ-BSB, e somente no final de 2017 fiz o movimento de efetivar a demanda de redistribuição para a UFRJ. Do ponto de vista pessoal, o desejo de mudar já existia, e a certeza se cristalizou após o ano parisiense.

Contudo, conforme escrevi na carta dirigida à UFRJ em novembro de 2017 manifestando meu interesse na redistribuição, meu projeto de vida acadêmico sempre foi concluir minhas atividades na UnB, e planejava me mudar para o Rio de Janeiro no momento de acessar o direito à aposentadoria, o que, pelas regras em vigor, poderia ocorrer em agosto de 2019. Contudo, o ataque aos direitos, a perspectiva da contrarreforma da previdência que estava em tramitação na Câmara dos Deputados e a eleição de Jair Messias Bolsonaro<sup>133</sup> poderiam ampliar esse prazo de forma imprevisível.

A ofensiva capitalista aos direitos, agudizada nesse momento de crise, além de suprimir direitos previdenciários, também atingiu duramente nossa condição econômica com redução salarial (no caso do Executivo Federal, com o aumento das alíquotas do IR e da contribuição à seguridade social; e no caso da UERJ, com atrasos recorrentes dos salários), o que nos dificultou manter a condição de vida assegurada pela ponte aérea e manutenção de

133 A PEC 287/16, em tramitação na Câmara dos Deputados desde 2016, dava sinais de que seria aprovada, apesar da resistência e intensas manifestações dos movimentos sociais contrários à proposta. Essa proposta, apresentada pelo Governo Temer, não foi aprovada. Contudo, a eleição de Bolsonaro acelerou e agudizou imensamente as contrarreformas, e a da Previdência foi aprovada em 2019, com intensos retrocessos na previdência pública e privada, mas não alterou os direitos de funcionários públicos ingressantes antes de 2003, o que é o meu caso.

dois apartamentos. A perspectiva de prolongar ainda mais a possibilidade de me transferir completamente para o Rio de Janeiro para além de 2019, devido a essa contrarreforma, levou-me a manifestar interesse na redistribuição, motivada igualmente pela informação de que a ESS/UFRJ teria vagas disponíveis para concursos e mostrava interesse em ocupar uma delas com minha redistribuição.

Assim, dei início ao processo de redistribuição, tanto na UFRJ, quanto na UnB. Em 14/11/2017, o Departamento de Métodos e Técnicas de Serviço Social da UFRJ aprovou a utilização da vaga para minha redistribuição. Em 05/12/2017 o Colegiado do Departamento de Serviço Social da UnB aprovou a minha liberação. Após cumprir todos os requisitos determinados pela Resolução ESS/UFRJ 02/2017 (apresentação pública de Plano de Atividades e de Memorial), o processo os trâmites burocráticos no âmbito da UFRJ, UnB e MEC, e em 11 de junho de 2018, a redistribuição foi publicada no DOU, institucionalizando e materializando a possibilidade “de ser quem eu sou, de estar onde estou” (Rita Lee).

— A VIDA ACADÊMICA NA ESS/UFRJ  
E NO RIO DE JANEIRO —

Rio 40 graus  
Purgatório da beleza  
E do caos...  
Capital do sangue quente  
Do Brasil  
Capital do sangue quente  
Do melhor e do pior  
Do Brasil..  
FERNANDA ABREU

Talvez essa seja a última grande mudança nessas minhas andanças. Brasília foi, até agora, a maior parada -- 23 anos, descontados os

5 fora do Brasil. Mas desses, 12 anos foram de vai e vem semanal para o Rio de Janeiro. As matemáticas não precisam ser tão exatas quando falamos de tempo na vida, mas escrevendo esse memorial, me dão a dimensão, às vezes desapercibida, de como minhas raízes se movem. Por isso, elaborar esse memorial me leva a pensar (ou talvez desejar) que essa seja a minha última parada, porque a minha inserção na Escola de Serviço Social da UFRJ conjuga duas dimensões fundamentais que me constituem.

Por um lado, possibilita dar continuidade à minha carreira acadêmica em uma das mais tradicionais e reconhecidas universidades públicas brasileiras, onde poderei exercitar o trabalho com sentido, como venho tentando construir ao longo dos anos. Por outro, assegura que a vida possa ser “plena” de sentido, para além do trabalho, acrescida cotidianamente da vivência familiar que me permite estar onde quero estar, com quem quero estar - minha pequena família próxima, constituída por mim, Elaine e nosso *york* Chico Aram, que desde 2013 enche nossos dias de ternura, e pôde, finalmente, deixar de fazer a ponte aérea comigo ou com Elaine.

A vivência do trabalho e dos afetos na mesma cidade, cotidianamente, simplificou a vida, aliviou o desgaste cansativo das viagens realizadas semanalmente por anos, liberou tempo para as pausas necessárias, favoreceu a realização do trabalho com mais qualidade e ampliou as possibilidades de mergulhar nessa cidade “purgatório da beleza e do caos”.

Na ESS/UFRJ iniciei as atividades efetivamente em agosto/2018, pois a redistribuição assegura um mês para deslocamento. As atividades estão sendo realizadas de forma mais leve, sem muita intensidade, como acontecia na UnB, que possuía um quadro reduzido de docentes. Na UFRJ as atividades são mais bem distribuídas e não precisei assumir, até o momento, nenhum cargo de gestão, o que consome imensamente o tempo do trabalho, embora já tenha participado de várias comissões de trabalho. Mas o freio na intensidade do trabalho resulta, sobretudo, da minha firme disposição de desacelerar, e de viver as muitas possibilidades culturais,

artísticas e militantes que o Rio de Janeiro possibilita. Trata-se de um novo projeto de vida, de viver a vida com o máximo de sentido possível.

No âmbito do ensino, a carga de trabalho é a mesma e me vinculo a disciplinas obrigatórias e eletivas no Curso de Graduação em temáticas ligadas à Política Social e Serviço Social, e no Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS)<sup>134</sup> assumi o Módulo Cidadania na disciplina obrigatória “Questões de Teoria Social, Cidadania e Serviço Social”(conhecida como “Minhocão”) no Doutorado, o que muito me honra, considerando que este módulo foi ministrado por grandes mestres como Carlos Nelson Coutinho e José Maria Gomez. A inserção na graduação segue minha sempre intencionalidade de formar discentes por meio da orientação e Projeto de Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC 1), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC2) e Iniciação Científica, sempre com a perspectiva de investir na pesquisa e formação crítica. No PPGSS, após 3 anos na ESS/UFRJ, assumi 10 orientações, sendo nove no doutorado e uma no mestrado (que foi orientanda de TCC na Graduação), e já supervisionei três pós-doutoramentos.

No Programa de Pós-graduação em Serviço Social me vinculo à Área de Concentração 1 -- Teoria Social, Formação Social e Serviço Social, que articula os estudos da “Teoria social como fundamento metodológico, político e teórico para pensar a formação social brasileira e latino-americana; o Serviço Social e as distintas dimensões da produção teórica e política a respeito do Modo de Produção Capitalista das classes sociais, Estado e Políticas Públicas na sua contemporaneidade”. Nesta área, estou vinculada à Linha de Pesquisa Estado, Classes e Políticas Sociais: Teoria Social e Serviço Social, cuja ementa articula as pesquisas sobre “Classes sociais, processos políticos e o Estado; luta de classes e fundo público, natureza e caráter das Políticas Sociais. O urbano e o rural no capitalismo contemporâneo”. Desde 2019 estou na Coordenação da Área de Concentração 1, eleita pelos docentes que a compõem.

134 Solicitei credenciamento para ministrar aulas e orientar mestrado e doutorado logo após ser redistribuída, conforme estabelece a Resolução Normativa do PPGSS/UFRJ 01/2013, o que foi aprovado em 19 de setembro de 2018.

Desde o momento da redistribuição segui investindo na pesquisa e na nucleação em grupo de pesquisa. Imediatamente me vinculei ao Nepem (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas) e, em seu âmbito, criei, em conjunto com outras três docentes, o Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (GEMPS), cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq, que reúne orientandos/as de Graduação, Mestrado, Doutorado, pós-doutorandos e docentes pesquisadores de outras unidades da UFRJ e outras Ifes. O lançamento público do GEMPS ocorreu em 31 de outubro de 2018, em debate com o tema “Tendência do Mundo do Trabalho e Questão Social”, com participação do professor Ricardo Antunes e organização conjunta com o Grupo Lemarx da PPGSS/UGRJ. Antes da pandemia da COVID-19, o Grupo se reunia presencialmente quinzenalmente e contava com participação média expressiva de 35 pessoas. Ainda em 2018, sob minha coordenação, o grupo apresentou Projeto de Pesquisa ao CNPq no Edital Universal, intitulado “Exploração do Trabalho e Privação de Direitos no Brasil: os direitos não cabem no Estado”, que foi aprovado com recursos para capital e consumo e está em andamento, o que contribuiu para fortalecer o Grupo na ESS. Também tive aprovado novo projeto individual de pesquisa no âmbito do CNPq (Produtividade em Pesquisa) intitulado “Expropriação de Direitos e Reprodução da Força de Trabalho: Particularidades do Capitalismo Brasileiro”, com vigência até 2024. Além disso, passei à pesquisadora PQ 1A em 2020.

Importante registrar que a inserção na UFRJ ocorreu com acolhida carinhosa e entusiasmada por parte de muitos docentes e discentes, abrindo oportunidades para seguir realizando importantes projetos que articulam ensino, pesquisa e extensão, com nítida e assumida direção teórico-crítica marxista. Esse caminho se impõe como uma condição e perspectiva de resistência aos crescentes ataques conservadores e fascistas ao pensamento marxista e de esquerda. As Universidades Públicas vêm sendo intensa e recorrentemente atacadas em sua autonomia e produção crítica e mais do que nunca, pensar, pesquisar e produzir conhecimento crítico é uma exigência nesses tempos que requerem luta e resistência.



Atualizo esse memorial em março de 2021, registrando o acerto da decisão de pedir redistribuição para a UFRJ e aqui seguir minha carreira acadêmica. Apesar de tantas derrotas políticas nos últimos anos e da imensa tristeza que nos assola desde o início da pandemia COVID-19 em março de 2020, que ceifa vidas a cada dia sem o devido enfrentamento governamental, que segue apostando em posturas negacionistas e reacionárias, ou talvez por causa delas, eu valorize enormemente as pequenas possibilidades afetivas cotidianas que a redistribuição me permitiu: fazer refeições com Elaine todos os dias, poder criar atividades de lazer e participar de celebrações com amigos e amigas durante a semana, aproveitar as inúmeras atividades culturais que ocorrem diariamente no Rio de Janeiro, poder estabelecer regularidades cotidianas simples que viagens semanais dificultavam, como caminhar com Chico Aram e Elaine, ler na varanda de casa ouvindo os pássaros e os macaquinhos que pululam na mata nos fundo do apartamento, ir ao cinema em noites livres, tomar banho de mar ou caminhar na Floresta da Tijuca, fazer pequenas viagens nos finais de semanas e feriados, participar de manifestações na Cinelândia, poder retomar atividades em coletivos militantes. Muitas dessas atividades, antes cotidianas, tiveram que ser suspensas nesses tempos de distanciamento forçado que já dura um ano e nos impôs o “ensino” remoto, impediu nossos encontros presenciais de trabalho e abraços afetivos e nos sujeitou a muitas atividades mediadas pelo “teletrabalho”.

Termino esse memorial voltando ao ponto em que o iniciei, celebrando a coragem que trago em mim de buscar a minha liberdade criadora, aquela que me impulsiona e que não deixo escapar, porque nesses anos todos tive muitos “aprendimentos”, para usar a linda definição de Manoel de Barros, o poeta mato-grossense que tanto me despertou o gosto pela poesia. Com as palavras de Clarice Lispector encerro esse memorial, que me ajuda a expressar o que aprendi nesse caminhar:



*Uma das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de.*

*Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar.*

*Apesar de, se deve morrer.*

*Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que*

*nos empurra para a frente.*

*Foi o apesar de que me deu uma angústia que insatisfeita*

*fui a criadora de minha própria vida.*

CLARICE LISPECTOR

UMA APRENDIZAGEM OU O LIVRO DOS PRAZERES, P. 26



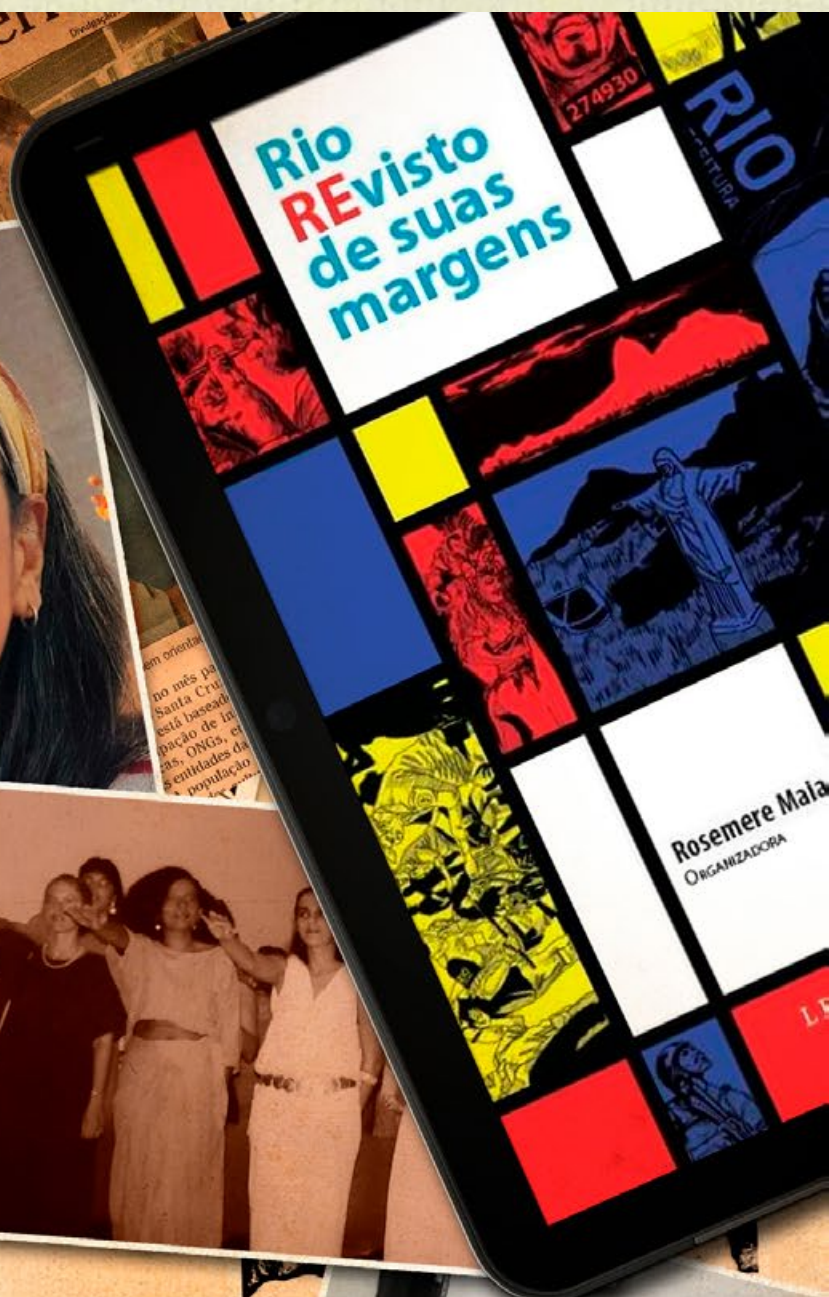
# ROSEMERE MAIA

Para mostrar a cada periferia

Projeto 'Fala, subúrbio' combate preconceito com realização de pesquisas e atividades socioculturais

Por Thaís Brito  
thais.brito@epjbrasil.com.br

- Nasceu e criada em Paciência, a professora da faculdade de serviço social da UFPA Rosemere Maia se surpreendeu quando, durante um projeto de pesquisa, descobriu que gra...



## **Cântico Negro**

*José Régio*

Vem por aqui" – dizem-me alguns  
com os olhos doces  
Estendendo-me os braços, e seguros  
De que seria bom que eu os ouvisse  
Quando me dizem: "vem por aqui!"  
Eu olho-os com olhos lassos,  
(Há, nos olhos meus, ironias e  
cansaços)  
E cruzo os braços,  
E nunca vou por ali...

A minha glória é esta:  
Criar desumanidades!  
Não acompanhar ninguém.  
– Que eu vivo com o mesmo  
sem-vontade  
Com que rasguei o ventre à minha  
mãe

Não, não vou por aí! Só vou por onde  
Me levam meus próprios passos...  
Se ao que busco saber nenhum de vós  
responde  
Por que me repetis: "vem por aqui!"?  
Prefiro escorregar nos becos  
lamacentos,  
Redemoinhar aos ventos,  
Como farrapos, arrastar os pés  
sangrentos,  
A ir por aí...

Se vim ao mundo, foi  
Só para desflorar florestas virgens,  
E desenhar meus próprios pés na  
areia inexplorada!  
O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós  
Que me dareis impulsos, ferramentas  
e coragem  
Para eu derrubar os meus  
obstáculos?...  
Corre, nas vossas veias, sangue velho  
dos avós,  
E vós amais o que é fácil!  
Eu amo o Longe e a Miragem,  
Amo os abismos, as torrentes, os  
desertos...  
Ide! Tendes estradas,  
Tendes jardins, tendes canteiros,  
Tendes pátria, tendes tetos,  
E tendes regras, e tratados, e  
filósofos, e sábios...  
Eu tenho a minha Loucura!  
Levanto-a, como um facho, a arder na  
noite escura,  
E sinto espuma, e sangue, e cânticos  
nos lábios...

Deus e o Diabo é que guiam, mais  
ninguém!  
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;  
Mas eu, que nunca principio nem  
acabo,  
Nasci do amor que há entre Deus e o  
Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas  
intenções,  
Ninguém me peça definições!  
Ninguém me diga: "vem por aqui!"  
A minha vida é um vendaval que se  
soltou,  
É uma onda que se alevantou,  
É um átomo a mais que se animou...  
Não sei por onde vou,  
Não sei para onde vou  
Sei que não vou por aí!



**ROSEMERE MAIA**

MAIO DE 2019

*Entre estreitos e oceanos:  
um mergulho no meu  
mar de memórias*

*“Eu fiz isso’, diz minha memória.  
‘Eu não posso ter feito isso’, diz meu orgulho, e  
permanece inflexível. Por fim - a memória cede”*

NIETZSCHE

**— A PROPÓSITO DA(S) MEMÓRIA(S)... —**

Revirar o passado, recompor uma trajetória, colar fragmentos que contam a própria história é sempre uma empreitada desafiadora. Se tal ato está referido a um ritual acadêmico, maior ainda é o desafio, pois talvez seja esperado daquele que rememora que se atenha à “verdade”, aos fatos, apresentando-os com objetividade. Devo dizer que, ao longo deste memorial, as “verdades” aqui descritas e os fatos aqui narrados não representarão tudo o que vivi, mas sim aquilo que desejei e/ou fui capaz de reencontrar. Serão memórias que foram buscadas em certificados, declarações, portarias, certidões, mas também em afetos, em acontecimentos, em lugares, em títulos, em frustrações. Serão memórias povoadas

por gente de toda espécie, de dentro e de fora da academia- pessoas que, de muitas maneiras, marcaram a minha caminhada.

Registrar essas memórias é, por assim dizer, atribuir um sentido ao meu vivido, torná-lo perene através das palavras, pois, como diria Cecília Meireles, essas [as palavras] “não morrem, tão leves e cheias de eternidade”. Não sei se todas as palavras que compõem este memorial possuem a leveza sustentada pela poeta, mas certamente tornar-se-ão um registro mais refratário à ação corrosiva do tempo, que nos pune com o esquecimento.

O fato de rememorar com o objetivo precípuo de atender a uma exigência imposta pela academia certamente tornará este ato ainda mais seletivo, já que, como afirma Pollak, “a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” (1992, p.5). Assim, neste momento, a minha memória está, direta ou indiretamente, voltada para o resgate da minha carreira acadêmica, processo que só pode ser compreendido ao me referir a uma relação entre temporalidade(s) e espacialidade(s). Segundo Poulet, “graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado” (1992, pp. 54-55).

Muitos tempos e espaços serão aqui apresentados - tempo em que a vida passava lentamente, sem grandes preocupações, entre a escola e as brincadeiras de rua na “periferia” carioca; tempo de dúvidas, de escolhas profissionais, de apropriação da Cidade; tempo de assumir responsabilidades, de trabalho, de ultrapassar os limites do Rio de Janeiro, de buscar outros horizontes; tempo de qualificação, de maternidade, de jornadas duplas, triplas, de noites insones. E tempo de inconformismos, incertezas, de descobrir o Mundo, de busca, de afirmação/negação... outros e tantos tempos.

O que aqui farei é parte de um processo de elaboração individual. Entretanto, devo ressaltar que a memória também é uma construção social, posto que é, “em parte, modelada pela família

e pelos grupos sociais. Vale dizer, a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva” (Silva, 2002, p. 427). Apesar de estruturadas e inseridas nesse campo, minhas memórias resultam das minhas experiências, das minhas vivências, do que li, do que partilhei, das histórias que me foram contadas - e que eu ouvia com atenção -, da forma como “absorvia” o mundo. Neste sentido, não posso dizer que sejam representativas da memória de pessoas que viveram o mesmo tempo e espaço que eu, tampouco ousar afirmar que sejam mais “lúcidas” ou “elaboradas” que as daquelas mesmas pessoas. São apenas memórias e, como tal, sujeitas às interferências dos meus devaneios, sensíveis aos meus silêncios e à minha consternação. Algumas delas talvez nem viessem à tona não fosse o encontro de/com documentos que acabaram por provocá-las. E aí, em relação a tais recursos que detêm o poder de provocar estas memórias (que, no contexto de um ritual acadêmico como o que está em curso, não devem ser desprezados) vale uma referência ao sustentado por Martins, que distingue com precisão o “elemento ‘provocador’ da lembrança e a lembrança ‘provocada’, criada, instituída, efetivada na memória de um determinado indivíduo. O documento ou o monumento não “se lembra”, mas lembra a mim, a nós, tal ou qual ocorrência” (2008, p.7).

Os documentos e os certificados, mas também os lugares, as pessoas - embora desencadeando lembranças, provocando memórias - não falarão por si: serão dissecados por meu olhar, talvez míope, talvez torto - o que, a meu ver, não se constitui necessariamente em deficiência, mas sim numa constante busca por novos ângulos, novas possibilidades de “DESenquadramento” da realidade. À medida que rememoro, também me vejo de longe, caminhando em direção a um futuro que se apresenta com novos projetos, novas perspectivas. Vejo rastros deixados em alguns lugares por onde passei; em outros, nem vestígio de minha estada - o que demonstra que somos substituíveis, esquecíveis. Vejo o quanto a academia é vaidosa e nos impele à procura insana por louros, agraciamentos, cargos, títulos. Vejo que há vida lá fora, chamando

para ser vivida, apresentando-se nos nasceres e pores do sol que deixamos de assistir, nos lugares que deixamos de conhecer, nas poesias que deixamos de ler em nome do produtivismo que nos aprisiona. Vejo o quanto a Educação está manca, torpe, abandonada e, sinceramente, penso em até quando conseguirei resistir. Vejo!!!

— **ARROIO: UM RIACHINHO QUE NÃO  
COMPORTAVA MEUS SONHOS** —

*“Se a gente pudesse escolher a infância que teria vivido, com enternecimento eu não recordaria agora aquele velho tio de perna de pau, que nunca existiu na família, e aquele arroio que nunca passou aos fundos do quintal, e onde íamos pescar e sestar nas tardes de verão, sob o zumbido inquietante dos besouros”*

MÁRIO QUINTANA

Da minha meninice só trago boas lembranças - talvez superestimadas, mas jamais inventadas. Me vejo nos almoços em família, quando eu, meus pais e irmão nos sentávamos à mesa, contávamos histórias, narrávamos fatos do nosso cotidiano, projetávamos o futuro. Para os padrões locais, tínhamos uma vida relativamente confortável: casa ampla, bem-acabada, com todos os eletrodomésticos considerados fundamentais à época, além de outros equipamentos que não faziam parte da realidade de muitas residências do bairro, como TV, rádio vitrola, máquina de lavar roupa (e, mais tarde, até de lavar louça), máquina de escrever e telefone. Minha família também conseguiu adquirir um carro de segunda mão (um corcel vermelho, que era muito bem cuidado pelo meu pai). A cada ano, durante as férias, meu pai se lançava na empreitada de fazer alguma melhoria na casa - seja através de pequenas obras, seja dotando-a de novos bens de consumo duráveis, sempre



procurando torná-la mais aconchegante para todos nós e, de certo modo, levando-a a destacar-se no contexto da vizinhança. À casa própria ele atribuía um valor que, certamente, costuma ser compartilhado, ainda hoje, por outros moradores das “periferias” urbanas. Além de local de abrigo, a casa assume função de vitrine, estabelecendo distância, hierarquias e distinção entre os que vivem no bairro, a exemplo do que mencionei num artigo em que abordei a casa e suas múltiplas formas e funções:

a estética da casa, da mesma maneira que o mobiliário e os equipamentos que congrega costumam deter tal funcionalidade. A casa, transmutada em vitrine, reflete o esforço de seus moradores em demonstrar que progrediram, que melhoraram de situação [...] também pode permitir aos segmentos populares a experiência de saída de uma “condição periférica” e, em alguma medida, facilitar sua entrada num “circuito globalizado”. (Maia, 2012, pp. 346-347)

Compúnhamos a “classe média” do bairro, juntamente com comerciantes, funcionários públicos e alguns profissionais liberais (médicos, advogados e dentistas). Papai, ferroviário, gozando de estabilidade no trabalho e de um bom salário (garantido às custas de muitas noites insones, em viagens cansativas entre Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte), e mamãe, uma dona de casa que também fazia um ou outro “serviço para fora” (como costura, bolos e salgadinhos), sempre priorizaram a Educação, a informação e a cultura, possibilitando-me a ter acesso a jornais, revistas, livros e enciclopédias desde a mais tenra idade. Também viabilizaram meu contato ainda bem cedo com espaços como cinemas e museus - o Museu de Belas Artes, o Museu de Arte Moderna e o Museu Nacional - este último devastado por um incêndio ocorrido em 2018, incidente que me provocou enorme vazio e dor, como se parte das minhas memórias de infância tivesse virado cinzas junto com ele.

Embora meus pais não tivessem concluído sequer o antigo ginásial, incentivaram-me, assim como a meu irmão, à permanência na escola e continuidade dos estudos, o que não era comum entre muitos daqueles com os quais convivíamos. E as cobranças eram grandes, o que me tornou obcecada por boas notas, ótimos conceitos. Quando chegava, toda sorridente, com uma prova nas mãos, em que exibia uma nove ou um B, meu pai dizia: “Está bom, mas podia ter tirado dez (ou A)!” Para muitos, tal atitude manifestada por ele talvez pudesse provocar traumas. No meu caso, sempre soou como incentivo para que eu desse o meu melhor, fazendo-me concorrer comigo mesma, num primeiro momento e, de certo modo, preparando-me para os diversos desafios que teria durante toda a vida.

A minha formação foi realizada, na sua integralidade, em instituições públicas de ensino. No antigo primário, pude contar ao longo de três anos com uma mesma professora, a “Tia” Maria Elvira, uma portuguesa muito jovem, naturalizada brasileira, que amava o que fazia. Era também formada em História e procurava despertar nos alunos uma perspectiva crítica em relação à realidade, utilizando-se de recursos didáticos capazes de nos fazer pensar e ter um protagonismo efetivo nas atividades. Suas aulas eram marcadas por conteúdos transversais, desenvolvia projetos semestrais conosco - em cada um deles um tema era abordado, seja de Estudos Sociais (disciplina que englobava História e Geografia), seja de Ciências; seja relativo a uma obra literária. Naqueles anos, estávamos em plena Ditadura e, obviamente, os assuntos não podiam confrontar diretamente o “regime”.

Dentre os colegas de turma, eu era a mais nova e, de certo modo, vista como “prodígio” pela professora, já que juntamente com um outro aluno, o Aprígio, sempre tirava notas máximas, o que me permitiu compor o Centro Cívico Escolar (CCE) - uma invenção do Governo Militar, em 1971, para incentivar o “civismo” - sobre o qual tanto ouvia falar naqueles anos- e irradiar novos hábitos disciplinares, comunitários, artísticos, assistenciais e recreativos

em consonância com o ideário vigente. Nós do CCE hasteávamos a bandeira, estávamos sempre à frente do “pelotão” durante este ritual, que era repetido a cada semana e em datas comemorativas. O ufanismo manifestava-se na escola: o “ninguém segura este País”, assim como o “Brasil ame-o ou deixe-o” estavam nos cartazes que o governo mandava distribuir nas instituições de ensino. A cada ano letivo, tirávamos uma “foto oficial”, tendo a bandeira brasileira como pano de fundo. Na época, também havia parada cívica em Santa Cruz. Para lá, as escolas da região levavam seus alunos com o propósito de desfilar/marcharem juntamente com as forças armadas - no referido bairro ficava a Base Aérea e um Batalhão do Exército (situação mantida até hoje). Assim passei pela Ditadura, na sua fase mais repressiva, sem saber nada sobre o que ocorria nos seus porões, pois este era um assunto que não se discutia na escola, nem em casa, embora me lembre de, vez por outra, ter questionado meu pai sobre a razão de alguns programas de TV apresentarem referências à censura. Mas talvez eu fosse muito nova ainda para compreender tudo aquilo.

Morava em Paciência, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, onde as “expectativas de futuro” de muitos jovens lá residentes eram bastante restritas: trabalhar no comércio, na construção civil, em empregos domésticos. Apesar das “carências” de toda espécie que marcavam o bairro (muitas delas ainda hoje lá presentes, além de outras tantas surgidas mais recentemente), o que procuro guardar como lembranças são as festas organizadas pelos vizinhos, as excursões, as conversas de portão, a ornamentação das ruas durante as copas do mundo, as brincadeiras com os colegas do loteamento (amarelinha, queimada, “pau na lata”, polícia e ladrão, dentre outras), o carnaval em volta do coreto, o apito do trem, o sino da igreja chamando para a missa ou anunciando o início da procissão.

O trem, naquele contexto, tinha para mim uma importância diferenciada, conforme já expus em um outro texto:

Era o trem que, em geral, me conduzia para fora do bairro, seja para mais tarde estudar - sim, pois meu bairro não possuía o então chamado “Segundo Grau”, quiçá uma universidade-, mas também para passear. Principalmente durante as férias, meus pais levavam a mim e meu irmão a passeios na “Cidade” - era assim que se referiam ao Centro ou às atrações de cultura e lazer que estavam próximas a ele. Adorava ir à Quinta da Boa Vista, ao Aterro do Flamengo, a Paquetá, aos desfiles carnavalescos que aconteciam na Av. Rio Branco. Estas idas à “Cidade” me permitiram perceber, desde muito cedo, que a organização do espaço urbano possui um caráter segregacionista, negando (ou dificultando) à população que reside nas áreas mais afastadas o acesso a serviços os mais diversos, a equipamentos de cultura e lazer. É como se, de fato, a “Cidade” fosse um outro mundo, lugar distante do universo vivido pelos moradores da (MAL) dita periferia. (Maia, 2018, p. 206)

Talvez, com estas idas à “Cidade”, tenha percebido precocemente que eu não vivia de fato no “Rio”, mas num “arroio”, num riachinho estreito, não navegável, onde não havia agência dos correios, banco, supermercado, postos de saúde ou hospital, tampouco biblioteca. Estes e outros equipamentos públicos precisavam ser buscados em Campo Grande, nossa principal referência - talvez uma outra “centralidade”. Esta situação me provocava incômodo,

justamente por não aceitar ver minha vida, meus trajetos, minhas escolhas circunscritas a um contexto que via como tão pequeno, limitado, incapaz de corresponder a sonhos que já nutria - de estudar, de transpor barreiras, de trabalhar, de conhecer outros “universos”. Sonhos estes que tiveram origem nas histórias que lia (sim, sempre fui uma leitora voraz) ou ouvia de meu pai. Meu “planisfério” era outro. Incluía, sim, o meu bairro, mas não se reduzia a ele. (Maia, 2018, p.208)

Saí do bairro para estudar quando passei para a 8ª série, visto que minha escola não dispunha de turmas desse nível. Mas essa experiência foi em Santa Cruz, outro bairro que, da mesma forma que Paciência, tinha como marca a precariedade. Passo maior foi dado no ano seguinte, quando fui aprovada em concurso - por sinal, disputadíssimo - para o Instituto de Educação Sarah Kubitschek (IESK), onde comecei a realizar o Curso de Formação de Professores, aos 14 anos. Lá pude ter contato com toda uma literatura relacionada ao campo das Ciências Sociais e Humanas, à Filosofia, além obviamente, da Educação. No Sarah li autores como Paulo Freire, Maria Montessori, Lev Vygotsky, Jean Piaget, Augusto Comte, Émile Durkheim, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, dentre tantos outros. O Sarah também dispunha de uma excelente biblioteca. Buscava no seu acervo romances, poesias, que me possibilitaram, desde então, “voar nas asas da imaginação”. Posso afirmar que a formação que tive no IESK me possibilitou desenvolver habilidades didáticas que, até hoje, me ajudam na atividade docente e, principalmente, me tornaram uma professora que propõe atividades “fora da caixinha”.

Estudar no IESK foi uma libertação. Pegar o trem, circular após a aula pelo comércio de Campo Grande, estagiar em escolas da região, conhecer jovens de outros bairros, fazer planos de concluir o curso e passar num concurso para lecionar na Rede Pública de Ensino. Eram muitas expectativas e sonhos acalentados. No início, minha ideia de fazer o chamado “Normal” não foi bem-vista pela família. Meus pais, no fundo, desejavam me ver “Doutora” (não sei bem em que), e por esta razão me incentivavam a fazer o “Científico”, por acreditarem que com ele eu teria mais chances de ser aprovada no vestibular. Minha teimosia, entretanto, fez-me bater pé e seguir no meu propósito. Se bem que a grande culpa pela minha escolha eu posso atribuir a eles, que me presentearam, quando tinha por volta de sete anos, com um quadro negro (na verdade, verde), que passou a ser utilizado por mim nas brincadeiras com meu irmão e meu grupo de amigos - onde eu sempre atuava

como professora, é claro! Só um parêntese: dois anos depois de meu ingresso no Curso Normal, meu irmão e minha mãe (que retomara seus estudos, tendo concluído o ginásio) resolveram seguir o mesmo caminho e, enfim, tornamo-nos unidos não somente pelos laços familiares, mas pelos desafios do magistério.

Aos 17 anos, formei-me e, no ano seguinte, fiz uma complementação (Estudos Adicionais) para trabalhar com Educação Pré-Escolar. Havia tentado o vestibular para Psicologia, mas como colocara somente uma opção (de universidade - no caso, UFRJ -, de curso e semestre), acabei não me classificando. Aproveitei este ano para estudar mais e, no ano seguinte, submeti-me novamente ao martírio do vestibular, mas ainda sem saber muito bem o que desejava em termos de carreira. Já não me inscrevi para Psicologia. Havia feito um teste vocacional que acabou por indicar Letras, Direito e Serviço Social. Acabei optando pelo último, talvez em razão de, à época, fazer parte do Grupo Jovem da minha Paróquia, estando sempre envolvida com campanhas, doações voltadas para “famílias carentes” do bairro, levando-me a estabelecer uma associação direta entre o SeSo e a caridade, as boas ações- perspectivas estas que em pouco tempo eu mesma desconstruía, num movimento radical que refletiria na minha relação com a instituição Igreja Católica e sua doutrina, levando-me a deixar de professar qualquer tipo de fé (inclusive os dogmas que a academia tentaria me impingir). Fui aprovada e, antes mesmo de formalizar a matrícula, recebi em casa a visita de um tio que era capitão reformado do Exército e que de tudo fez para convencer meu pai a não me deixar frequentar uma universidade onde, segundo suas palavras, só tinha “comunista e maconheiro”. Meu pai agradeceu muito a preocupação, mas em nenhum momento tentou me dissuadir do meu propósito.

— O “RIO” E SEUS “AFLUENTES” —

*“Anda, parar é covardia e olhar para a cidade do passado é ignorância”.*

KHALIL GIBRAN

Matriculei-me, em 1983, no Curso de Serviço Social da UFRJ, na “primeira turma do currículo novo” (expressão sempre utilizada pelos nossos professores), aprovado em 1982 pelo Conselho Federal de Educação. Ainda estávamos sob o regime ditatorial, mas num momento de abertura política, iniciado em fins dos anos 1970 – período marcado pela anistia de exilados, pela revogação do Ato Institucional nº 5 e pelo retorno do pluripartidarismo. Mesmo assim, ouvia dos docentes relatos das atrocidades cometidas contra seus alunos e colegas de trabalho em momentos anteriores.

Minha turma possuía um importante protagonismo na Escola de Serviço Social. Foram muitas as bandeiras levantadas/defendidas (sobretudo em relação à Educação Pública, à redemocratização, às lutas sociais pela moradia, pela saúde, em defesa das mulheres). Minha graduação foi marcada por várias greves, manifestações, ocupações da reitoria- retrato de um Brasil que “mudava de cara”, de uma universidade que se tornava socialmente referenciada. Eu - na condição de aluna trabalhadora desde o segundo ano do curso - sentia-me, por força das circunstâncias, impedida de viver plenamente a “vida acadêmica”, tanto no que se referia à participação no movimento estudantil e nas muitas manifestações ocorridas ao longo daqueles anos, quanto no que dizia respeito ao envolvimento em atividades de pesquisa. Disto me ressinto, pois como vislumbrava a carreira docente, esta vivência teria me permitido enorme aprendizado. Por outro lado, tornei-me muito mais sensível aos dilemas vividos por tantos discentes trabalhadores que cruzariam meu caminho, que correm de lá para cá, na labuta diária, acalentando sonhos compartilhados com seus familiares - muitos dos quais não tiveram a mesma chance de chegar ao ensino superior.

Já no primeiro período da graduação, fui apresentada a autores da tradição marxista e ao próprio Marx, através do Manifesto do Partido Comunista e da Ideologia Alemã, ambos em coautoria com Engels. Ao chegar à minha casa com o primeiro livro, meu pai ficou assustadíssimo e pediu que eu o encapasse, pois não era conveniente exibir uma obra como aquela em locais públicos. Ele sabia que eu lia durante a viagem de trem e acho que foi esta a primeira vez que falamos claramente dentro de casa sobre a ditadura.

Tive uma formação permeada pelos dilemas, equívocos e propostas que, desde aquela época, dão o tom ao debate sobre a profissão, demonstrando a preocupação dos profissionais quanto à compreensão do significado sócio-histórico do Serviço Social no contexto da divisão sociotécnica do trabalho. Dentre as questões que marcaram a minha graduação, considero relevante aquela chamada por Yamamoto de “visão messiânica da profissão”,

Deslocada do solo da história, de cunho voluntarista e subjetivista, ingênua quanto às possibilidades revolucionárias da profissão, muitas vezes embalada por um discurso com propostas e veleidades críticas. Marcada por uma visão mágica da transformação social, que passa a ser reduzida a uma questão de princípios. Muitas vezes, esse discurso se reduz ao compromisso individual do Assistente Social, como se a nossa vontade e propósitos individuais fossem unilateralmente suficientes para alterar a dinâmica da vida social, caindo, não raras vezes, numa concepção basista da condição do exercício profissional (1992, p.124).

A ingenuidade presente em tal visão chegou, em algumas ocasiões, a antagonizar “campos da prática”: quanto mais distantes se encontrassem profissionais e estagiários das instituições (e, em contrapartida, mais próximos dos movimentos sociais/populares), mais o chamado compromisso profissional e o ideal de transformação social poderiam se manifestar. Aqui, cabe uma



contextualização: estávamos no primeiro quinquênio dos anos oitenta, época em que os movimentos sociais ganhavam a cena, trazendo a potencialidade de luta fora dos canais institucionalizados.

A confusão estabelecida entre a dimensão política da profissão e a identificação dela com algum partido (Iamamoto, 1992, p.81) também foi marcante naqueles anos. Em razão disso, percebia-se no meio acadêmico certo sectarismo e uma associação direta entre práticas de “vanguarda” e/ou “alternativas” com militância político-partidária. Os professores também eram classificados como conservadores ou “reconceituados”. Acho que isto acaba por ser uma marca da academia - querer enquadrar, criar rótulos, o que leva, em alguma medida, ao esgarçamento das relações interpessoais, a disputas desnecessárias. Fui aluna de Maria Helena Rauta Ramos, Maria Inês Bravo, Maria Helena Lima, Suely Souza de Almeida, Tecla Machado Soeiro, Alcinda Cardoso, Maria Augusta Temponi, Francisco Ary Medeiros e uma nova geração - Rosana Morgado, Lilia Pougy - e tantos outros que mais tarde iriam se tornar meus colegas de trabalho.

Durante a graduação também pude sentir a necessidade de um redimensionamento da assistência, resgatando-a para o Serviço Social, que, ao ser diretamente associada às práticas conservadoras, ao voluntarismo, ao assistencialismo, havia sido demonizada no contexto da profissão. Segundo Alayon, parecia que os assistentes sociais estavam

incapacitados para compreender a enorme dimensão que o assistencial adquire para os despossuídos. As necessidades concretas têm de ser o ponto de partida; é sobre ele, pois, que se poderá impulsionar a organização e o processo de luta por reivindicações. Quem estará em condições de refletir e agir em favor da organização do bairro, sindical ou política se se encontra doente e faminto? (1992, p. 56)

Felizmente, nas décadas seguintes, os assistentes sociais passaram a rever tal posição, contribuindo na luta para inscrevê-la no

rol da Seguridade Social, além de a resgatarem enquanto campo de intervenção profissional, agora compreendida como direito.

Meu estágio, durante um período, foi realizado num campo de extensão da própria Escola de Serviço Social e, como não poderia ser diferente naquele contexto, referia-se à atuação junto aos movimentos sociais. Tratava-se do Projeto Intitulado “Movimentos de Saúde da Ilha do Governador”, que à época era coordenado pela Professora Maria Inês Bravo. A docente era extremamente engajada com a causa e teve (e ainda tem) um protagonismo significativo nas lutas referentes à Saúde. Fui seduzida pela proposta, mas não demorou muito para deixar-me abater pela frustração, o que quase me fez abandonar o curso (devo dizer que entre o ingresso no Serviço Social e o terceiro ano do curso, fiz outros dois vestibulares - Letrase Pedagogia). No decorrer das reuniões realizadas com os moradores ou em cada abordagem feita em suas casas percebia no olhar de cada um deles certa perplexidade, talvez descrédito. Era como se perguntassem: “E então, o que mais vocês têm a oferecer?”

A angústia que senti diante de tantas necessidades concretas e imediatas apresentadas por aqueles moradores, bem como a constatação de que nada tinha a ofertar além do discurso de que precisavam conhecer seus direitos, se organizar, participar etc., levaram-me a fazer a trajetória inversa daquela realizada por muitos dos meus colegas de turma ou contemporâneos - fui dos movimentos sociais para a Instituição.

A partir de então (e até o final do curso), inseri-me como estagiária no Centro de Reabilitação Social da Fundação Leão XIII de Campo Grande, que abrigava cerca 800 internos - pessoas recolhidas das ruas da cidade, a maioria em idade avançada, dependentes de álcool e outras drogas-, que, por estarem tanto tempo em situação de total invisibilidade, estigmatização, demonstravam descrença na própria condição de humanidade. Nessa época, já havia feito concurso público para a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e lecionava em Paciência, bairro onde morava.

No campo de estágio, deparei-me com todas as limitações que as instituições também apresentam, mas igualmente consegui vislumbrar possibilidades. Além de ter conseguido criar um grupo com internos, desenvolvi minha pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, em parceria com uma amiga, Rosaura Candida Torres, onde debruçamo-nos sobre as histórias de vida de alguns usuários, com foco nos processos por eles vistos como determinantes da condição em que se encontravam. Atuar naquela instituição deu-me novo gás, fez-me ter mais clareza em relação ao potencial da profissão e ao que poderia encontrar nos campos de intervenção.

Gostaria de fazer, neste momento, uma breve referência à minha atuação como professora da Rede Pública Municipal, pois foi através dessa experiência que tive certeza de que havia feito a escolha certa ao fazer o “Normal” e de que deveria investir na carreira docente. Amava a sala de aula, sentia-me instigada a lidar com os desafios surgidos a cada dia na relação estabelecida com alunos e colegas, adorava criar atividades que pudessem tirá-los de sua zona de conforto, que os fizessem pensar. Abominava os livros didáticos e costumava trabalhar com elementos extraídos da própria realidade dos alunos. Também ocupava o pátio e o quintal da escola com atividades que, de maneira lúdica, remetiam a conteúdos curriculares. Fazia trabalhos de campo. Numa das escolas onde trabalhei, era vista como a “Professora Maluquinha”, mas nessa mesma escola, onde peguei uma turma de 20 alunos para alfabetizar, tenho orgulho de ter cumprido minha “missão”, respaldada por toda minha “maluquice”, antes mesmo concluir o ano letivo. Maior prazer foi ter sido encontrada por uma dessas alunas, 30 anos depois, no Facebook, onde ela narrou cheia de emoção as lembranças e aprendizados que aquele ano deixou na sua vida.

Dividindo-me entre trabalho, faculdade e estágio, no balanço do trem minha vida corria. Atravessava toda a cidade, dia após dia, num movimento pendular extremamente extenuante, despendendo mais de 4 horas diárias dentro de transportes públicos, dormindo cerca de 5 horas por noite, não tendo direito ao lazer nos finais de semana. Foi um período bastante intenso.

Concluída a graduação em 1986, vi-me diante de dúvidas, incertezas. Embora já tivesse um emprego público, não desejava engrossar o contingente de profissionais graduados que não conseguiam atuar em suas áreas de formação. Não queria ver meu diploma emoldurado, decorando a sala de casa, ou jogado em alguma gaveta. Pretendia intervir e, para tal, investi na releitura de todo o material que considerava pertinente para tornar-me “concurseira”. No semestre seguinte à minha formatura, tentei residência na Fiocruz, onde fui aprovada em segundo lugar na prova escrita, mas acabei desclassificada por não ter comparecido à entrevista em razão do falecimento do meu pai, que foi sepultado justamente na data prevista para tal. Foram muitas dores ao mesmo tempo, muitas perdas.

Em julho de 1987, resolvi inscrever-me na seleção para o Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do Serviço Social da UFF, mesmo período em que foi lançado o edital de concurso para a Prefeitura de Volta Redonda. Realizei ambas as provas e fui aprovada. Passei a dividir-me entre o curso de especialização, em Niterói, o trabalho como assistente social, em Volta Redonda, mas decidi me demitir ao final do primeiro mês de trabalho, por não ter afinidade com a área em que iria atuar - saúde mental - informação que não estava indicada no edital, tampouco havia por parte da Prefeitura qualquer preocupação com o treinamento dos profissionais concursados. Passei a me manter com a bolsa que tinha na Universidade Federal Fluminense (oriunda do CNPq) e com o salário de professora da SME/RJ - momento em que já atuava na Educação de Jovens e adultos, tendo assim permanecido até setembro de 1988, quando finalmente exonerei-me da função.

No decorrer do curso de especialização, comecei a me familiarizar com questões que, naquele mesmo ano (1987) passariam a permear o debate profissional, a partir da XXV Convenção da ABESS, como aquelas referentes à unidade teoria/prática, método, dentre outras. Na UFF, fui aluna de Suely Gomes da Costa, Nobuco Kameyama, Ronaldo Coutinho, Maria Aparecida Tardin Cassab, e outros tantos docentes que minha memória já não consegue alcançar.

Tudo parecia estar a meu favor, naquele momento. Fui convidada pela Professora Alcinda - à época chefe do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da ESS/UFRJ - a submeter-me à seleção para professora substituta, além de me ter sido oferecida uma bolsa de pesquisa no Projeto de Delegacia de Mulheres, coordenado pela Professora Suely de Almeida. Acabei recusando ambas as propostas, tendo em vista os vínculos profissionais/institucionais já em andamento. Certamente, não foram decisões fáceis, dadas as possibilidades que se abriam de experiência no Ensino Superior e em pesquisa, que poderiam contribuir - em termos de experiência e currículo - para o que objetivava, que era ingressar no mestrado e seguir carreira docente.

Em meados de 1988, ainda realizando a especialização e imbuída de maior clareza a respeito das possibilidades e limites da profissão, realizei dois concursos públicos - o primeiro para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o outro para o Programa Especial de Saúde da Baixada - PESB/RJ. Em ambos fui aprovada e passei por treinamentos de um mês, em cada um deles. A bem da verdade, ao que denominavam “treinamentos” eram palestras para apresentação dos programas e projetos a serem desenvolvidos, das áreas e instituições, mas ainda sem assinatura dos termos de posse. Na hora de proceder à escolha, optei pelo segundo (PESB) que detinha um potencial mais inovador, arrojado, com muitas frentes de atuação, com um salário mais convidativo e uma carga horária mais flexível, o que me permitiria investir no mestrado.

Foi uma experiência absolutamente incrível, dado o perfil dos profissionais de todas as áreas - a grande maioria de recém-formados -, o que fortaleceu nossos vínculos em busca de respostas às demandas apresentadas pelo Programa e por seus usuários. A vocação participativa do PESB deixou todas as “brechas” possíveis para que algumas categorias profissionais elaborassem seus projetos de intervenção, o que resultou, em se tratando da equipe de Assistentes Sociais, em propostas bastante avançadas

se comparadas ao que se observava em muitas outras instituições. Surgiram atividades com mulheres, onde discutíamos sexualidade, violência, planejamento familiar, trabalho, participação comunitária etc. Foram fortalecidos os espaços de representação da população no Conselho Diretor da Unidade, sem falar nas ações sociais desenvolvidas em parceria com grupos organizados da comunidade.

Apesar de suas propostas avançadas, do montante de recursos empenhados inicialmente, da disposição dos profissionais, o PESB foi-se deteriorando e, ao final do terceiro ano, as unidades de saúde vinculadas ao Programa tornaram-se equiparáveis a tantas outras que agonizavam não só na Baixada, mas na grande maioria dos municípios brasileiros.

Absolutamente frustrada com os rumos do Programa, resolvi submeter-me a outro concurso e fui aprovada para atuar do Instituto de Assistência aos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (laserj), onde assumi no início de 1991, permanecendo até março de 1992. Ao contrário do ocorrido no PESB, deparei-me com uma instituição com um ideário arcaico, extremamente hierarquizada, com um grande contingente de profissionais resistentes ao debate, com práticas aprisionadas às rotinas institucionais e sem uma “cultura” de trabalho interdisciplinar. Em pouco mais de um ano, passei por três unidades, em função de problema ocorrido com minha primeira chefe, que assumiu a autoria de um projeto elaborado por mim, o que foi descoberto pela Direção do Instituto, provocando sua exoneração do cargo. Eu, recém-chegada, diante desta crise, acabei convidada para atuar como assessora da Diretoria na elaboração de projetos, mas não permaneci muito tempo, pois preferi assumir o desafio de retornar ao trabalho ambulatorial e contribuir no processo de implantação de uma unidade materno-infantil (inclusive este foi o projeto que me foi roubado).

Saí do laserj após ter sido aprovada no Concurso Público para Professor da UniOeste (Toledo) - experiência sobre a qual falarei mais adiante. Finalmente, migrava da “prática” para a docência, opção que sabia que iria fazer algum dia.

Iniciei o Mestrado em Serviço Social na ESS/UFRJ em 1989, quando já atuava na Baixada como assistente social do PESB, sem falar que ainda não havia concluído a especialização na UFF, o que me levava a atravessar os limites da Cidade e circular por toda ela num mesmo dia, por mais de uma vez. Fazer esse esforço todo, naquele momento, não se apresentava como um fardo, mas como um desafio, como meio para a realização de sonhos. A (i)mobilidade urbana não se constituía em problema para mim, afinal era muito jovem, sabia que somente percorrendo aquele “caminho” chegaria aonde pretendia chegar. Sabia, igualmente, que todo sonho tem seu preço, a exemplo do que é sugerido pela poeta:

*Quanto custa um sonho?*

*Alguma coisa ele sempre custa.*

*Muitas vezes muitas coisas ele custa,*

*outras vezes outros sonhos ele custa.*

*Não importam os percalços, os sacrifícios, os espinhosos enredos.*

*Não importa. Uma vez vivido,*

*o sonho está sempre num ótimo preço!*

A CONTA DO SONHO, ELISA LUCINDA

Minhas andanças pela Baixada e a constatação da forte influência exercida pela Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis sobre o cotidiano da população nilopolitana suscitaram-me algumas indagações, que resultaram num projeto de pesquisa inicialmente apresentado numa disciplina que realizei na UFF, durante a especialização, e, em razão dos elogios que recebeu e dos incentivos para que fosse submetido numa seleção de mestrado, acabou me levando a inscrevê-lo naquela realizada pelo PPGSS/UFRJ, no final de 1988.

Ao contrário do que ocorrera na UFF, senti certa resistência em relação à minha proposta por parte dos docentes que compuseram a banca, tendo uma professora inclusive feito a seguinte pergunta, com um tom que remetia a certo estranhamento, talvez

perplexidade: - “Então me diga: por que escola de samba?” Eu, sem saber ao certo o que dizer, pois o projeto já expunha todas as minhas motivações e a própria relevância do tema, resolvi responder com outra pergunta, de certo modo aceitando o risco de ser excluída do processo: - “Por que não escola de samba?” E fez-se o silêncio. A conversa passou a girar em torno da minha prova e, apesar do meu abuso (ou enfrentamento, não sei), fui aprovada (em 9º lugar, entre dez aprovados, é verdade), e com o projeto classificado na categoria “outros”, como se não coubesse em qualquer uma das linhas de pesquisa do Programa. Naquele momento, senti um misto de tristeza e desencantamento, não pela classificação que tivera - apesar de estar mal-acostumada a ficar sempre entre os três primeiros nos concursos -, mas por constatar que, justamente ali, na Instituição responsável por grande parte da minha formação, organizações que faziam parte do cotidiano das classes populares mantinham-se envoltas num exotismo, quando não taxadas de alienantes. Essa perspectiva só serviu para corroborar o que havia sido expresso por Magnani:

As populações dos bairros periféricos são objeto de atenção e interesse na medida em que se organizam em associações e protagonizam movimentos reivindicativos. Outras práticas, através das quais enfrentam o cotidiano, não são levadas em conta, ou então são consideradas como obstáculos à percepção de seus interesses e a uma ação política consequente: sua concepção de família é tida como conservadora; suas tradições, resquícios fragmentários de uma cultura rural e pré-capitalista; seus gostos estão descaracterizados por influência dos “media”; sua religiosidade é fator de alienação e seus projetos de vida, tentativas frustradas de ascensão social. (1984, 19)

Naquele momento, tive a impressão de que o Serviço Social, de certo modo, continuava desprezando discussões que extrapolassem questões referentes à luta de classes, ao Estado, aos partidos, aos



movimentos sociais, sem falar naquelas relacionadas diretamente aos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão. Sem dúvida, tal compreensão equivocada a respeito do que deveria/poderia ser de interesse ao universo profissional refletiu na dificuldade que tive de conseguir orientador.

Depois de várias buscas e várias negativas, fui aceita pelo Professor Jean Robert Weisshaupt, que tinha uma formação bastante singular, transitando entre a Filosofia, a Sociologia e o próprio Serviço Social (área de seu doutoramento). Nossa aproximação deu-se numa disciplina eletiva que cursei, quando apresentei um trabalho sobre Foucault (e ele era “foucaultiano”), tendo-o procurado várias vezes para solicitar bibliografia complementar, discutir alguns eixos, sanar algumas dúvidas, o que resultou num conceito A e na sugestão, pelo docente, de encaminhamento do *paper* para publicação - o que ele me cobrou muitas vezes, mas eu sempre apresentava uma desculpa para fugir da missão, por não me sentir segura em relação a um “caminho teórico” que ele desejava me imputar. E esse sempre foi meu problema: não aceitar enquadramentos, não fazer de qualquer teoria um dogma ou profissão de fé. Obviamente, tal postura acabava por me custar muito caro, como ocorreu naquele momento, quando tive que renunciar à orientação e recomeçar a busca por um outro “alguém” capaz de me indicar um norte a ser seguido na minha caminhada por Nilópolis e pelo universo das escolas de samba.

Foi num momento já de desânimo que me deparei com a Prof<sup>a</sup> Myriam Moraes Lins de Barros, que havia ingressado na Escola de Serviço Social como Pesquisadora Visitante no mesmo ano em que iniciei o mestrado e, salvo engano, chegou a ministrar, juntamente com a Prof<sup>a</sup> Ana Quiroga, um módulo da disciplina de Pesquisa em que eu havia me inscrito. Conversamos sobre minha proposta, tendo ela aceitado o desafio de me orientar. Ela, antropóloga, eu quase “desistente social”, retomamos o projeto com a clareza de que, naquele momento,

para o Serviço Social [...] a Antropologia representa[va] o ramo menos conhecido e de presença mais marginal no interior da formação profissional. Esse relativo desconhecimento e o reduzido manejo em relação ao potencial das formulações teóricas por ela elaboradas terminam[vam] por não dar a noção do valor de suas contribuições e do enriquecimento que uma interlocução com ela nos possibilitaria. (Fausto Neto, 1993, 21)

Felizmente, essa realidade foi, aos poucos, sendo alterada no contexto do PPGSS/UFRJ, e hoje já contamos com vários professores desta área contribuindo significativamente para a afirmação de novas linhas de pesquisa, novos olhares, outras possibilidades de compreensão da realidade social.

Consegui finalizar os créditos do mestrado num prazo razoável, até porque trouxera várias disciplinas da Especialização da UFF, que foram aproveitadas em sua integralidade, isentando-me de cursá-las novamente no PPGSS/UFRJ. Entretanto, levei mais de 4 anos para concluir o curso, num momento em que este era o prazo regimental de integralização, mais tarde reduzido pelas agências de fomento. Vários fatores podem ser apontados como determinantes desta postergação: em primeiro lugar, as dificuldades que tive para lidar com o “objeto” que eu havia escolhido (que, de certo modo, já esperava encontrar): escassez de bibliografia; problemas no tocante à aproximação efetiva com o campo empírico - visto que a área que escolhera para pesquisar era de domínio de contraventores e marcada por muita violência. Além de todos estes empecilhos, havia um outro elemento: ao optar pelo resgate dos conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais, especialmente pela Antropologia, tive que, de certo modo, “reaprender a olhar”.

Em segundo lugar, imediatamente após a conclusão dos créditos, mudei-me do Rio para Toledo, onde fui lecionar na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UniOeste), situação que, numa época em que não dispúnhamos dos mesmos meios informacionais de

hoje, dificultava tanto um contato mais regular com a orientadora, quanto a aproximação ao campo.

Avaliando, agora, tal momento da minha vida, devo dizer que todos os dilemas vividos me permitiram amadurecer profissionalmente. No que tange ao mestrado, especificamente, pude através das disciplinas cursadas entrar em contato com novas polêmicas, retomar/buscar fontes clássicas, aprofundar questões já assinaladas na graduação e na especialização, sobretudo aquelas relacionadas aos paradigmas (ou sua “quebra”) e a forma como rebatiam no ensino, na pesquisa e no exercício profissional. A suposta “crise” que se dizia estarem passando as Ciências Sociais poderia, sim, indicar novos horizontes teóricos, inclusive para o Serviço Social. Discussões como estas não seriam tão ricas se não contássemos, naquele momento, com um corpo docente tão qualificado: Marilda Yamamoto, José Paulo Netto, Nobuko Kameyama, Ana Maria Quiroga Fausto Neto, Maria Helena Rauta Ramos, Maria Inês Bravo, Maria Helena Lima, José Maria Gomes, Carlos Nelson Coutinho, minha orientadora (Myriam Lins de Barros) e o próprio Jean Robert, já citado anteriormente.

### — MEUS RIACHOS TEMPORÁRIOS —

*“Preciso de um tempo, preciso me reencontrar  
em novos caminhos e preciso disso agora”*

CAIO FERNANDO ABREU

Minha ida para Toledo, para atuar como professora efetiva na UniOeste, permitiu-me vivenciar experiências inimagináveis, nem sempre prazerosas, dentro e fora do universo acadêmico. Deparei-me com uma universidade em formação (ainda em processo de reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação) e um curso de Serviço Social passando por revisão curricular. A realidade que lá encontrei não fugia muito à regra vivida por grande parte dos

cursos de Serviço Social brasileiros. Apesar de docentes e discentes perceberem a importância do investimento no tripé formado por Ensino-Pesquisa-Extensão, constatava-se uma prevalência do primeiro, em detrimento dos demais.

A pesquisa, quando muito, era trabalhada como matéria curricular, ou discutida periféricamente em alguma disciplina. Sem projetos de extensão, a universidade praticamente ficava limitada aos seus próprios muros - mesmo considerando a importância que a presença de uma instituição de ensino superior possuía no contexto de uma cidade com cem mil habitantes, naquela época. Em relação à capacitação docente, a UniOeste não dispunha de uma verdadeira política. Embora seus dirigentes repetissem com frequência a máxima de que *“a universidade se faz com doutores”*, poucas ações efetivas eram realizadas visando o incentivo de seus professores à qualificação. O curso de Serviço Social, mesmo apresentando um projeto de formação profissional em consonância com a direção social proposta pela ABESS, não conseguia fazer com que, efetivamente, este transpusesse o nível da intencionalidade. (ABESS nº 4, 1991, 103).

Permaneci apenas um ano e meio na referida IES, onde lectionei quatro disciplinas diferentes - Teoria do Serviço Social I e II e Metodologia do Serviço Social I e II -, orientei monografias e realizei supervisão acadêmica a estagiárias da área de saúde. Também participei de banca para seleção de professores substitutos, além de ter assumido a Coordenação do Curso após recomendação de meu nome por parte do Colegiado do Departamento e, a partir de consulta pública, o apoio pela quase totalidade dos votantes.

Como Coordenadora de Curso, a despeito do pouco tempo de permanência no cargo - cerca de um semestre -, conduzi o debate acerca de ementas e programas, depois de constatar a ausência e/ou a sobreposição de conteúdos entre as disciplinas. Além disto, participei de reuniões com a Coordenadora de Ensino da UniOeste, objetivando pensar em caminhos que levassem a uma revisão curricular mais adequada ao perfil da universidade e de

seu público. Também estive presente na discussão sobre normas de estágio e Trabalho de Conclusão de Curso, que ainda estavam à deriva no contexto institucional.

Acumulei por alguns meses o referido cargo com o de Coordenadora de Estágio, buscando aproximar o curso das demandas postas pela comunidade universitária e pela sociedade. Decorreu daí o projeto de extensão chamado de “Núcleo de Serviço Social”, que, a princípio, teria duas frentes básicas de trabalho: assistência aos alunos e trabalho com crianças em situação de rua. Apesar de aprovado, houve a indicação por parte da Direção da Unidade de que fosse iniciado em 1993. Logo, não cheguei a ver sua implementação.

Enquanto minha passagem pela UniOeste foi marcada por grande reconhecimento em torno do meu trabalho (tanto que, em 2012, recebi a *“Homenagem pela participação relevante no desenvolvimento dos 25 Anos do Curso de Serviço Social da UniOeste - campus de Toledo”*), provocando-me grande satisfação, não posso dizer o mesmo sobre minha vida cotidiana fora dos muros da academia, em função de encontrar-me numa cidade marcada pela presença de grupos extremamente conservadores, muitas vezes racistas, que de tudo faziam para constranger aqueles que não eram do lugar. Esses elementos foram determinantes para me provocar o desejo precoce de deixar Toledo. Percebia que essa postura dos moradores da cidade em relação aos *“outsiders”* produzia impactos na saúde de muitos docentes, tanto que havia entre eles um grande contingente que fazia uso abusivo de álcool e outras drogas (o que pude verificar numa das festas promovidas pela nossa Associação), além de outros que apresentavam sintomas de depressão. Eu mesma, em algumas situações, sentia-me prostrada, angustiada, com uma tristeza que parecia não ter fim.

Minha vontade de abandonar tudo e “voltar a viver” me levou, ainda em 1992 (portanto, no mesmo ano que ingressei na UniOeste) a me inscrever no concurso para o Departamento de Fundamentos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), tendo

sido aprovada em 3º lugar. A convocação para assumir a vaga só veio no ano seguinte e, mais uma vez, parti em direção a novos desafios.

Tinha expectativa de, ao contrário do que ocorrera na UniOeste, encontrar na UFJF um curso com possibilidades outras para além das atividades de ensino, mas não me deparei com nada muito diferente do que já havia experimentado. O curso passava igualmente por um processo de revisão curricular, discutia-se a prática acadêmica e havia uma iniciativa, ainda incipiente, de incentivo à pesquisa e extensão, a partir da lotação de professores nos chamados “Núcleos”, que se distinguiam por áreas temáticas: saúde, movimentos sociais e relações de trabalho. Fui designada para o Núcleo de Saúde, em razão da minha experiência profissional e da falta de professores que tivessem envolvimento com a questão, o que trazia implicações na supervisão de alunos em estágio, bem como nas orientações de trabalhos de conclusão que se voltavam para a discussão de problemas específicos a este campo de intervenção - à época, um dos principais no âmbito do Serviço Social. A meu ver, o fato de os pesquisadores serem distribuídos por Núcleos de forma quase compulsória era uma das razões para a pesquisa e a extensão não deslançarem, não galgarem expressividade. Muitos professores, embora possuindo interesse por outros temas, por áreas diferenciadas daquelas a que estavam vinculados, acabavam por simplesmente corresponder a uma exigência institucional, tornando sua prática extremamente burocratizada, investindo exclusivamente no Ensino.

Em Juiz de Fora ministrei disciplinas no âmbito dos Fundamentos do Serviço Social, orientei alunos para elaboração de monografias de conclusão de curso, participei de discussões sobre a revisão curricular, ao mesmo tempo em que tinha pressa de concluir meu mestrado, que já estava em atraso.

Em abril de 1994, recebi a notícia que tanto desejava, mas que não esperava naquele momento: encontrava-me grávida. Novo dilema se apresentou em minha vida, pois na época eu residia em

Juiz de Fora, enquanto meu companheiro morava e trabalhava no Rio. Comecei a sentir angustiada diante da possibilidade de, em poucos meses, estar sozinha numa cidade onde meu círculo de amizades era restrito, não tinha parentes e não poderia contar com o meu companheiro nesse momento em que eu me tornaria mãe. Coincidentemente, a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) abriu vagas para docentes e eu resolvi, mais uma vez, inscrever-me num concurso público. Comuniquei minha decisão à minha chefia, em Juiz de Fora, e comecei a me preparar para a prova. Enquanto relia a bibliografia indicada, a todo instante voltava à minha mente um fato ocorrido quando eu fazia uma visita a uma escola montessoriana existente na Urca (em 1982), acompanhada por colegas da turma de Estudos Adicionais (complementação em Pré-Escolar) do IESK. Ao passar diante do campus da Praia Vermelha, disse para o grupo: - *Eu estudarei aqui!* Alguns passos adiante, complementei a frase: - *Eu darei aula aqui!* - afirmações que se tornaram motivos de piada e gargalhadas entre minhas colegas. Será que cumpriria minha promessa (ou meu destino)?

**— POROROCA:  
AS GRANDES E, POR VEZES, VIOLENTAS  
“ONDAS” NO MEU ENCONTRO COM O “MAR” —**

*“Tempo de uiaúia: o rio onde os peixes  
nascem é o mesmo que os mata”.*

ANIBAL BEÇA

Em maio de 1994, prestei o concurso e fui aprovada, e em agosto do mesmo ano assumi. Da cerimônia de posse lembro-me muito bem do discurso de Maria Augusta Temponi, à época Sub-Reitora de Pessoal e Serviços Gerais - SR/4, que se referiu a mim falando de sua satisfação por ter sido minha professora e me encontrar ali,

agora na condição de colega. E complementou que sentia sempre muito prazer ao se deparar com alunos que detinham o potencial de superar seus mestres.

Se tal cerimônia foi marcada por este tom, onde me senti acolhida e, mais que isso, lisonjeada pelas palavras que me foram ditas por Maria Augusta, não posso dizer o mesmo em relação à recepção que tive pela chefia do Departamento de Fundamentos e pela Direção da Escola de Serviço Social. Foram momentos difíceis vividos naquele semestre em que ainda me encontrava grávida, tendo piorado bastante depois que me tornei mãe. Numa Instituição onde a presença feminina era massiva, que tinha como marca uma formação propalada como progressista, percebia algo de contraditório no ar e pensava em espalhar pela Escola, em cartazes com letras garrafais, a seguinte frase: *“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.”* (Freire, 2003, p. 61)

Sentia-me, muitas vezes, como um fardo para instituição, pois a cada internação sofrida por minha filha, em decorrência de suas crises de bronquite (e foram várias, ao longo dos primeiros anos) ficava impossibilitada de comparecer e, mesmo apresentando licença/atestado médico, era tratada como irresponsável, embora nunca tivesse deixado de cumprir as atividades a mim designadas, mesmo que para tal fosse obrigada a repor aulas em período de férias ou levar tarefas para casa. Mas respirava fundo e lembrava do “Poeminho do contra”, de Mário Quintana: “Todos esses que aí estão/Atravancando meu caminho, /Eles passarão.../Eu passarinho!”

E continuei voando... Voando entre disciplinas ministradas nos cursos diurno e noturno - a princípio, aquelas rejeitadas, as que ninguém queria; depois tendo maior possibilidade de escolha. Assumindo supervisões de alunos em campo de estágio e, logo no primeiro momento, justamente na área de saúde mental, com a qual eu não possuía qualquer afinidade - inclusive tendo sido este um dos motivos de meu desligamento da Prefeitura Municipal de Volta Redonda, como relatei anteriormente. Somente no segundo



ano de docência na UFRJ, elaborei um projeto de pesquisa. Na ocasião, minha filha tinha quase um ano, eu já contava com uma rede de apoio em casa, podendo permanecer por mais de doze horas na ESS em determinados dias da semana, em razão dos horários que me eram atribuídos- inclusive num período em que eu ainda amamentava.

Fui acolhida no grupo de pesquisa coordenado pela Professora Ana Maria Quiroga Fausto Neto, que trabalhava com questões relacionadas à juventude. Elaborei o projeto “Juventude Urbana Pobre e consumo - entre o querer e o ter”, que foi submetido por ela, juntamente com o seu, ao CNPq, tendo sido contemplado com bolsas de Iniciação Científica. Enfim, depois de ter passado por outras duas IES, eu daria início, como docente, às atividades de investigação que eu tanto reivindicava. Desde então, a pesquisa tem sido, para mim, a grande articuladora entre ensino e extensão, atividade que me permite compartilhar experiências, ampliar horizontes pessoais e acadêmicos, formar alunos, construir redes e parcerias, conhecer realidades próximas e distantes.

Nessa pesquisa, voltei meu olhar para as formas como os jovens pobres urbanos consomem (ou sonham consumir) e os espaços por onde circulam. Para tal, buscava descortinar suas representações acerca do trabalho e as ambiguidades que o perpassam, sobretudo no que diz respeito ao fato deste, muitas vezes, não viabilizar o acesso aos seus “objetos de desejo”. Percebi o quanto o consumo permeava a sociabilidade urbana, criando e recriando relações entre os jovens pobres e o restante da sociedade. Consumir tornava-se, por assim dizer, muito mais que usufruir de um bem. Era, igualmente, usufruir de um espaço social que a todo tempolhes era negado em função dos preconceitos e discriminações de toda sorte que sofriam. Ao longo desta pesquisa, trabalhei com referências que tratavam do aspecto plural da juventude, discuti com os bolsistas categorias/conceitos como consumo, cultura, cidadania, pobreza urbana, utilizando autores oriundos de diversos campos de saber e filiados a distintas

correntes teóricas. Dentre eles destaco Philippe Ariès, Nestor Garcia Canclini, Mike Featherstone, Wanderley Guilherme dos Santos, Clifford Geertz, Zygmunt Bauman, Jean Baudrillard, Guy Debord, Marcio Pochmann, José Manuel Valenzuela Arce, Juarez Dayrell, Lúcio Kowarick, Eunice Duhram, Vera da Silva Telles, dentre outros. Alguns Trabalhos de Conclusão de Curso foram produzidos por discentes que participaram desta pesquisa, comunicações foram apresentados em eventos de Iniciação Científica, assim como congressos e seminários foram utilizados como espaços privilegiados de socialização dos seus principais resultados.

A atividade de pesquisa passou a dialogar com o ensino. Neste momento, deixei de assumir a supervisão acadêmica de alunos da área de saúde mental, passando a orientar um grupo que atuava em instituições de atendimento a crianças e adolescentes. Comecei a ministrardisciplinas eletivas, procurando introduzir o tema “juventude(s)” em suas ementas, o que atraiu um número significativo de inscritos. Era interessante notar que os alunos se sentiam “parte” do debate, já que tratávamos de questões atinentes ao universo e aos dilemas que eles própriosviviam - seu processo de construção identitária, a definição de projetos futuros, seu contexto familiar, a dimensão do trabalho, relações de consumo, dentre outras.

O vínculo com a temática foi importante também para um trabalho de assessoria encomendado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, realizado em 1997 por mim e pela Professora Joana Garcia, com vistas à elaboração do perfil dos adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medidas socioeducativas no Instituto Padre Severino. Este trabalho me aproximou de uma realidade que eu não conheciae onde pude ver de perto o horror de instituições destinadas ao que costumam chamar de “ressocialização” destes jovens. Em audiência pública na ALERJ, apresentamos os resultados, com a esperança de que os dados coletados e as análises realizadas (onde não nos furtamos a denunciar as precárias condições que vimos) pudessem, de alguma forma, produzir impactos positivos no desenvolvimento de políticas voltadas para tal público.

A pesquisa com jovens e as andanças para fazer campo em bairros periféricos, como em Bangu, Realengo e Campo Grande, além de minha própria vivência neste último bairro, despertaram-me o interesse em aprofundar o debate sobre a cidade e o urbano, articulando tais questões ao consumo e à pobreza. Tal ideia surgiu justamente num momento em que já me sentia em condições de encarar um Doutorado, tendo em vista que me encontrava num estágio mais tranquilo de minha vida pessoal e profissional.

### — OUTRAS FONTES, OUTRAS ÁGUAS —

*“A cisterna contém; a fonte transborda.”*

WILLIAM BLAKE

Minhas inquietações me levaram à elaboração de um projeto de pesquisa intitulado “Shopping center - o afrouxamento da promessa de assepsia e o lugar da pobreza nos templos de consumo das cidades contemporâneas”, que mais à frente apresentaria ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFRJ. Objetivava, através dele, analisar a importância que o fenômeno shopping center ocupava no cenário urbano, deixando de se constituir no protótipo da tão sonhada exclusividade requerida pelos segmentos mais abastados da população, tornando-se, também, referência de consumo, lazer e serviços para grupos menos privilegiados, criando territorialidades, estabelecendo processos de discriminação/segregação, consolidando-se como espaço de sociabilidade.

A opção pelo Doutorado em Geografia decorreu da necessidade de respirar outros ares, de me apropriar de outras referências, de dialogar com outros campos disciplinares, o que já havia iniciado no Mestrado ao ser orientada por uma antropóloga. Tinha uma certa proximidade com o debate oriundo da Geografia Humana pelo fato de meu irmão ser geógrafo, estar também em processo

de doutoramento naquela mesma instituição e, em alguma medida, eu ser sempre acionada por ele para fazer uma leitura de seus textos, artigos, trabalhos. Naquele momento, em função de meu tema, ele sugeriu que eu procurasse o Prof. Maurício Abreu que, infelizmente, estaria fora do País no ano seguinte, em estudos pós-doutorais. Diante desta negativa, fiz contato com o Prof. Marcelo Lopes de Souza, que também tinha o urbano como referência e, assim como o Prof. Maurício, estabelecia diálogos com outros campos do conhecimento, como a Sociologia, a Teoria Política, a História. Eu tinha um certo medo de ser orientada por um Geógrafo mais “ortodoxo” que, sendo centrado no seu próprio campo disciplinar, não tivesse abertura suficiente para aceitar meus voos. Eu não fugiria da “gaiola” do Serviço Social para me aprisionar na “gaiola” da Geografia.

Fui aceita pelo Prof. Marcelo, mas tive que pagar um “pedágio” por isso. Ele não me admitiu de imediato. Solicitou que eu participasse, ao longo de todo o ano de 1997, de seu núcleo de pesquisa para - caso visse potencial no meu projeto - aí sim aceitar-me formalmente. Para isso, eu tive que apresentar questões mais consistentes (tanto teóricas/conceituais, como oriundas do campo) durante as reuniões que promovia, assistir a algumas de suas aulas como ouvinte... enfim, submeter-me a um ritual de iniciação. Como, naquele momento, foi a única possibilidade que se apresentou no meu horizonte, aceitei e me iniciei na Geografia Humana/Urbana. Ao final daquele ano, já com o projeto aceito pelo docente/orientador, fiz a inscrição no processo seletivo e fui aprovada.

Os períodos em que realizei os créditos foram de grande prazer, não somente pelos novos conhecimentos que adquiria, mas sobretudo pela convivência com uma turma fantástica, a grande maioria dos colegas já inseridos em alguma universidade como docentes, outros já com experiências anteriores de pesquisa. A turma era formada por 10 alunos e éramos 4 de fora da Geografia - eu, uma arquiteta, um sociólogo e uma bióloga. Fazíamos grupos

de estudo, dividíamos nossas angústias decorrentes das demandas feitas pelos professores das disciplinas e por nossos orientadores, falávamos sobre nossos dramas cotidianos, sobre nossos espaços institucionais.

Senti no PPGG/UFRJ uma cobrança extremamente desigual em relação aos que eram “de fora”. Via-me compelida a demonstrar a todo instante que era digna de estar naquele espaço, de receber uma titulação dali originária. E como eu já era obcecada por notas e conceitos, virava a noite estudando, antecipava trabalhos, trabalhava enlouquecidamente, dividindo as tarefas institucionais (não estava liberada para realizar o Doutorado nos dois primeiros anos e ainda me encontrava na Chefia de Departamento) com as responsabilidades com minha filha e as atividades do doutorado. Fui aluna de Roberto Lobato Correia, Lia Osório Machado, Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Bertha Becker e do próprio Marcelo Lopes, meu orientador. Consegui tirar nota máxima em todas as disciplinas, tive trabalhos indicados para publicação e a tese aprovada (2002), sem restrições (na verdade, mudei duas palavras - para os geógrafos, conceitos - que o “purismo geográfico” não permitiu que fossem usadas por mim como metáforas).

Da tese, resultaram vários artigos, apresentações em eventos de Geografia (SIMPURB, EGAL, Congresso Brasileiro de Geógrafos), de Planejamento Urbano (ENANPUR), de Serviço Social (CBAS e ENPESS), de Sociologia (Congresso Brasileiro de Sociologia), de Antropologia (RBA, Congresso ALAS) dentre outros. Foi o momento que criei coragem e comecei a dar minha cara à tapa em reuniões científicas vinculadas a outras áreas do conhecimento, diferentes daquela da minha formação original. Interessante era que em tais eventos minhas reflexões costumavam ser melhor acolhidas, discutidas, aplaudidas que no âmbito do próprio Serviço Social. Talvez houvesse por parte dos meus pares um estranhamento em relação às minhas escolhas, aos meus caminhos teórico-metodológicos. Uma coisa me incomodava, em especial, nestes eventos da profissão: o fato de serem eventos muito endógenos, com

assistentes sociais falando quase que exclusivamente para assistentes sociais, como se o mundo girasse em torno de uma realidade que demandava somente respostas deste campo disciplinar. Ao contrário do que percebia em congressos, simpósios e seminários de outras categorias - onde fomentava-se o debate interdisciplinar, no Serviço Social, a marca era de celebração da profissão, uma autorreferência, mesmo que as chamadas e ementas e/ou títulos dos GT, das mesas e das conferências apontassem para o debate com profissionais de campos disciplinares distintos.

Participar de eventos em todo o Brasil e mesmo no exterior, ao longo da minha carreira, permitiu-me conhecer a diversidade de povos e culturas. Entre uma mesa e outra, uma conferência e outra, deixava-me perder pelas Cidades, flunar por suas ruas, seus mercados, seus espaços culturais, tentando, sempre que possível, conhecer áreas fora dos circuitos turísticos, adentrar áreas periféricas. Andei de kombi na Cidade do México em meio a carrinhos de compras e galinhas, disputando com os “nativos” uma brechinha no banco; visitei vila de pescadores em Natal e casas de marisqueiras em Salvador; conheci populações ribeirinhas e indígenas em Belém e Manaus; participei de manifestação de professores em Santiago e de um ritual de candomblé numa praça de Montevideo; visitei um quilombo e um Centro de Tradição Gaúcha em Porto Alegre. Comi doce até passar mal na Festa do Divino Pai Eterno de Lagolândia/GO. Enfim, abri meu olhar, passei a enxergar a realidade a partir de outras perspectivas, o que me levou a buscar novos referenciais teórico-metodológicos. Devo ressaltar aqui que, a meu ver, os melhores eventos foram aqueles que não restringiam suas atividades às salas e auditórios, proporcionando aos participantes idas a campo- os de Antropologia e de Geografia sempre propuseram experiências neste sentido, daí meu especial interesse por eles.

Voltando à tese, durante o desenvolvimento da pesquisa e de sua escrita, contei com bolsistas de iniciação científica, que tornaram minha empreitada menos solitária. Era com as alunas

que ia aos *shopping centers* para as atividades de campo, era com elas que discutia alguns textos de referência, era com elas que eu criava estratégias mirabolantes para realizar entrevistas no interior dos empreendimentos e fotografar alguns de seus espaços - o que não era permitido pelos seguranças.

Não sei por que razão, mas o fato é que comecei a ser assediada por jornais e revistas para falar sobre o assunto. Até numa emissora de TV do Mato Grosso, afiliada da Rede Globo, dei entrevista, assim como para a Revista Veja. A Folha de São Paulo me solicitou dois artigos (pelos quais recebi pagamento) sobre condomínios e segurança privada (temas que apareciam de maneira transversal na minha tese). Também foram publicados artigos sobre minha pesquisa no Jornal do Brasil, na Revista da Faperj, na Ciência Hoje... enfim, os holofotes se voltaram para mim. Tive muita dificuldade em lidar com isso, pois houve distorções, apropriações de alguns dados sem que fosse feita qualquer referência à fonte. Além disso, começou a me incomodar a ideia de ser rotulada de “especialista em shopping”, como se eu pudesse responder a qualquer pergunta sobre o assunto - desde questões organizacionais/operacionais e de segurança, passando por relações de trabalho, transporte para clientes e funcionários, decoração etc. Comecei, a partir de 2011 (inclusive num momento em que já estava envolvida com outros temas/objetos de pesquisa) a me negar a dar entrevistas, além de não ter aceitado escrever outros dois artigos encomendados pela Folha. Passado algum tempo, vi-me livre do shopping e finalmente “destituída” do título de especialista que tentaram me atribuir.

— ARQUIPÉLAGO: A (RE)DESCOBERTA  
DE VÁRIAS “ILHAS” PRESENTES NO RIO —

*“É preciso sair da ilha para ver a ilha.  
Não nos vemos se não saímos de nós.”*

JOSÉ SARAMAGO

Saí do shopping - essa “cidade em miniatura”, com seu ambiente climatizado e asséptico (onde havia permanecido de 1997 a 2002) - e me voltei para a “cidade real”. Surgiu, neste momento, o Projeto de pesquisa intitulado “Reencontrando a Cidade-olhares de cariocas sobre o Rio de Janeiro” (2004-2007), onde objetivava desvendar os múltiplos olhares e formas de experimentação do urbano por parte de moradores de áreas diversificadas da Cidade do Rio de Janeiro, considerando questões como a formação de novas centralidades, processos de segregação socioespacial e de territorialização, acesso aos equipamentos e serviços urbanos, vivência do espaço público e privado e construção de identidades na e com a cidade. Para o desenvolvimento deste projeto, contei com bolsistas de iniciação científica (Faperj e Pibic/CNPq). Como campos empíricos, foram eleitos os bairros Centro, Copacabana, Bangu, Campo Grande, definidos em função da facilidade de acesso por parte dos bolsistas envolvidos.

Essa pesquisa me permitiu incrementar as atividades de campo também nas disciplinas que ministrava, acreditando serem elas importantes no processo de apropriação da Cidade pelos alunos, seja no que se refere ao conhecimento da sua história, do uso dos equipamentos que congrega, de estabelecimento de um olhar diferenciado para fenômenos que ela apresenta - muitas vezes por eles naturalizados ou banalizados -, como uso dos espaços públicos por diferentes segmentos/grupos sociais (como trabalhadores informais, população em situação de rua, empresários etc.), habitação, mobilidade urbana, violência, dentre tantos outros temas. Trabalhos de campo foram realizados na área central do



Rio (sobretudo no entorno da Central do Brasil, Morro da Providência, Zona Portuária, Morro da Conceição, Lapa), na zona sul (Copacabana e Leme, incluindo o morro da Babilônia) e também um roteiro até Santa Cruz, atividade de campo com duração de quase 10 horas, através da qual os alunos puderam compreender um pouco do processo histórico que levou à consolidação da chamada “periferia”, além de terem conhecido alguns dos conjuntos habitacionais mais “emblemáticos” da Cidade, como Vila Kennedy, “Antares” e “Cesarão”. Na ocasião, também visitaram monumentos e espaços de interesse histórico/cultural existentes em Santa Cruz, bem como puderam ver os efeitos deletérios sobre o meio ambiente provocados pelas indústrias instaladas na área, sendo a praia de Sepetiba tomada como exemplo. O retorno do ônibus à universidade, nas vezes em que o trabalho foi feito, deu-se pela Barra e zona sul, para que percebessem as diferenças entre as áreas de “segregação induzida” em relação às áreas de “autossegregação” e/ou nobres da Cidade.

Alguns destes “campos”, desenvolvidos no âmbito das disciplinas ministradas desde então, ajudaram a fomentar nos alunos a curiosidade pelo binômio cidade/urbano, levando alguns deles a participarem de seleção para bolsistas da pesquisa e outros a inscreverem trabalhos nos eventos de iniciação científica promovidos pela universidade, aproveitando os conhecimentos e experiências que acumularam ao longo do período letivo.

A pesquisa realizada com moradores ou frequentadores de vários bairros da cidade me chamou à atenção para o fato de que a grande maioria não possuía muita clareza acerca dos limites da Cidade e consideravam Santa Cruz ora como pertencente à Baixada Fluminense, ora como “o fim do mundo”, “lugar onde Judas perdeu as botas”, desconhecendo qualquer coisa relacionada ao bairro e ao modo de vida de seus moradores - exceto quando o assunto era violência ou dengue (neste caso, pelo fato de Santa Cruz aparecer naquele momento liderando os casos desta doença viral na Cidade). Estereótipos e preconceitos eram forjados em relação ao bairro e sua população, constatações estas que me

impuseram a necessidade de voltar meu olhar para a zona oeste, de onde eu era oriunda, e escolher Santa Cruz e seu entorno como campos de pesquisa e extensão. No fundo, eu sabia que um dia faria esse movimento, de modo a dar visibilidade à minha área, trazer a periferia para o centro, colocando-a sob o olhar da universidade.<sup>135</sup> Alguns projetos surgiram a partir de então: “Fala, subúrbio! Mostra a tua cara!(2007/2008); “Os lugares e matizes da pobreza- hierarquias, conflitos e convergências entre moradores de uma área periférica da Cidade do Rio de Janeiro” (2008/2009); “Da casa abrigo à casa bazar - novas e velhas funções dos espaços de moradia num bairro popular da Cidade do Rio de Janeiro” (2010/2016); e, por último, o PET/Conexões Caminhos de Santa Cruz (2017-2019), sobre o qual destinarei um “capítulo” à parte. Todos os projetos mencionados, cada qual enfatizando um ou outro aspecto, foram capazes de recuperar elementos constituintes da história e do modo e vida dos moradores dos bairros que compõem a XIX RA da Cidade do Rio de Janeiro - Santa Cruz, Paciência e Sepetiba, embora a prioridade tenha recaído sobre o primeiro. Buscavam “dar voz” aos seus moradores, conhecer suas demandas e expectativas, bem como resgatar práticas presentes em seu cotidiano, em suas relações comunitárias/vicinais e em sua cultura, de modo a contribuir para a formulação de políticas públicas.

135 Maior detalhamento sobre o assunto, consultar as publicações listadas abaixo: MAIA, Rosemere. A “capitalização” dos sete pecados - ou sobre o porquê de (da) “Santa Cruz” não anular a maldição dos pecadores. *Boletim Goiano de Geografia*. 2020, v. 40: e60361. O artigo resultou de uma adaptação da conferência realizada por mim em 17 de maio de 2019, data em que também apresentei o presente memorial. Ambos eram requisitos para promoção à Classe de Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As reflexões realizadas decorreram de pesquisas desenvolvidas no bairro de Santa Cruz, em diferentes momentos da minha trajetória profissional, contando com apoio do CNPq (através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, de Iniciação Científica e auxílios oriundos de editais Universal e Ciências Humanas), Faperj (Bolsas de Iniciação Científica) e FNDE/MEC (Bolsas e auxílio-custeio oriundos do Programa de Educação Tutorial - PET/Conexões). Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/60361/34391> | MAIA, Rosemere. Ensaio sobre a invisibilidade In: MAIA, Rosemere; CRUZ, Verônica. *Saberes Plurais - produção acadêmica em sociedade, cultura e Serviço Social*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, vol. VI, 2020, p. 105-126. Disponível em <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/CCNC-digital-v6.pdf> | MAIA, Rosemere; ALVARENGA, T. P. Notícias de “onde o vento faz a curva” - política urbana na cidade do Rio de Janeiro e impactos sociopolíticos e territoriais no bairro de Santa Cruz”. In: *Cidade Global: segregação e espetáculo*. 1ª ed. Montes Claros: UniMontes, vol. 1, 2016, p. 229-252. | MAIA, Rosemere. Casa, pra que te quero? Uma análise sobre as velhas e novas formas e funções das moradias populares In: *Maneiras de ler: geografia e cultura*. 1ª ed. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, vol.1, 2013, p. 256-267.

Através das pesquisas realizadas no bairro, foi possível analisar os modelos de (des)organização do espaço habitacional que se impõem aos pobres urbanos com grande recorrência e por força de vários fatores, como as sucessivas políticas implementadas pelo Estado (como a de remoção de favelas), a especulação imobiliária que marca as áreas mais nobres da cidade, além da constatação, por parte do próprio trabalhador, de que a opção pela periferia é a única alternativa para realização do sonho da casa própria. A imersão do bairro também me fez ver as implicações derivadas das novas formas e funções assumidas pela casa do trabalhador pobre, sobretudo no que diz respeito à criação/manutenção de redes familiares e comunitárias; à hierarquização dos padrões de consumo entre os moradores e criação de graduações/estratificação entre eles; à transformação de muitas casas em unidades produtivas e de reprodução da força de trabalho; ao empreendedorismo local.

Os projetos e ações desenvolvidos no bairro contaram com bolsistas de iniciação científica - alguns pagos com recursos da Faperj, outros do Pibic/CNPq, outros contemplados com bolsas oriundas do Edital Universal. O primeiro projeto mencionado foi contemplado com bolsas Pibex, por também envolver atividades de extensão.

Vários frutos brotaram ao longo desses 12 anos em que me reencontrei com a Zona Oeste - especialmente Santa Cruz: artigos, trabalhos em eventos, convites para palestras, conferências e para realização de Pós-Doutorado em Portugal (assunto que tratarei em breve), notícias veiculadas em programas de rádio, em jornais; articulação com outras entidades/instituições e organização de uma “Feira da Cidadania e Cultura”. Nesta, pude contar com a presença de várias instituições prestando serviços de assessoria jurídica, documentação, informações sobre direitos do consumidor, verificação de pressão e de taxa glicêmica, distribuição de folhetos informativos sobre DST/AIDS, “Dia da Beleza”, além de atividades de música e dança (a Banda da Marinha e um grupo de jongo e

Maracatu estiveram presentes), exibição de vídeos e atividades lúdicas desenvolvidas com as crianças. Foi um grande evento que não teria sido possível sem a participação ativa dos bolsistas e do apoio dos parceiros.

As atividades de extensão vinculadas ao Projeto “Fala, Subúrbio” foram realizadas durante um ano, sempre aos sábados, das 9 às 17 horas, quando em muitos destes encontros eu me via obrigada a levar minha filha comigo, por não ter com quem deixá-la. Os demais projetos que não possuíam bolsistas de extensão tinham atividades de campo no bairro a cada duas semanas, igualmente aos sábados, contando com a presença de alunos não somente de Serviço Social, mas também de Psicologia e Ciências Sociais.

As notícias que tenho sobre os discentes que passaram por todos estes projetos só me dão orgulho: alguns já concluíram doutorado no IFCS, outros fizeram ou estão cursando mestrado em Sociologia na UERJ e no IPPUR/UFRJ, sinal de que os “germes” da pesquisa e da docência os contaminaram. Vale ressaltar que, sempre que solicitada, procurei prestar apoio aos alunos no momento de elaboração de seus projetos a serem apresentados aos Programas de Pós-Graduação. Meu desejo era vê-los decolando. De certo modo, sentia-me como a mãe que, ao invés de podar ou querer exercer controle sobre as crias, incentiva-as ao voo, com todos os riscos que possam correr. Aqueles que não desejaram investir numa pós-graduação também receberam total incentivo para que prestassem concurso público e fossem fazer a diferença forado contexto acadêmico. Neste sentido, sinto-me plenamente realizada.

— TRANSPONDO FRONTEIRAS,  
ATRAVESSANDO O OCEANO,  
DEIXANDO-ME LEVAR PELA “MARÉ” —

*“Quem toda vida saberá o que significa  
a viagem de cada um?”*

FERNANDO SABINO

O fato de eu ter me inserido em dois núcleos de pesquisa na Escola de Serviço Social -o NUSIS, coordenado pela Professora Myriam Lins de Barros, e o FACI-Favela e Cidadania, coordenado pela Professora Maria de Fátima Cabral também foi extremamente importante para a ampliação do diálogo com meus pares no contexto da Escola de Serviço Social e, mais que isso, foi fundamental para contribuir para a visibilidade que as temáticas urbanas de certo modo passaram a ter no contexto institucional. Sobretudo em relação ao FACI, participei da organização de vários eventos locais e internacionais, estive entre os organizadores de publicações, participei de reuniões sistemáticas de pesquisa e fui convidada a fazer uma comunicação num evento na Cidade do México, a partir de um convênio estabelecido com universidades francesas. Neste evento, ocorrido em 2005, participantes de vários países puderam socializar resultados de suas investigações sobre cidade, modos de vida urbanos, informalidade, dentre outros assuntos. No NUSIS, as professoras integrantes (Myriam Lins de Barros, Andréa Moraes Alves, Paula Poncioni, Kátia Sento) detinham interesses de pesquisa mais distintos dos meus, embora algumas questões fossem transversais aos temas abordados, sobretudo “cultura”, “representações”, “cidade”, “projetos de vida”, “lugares sociais” dos diferentes atores na cidade, dentre outros. O Núcleo também promoveu eventos, mas não foi pensada uma publicação que contemplasse a diversidade das questões e referenciais trabalhados pelas docentes integrantes.

Os vários seminários internacionais promovidos pelo FACI me permitiram uma aproximação a pesquisadores de universidades francesas e, dentre eles, gostaria de destacar Nicolas Baute, Catherine Reginense e Jérôme Monet. Com este último, cheguei a conversar sobre a possibilidade de realizar meu Pós-Doutorado na sua instituição de origem (Université Paris-Est), o que lhe pareceu uma ideia muito interessante. À época, estava com dificuldades de administrar algumas questões familiares e resolvi adiar tal projeto.

Em 2003, durante um SIMPURB que aconteceu em Recife, fui abordada pelo Prof. Benhur Pinós da Costa, à época docente da ULBRA de Canoas, que afirmou ter “se apaixonado” (nas palavras dele) pela minha exposição sobre a pesquisa de Doutorado, ocasião em que me convidou para compor a mesa de um evento que ocorreria na sua Universidade no ano seguinte. Esse nosso encontro desencadeou parcerias que se estendem até hoje, pois nos levou à criação de um grupo de pesquisadores que se debruça sobre a temática das microterritorialidades nas cidades, hoje composto por docentes de outras cinco IES, todos da Geografia (UFRGS, UEPG, UFF, UNESP/Presidente Prudente e UFSM). Em 2010, esse grupo organizou o Seminário Sobre Microterritorialidades nas Cidades, que teve lugar na UFRJ/Campus Praia Vermelha e, desde então, a cada biênio, é reeditado, já com a designação de Seminário Internacional, tendo ele se tornado um evento itinerante. No último Edital Universal (2018), contando com o Prof. Nécio Turra Neto (UNESP Presidente Prudente) como proponente e coordenador, fomos contemplados com recursos que estão sendo empregados numa pesquisa comparativa, envolvendo todos os pesquisadores do grupo.

Num outro evento, promovido pelo FACI e sediado na ESS/UFRJ, em 2007, um docente da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Casimiro Balsa, após assistir minha apresentação sobre o bairro de Santa Cruz, resolveu me convidar para um estágio pós-doutoral na sua instituição. Dessa vez, não tive dúvidas. Resolvi que administraria minhas questões particulares e aceitaria o desafio. Em

tempo recorde elaborei o projeto, submeti-o à apreciação nas diferentes instâncias da Universidade. Com o projeto já mencionado acima - “Os lugares e matizes da pobreza - hierarquias, conflitos e convergências entre moradores de uma área periférica da Cidade do Rio de Janeiro” - e com o plano de trabalho proposto - que contemplava também atuação como docente em um módulo de disciplina no Mestrado em Políticas Públicas e Desigualdades Sociais, além de visitas a campo com pesquisadores portugueses, reuniões de equipe de pesquisa, contatos institucionais, participação em seminários e cursos livres em outras instituições - deixei-me levar pela primeira experiência de viver fora do país. Por 8 meses, entre agosto de 2008 e março de 2009, permaneci em Portugal e lá estabeleci contatos com vários pesquisadores daquele país e com outros tantos, sobretudo oriundos de países africanos.

Viver fora do país foi uma experiência ímpar, principalmente por me permitir experimentar algumas dificuldades bastante comuns a qualquer *outsider* que tenta se inserir num lugar onde não domina muito bem os códigos, ou aonde os “nativos” sentem-se, de certo modo, desconfiados ou ameaçados pelos recém-chegados. Tratando-se de Portugal - país que, dadas as relações históricas mantidas com o Brasil e com os brasileiros -, cheguei a acreditar que o processo de decodificação simbólica e de estabelecimento de laços de solidariedade/relações de sociabilidade poderiam ocorrer com maior naturalidade - ledô engano!

No primeiro mês, instalei-me com minha família (mãe e filha) num apartamento destinado a pesquisadores vinculados à Universidade Nova de Lisboa, pagando um valor bastante alto pela locação, enquanto procurava um outro imóvel para ficar, já que o prazo de permanência naquele local não poderia ser superior a 30 dias. Não foi fácil lidar com imobiliárias, que exigiam o “número de contribuinte” (equivalente ao CPF), mas que para efetuação do cadastro, colocava-se a exigência ao estrangeiro de ser apresentado por um cidadão português. Não conhecia ninguém na cidade, meu supervisor encontrava-se em férias em outra região - e não

respondia aos meus contatos -, o que me obrigou a apelar para as relações informais na negociação, tendo que me submeter às regras impostas pela proprietária do único imóvel que consegui fora do “mercado imobiliário formal”, que não só me cobrou um preço exorbitante pelo aluguel, como me obrigou a fazer depósito de 3 meses, inviabilizando qualquer possibilidade de busca por outro lugar melhor. Isto sem falar que toda transação foi realizada sem contrato ou recibo, pois dizia que não queria ser tributada pela negociação feita comigo - o vírus do “jeitinho” parecia ter contaminado os portugueses.

Vivi, durante 7 meses, no bairro do Rego, muito próximo ao Jardim Zoológico de Lisboa e bem mais ainda da Embaixada Brasileira, instituição em que fui algumas vezes para resolver questões referentes à documentação escolar da minha filha, necessária para matriculá-la numa escola da região. Era um bairro com uma população muito envelhecida (fato este que, em se tratando de Lisboa, não deveria ser uma surpresa). Entretanto, lá também havia muitos ciganos, que ocupavam um prédio enorme e detinham o controle de alguns boxes do mercado local. Sobre eles, os portugueses manifestavam claro incômodo (para não dizer rejeição). Por várias vezes, ouvi comentários que os vinculavam ao “vício”, ao roubo, à sujeira, o que me remetia à minha infância, época em que recebemos em Paciência algumas famílias ciganas, fato que relatei num capítulo de livro que escrevi em 2018, também fazendo referência a esta experiência que vivi em Portugal:

Passados tantos anos, e mesmo com todas as possibilidades que temos de acessar informações, ainda nutrimos preconceitos, ainda rotulamos e estereotipamos. Ficava triste ao ver crianças de origem cigana, que eram várias no bairro onde morei, sendo destratadas, discriminadas, enxotadas de alguns cafés. Diziam os comerciantes que eram crianças perdidas, que já tinham vício de pedir e de roubar, mas nada se discutia em relação às políticas de assistência e inclusão destinadas àqueles grupos que, naquela circunstância, haviam deixado de ser “nômades”, mas que, mesmo assim, não tinham encontrado seu lugar. (Maia, 2018, pp. 222-223)



Minha filha, à época com 13 anos, foi matriculada em tempo integral numa escola bem próxima de casa - cerca de 10 minutos de caminhada - e, para sua sorte, numa turma multicultural. Lá havia alunos portugueses, mas também alguns do leste europeu e de países lusófonos africanos, como Moçambique, Cabo Verde e Angola, além de um menino brasileiro, filho de diplomata. Para ela, essa também foi uma vivência bastante rica, embora não faltassem desafios, como ser obrigada a absorver em pouco tempo vários elementos da história de Portugal - e, como ela cansava de repetir, “cheia de reis e rainhas” -, além de ter que permanecer em tempo integral no educandário, o que ela já não fazia desde a pré-escola.

Com minha vizinhança não consegui manter grandes vínculos de amizade. Havia uma angolana que morava com dois filhos e o companheiro no apartamento acima do meu que se mostrava bastante simpática e com quem conversei algumas vezes. Eu sabia que ela sofria violência doméstica e aquilo me incomodava bastante, mas, tal como ocorre aqui, cheguei a ouvir de uma outra vizinha que não deveríamos nos meter. Indaguei sobre que providências costumavam ser tomadas em casos como aquele, ao que respondeu que geralmente nada, pois o casal é que deveria resolver por sua conta. Ao longo do período em que vivi em Portugal, assisti - que eu me lembre - quatro notícias de maridos que mataram suas esposas e, logo a seguir, cometeram suicídio, tendo me chamado a atenção o fato de dois destes maridos, já idosos, serem doentes em estágio terminal. Penso que é algo que precisa ser mais bem investigado no País.

Na UNL não consegui um lugar para trabalhar, ainda que numa sala compartilhada com outros pesquisadores. Ia até lá para fazer uso da biblioteca, para encontros com o meu supervisor (que foram poucos) e para participar como ouvinte de aulas avulsas de algumas disciplinas. Também assumi como docente um módulo da disciplina já prevista no meu plano de estudo e, por conta própria, comecei a estabelecer contatos com pesquisadores vinculados a outras instituições de pesquisa e universidades portuguesas,

como o ISCTE, o LNEC, a Universidade do Porto e a Universidade de Coimbra. Durante um evento em que participei na Ilha de São Miguel, conheci pesquisadores da Universidade dos Açores, resultando num capítulo de livro, publicado em 2012.<sup>136</sup>

Visitei bairros populares de Lisboa e Almada, mantive contato com lideranças comunitárias e pude observar, in loco, algumas intervenções urbanas que objetivavam manter em áreas segregadas os segmentos populares, quando Lisboa despontava como a “queridinha dos europeus”. Havia, neste sentido, ações de “revitalização” das áreas centrais da cidade, visando a atração de turistas e investidores. Portugal, em geral, e Lisboa, em particular, estavam sendo descobertos. Mais e mais, aportavam em suas águas “caravelas” vindas de todas as partes do mundo, seja com pessoas dispostas a prosperar no País (e os chineses e coreanos abriram muitos negócios por lá, sem falar em ingleses, italianos e cidadãos de outros Estados- membro da União Europeia), seja com pessoas dispostas a assumir determinadas funções que os próprios portugueses não desejavam para si, sobretudo aquelas vinculadas à construção civil, aos empregos domésticos, ao comércio comandado pelos chineses (vistos como exploradores e mal pagadores) - neste bloco estavam, principalmente, os angolanos, caboverdianos e moçambicanos, além, é claro, dos brasileiros. Foi um momento em que a crise mundial do capitalismo, iniciada nos EUA em 2008, tendo como estopim o estouro da chamada bolha imobiliária, levou a um colapso do sistema global de especulação econômica para a obtenção de lucros, o que também afetou Portugal. As análises empreendidas por pesquisadores, assim como os discursos de políticos e empresários que me chegavam através da mídia, indicavam a fragilidade que parecia permear a economia daquele País. Ao sair de lá, em 2009, o desemprego estava numa onda crescente, muitas empresas em processo de fechamento/falência, várias famílias dependendo exclusivamente da assistência por parte do Estado.

136 MAIA, Rosemere et al. De l'enchaînement au “lieu” à l'insertion dans les flux mondiaux. In: Les nouvelles configurations de la mobilité humaine. 1ère ed. Fribourg: Academic Press Fribourg, 2012, v.1, p. 171-176.

Meu vínculo com a UNL se estendeu para além do período do pós-doc: fui convidada a fazer parte da equipe de investigadores do Centro de Estudos Sociais - CESNOVA/UNL, onde permaneci na condição de colaboradora até 2015. Ao longo deste período, realizei duas visitas/missões, ambas com participação em congressos e atividades de campo e/ou reuniões de trabalho. Coordenei, em 2013, o Grupo de Trabalho intitulado Desenvolvimentos e Sustentabilidade, durante o IV Colóquio Internacional Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias, que teve lugar na UNL/Lisboa, depois de já ter participado de outras edições do mesmo Colóquio, uma em Lisboa e outra em Montes Claros/MG, onde estive em mesa e fiz parte da Comissão Científica. Solicitei desligamento da equipe após constatar que havia sido adicionada como pesquisadora de um projeto que, supostamente, desenvolveria um trabalho de grande relevância e impacto social e sequer fui consultada, tampouco agraciada com alguns benefícios que outros pesquisadores tiveram, como isenção de taxas para participação em eventos promovidos pela Instituição, convite para publicações ou composição de mesas. Todas as missões e participações em eventos em Portugal ou foram viabilizadas por recursos oriundos de agências de fomento brasileiras, ou pagas com meios próprios. Aquele era um projeto detentor de verbas milionárias e eu atuei como figurante; meu currículo foi utilizado para atribuir ao trabalho o “caráter social” que a equipe precisava - e o pior, eu só soube que estava em cena após a conclusão do “filme”.

O estágio pós-doutoral me permitiu conhecer, em períodos de recesso, algumas cidades da Espanha, além de Paris - lugar que, desde menina, fazia parte dos meus sonhos. Tantos anos depois, e já com o “francês enferrujado”, pude colocar em prática conhecimentos que havia adquirido nos anos em que me dediquei à língua e à cultura francesas, através do curso realizado na Aliança. A visão que tive da cidade a partir das escadarias ou dos muros que circundam a Basílica de Sacré-Cœur, em Montmartre, deixou-me extasiada. Só lembrava das conversas que tinha com meu pai,

quando menina, nas quais sempre estava presente meu desejo de rodar o mundo - desejo que, naqueles tempos, eu saciava através dos clássicos da literatura e das enciclopédias. A partir desta estada em Lisboa, foram inúmeras as viagens internacionais que fiz, levando-me não só a conhecer outros lugares, mas, principalmente, a olhar para o meu país a partir de uma outra perspectiva. Sou grata à academia por isto.

Ao retornar do pós-doc, passei a compor a equipe do “Programa de Alfabetização da UFRJ para Jovens e Adultos”, onde assumi, em substituição à Professora Maria Lídia da Silveira, o projeto “Novos experimentos no campo da cultura: ampliando outros sentidos para a vida social”. Já havia trabalhado na EJA na época em que fui professora da Rede Municipal de Ensino. Naquela ocasião, atuei não em sala de aula, mas como professora responsável pela biblioteca e, enquanto tal, desenvolvi atividades que objetivavam estimular os alunos à leitura. O receio que tive ao ingressar num Programa de tal porte, que envolvia muitos alunos e era realizado em várias comunidades da Maré, foi sendo substituído pela paixão pelo tema, pela afinidade com o grupo, pela admiração que tinha pelos bolsistas que, de fato, vestiam a camisa e iam à luta. Fiquei até 2015, quando solicitei desligamento, já que pretendia realizar um novo pós-doc.

Nesse projeto, várias atividades foram marcantes, sobretudo aquelas referentes ao debate sobre identidade, outras que discutiram histórias de vida, cultura, consumo. Havia entre os alunos um grande número de idosos que tiveram a possibilidade de sair da Maré pela primeira vez para conhecerem um espaço cultural, um shopping, um museu. Para eles, o retorno à sala de aula tinha um significado além da necessidade da leitura e da escrita *stricto sensu*. Eles começaram a ler o mundo, a interpretá-lo a partir de uma perspectiva mais crítica, além de perceberem que também tinham direito à cidade.

Eu e minha equipe apresentamos vários trabalhos em eventos internos promovidos pela Universidade, em Congressos Brasileiros

de Extensão Universitária (um em Porto Alegre e outro em Belém), além de termos produzido jogos e material/recursos pedagógicos para trabalho em sala de aula e exibição na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Também participei, como docente, de módulos no Curso de Formação de Alfabetizadores, momento importante de sensibilização dos inscritos quanto ao olhar sobre aspectos relacionados à cultura, identidade, memória, patrimônio e relação cidade/modo de vida urbano. Em função do envolvimento no Programa, fui convidada a compor a equipe de professores do Curso de Especialização Saberes e Práticas da Educação Básica (CESPEB), especialidade Educação Jovens e Adultos (EJA), ministrando o módulo “Violência na sociedade brasileira” (2009). Tal curso foi coordenado por professores da Faculdade de Educação/UFRJ.

A atuação no Programa de Educação de Jovens e Adultos não me fez abandonar Santa Cruz. Fui contemplada em 2010 com uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa, tendo como referência o projeto intitulado “Da casa-abrigo à casa-bazar - novas e velhas formas e funções dos espaços de moradia num bairro popular da Cidade do Rio de Janeiro”. Este mesmo projeto recebeu Auxílio Pesquisa decorrente de Chamada CNPq /CAPES nº 07/2011, com vigência a partir de 30/12/2011 e Auxílio-Pesquisa decorrente de Edital Universal 14/2012, com vigência a partir de 06/11/2012. Tais recursos foram fundamentais para a compra de equipamentos, material de consumo e bibliográfico, material este que agora faz parte do patrimônio/acervo da universidade. Nos anos em que fui bolsista de produtividade, emiti vários pareceres atendendo a solicitações feitas pelo CNPq e pela FACEPE, tendo sido convidada, igualmente, para compor o corpo de avaliadores externos em Congressos de Iniciação Científica da UnB e do DF - 2011 e 2012.

Em 2014, durante a III edição do Seminário Internacional Sobre Microterritorialidades nas Cidades, ocorrido em Porto Alegre, articulei com o Prof. Carlos Fortuna, da Universidade de Coimbra - docente que eu já conhecia desde 2010, quando estive na UFRJ com a missão de fazer uma conferência na I edição do evento

- algumas questões e atividades que poderiam resultar num plano de trabalho a ser apresentado à Capes, com vistas à realização de um novo estágio pós-doutoral em Portugal. Como só teria disponibilidade de permanecer fora do País por três meses (de dezembro a fevereiro), fiz contato também com o Professor Rafael Gonçalves, da PUC/Rio para verificar seu interesse em me receber durante os quatro meses que antecederiam essa minha possível ida para o CES/UC. De imediato, tive resposta positiva e iniciei mais uma vez os procedimentos burocráticos para solicitação de afastamento e de bolsa. Mais uma vez tive aprovação no contexto institucional e fui contemplada com uma bolsa de Estágio Sênior, da Capes.

Ao longo de 7 meses, voltei meu olhar para uma outra área da Cidade, que de certo modo eu já vinha me aproximando em função de orientação de TCC ministrada a uma aluna de graduação - que mais à frente também se tornaria minha orientanda de mestrado. “Processos RE e higienização urbana: formas e expressões no bairro da Lapa/ Rio de Janeiro” foi o projeto que apresentei à Capes e que tinha por propósito discutir os fenômenos e processos RE que se colocavam como tendências nas cidades contemporâneas, trazendo subjacente a ideia de transformação urbana, mas nem sempre rebatendo com o mesmo grau de intensidade/positividade no cotidiano dos cidadãos, sobretudo daqueles que residem, ou ainda dos que fazem do bairro seu espaço de trabalho, lazer ou investimento.

REurbanização, REvitalização, REgeneração, REestruturação, REcomposição, RENovação, REabilitação, REqualificação etc., eram por mim vistas como as práticas mais enfatizadas pelos governos locais, muitas das vezes em parceria com a iniciativa privada, onde REMover, REprimir, REcolher passavam a ser seus outros “ braços”, tornando-se na mesma medida os verbos mais conjugados quando as ações destinavam-se aos segmentos populares (aos moradores de áreas tornadas “meninas dos olhos” do capital imobiliário, à população em situação de rua, aos usuários de drogas, aos trabalhadores informais, dentre outros), numa atualização de práticas

de criminalização da pobreza. Desse período em que desenvolvi o estágio pós-doutoral, resultaram dois artigos, um deles publicado na Revista *Libertas*<sup>137</sup> e outro no Boletim Goiano de Geografia<sup>138</sup> (este em coautoria com o Prof. Carlos Fortuna).

— ESTREITOS:  
**POR ONDE MINHA EMBARCAÇÃO  
 NÃO PODIA/NÃO QUERIA NAVEGAR —**

*No meio do caminho tinha uma pedra  
 Tinha uma pedra no meio do caminho  
 Tinha uma pedra  
 No meio do caminho tinha uma pedra  
 Nunca me esquecerei desse acontecimento  
 Na vida de minhas retinas tão fatigadas  
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
 Tinha uma pedra  
 Tinha uma pedra no meio do caminho  
 No meio do caminho tinha uma pedra.*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Havia ingressado no Corpo Docente da Pós-Graduação desde 2005, espaço onde sempre tive muita dificuldade de me situar, tanto no que se refere às atividades de ensino e, principalmente, em relação às orientações. Em geral, as disciplinas obrigatórias já tinham professores designados pelas respectivas coordenações ou outros que as ministravam há muito tempo. As eletivas, que poderiam estabelecer algum gancho com os temas de pesquisa dos docentes, nem sempre atraíam o número necessário de alunos, tanto que em duas ocasiões que resolvi oferecê-las, mesmo tendo seis e sete alunos inscritos, tive minhas turmas canceladas pela Coordenação por não atingirem o mínimo de três discentes de dentro do próprio Programa. Nos dois casos, só havia dois, sendo

137 Para maiores detalhes, acesse <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18454> Maia, Rosemere. Lapa, paraíso do prazer e do pecado: boemia, malandragem e (re) configuração socioespacial em tempos de renovação urbana. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 143-166, ago./dez.2015.

138 Para maiores detalhes, acesse <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/44554> Maia, Rosemere e Fortuna, C. J. C. G. Cidade degenerada? Reflexões sobre sua natureza degradada e a (im)propriedade da regeneração - DOI 10.5216/bgg.v36i3.44554

outros de áreas distintas, sobretudo da Comunicação e da Educação, inclusive de outras IES. As experiências que tive de ensino na Pós referem-se a três disciplinas eletivas que ministrei: uma que dividi com a Professora Fátima Cabral, uma outra que tive cerca de oito alunos e que ministrei sozinha e uma terceira, que dividi com outras duas docentes (Professoras Lenise Fernandes e Gabriela Icasuriaga - com esta última, estabeleci outras parcerias, como organização de um número especial da Revista Praia Vermelha, coautoria de trabalhos apresentados em eventos, organização de seminários, trabalhos de campo etc.). Além dessas disciplinas, após meu credenciamento do Doutorado, passei a ser responsável por Seminário de Tese II, tendo como alvo minhas orientandas e sem exigência de número mínimo de alunos.

Na Pós participei de comissões, de bancas de mestrado, de seleção de teses para o Prêmio Capes, fui representante do Departamento no Colegiado e, por fim, representante de Área, em substituição à Professora Paula Poncioni. Quanto às orientações, amarguei muitos anos sem alunos, pois os que participavam das minhas pesquisas e que se apaixonavam por alguma temática urbana acabavam por buscar outros programas, pois achavam que assim poderiam encontrar também nas disciplinas obrigatórias conteúdos capazes de os instrumentalizarem nesse campo. E sempre contaram com o meu apoio. Somente em 2015 recebi uma primeira orientanda de mestrado - a única que participou da minha pesquisa, até aquele momento, e que preferiu permanecer na ESS. Em 2018, aceitei uma outra, na mesma situação. Foi também em 2018 que assumi duas orientações de doutorado, justamente agora que meu ciclo está se fechando. Durante o período em que a Prof<sup>a</sup>. Rosana Morgado esteve à frente da coordenação da Pós, senti maior abertura para a definição das áreas do PPGSS, o que possibilitaria uma melhor distribuição de disciplinas e orientações. Até então, não havia critérios tão claros (ou alguns não eram devidamente considerados), tanto que chegamos numa situação em que havia professores com 23, 17, 14, 10 orientandos, enquanto outros sequer tinham a chance de orientar um.



A partir daí, constatei que parte dos meus colegas começava a se tornar sensível à necessidade de elaboração de um novo regulamento, à discussão de critérios de admissão e manutenção dos professores no Programa, à definição das linhas temáticas/de pesquisa, à política de cotas, além de outros assuntos urgentes e fundamentais. Para aqueles mais refratários, talvez isso fosse um ataque frontal à sua vaidade. Estar na Pós, registrar no Currículo Lattes um número infindável de orientandos continuava sendo visto por alguns como “o máximo”. Adonarem-se de disciplinas e delas não abrirem mão por anos a fio, também. Eu, há algum tempo, havia resolvido seguir a sugestão de Honoré de Balzac: “Deve-se deixar a vaidade aos que não têm outra coisa para exhibir”.

Já que estou falando aqui de Pós e dos meus descaminhos por ela, gostaria de aproveitar o momento para tratar das atividades administrativas que também se colocam como um componente um tanto ausente na minha trajetória acadêmica. Mesmo tendo mencionado algumas experiências neste campo durante minha breve passagem pela UniOeste - onde assumi Coordenações de Curso e de Estágio -, na UFRJ sempre hesitei (ou mesmo me neguei) a aceitar. Primeiro por não me sentir confortável no desempenho de tarefas burocráticas, que, a meu ver, não têm nada instigantes. No contexto acadêmico tiram-nos o vigor, embotam nossa capacidade criativa. Cheguei a ser convidada pela Professora Suely de Almeida, na época em que concorreu à Direção da ESS, a compor sua chapa, atuando na Coordenação de Graduação, em parceria com a Professora Sheila Backx. Agradei, mas recusei o convite, pois já havia passado pela chefia do Departamento de Fundamentos por um ano - condição que me foi imposta para que fosse liberada para o Doutorado -, o que para mim já tinha sido um grande fardo. Outra experiência nesse sentido tive em 2011, quando voltei a chefiar do DFUSS, após a chefe em exercício ter solicitado a exoneração do cargo. Como eu era a vice, vi-me diante de uma função que caiu sobre mim de forma inesperada, num momento de lançamento de Edital de concurso público, com tarefas administrativas imprescindíveis para dar conta - como composição de

banca, homologação das inscrições, acompanhamento da seleção em si e, posteriormente, o encaminhamento de toda a documentação para convocação do candidato aprovado. Fiquei apenas 4 meses e, terminado o concurso, exonerei-me.

Comissões - participei de algumas, procurando aquelas que não me exigissem envolvimento frequente, justamente pelo fato de eu estar sempre absorta em atividades de pesquisa e extensão, realizadas fora do ambiente acadêmico, muitas vezes nos finais de semana, em locais distantes, o que já que consumia muito além de 40 horas semanais. Meu regime de trabalho, por muitos anos seguidos, foi de dedicação *mais do que* exclusiva.

Fiz pareceres, assumi algumas representações na Pós-Graduação, assim como no Colegiado da Congregação da Escola de Serviço Social. Nestes espaços, consegui acompanhar vários debates sobre assuntos espinhosos - ou tornados polêmicos, como se o reconhecimento do valor de alguns temas ou questões dependesse do tempo gasto na sua discussão. Costumo sair dessas reuniões exausta, consumida, como se toda minha energia tivesse sido sugada por uma força maior (talvez a força da vaidade, da soberba) presente naquele contexto. O “bom” desses espaços é que a natureza humana é desnudada, nossa boca não se cala ao comando da razão, máscaras caem, a intolerância se manifesta. Augusto dos Anjos, se convocado fosse para alguma dessas reuniões acadêmicas, diria: *“Rasga essa máscara ótima de seda/E atira-a à arca ancestral dos palimpsestos.../É noite, e, à noite, há escândalos e incestos/É natural que o instinto humano aceda!”*

### — ATOL: VIDA, DIVERSIDADE E BELEZA —

*“Tudo que a memória amou já ficou eterno.”*

ADÉLIA PRADO

Depois de falar sobre alguns desgostos e outros contragostos que tive na academia, gostaria, como já indiquei anteriormente, de

dedicar algumas linhas ao Programa de Educação Tutorial - PET/ Conexões, que coordeno desde 2017. Para mim, que sempre valorizei o princípio referente à indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, defendido no texto constitucional no seu artigo 207, ser selecionada em primeiro lugar, a partir de edital público, para ocupar a vaga de tutora neste programa foi o que de melhor poderia me acontecer, depois de 27 anos de docência. Fazer a universidade chegar à periferia, conduzida por mim e por alunos bolsistas igualmente oriundos de espaços segregados da Cidade, a grande maioria formada por negros, vindos de escolas públicas e de famílias trabalhadoras, não tem sido tarefa fácil. Entretanto, em dois anos à frente do projeto, eu e minha equipe conseguimos realizações que, mesmo sendo pequenas diante das demandas que certamente a população daquela área possui, têm se constituído em importantes espaços/momentos de troca, de aprendizado para todos os segmentos sociais envolvidos.

Ao longo deste período, o grupo (composto por mim, coordenadora, e 12 alunos bolsistas, com diferentes filiações acadêmicas - Serviço Social, Psicologia, História, Paisagismo, Comunicação Social) realizou algumas oficinas com jovens no bairro de Santa Cruz, estabeleceu parcerias, contribuiu com o levantamento do perfil dos usuários de uma organização social existente no bairro, fez coleta de imagens e entrevistas com moradores de modo a conhecer melhor suas demandas; elaborou um jogo de tabuleiro, cujo objetivo é problematizar a questão da mobilidade urbana - material que está sendo distribuído em instituições escolares do bairro de Santa Cruz. Além disso, foram organizadas duas edições de seminário na universidade - Rio REvisto de suas margens 1 e 2, onde contamos com pesquisadores, representantes de movimentos e organizações sociais/populares do bairro e de outras áreas periféricas, artistas, cineastas que colocaram o Rio em perspectiva, discutindo segregação, desigualdade, racismo, pobreza, violência, trabalho/informalidade etc. Em 2018, por meio de recursos oriundos da Pós-Graduação, consegui trazer dois pesquisadores portugueses,

que fizeram as conferências de abertura e encerramento, além de terem ministrado minicursos. Esses recursos me permitiram organizar um livro, que contém textos acadêmicos e narrativas, além de poesias e crônicas escritas pelos alunos vinculados ao Programa.

O PET, em outras IES, possui lugar de destaque, o que infelizmente não ocorre na UFRJ. A administração superior não o assume de fato e tal atitude tem gerado muitos transtornos aos dez grupos existentes. Todos os tutores permaneceram, durante o ano de 2018, sem qualquer auxílio referente a custeio, inviabilizando o desenvolvimento de atividades fundamentais. A justificativa? A pessoa responsável pela homologação dos recursos perdeu o prazo, esqueceu. Isso custou à universidade 96000 reais a menos em termos de investimento em pesquisa e extensão. Talvez seja muito pouco diante do que efetivamente necessitamos para equipar nossas salas de pesquisa, comprar material de consumo, custear despesas de alunos para que possam participar de eventos. Pouco é, certamente. Mas pior que o pouco, foi o NADA recebido.

Além de todo o trabalho realizado pela equipe dirigido à comunidade extramuros, o PET tem permitido a cada um dos seus integrantes - inclusive a mim - um reposicionamento em relação a vários temas. Nossos encontros são marcados por muitas trocas, mas também por várias “tretas”<sup>139</sup> (como os alunos costumam se referir). A percepção da Academia como *locus* de saber destinado a uma elite branca permeou, ao longo dos processos seletivos ocorridos para participação no projeto, as várias justificativas apresentadas por grande parte dos alunos concorrentes às vagas abertas. Inclusive aqueles que se autodeclararam brancos - porém oriundos dos segmentos populares - reivindicavam para si o direito de ocupação do espaço acadêmico, negado ao pobre, ao preto e ao favelado, mesmo reconhecendo que muitos obstáculos teriam diante de si ao longo da caminhada.

Racismo, LGBTfobia, Preconceito, discriminação, mobilidade urbana e direito à cidade são questões que costumam marcar nossos encontros, seja afirmando identidades, seja fomentando

139 Se desejar conhecer mais sobre estas trocas e “tretas”, consulte o artigo que resultou de reflexões realizadas a partir de narrativas elaboradas pelos alunos vinculados ao PET, publicado após o meu desligamento do programa em decorrência da aposentadoria, ocorrida em 18/10/2019. MAIA, Rosemere. Naquela mesa - (re)construções identitárias, trocas e tretas entre universitários de origem periférica. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 42, v. 2, Número Especial “Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades”, p. 190-214, junho, 2020. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7889>.

dissensos, debates. A partir da inserção no PET, alguns alunos reconheceram-se como sujeitos políticos, passando a atuar em coletivos dentro da própria ESS/UFRJ (como o de negros e negras), no movimento estudantil e em organizações da sociedade civil, percebendo a importância do protagonismo juvenil na luta por transformações societárias. Ao sentarem-se à mesa do PET, na qualidade de bolsistas de um Programa Institucional que visa o desenvolvimento da excelência acadêmica, sabem que passam a deter um status diferenciado (que não veem como privilégio), isto porque a grande maioria dos estudantes em situação semelhante jamais poderá usufruir deste lugar.

Motivo de orgulho, o PET é hoje o que me move, aguça meu lado criativo - o que para os alunos às vezes é visto como um perigo, pois, como dizem, pode significar eles terem que “pagar mico” apresentando performances ou exibindo-se em público. A equipe, em função desses “micos”, foi agraciada dois anos seguidos com menções honrosas na SIAC/UFRJ (Semana de Integração Acadêmica), tendo artigos publicados na Revista Eletrônica do CFCH. Com minhas “crias” do PET, eu continuo em pleno gozo da juventude, continuo olhando para a frente, mesmo com incertezas, e vivo num constante recitar:

*Sim, eu conheço, eu amo ainda esse rumor abrindo, luz molhada,  
rosa branca. Não, não é solidão, nem frio, nem boca aprisionada.*

*Não é pedra nem espessura.*

*É juventude. Juventude ou claridade.*

*É um azul puríssimo, propagado, isento de peso e crueldade.*

JUVENTUDE - EUGÊNIO DE ANDRADE

**— SE ME DEIXAREM CONCLUIR... —**

*“A memória é uma velha louca que joga comida fora e guarda trapos coloridos.”*

AUSTIN O'MALLEY

Ao longo destes 27 anos de docência no Ensino Superior, 24 deles na UFRJ, muitas outras atividades desenvolvi e, se não estão aqui, não significa que sejam menos importantes. Todas, cada uma a seu modo, contribuíram para meu amadurecimento profissional e pessoal. Foram muitos cursos de curta duração ministrados em projetos de extensão universitária e em campos de Estágio (Fundação Xuxa Meneghel, Fundação Gol de Letra, Fundação São Martinho, dentre outras); atuação em Curso de Especialização na Área de Infância e Adolescência - fruto de uma parceria entre a UFJF e a UFRJ, onde orientei duas alunas e participei de bancas (2000); atuação em Curso de Atualização sobre uso abusivo de álcool e outras drogas (o que me rendeu, em 2007, a “Homenagem Parceiros em Ação”, feita pela Secretaria Especial de Prevenção à Dependência Química da Prefeitura do Rio de Janeiro); uma produção bibliográfica vasta, materializada nos livros organizados, nos capítulos publicados, nos artigos em revistas, em jornais, nos trabalhos em anais- todos em sintonia e coerência com as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas durante minha carreira.

A produção técnica também é significativa: vários pareceres em projetos de pesquisa, em artigos apresentados a revistas, em trabalhos encaminhados a eventos, sem falar nos relatórios, no material didático e jogos educativos, roteiros de performances; foram várias coordenações de mesas e de grupos de trabalho em seminários, além de atuações como avaliadora em sessões de iniciação científica.

Orientações de TCC e de Iniciação Científica foram inúmeras e destas atividades me orgulho especialmente, pois tenho plena convicção de que consegui extrair de cada um dos meus

orientandos o seu melhor. Em geral, seus trabalhos sempre foram bem avaliados pelas bancas. Creio que as “marcações amarelas” ou os “rabiscos vermelhos” que tanto os amedrontavam durante minhas correções acabavam por levá-los a se empenhar mais, a ler mais, a escrever de forma mais clara, coerente e cuidadosa, tornando seus trabalhos mais consistentes.

Neste momento em que ensaio o encerramento deste memorial, sinto que toda a minha carreira, para além da racionalidade que deveria nortear a atividade acadêmica, foi construída sobre afetos, (des)ilusões, tropeços, acertos e loucuras. Sinto-me como o sugerido por Kundera,

Não existe meio de verificar qual é a decisão acertada, pois não existe termo de comparação. Tudo é vivido pela primeira vez e sem preparação. Como se um ator entrasse em cena sem nunca ter ensaiado. Mas o que pode valer a vida, se o primeiro ensaio da vida já é a própria vida? É isso que leva a vida a parecer sempre um esboço. No entanto, mesmo esboço não é a palavra certa, pois um esboço é sempre o projeto de alguma coisa, a preparação de um quadro, ao passo que o esboço que é a nossa vida não é o esboço de nada, é um esboço sem quadro. (2017, p.14)

Sempre que estou diante de uma turma que já conheço, de uma rotina que supostamente já domino, de um texto que já li, é como se fosse a primeira vez. Isso é que me faz não cair na rotina, a errar sem medo e aceitar que os acertos também são fugidios.

Fechando este ciclo, só consigo me lembrar dos meus pais e de alguns professores, com um tom quase profético, dizendo: “Essa menina tem futuro!” Eu, olhando a partir de uma outra perspectiva e num outro tempo, me vendo de longe, posso dizer com convicção: Essa mulher tem passado!

### **Referências Bibliográficas**

ALAYÓN, Norberto. *Assistência e assistencialismo - controle dos pobres e erradicação da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1992.

CADERNOS ABESS nº 4. São Paulo: Cortez, 1991.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. Produção científica e formação profissional - os paradigmas do conhecimento e seu reatamento no cotidiano de ensino, da pesquisa e da extensão. *Cadernos ABESS nº 6*. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.

KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço*. São Paulo: Ed. Brasil, 1994.

MAIA, Rosemere. Paciência! Meu tempo, numa outra estação. In: MAIA, Rosemere (org.) *Rio revisto de suas margens*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, pp 203-225.

MAIA, Rosemere. *Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares*. Ponta Grossa: Terr @ Plural, v.6, n.2, p. 339-352, jul/dez. 2012.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Memória e experiência vivida: a domesticação do tempo na história. *Antíteses*, vol. 1, nº 1, jan.-jun. 2008, pp. 17-30 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, vol.5, nº 10, 1992, p. 200-212.

POULET, Georges. *O espaço proustiano*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, nº. 44, 2002, pp. 425-438.





# CARLOS EDUARDO MONTAÑO BARRETO



## **La poesía es un arma cargada de futuro**

*Paco Ibañez*

Cuando ya nada se espera personalmente exaltante  
más se palpita y se sigue más acá de la consciencia  
fieramente existiendo, ciegamente afirmando  
como un pulso que golpea las tinieblas  
Que golpea las tinieblas  
Cuando se miran de frente  
Los vertiginosos ojos claros de la muerte  
Se dicen las verdades  
Las bárbaras, terribles, amorosas crueldades  
Amorosas crueldades  
Poesía para el pobre, poesía necesaria  
Como el pan de cada día  
Como el aire que exigimos trece veces por minuto  
para ser y en tanto somos, dar un sí que glorifica  
Porque vivimos a golpes, porque apenas si nos dejan  
decir que somos quien somos  
nuestros cantares no pueden ser sin pecado un adorno  
Estamos tocando el fondo  
Estamos tocando el fondo  
Maldigo la poesía concebida como un lujo cultural por los neutrales  
Que lavandose las manos, se desentienden y evaden  
Maldigo la poesía de quien no toma partido  
Partido hasta mancharse  
Hago más las faltas, siento en mi a cuantos sufren  
Y canto respirando  
Canto y canto y cantando más allá de mis penas  
De mis penas personales  
Me ensancho, me ensancho  
No es una poesía gota a gota pensada  
No es un bello producto  
No es un fruto perfecto  
Es lo más necesario: lo que no tiene nombre  
Son gritos en el cielo, y en la tierra son actos  
Porque vivimos a golpes  
Porque apenas si nos dejan  
decir que somos quien somos  
nuestros cantares no pueden ser sin pecado, un adorno  
Estamos tocando el fondo  
Seguimos tocando el fondo

**CARLOS EDUARDO MONTAÑO**

JUNHO DE 2019

# *A docência como uma arma carregada de futuro*

## **— INTRODUÇÃO/APRESENTAÇÃO: A “SINGULARIDADE” —**

Produzir um Memorial resulta em tarefa particularmente difícil. Trata-se de avaliar a própria trajetória, de forma crítica, sem falsas autoimagens, com relativa objetividade *descritiva* (do observador), sem perder a paixão da *narrativa* (do participante) (ver Lukács, 2010, p. 150). Ainda, a escrita na primeira pessoa do singular foge do estilo acadêmico, exigindo todo cuidado para não deslizar a exposições de estilo arrogante.

Trata-se, ainda, de determinar a orientação e o sentido dessa trajetória político-acadêmica nos vaivéns da História e da história pessoal a ela articulada. Encontrar a tênue linha que separa os fatos biográficos relevantes e os irrelevantes (ou circunstâncias) nesse percurso é tarefa central do Memorial.

Nasci no Uruguai, em dezembro de 1962, no seio de uma família de “classe média”, de pai bancário e mãe dona de casa. Dessa união somos três irmãos: Luis, meu irmão mais velho, e Paula, minha irmã gêmea.

Sou filho de mãe brasileira e pai italiano. Minha mãe, Lucy, gaúcha da pequena cidade portuária do Rio Grande (R), é filha de um casal oriundo de lá e jovem foi morar no Uruguai, quando seu

pai, Abeillar, um dedicado pesquisador historiador, foi trabalhar como gerente da sede do Banco do Brasil em Montevideú. Lá conheceu e se casou com meu pai, Luis Alvaro, nascido em Roma quando sua família trabalhava no Consulado uruguaio na Itália, e que, ainda jovem, radica-se no Uruguai a partir da ruptura das relações diplomática no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Disso se determina a minha dupla cidadania, uruguaia e brasileira.

Dessa pequena cidadezinha gaúcha também é oriunda a minha tia-avó, Carmen da Silva, “Carenza” no trato familiar, irmã de minha avó Maria Pia.

Tenho uma referência de vida de cada um deles, como registrei em livro (Montaño, 1999). O valor dos princípios, da ética e a coragem de meu velho, a perseverança e solidariedade da minha mãe, o profundo empenho na pesquisa e o bom humor do meu avô, a dedicação silenciosa da minha avó, e a luta política e o compromisso social com as causas da minha tia-avó.

Sou de um país que se forjou com valores republicanos muito cedo. Do libertador, o “prócer da pátria”, General José Gervasio Artigas (defensor do “Federalismo” para a América Latina, que se opunha ao projeto da “Pátria Grande” de Simón Bolívar), aprendemos que: *“Quando se trata de salvar os interesses públicos, sacrificam-se os particulares”* (a Félix Gómez, 1801), *“A causa dos povos não admite a menor demora”* (28/2/1811, Batalha de Las Piedras), *“Não venderei o rico patrimônio ao vil preço da necessidade”* (13/5/1811), *“Minha autoridade emana de vós, e ela cessa perante vossa presença soberana”* (discurso de Artigas ao Congresso, ao assinar as “Instruções do ano XIII”, em 13 de abril de 1813), *“Nada podemos esperar senão de nós mesmos”* (frente ao sítio de Montevideú, em 23/10/ 1813), *“Com liberdade nem ofendo nem temo”* (legenda do escudo da “Província Oriental” desenhada por Artigas em 1815), *“Que os mais infelizes sejam os mais privilegiados”* (sobre o Regulamento das terras, em 10/9/1815), *“Sejam os orientais tão ilustrados como valentes”* (ao ser nomeado Governador, em 30/5/1816).

Na virada do século XIX para o XX, metade da população se compunha de operários imigrantes da Espanha e da Itália, com uma forte presença sindical. Foi no início desse século e com essa composição social que, no Uruguai, os governos do liberal José Batlle y Ordóñez, separaram a Igreja do Estado (transformando todos os feriados religiosos em laicos: o “Natal” como o “Dia da Família”, a “Semana Santa” como “Semana de Turismo”, “Reis Magos” como “Dia da Criança” etc.), e desenvolvendo uma precursora, no nosso continente, legislação trabalhista e social.

Porém, eu sou de uma geração que vive da imagem de grandiosidade de um passado que contrasta com seu presente: vitoriosos no futebol internacional nas longínquas Olimpíadas de 1924 e 1928 (que oficiaram como as primeiras competições mundiais) e das Copas de 1930 e 1950, de um Montevideu que, durante a primeira metade do século XX, era próspera (exemplo disso era a sede do Banco do Brasil nessa capital para atender Uruguai, Argentina e Chile), país de uma reconhecida educação pública de qualidade (fundada pelo “reformador” José Pedro Varela), de uma referenciada qualidade de vida, de um país que era conhecido como a “Suíça da América”. Tal imagem oficiava mais, para a minha geração, como uma lembrança de um passado que não encontra correspondência na atualidade. O uruguaio se tornou um povo nostálgico do seu passado, encravado entre dois gigantes: Argentina e Brasil.

Foi no país assim que iniciei a minha formação básica, onde estudei boa parte do primeiro grau (ensino fundamental I) numa escola pública, a Escuela Grecia, em Montevideu. A convivência com a diversidade de extração social e níveis socioeconômicos foi fundamental para estruturar minha personalidade. Ali formei amizades para toda a vida e, depois 30 anos sem contato, voltamos a reunir a turma em 2005, num encontro de pessoas que pareciam ter convivido a vida inteira, e, desde então, o grupo se reúne periodicamente até hoje. Ainda, no terceiro ano de escola, em 1972, houve uma longa greve da Educação - contra o projeto

de “Lei de Educação”, do então Ministro Sanguinetti, no governo de Bordaberry, que fora aprovada em janeiro de 1973, vésperas do (auto) Golpe de Estado, que iniciara a longa Ditadura “cívico-militar”, em 27 de junho, da qual aderiram meus pais. Com isso, passei a estudar fora da escola, com a mãe de um colega. Essa apresentação, em idade tão tenra, à luta social, à contestação ao governo, ao poder, tem representado um aprendizado fundamental para toda a vida. De lá para frente, convivi com a repressão e perseguição política militar aos chamados “subversivos”, muitos deles pessoas conhecidas.

Já no segundo grau, em plena ditadura militar e intervenção das instituições públicas de ensino, meus estudos foram fundamentalmente num colégio privado, de cunho religioso, o Liceo San Juan Bautista, um dos poucos espaços de pensamento e formação menos repressores e controlados. Foi, paradoxalmente, nessa instituição educacional de cunho religioso, que começo a me distanciar paulatinamente da igreja e das crenças religiosas. Ao sair no último ano desse colégio, termino o segundo grau voltando a uma instituição pública, o Liceo Zorrilla, onde começo a vivenciar diretamente o peso da intervenção institucional militar. Lembro de um professor de Filosofia, considerado “bobão” pelos alunos, que não obstante foi o único a enfrentar o interventor “Coronel Blanco”, protegendo um aluno em sala de aula... o “bobão da filosofia” tornou-se para mim um exemplo de coragem e as aparências começaram a perder sentido para mim; lembrança e aprendizagem que guardo até hoje. Foi ali que comecei os meus primeiros passos na militância política, inicialmente contra a ditadura, já convalescente.

Desde muito pequeno (aos 6 anos de idade), dediquei-me, com relativo sucesso nas competições nacionais e internacionais, ao judô, minha paixão esportiva, uma atividade solitária, não grupal ou coletiva, e de grande concentração, controle e autossuperação. Meu pai foi fundamental para eu ganhar minha primeira competição nacional, em agosto de 1975, aos 12 anos, com seu estímulo

para elevar minha autoestima e confiança no meu potencial, perdendo o medo do adversário. Guardo até hoje isso como um momento fundamental na minha formação, conquistas e maneira de enfrentar a vida, lembrança carinhosa do meu pai. Ainda, no fim da minha adolescência, em 1977, foi organizada uma competição internacional de judô no meu clube, com meu pai presidindo a comissão organizadora. Nela, todos defendiam que um jornal da Seita Moon, estabelecida no Uruguai, o *Últimas Notícias*, fosse o veículo oficial, em face da recusa dos outros meios à cobertura. Era o único jornal a se dispor a noticiar a competição, e meu pai lutou e argumentou nas reuniões para não aceitar esse jornal... no momento, lembro, não entendi muito bem, mas essa força para defender os princípios e valores, mesmo contra as “necessidades imediatas”, constituiu um dos maiores valores e ensinamentos do meu velho.

Outra influência familiar foi Carmem da Silva, minha tia avó “Carenza”, quem, a partir de seus livros, da sua luta, e, particularmente, da sua coluna na Revista Claudia, *A arte de ser mulher*, tornou-se uma das primeiras e principais referências da luta feminista no Brasil. Lembro quando, mais velho, eu ficava no verão hospedado em sua casa, na Rua Dias da Rocha, e com um copo de *whisky* em mãos, batíamos altos papos sobre feminismo, sobre política e sobre a vida. Sua história e sua luta foram sendo um exemplo cada vez mais claro para mim. No seu enterro, em 1985, seu caixão foi carregado pelas mulheres... lembro também que na época não gostei de não ter podido segurar uma alça no caixão dela, mas fui percebendo que ela era mais do que minha tia-avó: era uma figura pública. Ao iniciar o mestrado, em 1993, fui participar de um evento: “Prêmio Carmen da Silva às 10 mulheres destacadas do ano”, e, ao relatar para meus professores José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho, eles a conheciam: ali, de forma mais clara, Carmen deixou de pertencer ao mero âmbito familiar para se tornar uma figura de reconhecimento e função pública.

No entorno dos meus 17 a 22 anos, um turbilhão impactou esse jovem de bem com a vida. Faleceram, no interstício 5 cinco anos, minha irmã recém-nascida, Luciana (em 1979); meu tio e minha avó paternos (em 1982); meu pai e meu avô materno (em 1983), minha tia avó (em 1985). Foi nesse processo que aprendi duas coisas centrais para a minha vida: um, a sorrir mesmo nos momentos de dor; e dois, a jamais recorrer à bebida quando isso pareça necessário.

Ainda, as condições financeiras familiares se precarizaram sensivelmente. Produto de perseguições políticas no contexto da ditadura uruguaia pela atividade sindical do meu pai, ele se aposentara e complementava a baixa aposentadoria com uma atividade informal, que cessaria com a sua morte, representando uma sensível queda financeira familiar.

O jovem de bem com a vida teve que despertar para a realidade!

### — O INÍCIO DE TUDO: O “BIG BANG” POLÍTICO, ACADÊMICO E LABORAL —

Iniciei uma curta, mas radicalmente enriquecedora, experiência de trabalho numa fábrica de embutidos. Essa experiência me permitiu abrir os olhos para o mundo do trabalho e dos antagonismos nas relações de classe e da articulação sindical.

A essa curta, mas forte experiência de trabalho e consciência de classe, somaram-se as diversas atividades informais e/ou temporais: fui por vários anos guia de turismo nas “semanas de turismo”, levando passageiros em *tour* de Montevideú para o Rio, fui recenseador (*encuestador*) em pesquisas de opinião, fui por vários anos artesão em feira, membro da Associação de Artesãos (forte espaço anarco-sindicalista) etc.

Despertei também para a vida política. No cenário do último período da ditadura no Uruguai, houve um recrudescimento da



ação repressiva: nova onda de presos políticos, de duras repressões militares nas manifestações públicas, de perseguição dos militantes sindicais e clandestinos.

Foi nesse contexto que ingressei à militância da Frente Ampla, coalizão de esquerda no Uruguai, composta pelos partidos Socialista, Comunista, Democrata Cristão, o *Partido por el Gobierno del Pueblo*, grupo ao qual me filiei e militei por vários anos (até minha saída por divergência com seus rumos para o “centro” do espectro político), além de outras siglas pequenas e, posteriormente, a agrupação dos ex-Tupamaros, sob a sigla “Movimento de Participação Popular” (MPP). Nesses anos de vida partidária, participei dos diversos cursos de formação política ampliando e complementando leituras de Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci etc.

Nos meus 18 anos, em 1980, a exemplo da tentativa argentina de legitimação militar na Copa do Mundo de 1978, os milicos uruguaios organizaram o “Mundialito”, vencido pela seleção uruguaia, mas sem o sucesso da pretendida legitimação do regime. Nesse ano, o Plebiscito sobre a proposta constitucional do regime militar foi derrotado no voto. Dois anos depois, em 1982, as eleições internas dos partidos foram permitidas, com a proscricção de toda a Frente Ampla e de políticos tradicionais no exílio, como Wilson Ferreira Aldunate. Os candidatos “democratas” dos partidos permitidos ganharam com importantíssima força do “voto em branco”, que representara a proscrita Frente Ampla. Já em 1984, ocorreram as eleições presidencial e legislativa, ainda com partidos e pessoas proscritas, presas, exiladas, o que deu fim, formalmente, ao processo militar.

Naquele contexto, a opção pelo Serviço Social, contra a Sociologia, e inclusive contra a Oceanografia, teve uma certa orientação “messiânica” (ver Iamamoto, 1992, p. 115 e ss.), na pretensão da articulação da formação acadêmica com a luta e militância social, imaginando que a prática do assistente social pudesse contribuir com as transformações sociais. Desmascarar essa pretensão, tão generalizada na profissão, orientou boa parte do meu debate acadêmico.

Assim, em 1985 e com 22 anos, ingresso na *Escuela Universitaria de Servicio Social*, na primeira turma, no cenário de reinstitucionalização democrática no pós-ditadura. A estratégia da Universidade foi a do “Retorno ao Passado” (ver Montaña, 1997a, p. X): foram restabelecidas as autoridades universitárias anteriores à intervenção militar, foram reconduzidos os professores, foram restaurados os Currículos da carreira e as bibliografias censuradas no regime anterior. Nela, as minhas referências foram os professores Enrique Iglesias (a quem dedico o livro *A Natureza do Serviço Social*), Diretor da Escola quando eu era representante estudantil, com quem aprendi o bê-á-bá do Serviço Social, com quem compartilhei diversas comissões universitárias, e de quem me tornei depois membro docente da sua cátedra, e Javier Marsiglia.

O perfil geral, claramente diferente entre os estudantes da turma de 85 com o restante dos alunos do Serviço Social, as distintas experiências sociopolíticas e a absurdamente diferente formação profissional fizeram com que a nova geração assumisse prontamente (mais do que o normal em outros contextos) a liderança do grêmio estudantil. Tal foi a situação que me envolveu e me desafiou desde muito cedo: já em 1985, representei o Centro de Estudantes de Serviço Social na “Convenção Nacional de Estudantes Universitários”, tendo sido reeleito para as seguintes Convenções (em 87 e em 88). No mesmo ano de 85, fui eleito para representar por 3 anos (85-87) os estudantes na “Comissão Diretiva” (Direção) e na “Assembleia do Claustro” (um “Conselho Pedagógico”) da Escola de Serviço Social - órgãos de co-governo universitário, integrados paritariamente por docentes, estudantes e profissionais - representação renovada em 1990 para a primeira, e em 1988 para a segunda. Através deles, integrei, entre outras, as duas comissões de trabalho de maior relevância: a de Formulação do novo “Currículo” e a da Criação da Faculdade de Ciências Sociais (a primeira atingindo seu objetivo em 1987 e a segunda em 1992). Também fui membro do “Conselho Federal dos Estudantes Universitários” (algo assim como a diretoria da UNE uruguaia), e representante da Escola de Serviço Social na “Comissão de Escolas Universitárias”.

Este espaço me colocou muito cedo no *debate das questões mais relevantes para o Serviço Social e para a vida acadêmica e política universitária.*

Evidentemente, estas atividades representativas mais centrais estiveram permeadas de outras mais quotidianas: manifestações estudantis, “*pintadas*” e “*pegatinas*”, articulação política, organização e planejamento, negociação com autoridades universitárias, assembleias, comissões, mobilizações, escrachos a ex-torturadores etc.

Paralelamente, também participei da atividade acadêmica em Seminários e Encontros internacionais da categoria, o que me permitiu uma *proximidade e um contato direto com o debate profissional latino-americano.*

Desde 1989, um ano antes da minha formatura, ingresso a trabalhar numa ONG, Fundasol (*Fundación Uruguaya de Cooperación y Desarrollo Solidarios*), com financiamento do BID e da GTZ (agência de cooperação técnica alemã), que operava um programa de apoio a cooperativas agrárias e outro a pequenas e microempresas, na capacitação, assessoria e crédito (dito) “solidário”.

Fui, naquela época, o primeiro assistente social a trabalhar nesta área.

Já formado e na condição de assistente social nessa instituição, elaborei e apresentei, em 1991, o projeto: *Experiencia piloto de organización y coordinación de pequeños e micro-empresarios, por area de interés.* A análise do projeto levou a direção organizacional a me oferecer a *coordenação interinstitucional* de um projeto, que tinha o financiamento do ICCO (organização de cooperação espanhola) sobre: *Apoyo promocional y capacitación a unidades productivas asociadas.*

Também fui enviado a Santo Domingo com o fim de elaborar um diagnóstico institucional de uma ONG dominicana sobre sua organização e seus métodos, apresentando um informe e propostas que visem ao desenvolvimento de Fundasol. Isto com o patrocínio da GTZ.

Foi assim que esta atividade constituiu a base, o pilar da minha experiência profissional, e que o “mundo do trabalho”, particularmente na área das micro e pequenas empresas, passaram a constituir as temáticas centrais da minha preocupação profissional.

Quanto à prática profissional, ainda, desempenhei como assistente social no Iname (*Instituto Nacional del Menor*, uruguaio), numa Divisão encarregada da “reabilitação” de infratores e de crianças de alta periculosidade.

Outra experiência profissional de campo, contratado por uma Prefeitura no Uruguai, consistiu na inserção num assentamento precário de pescadores, com o fim de estudar a situação socioeconômica dos pescadores de camarão. A experiência, interdisciplinar, foi a base das medidas que a Prefeitura tomou para melhorar as condições dos pescadores. Esta experiência complementou a questão do trabalho.

Desafiado pelas exigências de renovação docente e pela paixão pela vida universitária, iniciei a *carreira docente* em 1989, sendo ainda estudante. Inscrevi-me como o único não graduado no concurso público, e ingresso como professor da Universidad de la República (UdelaR) numa disciplina teórico-prática, do primeiro ano, para trabalhar o tema “Juventude: trabalho, formação, drogas e delinquência”, na dupla condição de estudante/liderança estudantil e professor. Já em 92, assumi o cargo numa outra disciplina, agora no 4º ano.

Na condição de docente, também integrei a Assembleia do Claustro (o Conselho Pedagógico), representei a Escola no XIV Seminário Latino-americano de Trabalho Social (Paraná, Argentina), integrei diversas bancas examinadoras.

Já como mestrando no Brasil, representei o Departamento de Trabalho Social da nova Faculdade de Ciências Sociais na Comissão para a elaboração de um Projeto de Convênio: UFRJ/UdelaR, com o fim de desenvolver o Mestrado em Serviço Social no Uruguai, sob a responsabilidade acadêmica da Universidade brasileira. Esse Convênio leva o mestrado em Serviço Social da UFRJ aos professores

da Universidad de la República por 2 anos, assim como a vinda de vários outros docentes e profissionais uruguaios ao Rio.

### — O UNIVERSO SE EXPANDE: BRASIL E OS ESTUDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO —

Claro, na opção docente e acadêmica e sem qualquer possibilidade de estudos de pós-graduação no Uruguai, resolvi vir ao Brasil, em 1993, para realizar o projeto do Mestrado. À época, não apenas inexistiam mestrados na área de sociais e humanas, como também não existia a cultura de pós-graduação no Uruguai. A vinda ao Rio foi, então, uma necessidade e uma possibilidade, já que minha avó aqui morava e eu me sentia em casa nesta cidade.

Ao ingressar no *Mestrado*, o tema que se impunha a pesquisar era o mundo do trabalho, na particularidade da análise crítica à pequena e microempresa.

Tornei-me um dos dois primeiros uruguaios a cursar mestrado em Serviço Social no Brasil.

Sob orientação do professor José Paulo Netto, defendi a Dissertação, em janeiro de 1995, intitulada *O papel sócio-econômico das pequenas e microempresas. Uma alternativa de desenvolvimento ou uma estratégia de sobrevivência*, com banca composta pelo orientador, e pelos professores Carlos Nelson Coutinho e Maria Helena Rauta.

O tema, certamente um acerto parcial de contas com minha experiência na Fundasol, levou-me a pensar o fenômeno da pequena e microempresa, longe do oba-oba e da visão romântica, como um processo ligado à reestruturação produtiva, no contexto da crise capitalista, a “globalização” e ao projeto neoliberal.

A Dissertação foi, após muitos recortes, publicada em pequeno livro intitulado *Microempresa na era da Globalização* (Montaño, 1999), que contou com uma segunda edição em 2001.

A vinda ao Brasil para o Mestrado tinha o retorno ao Uruguai como desfecho. Porém, ao pôr como horizonte o Doutorado,

inexistente nesse país, resolvi iniciá-lo logo em seguida. Ingressei no *Doutorado* na mesma Escola de Serviço Social da UFRJ, também sob orientação do prof. José Paulo Netto, com o projeto inicial: *A atual fase de desenvolvimento capitalista (de acumulação flexível): os modelos japonês e neoliberal. As implicações do atual processo de trabalho na consciência e participação político-econômica da classe operária, dos sindicatos e das novas formas de trabalhadores.*

Finalmente, um aspecto pontual desse grande tema, cheio de arestas, passou a constituir o objeto de minha Tese: o chamado “Terceiro Setor”.

Novamente, um outro acerto parcial de contas com o passado na Fundasol, a ONG onde trabalhei por vários anos. Também longe do oba-oba e do romantismo pós-moderno, tão generalizado de uma “sociedade civil organizada” e “solidária”, vir a construir o “outro mundo possível”, orientei meus estudos na perspectiva de ele constituir mais um aspecto da (contra)reforma neoliberal, agora orientada ao desmonte da ação social estatal, no processo de autorresponsabilização dos indivíduos pelas respostas às suas necessidades.

No Doutorado, orientei minha formação particularmente nas disciplinas de economia, com professores como Maria da Conceição Tavares, José Luis Fiori, Ricardo Tauile, Aloísio Teixeira, entre outros. Após 6 anos e meio, defendi, em agosto de 2001, a Tese intitulada *Terceiro Setor e Questão Social na Reestruturação do Capital. O canto da Sereia*, com banca constituída pelo orientador e pelos professores Carlos Nelson Coutinho, Aloísio Teixeira, Laura Tavares Soares e Maria Carmelita Yazbek.

O período de mestrado e, principalmente, do doutorado, não se restringiu aos estudos; ao contrário, foi muito rico e cheio de atividades acadêmicas e políticas, tal como se abordará a seguir.

— A EVOLUÇÃO DA VIDA  
NA TERRA: A DEFINITIVA INSERÇÃO  
POLÍTICO-ACADÊMICA —

Em 1996, ainda sem ter a clareza de ficar no Brasil ou retornar ao Uruguai, realizei concurso público para o cargo de professor na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foi nesta instituição, e a partir dela, que minha vida laboral, acadêmica e política se reconfigura e se orienta definitivamente.

É aqui, e a partir daqui que passo a desenvolver as atividades na formação, na reflexão e produção acadêmica, na divulgação do pensamento crítico marxista e na atividade política.

#### A atividade de formação

Por um lado, minha participação *docente na graduação* é centrada em duas disciplinas: primeiramente, de 1996-2 a 2002-2, em *Acumulação Capitalista e Decomposição Social*; e a segunda, a partir de 2003-1 (com o novo currículo), em *Estado, Classe e Movimento Social*.

Outras disciplinas, como *Metodologia Aplicada*, acompanhando o estágio na área da empresa e diversas eletivas orientadas ao “Marxismo e Serviço Social”, ao “Debate contemporâneo do Serviço Social” e ao “Serviço Social na América Latina”.

Já na *pós-graduação*, onde ingressei em 2002 como colaborador, assumo em 2004 a condição de professor permanente, iniciando a orientação de mestrado e ministrando o módulo 3, sobre o *Tópicos do debate contemporâneo do Serviço Social*, na disciplina *Questões de teoria social, Cidadania e Serviço Social*, que lecionei até 2018-1 de forma compartilhada com os professores José Paulo Netto e José Maria Gómez. Assumo também outras disciplinas eletivas, em geral sobre “Fundamentos do Serviço Social”, “Marxismo e Serviço Social”, “Serviço Social e Políticas Sociais”, “Terceiro Setor”, algumas compartilhadas com as profas. Laura Tavares Soares, Janete Leite, Alejandra Patorini, Yolanda Guerra.

Na pós-graduação, orientei 16 *Dissertações*, entre 2004 e 2016, 15 *Teses de Doutorado*, entre 2004 e 2018 (já defendidas), e 3 *pós-doutorados*, entre 2012 e 2016. Muitos destes orientandos publicaram total ou parcialmente suas teses.

Em 2002, após concluir e defender a Tese, criei o *Grupo de Pesquisa Políticas Públicas: entre o Estado e o Terceiro Setor (PPETS)*, hoje intitulado *Núcleo de Estudos Marxistas sobre Política, Estado, Trabalho e Serviço Social (PETSS)*, onde se inseriram vários alunos de Iniciação Científica e alunos de pós-graduação, tendo pesquisado temáticas sobre o trabalho, sobre o “terceiro setor”, sobre o Estado, e sobre o Serviço Social.

### **A reflexão e a produção acadêmica**

Outro aspecto da minha atividade acadêmica se orientou na reflexão e produção de conhecimento. As publicações sempre foram encaradas no seu duplo sentido: como resultado e produto da atividade investigativa, por um lado, e como forma de divulgação e socialização do conhecimento teórico, por outro.

Ainda como estudante de graduação, no Uruguai, publiquei dois textos a partir de estudos independentes:

- O primeiro, um ensaio de 43 páginas, intitulado *La participación en organizaciones democráticas y autogestionadas* (Montaño, 1992);
- O segundo, um artigo apresentado no Simpósio Mundial de Trabalhadores Sociais, sob o título: *Políticas Sociales para quién? Conceptualización de lo ‘popular’*, publicado em 1992 em revista uruguaia, e, 2 anos mais tarde, vertido ao português e publicado no Brasil (Montaño, 1994).

Já inserido na pós-graduação e tendo como eixos de análise os *fundamentos do Serviço Social*, por um lado, o “*mundo do trabalho*”, por outro e, finalmente, a *política*, no Estado, na sociedade civil, nos movimentos sociais, assim como o “terceiro setor”, publiquei:



- *A natureza do Serviço Social*, originalmente editado em espanhol, em 1998, e, uma década depois, publicado em português (Montaño, 2007), constituído de vários ensaios sobre os fundamentos, a gênese, a legitimidade, a especificidade questionada e o “praticismo” no Serviço Social. O livro tem duas edições em espanhol e seis edições/reimpressões em português.
- *Microempresa na era da globalização* (Montaño, 1999), que é a versão reduzida da minha Dissertação de Mestrado, com duas edições.
- *Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social* (Montaño, 2002), resultado da minha Tese de Doutorado. O livro tem uma edição em espanhol e 11 edições/reimpressões em português.
- *Estado, Classe e Movimento Social* (Montaño e Duriguetto, 2010), parcialmente elaborado a partir dos estudos de pós-doutoramento em Portugal, desenvolvido como livro didático para as disciplinas com estas temáticas, no interior da “Biblioteca Básica do Serviço Social” da Cortez Editora. O livro tem oito edições/reimpressões.

Alguns artigos, ainda, podem ser destacados na particular interlocução sobre esses mesmos temas:

- *O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional*, conferência apresentada em evento na Costa Rica e publicada no Brasil (Montaño, 1997), em países latino-americanos, em Portugal e nos EUA (pela Federação Internacional de Trabalho Social, FITS, ou IFSW, em 2002), tratando das transformações sociais que impactam particularmente nas políticas sociais, vistas como “base de sustentação funcional-ocupacional” do Serviço Social.
- *Atualidade e vigência do Marxismo no século XXI* (Montaño, 2013), compondo uma revista sobre os desafios do marxismo na contemporaneidade.

- *Pobreza, ‘questão social’ e seu enfrentamento* (Montaño, 2012), texto originalmente produzido para conferência e posteriormente publicado no Brasil, em diversos países latino-americanos, em castelhano na Espanha, e em inglês, pela Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS, ou IASSW).

Organizei diversas coletâneas; algumas na “Biblioteca Latinoamericana”, que tratarei a seguir, outras no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, e uma merece destaque:

- *O Canto da Sereia. Crítica à ideologia e aos projetos do ‘terceiro setor’* (Montaño, 2014). Trata-se de coletânea composta, com uma exceção, por textos de orientandos e ex-orientandos de pós-graduação. Constitui uma continuidade à temática tratada na Tese de Doutorado, o “terceiro setor”, agora trabalhada não apenas como ideologia, mas materializada em diversos projetos, que seduz como um “canto de sereia”. O livro conta com importante Prefácio de James Petras.

Um último texto merece destaque, por se orientar em temática completamente original e diversa de toda minha trajetória acadêmica, a *alienação parental* e a *guarda compartilhada*; mas tratarei dele adiante.

Ao todo, são 5 livros de autoria (dois deles com edições em português e espanhol); 7 livros organizados; 1 ensaio publicado; 22 capítulos de livros, alguns deles publicados na Argentina, Chile, México, Uruguai e EUA; 30 artigos em revistas acadêmicas, alguns publicados na Argentina, Chile, El Salvador, Colômbia, México, Porto Rico, Uruguai, Espanha e EUA; 9 artigos em internet, publicados na Argentina, Costa Rica, Portugal e EUA; 17 Prefácios e Apresentações; além de entrevistas e artigos em revistas e magazines.

Alguns desses textos me permitiram incidir no debate, fazendo parte da reflexão crítica, destacadamente com o livro sobre o “Terceiro Setor”, que se colocava como um texto questionador

do “lugar comum”, do “pensamento único”, oficial, festejado tanto por neoliberais quanto por pós-modernos “progressistas”, tendo recebido muitos depoimentos de pessoas que começaram o “olhar” de forma diferente o fenômeno.

**A divulgação do conhecimento crítico:  
“uma arma, quando apropriada pelas massas”**

Para além da produção bibliográfica própria, sempre tive como projeto acadêmico a divulgação e socialização do conhecimento crítico. Assim, tanto aquele elaborado a partir da própria atividade de pesquisa, como a reflexão teórica crítica de outros autores constituíram um projeto pessoal, no *processo de apropriação do conhecimento crítico pelas massas como uma arma para a transformação social* (ver Marx, 2005, p. 151). Este objetivo, para além da publicação da produção própria, foi realizado basicamente através de três processos: pela Biblioteca Latinoamericana de Serviço Social, mediante as palestras e conferências e a partir dos cursos como professor visitante.

***A Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social***

Ao iniciar o Mestrado no Brasil e ainda sendo professor da Universidade uruguaia, a bibliografia de orientação marxista e contemporânea do Serviço Social me despertou o interesse de vertê-la ao castelhano para trabalhá-la ao meu retorno. Assim, após apresentar a ideia aos professores Marilda Iamamoto e José Paulo Netto, em 1994 levei à Cortez Editora o Projeto de uma Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social para o Mercosul. Os temas: os fundamentos do Serviço Social; os debates críticos metodológicos e teóricos; as Políticas Sociais; as análises críticas sobre a sociedade contemporânea. A Biblioteca foi aprovada sob a minha coordenação e a direção de Elizabete Borgianni, assessora editorial da área na Cortez.

Em 1997, para o Seminário Latino-Americano da ALAETS, em Porto Rico, foram lançados os três primeiros livros: 1) *Capitalismo*

*monopolista y Servicio Social*, de Netto; 2) *Servicio Social y división del trabajo*, de Iamamoto; e 3) *Servicio Social: identidad y alienación*, de Martinelli. No ano seguinte, em 1998, foi lançado o livro de minha autoria, 4) *La naturaleza del Servicio Social*.

Já em 2000, foram publicadas duas coletâneas, organizadas por mim e Borgianni: 5) *La política Social Hoy* (com artigos de Evaldo Vieira, Vicente Faleiros, Eduardo Mourão, Carlos Nelson Coutinho, Carmelita Yazbek, Potyara Pereira, Elaine Behring, Alejandra Pastorini e Asa C. Laurell); e 6) *Metodología y Servicio Social Hoy en debate* (com textos de Leila Lima, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Vicente Faleiros, Consuelo Quiroga, Carlos Nelson Coutinho e Sérgio Lessa).

Em 2001, foi publicado o volume 7) *¿Adiós al trabajo?*, de Ricardo Antunes.

O volume 8) *Necesidades Humanas*, de Potyara Pereira, publicado em 2002.

Mais dois livros desta coleção são publicados em 2003: 9) *El Servicio Social en la Contemporaneidad*, de Iamamoto; e 10) *Servicio Social Crítico*, coletânea organizada por mim, com Elisabete Borgianni e Yolanda Guerra (com artigos de M. C. Yazbek, J. P. Netto, P. Pereira, H. Abreu, C. Montaña, G. Lukács, Y. Guerra, R. Pontes, M. L. Barroco, M. Iamamoto, M. Rozas, S. García e J. Retana).

Em 2004, foi publicado o volume 11) *Ética y Servicio Social: fundamentos ontológicos*, de Maria Lúcia Barroco. Em 2005, foi editado o volume 12) *Tercer Sector y Cuestión Social*, de minha autoria. Já em 2007, o livro de Yolanda Guerra, 13) *La Instrumentalidad del Servicio Social* foi publicado.

O último livro publicado sai em 2009, tratando-se de uma coletânea com artigos de alguns dos maiores analistas marxistas do mundo: 14) *Coyuntura actual, latinoamericana y mundial*, organizado por mim e Borgianni, com artigos de István Mészáros, François Chesnais, James Petras e Henry Veltmeyer, Atilio Borón, David Harvey, Samir Amin, François Houtart, Imanuel Wallerstein, Ellen Wood, Ricardo Antunes.

A Biblioteca Latinoamericana, apesar de todas as dificuldades de divulgação e de comercialização, teve um impacto significativo no Serviço Social latino-americano. Por exemplo, enquanto a coletânea sobre “metodologia” provocou um Seminário na Costa Rica para, a partir do seu estudo, gerar uma reforma do Currículo; na Colômbia, o livro *Serviço Social Crítico* levou um grupo de estudantes a se organizarem no Coletivo “TS Crítico” para o estudo do marxismo e a promoção de Seminários internacionais. Por toda a América Latina, provocou o debate crítico, estimulou grupos de estudos e pesquisas, e foi, aos poucos, penetrando nos programas de disciplinas e na formação profissional.

Desde a primeira viagem ao Seminário na Guatemala, em 1996, carregando uma mala cheia de livros da Cortez, ainda em português, para testar o interesse e divulgar a futura coleção, foram inúmeras viagens para levar os livros aos leitores hispano-americanos, com a Cortez ou com o Cortez: em Porto Rico, em Concepción e em Santiago, no Chile; na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, em Guadalajara, Chihuahua e no DF, no México.

Podemos afirmar, com absoluta convicção, que o pensamento crítico no Serviço Social hispano-americano tem hoje a Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social como referência central.

### **A interlocução na América Latina e o pensamento crítico-marxista**

Por outro lado, a minha dupla cidadania e o domínio das línguas portuguesa e espanhola, a dupla referencialidade na formação – a graduação num país hispano-americano e a pós-graduação no Brasil – a docência no Uruguai primeiro e depois aqui, além da minha presença desde cedo em eventos internacionais, facilitaram minha passagem cada vez mais intensa e frequente nos diversos países do subcontinente latino-americano, seja como *palestrante* convidado em eventos, seja como *professor visitante*. Isto me permitiu, de forma significativa, participar na formação e divulgação do pensamento crítico marxista.

Desde 1986, em Buenos Aires, venho participando em Congressos e Seminários internacionais de Serviço Social e de Ciências Sociais - organizados pelo Celats, pela Alaets, pela Alas, pela Fits etc. Desde 1990, venho apresentando Comunicações Orais nas seções temáticas dos eventos. É a partir de 1994 que comecei a ser convidado como palestrante e conferencista em eventos nacionais (nos diversos países da América Latina, em Portugal e na Espanha) e internacionais. Ao todo, tenho apresentado, até abril de 2019, 250 palestras e conferências, em eventos nacionais (em variados países) e internacionais.

Os temas abordados giraram em torno do mundo do trabalho, do neoliberalismo, do “terceiro setor”, das políticas sociais, dos movimentos sociais e, particularmente, sobre o Serviço Social, sobre fundamentos e sobre a teoria e a prática do Serviço Social crítico. Mais recentemente, sobre a “alienação parental” e a “guarda compartilhada” dos filhos.

Sabemos que este instrumento, a conferência, constitui uma ferramenta muito relativa no processo de formação e divulgação de conhecimento. São eventos massivos, que em pouco tempo se transmite conteúdo que, muitas vezes, demandaria um curso inteiro, sem ou com escassa possibilidade de ampliação, de diálogo e debate, e sem a referencialidade das fontes empregadas. Ainda, muitas vezes, uma intervenção (crítica) pode ser abafada por outras falas (apologéticas). Uma vez, um amigo, intelectual marxista, disse para mim que ele já não acreditava no potencial das conferências. Mas enfim, com tudo isto, pode ajudar a despertar o interesse, a dúvida, o acesso ao pensamento diverso e crítico, e se isso levar alguns ouvintes a procurar ampliar suas reflexões, suas fontes de leituras, cursos ou estudos, essa ferramenta terá cumprido sua missão.

Por conta disso, tanto no Brasil quanto nos restantes países latino-americanos, em diversas e variadas oportunidades, fui convidado a participar como *professor visitante* para ministrar *Disciplinas de graduação e especialização* - a exemplo da “Cátedra Patrimonial

Natalio Kisnerman”, em Ciudad Juárez, México, que ministrei em 2007 e em anos seguintes - *Disciplinas de pós-graduação* - como no Doutorado e no Mestrado em La Plata, Argentina, que venho ministrando desde 2012 até a atualidade, ou no Doutorado em Porto Rico, que ministrei em 2007, ou nos mestrados de Culiacán, Sinaloa, no México, em 2013, e na UNAM, na Cidade do México, em 2018, entre outros - *Minicursos, Seminários; Oficinas* etc.

Todas estas atividades, voltadas para as palestras e conferências proferidas e para os cursos ministrados, permitiram-me circular assiduamente por diversos países da América Latina, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, El Salvador, México, Paraguai, Peru, Porto Rico e Uruguai, ainda da Europa, como Portugal e Espanha.

Com tempos e possibilidades diferentes em cada viagem, sempre conhecer outro país, outra cultura, outra geografia, diversas formas de organização social, outras pessoas, outras etnias etc., nos enriquece enormemente, ganhando em cultura, conhecimento, experiência de vida, sensações. Enfim, ao sair do nosso cotidiano, tendemos a atingir o humano-genérico... é o que nos proporcionam essas oportunidades de “suspensão” do nosso dia a dia. Nelas, conheci as culturas e as comunidades indígenas da nossa rica e multiétnica América Latina, principalmente na Bolívia (em La Paz, Potosí, Cochabamba, Tarija, Sucre), no Peru (destacadamente em Puno), na Guatemala (na sua capital, nas 14 comunidades indígenas, de etnias diferentes, ao redor do Lago Atitlán, em Panajachel, e em Chichicastenango) e no México (particularmente nos povos descendentes dos Maias no sul do país, e dos Astecas no centro, e os Tarahumaras ao norte do país), descobrindo as “várias nações” que existem em “um só país” (como é caracterizada a Bolívia na Constituição promovida por Evo Morales, como “Estado plurinacional”), mantendo, após 500 anos de dominação, extermínio e deculturação, suas línguas originárias, suas formas produtivas, sua organização social, suas formas de trabalho, algumas das suas crenças etc. É visível ainda, a marca, diversa em cada país, região

e cidade, de um continente que cresceu e desenvolveu como colônias, com o trabalho escravo dos povos africanos, complexificando e enriquecendo ainda mais a multiculturalidade da nossa América Latina, assim como a enorme desigualdade e pobreza numa região que tem a marca racial na sua identidade. Neste processo pude ver direta e expostamente as “veias abertas da América Latina”.

Ainda, pude adquirir uma visão abrangente do debate e desenvolvimento do Serviço Social na América Latina, realidade que expressa claramente a distinção entre a formação, a produção e o debate profissional no Brasil, fortemente marcados pelo pensamento marxista, e nos países hispano-americanos, quase sem presença dessa corrente de pensamento. Assim, tive a oportunidade de participar nos debates e processos em diversos países. Cheguei a intervir criticamente em Colima, México, em espaço que debatia o novo Currículo, orientando a formação do profissional a partir do eixo central da “autoajuda”; pude questionar em Costa Rica o debate, hegemônico à época, sobre a “Gerência Social” como novo horizonte profissional, ou o “Currículo por Competência”, em debate nos variados centros de formação em Serviço social em diversos países.

Enfim, estes espaços têm sido para mim, assumidamente, uma forma de militância política, no processo de formação e qualificação profissional, e no processo de divulgação e aprofundamento do pensamento crítico, marxista.

### **A direção política na categoria**

A forte e frequente interlocução com o debate, a formação e os processos nos países latino-americanos, particularmente os de fala hispana, levou-me a assumir responsabilidades políticas institucionais, tanto na associação acadêmica de Serviço Social latino-americana quanto na brasileira.

Por um lado, após mais de uma década de crise financeira (desde que a fundação alemã Konrad Adenauer cortou o financiamento, em 1992) na Associação Latino-Americana de Escolas de



Trabalho Social (Alaets), e rompendo com aquele que foi seu braço acadêmico: o Celats (Centro Latino-Americano de Trabalho Social, com sede em Lima), em evento internacional organizado no Chile, em 2006, o Brasil apresenta uma proposta de refundação inspirada no processo de que, neste país, levou à constituição da Abepss a partir da fusão da Abess e do Cedeps. Funda-se, como herdeira da Alaets, a *Associação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social (ALAEITS)*.

Nesse mesmo evento, constitui-se no Brasil a primeira *Direção Executiva* da nova entidade latino-americana, sob a presidência da profa. Ana Elizabete Mota, onde assumi o cargo de *Tesoureiro*, na gestão que foi de 2006 a 2008. A gestão teve a atribuição de construir e aprovar o Estatuto da nova entidade, organizar o processo de filiação e, entre outras atribuições, organizar o *XIX Seminário Latino-Americano de Escolas de Trabalho Social*, em 2009, em Guayaquil, Equador.

Por outro lado, assumi a *Coordenação Nacional de Relações Internacionais* na *Direção Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*, primeiramente na gestão sob a presidência da profa. Elaine Behring, no período de 2009 a 2010, e compondo a gestão seguinte, sob a presidência da profa. Cláudia Mônica dos Santos, no período 2011 a 2012. Ali, pude sistematizar dados de pós-graduações, de revistas, de pesquisadores de Serviço Social na América Latina, a partir dos registros de dois seminários internacionais que foram levados ao site da entidade para promover convênios, intercâmbios e publicações nesses países. Também, representando a entidade, participei do Grupo de Trabalho criado pelo CFESS em 2011 para elaborar a “Definição Mundial do Serviço Social” a ser apresentado na Fits como substitutiva da existente. Fomos, conjuntamente com o prof. Rodrigo Sousa Filho, recomendados para coordenar pesquisa sobre o estado da arte no Serviço Social, sobre o tema do “desenvolvimentismo”, encomendado e financiado pelo Ipea e apresentado na II CODE, em Brasília, 2011.

Ao Coordenador de Relações Internacionais da Abepss, cabe a representação do Brasil nos Colegiados da Alaeits, o que fiz durante essas duas gestões. Ainda, organizamos o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), na UERJ, em 2010, e o XIII ENPESS, em Juiz de Fora, 2012.

**— A EXPLORAÇÃO DO UNIVERSO:  
UM MOMENTO EM PORTUGAL PARA  
OS ESTUDOS DE PÓS-DOCTORADO —**

Entre 2009 e 2010, durante 6 meses, residi em Portugal, no período de pós-doutoramento.

Com projeto elaborado para estudar as propostas sobre emancipação social de Boaventura de Souza Santos, ocupei o espaço de estudo também para elaborar aspectos do livro encomendado pela Cortez sobre “Estado, Classe e Movimento Social”, desenvolvido em coautoria com Maria Lúcia Duriguetto. Avancei em ambos os objetivos, e a estância em Portugal constituiu uma riquíssima experiência cultural e de vida.

Para um latino-americano, mesmo já tendo visitado como turista países da Europa em viagens anteriores, morar em país europeu, fazer parte da vida no dia a dia, da cotidianidade de suas pessoas, ter acesso a seus hábitos, à sua cultura, à sua história, à suas expressões artísticas, incluída a arte sacra, arquitetônicas, vivenciar o caráter cosmopolita de imigrantes originários de regiões africanas, árabes, que também carregam suas expressões culturais, artísticas, culinária, e formas de subsistência, é profundamente enriquecedor.

Mesmo com o preconceito que se carrega desde o Brasil, apaixonei-me pelo Fado, especialmente o “Fado vadio” de Lisboa, cantado com paixão pelo próprio povo.

Ainda em Portugal, pude vivenciar o ambiente acadêmico universitário, com sua história e tradição, por um lado, e sua precarização por via dos acordos de Bologna, por outro. Lá fui convidado para ser membro em três bancas de mestrado, proferir palestras e cursos.

**— UM ASTEROIDE EXTINGUE OS  
DINOSSAUROS E PERMITE A RENOVAÇÃO DA  
VIDA (DA CRISE SURGEM NOVOS HORIZONTES):  
A INCORPORAÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA COMO HORIZONTE  
TEÓRICO E POLÍTICO —**

Um drama pessoal que ocorreu em 2013 e que não cabe tratar neste espaço, impactou minha vida privada e alcançou a esfera pública, quando os *oportunistas* da vez, seja por interesses privados, seja por interesses políticos, aproveitaram a oportunidade para tirar vantagem. Os oportunistas manipulam a realidade para um lado ou para outro conforme seus interesses. O oportunista é o pragmatista da política.

Após as lutas de Engels e de Lênin contra o oportunismo no marxismo, é Lukács quem vai assumir essa batalha. Segundo ele atesta na *Carta sobre o Stalinismo* (redigida em 1962), além de “um culto à personalidade”, sob o stalinismo “as necessidades táticas imediatas subordinaram a elaboração teórica e paralisaram o pensamento marxista, submetendo-o a exigências rasteiramente pragmáticas e oportunistas” (*apud* Netto, 1983, p. 72-73; também ver Lukács, 2008, p. 134 e Lukács *in* Pinassi e Lessa, 2002, p. 126). O oportunismo renega da verdade e de um fim maior e de longo alcance em função do interesse imediato, e muitas vezes pessoal. É por isso que, em função dos variados interesses imediatos, seus discursos, seus atos e suas opções mudam constantemente, como uma “metamorfose ambulante”.

Como em tudo, se a aparência das coisas coincidissem com sua essência<sup>140</sup>, a mera observação parcial, superficial, subjetiva e vivencial, nos bastaria para conhecermos a verdade. Mas vivemos hoje em tempos em que se cultua a “pós-verdade”<sup>141</sup>.

140 “Toda a ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1985, p. 939).

141 O termo “pós-verdade” ganha relevância em 2016, ao ser eleito no Dicionário inglês da Oxford como a palavra do ano. Sobre o termo, seu sentido e seu papel político e social atualmente, o jornalista britânico Matthew D’Ancona (colunista do “The Guardian”) lança o livro: “Pós-verdade - a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news” (editado no Brasil pela Faro Editorial). Segundo ele, a “pós-verdade” constitui o processo pelo qual as emoções, crenças e convicções pessoais passam a ter mais importância que os fatos objetivos (ver: <<https://g1.globo.com/pop-arte/blog/luciano-trigo/post/2018/05/27/jornalista-britanico-reflete-sobre-a-era-da-pos-verdade.ghtml>>).

A superação da visão fenomênica, do aparente, do pseudo-concreto (nos termos de Kosik), só é possível de ser alcançada, permitindo a compreensão da “coisa em si”, da essência, e chegando à raiz dos fenômenos, ao saturar de *mediações* o conhecimento do real (Marx, 1977 e Kosik, 1989).

Enfim, da crise, inclusive pessoal, surgem novos horizontes, novos desafios, novos caminhos. O mesmo meteorito que extinguiu os dinossauros, cria as condições para a vida inteligente e o desenvolvimento humano.

Como já afirmei (em Montaña, 2016, p. 18): “alguns objetos de estudo a gente escolhe, outros a vida nos impõe!”.

No meu caso, pai de um filho que nasceu em 2012, tive que conciliar os estudos e a luta sobre o *superior direito das crianças e adolescentes à convivência familiar*.

Meus estudos me levaram a produzir um livro sobre *Alienação Parental e Guarda Compartilhada. Um desafio ao Serviço Social na proteção dos mais indefesos: a criança alienada* (2016).

O trabalho exploratório e investigativo, nesta nova e tão diferente área de pesquisa, foi empreendido com a mesma dedicação e rigor acadêmico que qualquer outro, mesmo mobilizando fortemente minhas emoções. Mas, como ensina Marx, “a crítica não é uma paixão do cérebro, mas o cérebro da paixão” (2005, p. 147). Então me debrucei nesta tarefa de posse da “indignação como o modo essencial de sentimento” e a “denúncia como a principal tarefa” (*ibidem*), com a sensibilidade da paixão, do coração, e com o rigor científico do cérebro.

Porém, o desafio não foi apenas o de tratar um tema inteiramente novo à minha trajetória acadêmica, ou ainda desenvolver um estudo científico num tema que desperta paixões. Outro enorme desafio foi o de pensar um objeto tão particular, que expressa o drama de indivíduos e famílias no seu cotidiano, à luz do pensamento marxista. Em face da falsa ideia de que o método marxista é útil para o estudo das estruturas sociais, mas não permite a compreensão das dinâmicas e fenômenos locais, singulares, cotidianos, a tarefa foi tratar uma questão assim a partir do método de Marx.

Claro, esse desafio não apenas foi possível, mas extremamente rico. Pensar à luz da perspectiva de totalidade do objeto, examinando suas diversas arestas, particularidades e determinações, tratando das dimensões sociais, psicológicas, históricas e jurídicas do tema, valendo-se das categorias que fundam o Modo de Produção Capitalista (MPC) e compreendendo o fenômeno como uma “manifestação da “questão social” permitiu chegar à raiz, a um conhecimento crítico dele, que vai além de qualquer análise disciplinar.

Foi, ainda, o primeiro livro publicado por assistente social sobre o tema no Brasil e na América Latina (hoje já com versão em espanhol a ser publicada na Argentina).

Por conta disso, abriu-se um novo horizonte e campo de intervenção acadêmica e política, tendo sido convidado em cinco oportunidades para proferir conferências sobre o tema, publicado dois capítulos de livros a convite dos organizadores e mais um artigo em revista no México, além de profissionais da área e estudantes que se aproximam para tratar sobre o tema.

**— A LUTA PELA VIDA NA TERRA:  
OS DESAFIOS EM TEMPOS OBSCUROS E A  
REAFIRMAÇÃO DA LUTA POLÍTICO-ACADÊMICA  
CENTRADA NA CONTRADIÇÃO DE CLASSES —**

Ao tratar do percurso acadêmico e político pessoal, torna-se fundamental considerar o contexto histórico contemporâneo que nos desafia. Portanto, é preciso um espaço para tratar do momento tão particular que vive o Brasil, a América Latina e o mundo, na retomada de uma “investida” ultraconservadora, neofascista, que visa, ainda, reescrever a história e onde os absurdos maiores, de tipo “olavistas”, ganham plausibilidade entre uma parcela ignorante e ultramisticista da população, e de como a esquerda e a classe trabalhadora estão hoje organizadas e articuladas, e em que patamar de consciência de classe para enfrentar este momento.

Essa consideração se torna central para pensar a continuidade e reafirmação da atividade/luta político-acadêmica, centrada na contradição de classes.

### **O triunfo do “identitarismo” e do “punitivismo” de esquerda**

Desde algum tempo, setores do marxismo e da esquerda em geral se questionam sobre a contradição fundante da nossa sociedade, sobre o sujeito da transformação social e sobre a centralidade ou não da “classe”.

Desde o debate dos marxistas franceses, que enfrentaram setores “monopolistas” e “não-monopolistas”, relegando a um segundo plano a contradição capital/trabalho, passando pelos debates de um Lojkine que estuda a “classe operária em mutação”, chegando ao conceito de “multidão” de Michael Hardt e Antonio Negri, até a ilusão de “mudar o mundo sem tomar o poder”, de John Holloway, para citar só alguns, e só no campo do marxismo. Neste sentido, o marxismo, em face das mudanças estruturais, vem debatendo (nem sempre de forma correta) estas questões e deixando a impressão de que a categoria “classe” tivesse esgotado seu poder heurístico, precisando ser substituída. Uma fragilização, entendo eu, do protagonismo do marxismo na análise e nas lutas de classes. Um erro teórico, político e histórico.

Num outro caminho, desde os autores “contratualistas”, como Alain Touraine e Tilman Evers, vem se substituindo ao pensar os ditos “Novos Movimentos Sociais”, a categoria de “classe” pelo conceito de “identidade”, a exemplo do texto do último sobre *Identidade: a face oculta dos movimentos sociais* (Evers, 1984).

É assim que, a partir dessa fragilização de alguns setores do marxismo sobre a centralidade da “classe”, do impacto após o maio francês de 68, das fortes mudanças nas relações de produção no cenário de crise capitalista, do fim da experiência soviética e do avanço das necessárias e fundamentais “lutas particulares” no caminho da emancipação política, que o pensamento pós-moderno passa a comandar cada vez mais a compreensão da realidade e orientar as lutas sociais a partir da vaga noção de “identidades”.

Ora, primeiramente, não se trata de desconhecer a importância dessas “lutas *particulares*”, claramente civilizatórias e emancipatórias em termos “políticos”. Sem o sucesso delas não haverá emancipação política, e muito menos humana. Trata-se, sim, de perceber que atribuir uma “racionalidade *identitarista*” às lutas sociais transfigura completamente e pulveriza a unidade das lutas de classes.

Portanto, aqui diferenciamos a *racionalidade identitarista* das *lutas particulares*. Defendemos a importância destas últimas, mas condenamos a primeira.

Certamente este não é o espaço para tal debate, porém gostaria apenas de apontar o erro conceitual e político de, na melhor das hipóteses, equiparar as *desigualdades* oriundas das “identidades” com a *contradição* de “classes”. Ora, entre as classes burguesa e proletária não há diferenças, não há uma desigualdade, há sim uma *contradição*: uma explora o valor produzido pela outra, *contradição*, esta, insuprimível no MPC. Portanto, não se trata de um aspecto cultural, mas estrutural. Contrariamente, apesar de todas as diferenças e desigualdades existentes em uma cultura racista, homofóbica e machista, não há *contradição* insuperável nas questões de gênero, de raças, de orientação sexual etc. (tratamos da centralidade de classe e a importância das lutas particulares em Montaño e Duriguetto, 2010, p. 125 e ss.).

É por isso que, superar a *contradição* de classes é condição a superação da ordem capitalista, mas a superação das culturas racista, machista etc. e as formas de discriminação e desigualdade oriundas delas podem ser alcançadas ainda dentro da ordem social vigente. As “lutas particulares” constituem, portanto, embates fundamentais no caminho da emancipação política e no avanço civilizatório e dos “direitos humanos”.

Porém, se as “lutas particulares” são fundamentais e confluem com as “lutas de classe”, a *racionalidade identitarista* fragmenta a classe trabalhadora e pulveriza sua luta, criando uma lógica internamente devastadora, opondo e enfrentando a classe

em torno das “identidades”, antagonizando-os: homem x mulher, negro x branco, heterossexual x LGBTI, pressupondo constituírem delas relações de antagonismo na mesma base que a relação contraditória entre as classes: capital x trabalho.

A contradição de interesses entre o burguês, o capitalista e o trabalhador, não depende de questões individuais ou subjetivas nem de uma cultura, mas do fato estrutural de um, por sua condição, explorar o outro, constituindo-se o *antagonismo de classe*. E, dessa forma, superar tal contradição exige superar a ordem que constitui tal relação, eliminando, assim, as classes sociais. Contrariamente, existem hoje as culturas machista, racista, homofóbica, xenofóbica, de intolerância religiosa etc., mas isso constitui em si um antagonismo entre os sujeitos, tornando-os inimigos, mesmo que tais culturas promovam desigualdade, discriminação, privilégios etc. O que deve ser enfrentado, nestes casos, e contrariamente à contradição de classes, são as culturas em questão, conquistando a igualdade entre homens e mulheres, entre raças, entre imigrante e local, entre indivíduos diversos. Derivar do *antagonismo de classe* um (suposto) *antagonismo por “identidades”*, entre indivíduos de raças, religiões, gêneros, orientações sexuais etc. diferentes, leva a conceber o “diferente” como inimigo, não em função de uma cultura, mas pela sua própria condição de “diferente” de determinada “identidade”. O resultado desta lógica é a pulverização da classe trabalhadora, sem unidade, sem um projeto comum, portanto, sem possibilidade de enfrentar os programas neoliberais.

Esta lógica, aparentemente hegemônica nas esquerdas, tem levado, por exemplo, a uma dinâmica de crítica e oposição à Reforma da Previdência, em 2019, a partir do impacto por “identidades”, fragilizando a visão de que ela é prejudicial para o conjunto da classe trabalhadora.

Com isto, substitui-se (na pior das hipóteses) ou se equaliza (na melhor das hipóteses) a *contradição de classe* por/com as *desigualdades a partir das “identidades”*, e as *lutas de classes* passam a ser secundarizadas ou abandonadas pelas *ações identitaristas*.



Nota-se, reafirmamos que não estamos falando de que as lutas particulares e suas causas não sejam importantes e fundamentais, que elas devem ser travadas para *superar uma cultura*, e não para *eliminar o suposto “inimigo”*.

É esta “racionalidade *identitarista*” - que hoje comanda a compreensão da realidade e as lutas sociais, e que tem raízes na ideia do “politicamente correto” - *que vai levar ao “punitivismo” de esquerda*, como forma de ação política.

Isto é, se, em função da “racionalidade *identitarista*”, os “*idênticos*” são antagonizados aos “*diferentes*”, numa lógica “*nós*” x “*eles*”, concebido o “*outro*” como “*inimigo*”, então o caminho das lutas passa a ser o da eliminação desse inimigo. Surge, assim, e se expande rapidamente, a *estratégia punitivista* na esquerda. E com ela, no lugar de enfrentar uma cultura - machista, sexista, racista, homofóbica etc. - visa-se, como “*ação exemplificante*”, *punir o indivíduo* (o suposto “*inimigo*”).

A razão (ou o irracionalismo) pós-moderna contida no “*identitarismo*” vai da mão e funda a ação “*punitivista*” da esquerda. Ou seja, o “*identitarismo*” cria os grupos *identitários* e os enfrenta, seus supostos antagonistas, e o “*punitivismo*” da esquerda, assim como o de direita (fundada na Tese do “*inimigo interno*”, que funda as ditaduras e a ação repressiva do Estado), cria os mecanismos de combate e enfrentamento entre eles, a partir da eliminação do “*outro*”, tido como o “*inimigo*”. Só que o suposto “*inimigo*” não é o *antagonista* de classe, mas o *diferente* em relação ao credo, à orientação sexual, à raça, ao gênero, à procedência etc.

A ação “*punitivista*” da esquerda é fundada nos mesmos pressupostos da direita: a anulação ou extermínio do diferente, do contrário, do não pertencente ao grupo *identitário*... do “*inimigo*”. O heterossexual inimigo do homossexual, o branco inimigo do negro, o homem inimigo da mulher, o imigrante inimigo do nativo, o praticante de uma religião inimigo do de outra.

Esta reflexão será ampliada em outro espaço, porém, agora apenas cabe mostrar como o “*identitarismo*” e o “*punitivismo*” na

esquerda fragilizam ao extremo a classe trabalhadora, que passa a se enfrentar internamente, a se multifragmentar e a destruir a vida de indivíduos (trabalhadores e trabalhadores, militantes) que, nesta racionalidade, passam a ser considerados “inimigos” (desta ou daquela “identidade”), comprometendo e abalando assim a unidade e o poder de luta da classe trabalhadora.

Não é estranho, ao perceber isto, entender o porquê do “identitarismo” ser fortemente promovido pelas corporações multinacionais, pela grande mídia etc.

Não parece ser o caso das entidades multilaterais, da Rede Globo, dos atores de Hollywood, terem tomado consciência da importância do combate às diversas formas de desigualdade e segregação social. Como dizia o velho Brizola: “Quando vocês tiverem dúvidas quanto a que posição tomar diante de qualquer situação, atentem... Se a Rede Globo for a favor, somos contra. Se for contra, somos a favor!”.

Parece muito mais uma clara e muito efetiva estratégia dos setores dominantes de promover a autodestruição, a “implosão” da unidade e do movimento dos trabalhadores.

A Casa Grande, para perpetrar seu controle absoluto, promove o conflito na Senzala!

Aqui vale a máxima romana: “Divide e reinarás!”

É com esta esquerda, orientada pela *racionalidade* “identitarista” (secundarizando ou eliminando a contradição de classe) e pela *ação tática* “punitivista” (secundarizando também ou deixando de lado a luta contra os sistemas culturais, ideológicos e contra a estrutura econômica), que no mundo inteiro e, particular e especialmente no Brasil, há um recrudescimento do ultraconservadorismo. Não só os governos de Trump, de Macri, de Macron, de Piñera, de May e seu Brexit, e de Bolsonaro (para citar alguns), mas o ressurgimento de uma idiosincrasia neofascista, preconceituosa, fundamentalista - surgindo expressões de extremo machismo, novos grupos da Ku-Klux-Klan, fanatismos religiosos, grupos de extermínios de moradores de rua, nova perseguição aos “marxistas

culturais” etc. -, que perpassa boa parte das populações, de diversos e variados setores.

A sociedade brasileira, desde o golpe institucional de Estado de 2016, vem se polarizando dramática e fanaticamente, mas não a polarização de classe. Polarizou-se de forma multifragmentária e extremista ou fundamentalista. Polarização esta que encaixou perfeitamente como sendo de lados contrários, mas com a mesma racionalidade e forma de ação, com o “identitarismo” e o “punitivismo” de esquerda, por um lado, e o ultraconservadorismo e neofascismo, fundados na noção do “inimigo interno”, por outro.

Esse recrudescimento da direita ultraconservadora encontra, ainda, a classe trabalhadora fragilizada, se autodegladiando, sem qualquer unidade para enfrentar esse avanço ultraconservador.

### **Os desafios ao pensamento marxista e à luta de classes, e a renovação do compromisso e trajetória político-acadêmica**

Após este percurso, aparentemente “sem propósito” num Memorial acadêmico, é que retomo a escrita no singular da primeira pessoa.

No decorrer deste texto, apresentei minha definitiva inserção “político-acadêmica”. Não separo a dimensão “acadêmica” da “política”. Ainda, manifestei radicar especialmente ali, nesse espaço, a minha principal inserção na “militância político-acadêmica”. Cabe agora explicitar, brevemente, os desafios que são colocados por este cenário nacional e mundial nesta trajetória político-acadêmica. Trata-se de um momento de *reafirmção da luta político-acadêmica centrada na contradição de classes*.

Hoje, mais do que nunca, a academia não pode se furtar, amedrontada, seja pelas ameaças neofascistas, seja pela intimidação do “punitivismo” da esquerda, do debate de ideias e do pensamento crítico.

Hoje, muitos “pós-marxistas” (que já abandonaram o pensamento crítico e o projeto revolucionário há tempos) promovem e festejam o “identitarismo” atual, porém, muitos outros “marxistas-impenitentes” ficam calados, inertes ou oportunistamente, estão

se valendo dele. *Adaptação e/ou oportunismo*, ambos os caminhos seguidos por muitos!

É preciso, hoje, assumir e reafirmar a análise crítica da realidade, centrada no antagonismo de classes, na contradição capital x trabalho, pensando a articulação com as “lutas particulares”, necessárias desde o ponto de vista civilizatório e da emancipação política.

Um debate franco, aberto, crítico e fundamentado, tanto sobre as causas desse avanço ultraconservador, não presente apenas nas “elites”, mas em boa parte da população trabalhadora, como sobre as causas e efeitos dessa hegemonia pós-moderna, “identitarista” e “punitivista”, nas esquerdas e na classe trabalhadora.

Estes são nossos desafios político-acadêmicos no cenário atual.

P.S. Fruto dessas preocupações, publiquei em 2021 um livro sobre *“Identidade” e classe social. Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas*, na Editora Anita Garibaldi.

### **Referências Bibliográficas**

EVERS, Tilman. *Identidade: a face oculta dos Movimentos Sociais*. Novos Estudos Cebrap, nº. 4. São Paulo: CEBRAP, 1984.

Iamamoto, Marilda. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.

Kosik, Karel. *A Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Lukács, György. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Lukács, György. *Socialismo e democratização. Escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2005.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 3, Volume 6: “O processo global de produção capitalista”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MARX, Karl. “Introdução” de 1857. In: MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

Montaño, Carlos. Alienação Parental e Guarda Compartilhada. Um desafio ao Serviço Social na proteção dos mais indefesos: a criança alienada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

Montaño, Carlos. Apresentação: a constituição da Ideologia e dos Projetos do ‘Terceiro Setor’ e Alguns comentários finais: no ‘mastro’ da teoria marxista. In: MONTAÑO, C. (org.). O Canto da Sereia. Crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

Montaño, Carlos. Teoría y Práctica del Trabajo Social crítico: desafíos para la superación de la fragmentación positivista y post-moderna. In: MALLARDI, M. (org.). Procesos de intervención em Trabajo Social. Contribuciones al ejercicio profesional crítico. La Plata, Argentina, Colegio de Trabajadores Sociales de Prov. Bs As., 2014a.

Montaño, Carlos. Atualidade e vigência do Marxismo no século XXI. Praia Vermelha, vol. 23, nº 2. Rio de Janeiro, PPGSS/UFRJ, 2013.

Montaño, Carlos. Pobreza, ‘questão social’ e seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade, nº 110. São Paulo: Cortez, 2012.

Montaño, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2010.

Montaño, Carlos. A natureza do Serviço Social. Um ensaio sobre sua gênese, sua especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez. (Versão em português do original em espanhol: La Naturaleza del Servicio Social. Um ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción. São Paulo: Cortez, 1998), 2007.

Montaño, Carlos. Um projeto para o Serviço Social Crítico. Katálisis, vol. 9, nº 2. Florianópolis, UFSC, 2006.

Montaño, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

Montaño, Carlos. “Ladran, Sancho! Señal que cabalgamos”. Boletín Electrónico Surá, nº. 66. Costa Rica, Escuela de Trabajo Social-Univ. de Costa Rica, 2002a. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/sura/sura-0066.pdf>>, acesso em: 15/4/2019.

Montaño, Carlos. Microempresa na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1999.

Montaño, Carlos. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. Serviço Social & Sociedade, nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.

Montaño, Carlos. Presentación a la Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social. In: NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista y Servicio Social. São Paulo: Cortez, 1997a.

Montaño, Carlos. Políticas Sociais para quem? Conceituação do ‘popular’. Serviço Social & Sociedade, nº 45. São Paulo: Cortez. (Versão em português do original em espanhol: “¿Políticas Sociales para quién? Conceptualización de lo popular”. Cuadernos de Trabajo Social. Facultad de Ciencias Sociales, UdeLaR, Montevideo, 1992), 1994.

Montaño, Carlos. La participación en organizaciones democráticas y autogestionadas. Montevideo: Claeh, 1992.

NETTO, José Paulo. Georg Lukács. O guerreiro sem repouso. Coleção Encanto Radical nº 28. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PINASSI, Maria Orlanda e LESSA, Sérgio (orgs.). Lukács e a atualidade do marxismo. São Paulo: Boitempo, 2002.



# JOANA GARCIA



## Apontamentos sobre a controversida centralidade da família no trabalho social | Notes on the controversial centrality of the family in social work

JOANA ANGÉLICA BARBOSA GARCIA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo discute o trabalho social com famílias na política de assistência social, com base na análise de orientações normativas produzidas neste campo e na observação de experiências profissionais. Alguns apontamentos são apresentados na forma de contribuição ao debate, entre eles a orientação da família como unidade do atendimento, o entendimento e o uso imprecisos da chamada matricialidade sociofamiliar, a fluidez do acompanhamento familiar e sua adequação no trabalho com usuários e programas selecionados. O acompanhamento das famílias é apresentado como um expediente considerado necessário, porém frequentemente praticado com uma fundamentação precária, sem parâmetros a serem observados no tempo, e ambiente institucional fragmentado e com frágil suporte de duas décadas indica a escassa e, por isso, necessária, adoção de parâmetros que orientem o trabalho com famílias.

**Palavras-chave:** assistência social; família; sociofamiliar.

**Abstract:** This article discusses the work with families in Assistance Policy, based on the analysis of norms produced in this field and the observation of professional experiences. Some notes are presented as a form of contribution to the debate: the orientation of the family as a unit of attention, the understanding and use of so-called socio-familiarity, the fluidity of family follow-up and its adequacy in the work with users and selected programs. Family follow-up is presented as a necessary, but often practiced with a precarious foundation, without parameters to be observed over time, and a fragmented institutional environment and with fragile support of two decades indicates the scarce and, therefore, necessary, adoption of parameters that guide the work with families.

<sup>1</sup> Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Estudos e Trabalho sobre Famílias, Doutora em Serviço Social pela UFRJ University.

SER Social, Brasília, v. 20, n. 42, p. 30-54, jan 2018

## **Tratado geral das grandezas do ínfimo**

*Manoel de Barros*

A poesia está guardada nas palavras – é tudo que eu sei.  
Meu fado é o de não saber quase tudo.  
Sobre o nada eu tenho profundidades.  
Não tenho conexões com a realidade.  
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.  
Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas).  
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.  
Fiquei emocionado.  
Sou fraco para elogios.



**JOANA GARCIA**

JULHO DE 2019

## *Um caminho por entremeios*

O senhor sabe?:

*não acerto no contar, porque estou remexendo o vivido longe alto, com pouco caroço, querendo esquentar, demear, de feito, meu coração, naquelas lembranças. Ou quero enfiar a idéia, achar o rumozinho forte das coisas, caminho do que houve e do que não houve.*

*Às vezes não é fácil<sup>142</sup>.*

Este é o segundo memorial que escrevo. O primeiro, apresentado em 1994 como requisito para inscrição no concurso público para o Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social, tinha um formato mais esquemático, era um currículo brevemente comentado. Neste faço mais referências ao contexto, às ideias e pessoas que me influenciaram e vêm influenciando desde então. Valho-me da beleza literária de *Grande Sertão: Veredas* para ilustrar esse caminho acadêmico, narrado com os olhos de hoje.

Interessei-me por esse romance quando ouvi uma referência ao personagem Riobaldo, feita por um docente belga que trabalhou na Escola de Serviço Social entre os anos de 1980 a 2000 - o Professor Jean Robert Weissaupt. O Brasil profundo, citado por um estrangeiro, fez-me pensar o quanto aquilo tudo era do mundo inteiro. E o mundo literário de Guimarães Rosa me encantou. Sendo de família mineira, de uma roça profunda, quis trazer este texto

142 Esta citação, bem como as demais, alinhadas à direita do texto em itálico, são trechos da fala do personagem Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa.

para cá, para marcar algumas passagens deste memorial. Faço, com isso, uma menção póstuma aos meus familiares e ao Professor Jean Robert, que me apresentou ao escritor mineiro. A irreverência anarquista deste professor, sobretudo em um ambiente de valorização do alinhamento intelectual, inspirou-me. Jean não se prestava a enquadramentos, era um libertário. Desde sempre, achei que isto era bom. Meus pais, que não cursaram o ensino superior, não entenderiam direito o que seria um professor titular. Minha mãe acenderia uma vela para que tudo corresse bem.

Quero também citar meu companheiro em muitas veredas: Jairo Nicolau. Grande parte do que é contado aqui foi dividido com ele nas nossas “caminhadas em debate”, momento em que alternamos a proposição de questões da nossa vida profissional e dos temas da conjuntura. Jairo é minha principal referência de pesquisador social e de generosidade para lidar com temas polêmicos e controversos. Aprendo muito com ele, um “ateu praticante”, a ser menos judicativa em relação à frágil condição humana.

Apresento aqui a minha trajetória profissional, mesclada pela riqueza das relações, das trocas e dos aprendizados, nem sempre estritamente relacionados ao ambiente acadêmico, mas que nele encontraram um lugar privilegiado de escoamento.

### — AS PRIMEIRAS TRILHAS —

- *“Este caminho tem tripas...” - se dizia bem.*

Meu caminho na Escola de Serviço Social (ESS) começou em 1984, quando iniciei a graduação aos 18 anos incompletos. O Rio de Janeiro representou para mim, vinda de Petrópolis, onde nasci e estudei, uma virada intelectual e existencial. Recém-chegada de um ambiente com atividades culturais escassas, fui apresentada ao Cineclubes Estação Botafogo e a um elenco de diretores e produções desconcertantes para os meus olhos daquele tempo.

E conheci Woody Allen (de longe o mais palatável e até hoje muito apreciado por mim), Wim Wenders, Truffaut, Godard, Spike Lee, entre outros. Todos, com muito esforço de minha parte, ajudaram-me a considerar novas formas de olhar o mundo e as relações.

Foi também o tempo da descoberta musical. Tive contato com uma vertente da música popular brasileira que retratava criticamente as relações de poder, as referências do arbítrio militar, as desigualdades sociais, as assimetrias de gênero e geração: era o ano das Diretas Já. O Rio de Janeiro, especialmente o centro da cidade, dava lugar a um palco de intensas mobilizações políticas e estas encontraram muita ressonância na Praia Vermelha. Diversas organizações estudantis, não apenas do Serviço Social, inspiraram-se no clima da chamada “transição democrática”. Participei do Centro Acadêmico, do movimento estudantil mais amplo, frequentei ativamente o alojamento estudantil da UFRJ, lugar de discussões políticas, muita música e muitas trocas afetivas; e filiei-me ao Partido dos Trabalhadores (PT), referência principal da esquerda e dos movimentos sociais críticos daquele momento.

Nesse período, na ESS, experimentávamos uma revisão do currículo. As disciplinas buscavam discutir os temas contemporâneos a partir de um viés crítico, com forte influência do marxismo, embora nem sempre diretamente através da obra de Marx. O livro *Relações Sociais e Serviço Social*, dos professores Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, foi uma referência muito importante para releitura do Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, bordão muitas vezes repetido no âmbito acadêmico, como forma de apresentar a profissão, não mais de modo endógeno, mas dotada de valores próprios.

Ainda nesse início da graduação, entendi e vivenciei a relação indissociada entre ensino, pesquisa e extensão. No segundo semestre do curso, ingressei em um projeto de pesquisa e extensão sobre regularização fundiária na comunidade de uma área de aterro sanitário em Petrópolis. Coordenava o projeto a Professora Maria Helena Rauta Ramos, que abriu o meu caminho na ESS. Ali,

com moradores e lideranças comunitárias, além de circular por uma das áreas mais pobres e mais desprotegidas que já visitei, aprendi muito. A comunidade do “Lixão”, como era conhecida, interessou-me mais pelo paradoxo que retratava: de um lado, a potência de uma forma de associação comunitária dentro de um território devastado; de outro, a condição de vida de crianças e adolescentes, que viviam em meio aos porcos, urubus e ratos no/ do lixo. Um dia tornou-se memorável: cheguei à comunidade e fui conversar com uma mulher que carregava uma criança ao colo. Ainda de longe, notei na criança uma mancha escura no nariz. Aproximando-me, vi que a mancha era, na verdade, moscas que estavam pousadas. A criança não demonstrava resistência. Deveria ser, de todos os incômodos, o menor. Esta imagem funciona para mim, até hoje, como uma espécie de lembrete de que este estado de coisas não está certo. Ter nascido em Petrópolis e ter conhecido aquela comunidade depois de entrar na Universidade, foi decisivo. Dei-me conta, muito antes de ler Zuenir Ventura, de que vivia em uma cidade profundamente partida. Nesta experiência de pesquisa e extensão, iniciei-me nos estudos sobre as contradições do urbano através da contribuição de Lucio Kowarick.

Depois da experiência de um ano no “Lixão”, onde os ganhos políticos para os moradores parecem ter sido mais expressivos do que os materiais, na medida que a comunidade se organizou, mas permaneceu sem a posse da terra até aquele momento, vivi outra experiência relacionada à regularização fundiária em duas favelas vizinhas no Rio de Janeiro. Praia da Rosa e Sapucaia eram comunidades com muitas construções em palafitas na Ilha do Governador. Assim como o “Lixão”, localizavam-se em áreas de ocupação irregular e muito degradadas em termos ambientais. Essas comunidades foram escolhidas como território de pesquisa e estágio da UFRJ e não exclusivamente da Escola de Serviço Social, sob a coordenação geral da Professora Maria Durvalina Fernandes Bastos, a segunda referência importante na minha trajetória. As lideranças comunitárias de Praia da Rosa e Sapucaia me mostraram

o quanto a política era um campo de disputa para projetos coletivos, bem como para interesses individuais e de grupos específicos.

Durante 2 anos intensos e ativos, realizamos um mapeamento socioterritorial que envolveu um traçado *in loco* de todas as habitações e um levantamento de dados com pelo menos um representante de todos os domicílios. Foi a segunda experiência com uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, profissionais de saúde, engenheiros e arquitetos. As mulheres eram as figuras mais presentes e operantes desse cenário, embora o lugar das lideranças fosse ocupado por homens. Ainda não me tinha dado conta, em minhas duas experiências com favelas (em Petrópolis e no Rio), de que considerar a mulher como a figura central do domicílio, embora lhe conferisse mais poder em relação à propriedade, mantinha fixos os seus papéis de mãe e de cuidadora, razão principal para atribuir-lhe o título de “chefe da família”. Embora estas experiências fossem muito ricas para observar o lugar da reprodução das relações sociais, a temática da família só iria ser explorada por mim muitos anos depois.

Essas duas experiências em áreas de precária condição sanitária e onde os principais preditores ambientais de mortalidade infantil estavam conjugados: água contaminada, ausência de um sistema salubre de esgotamento sanitário e recolha de lixo, mostram-me hoje que a questão ambiental não era, à época, pauta central da agenda de políticas públicas. No meu circuito e diante de tantas demandas urgentes por insumos básicos, habitação e serviços sociais, o tema da ecologia era considerado “pequeno burguês”.

Fernando Gabeira se apresentou como um político ecologista e se candidatou ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 1986. Ainda assim, não encontrou, nem mesmo no Partido dos Trabalhadores, um acolhimento amplo para esse discurso. Gabeira disputou com Moreira Franco e Darcy Ribeiro e obteve apenas 8,5% dos votos válidos. Por sua dedicação às causas ambientais, pelo debate comportamental, pela elegância ao se relacionar com os pares,

Fernando Gabeira é, para mim, uma referência nos caminhos da vida política. Temas como a liberalização da maconha e o tratamento aberto das questões da sexualidade eram pouco debatidos pelo *mainstream* da esquerda. Um jornalista perguntou a Gabeira, abordando a sua orientação sexual, porque não se defendia de ser considerado gay. Gabeira disse que, por não se tratar de uma acusação, não haveria o porquê de se defender.

E no Brasil, hoje, em pleno quadro de aquecimento global, as bandeiras ambientalistas - inclusive a discussão em torno do tratamento da água, do esgoto e do lixo - ainda são colocadas em segundo plano pelas agendas de políticas públicas e no debate junto à população. A negligência, dentro da atual gestão, chega ao paroxismo e se torna ignorância crassa, uma vez que o presidente da República e os seus pares sequer consideram o aquecimento global uma realidade...

Nos semestres finais da graduação, tive a oportunidade de participar de uma pesquisa sobre o associativismo no Rio de Janeiro, com base nas instituições filiadas à Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ). Esta experiência de estágio e pesquisa foi coordenada pela Professora Maria Helena de Almeida Lima, que se tornou a minha orientadora de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e a terceira referência acadêmica importante, por ordem de chegada. Esta foi a fase de estudos sobre associativismo e sobre os “novos personagens [que] entram em cena”, como indicava o artigo de Eder Sader (1988), que refletia acerca dos “novos movimentos sociais”. Um debate que trazia a questão da organização política para além da referência de classe e do lugar no mundo do trabalho.

Em 1987, já concluindo o curso, participei de uma pesquisa, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em todas as associações de moradores filiadas à Famerj. Essa experiência se tornou o objeto do meu TCC (GARCIA, 1988). Além de me aproximar da heterogeneidade dos movimentos de bairro e das formas de fazer política, significou um grande

aprendizado sobre o processo que envolve a construção de um questionário, a sua aplicação, sistematização e tabulação de dados, etapas em que estive inteiramente envolvida. A região para qual fui direcionada para a aplicação dos questionários foi Santa Cruz, na época com 92 associações. Durante alguns meses, fiz um trajeto que poderia durar três horas de deslocamento em cada trecho - uma experiência perfeita para mais uma vez flagrar a materialidade da ideia de “cidade partida”. Na Famerj, conheci e passei a acompanhar a trajetória política do educador, historiador e deputado federal Chico Alencar, uma referência para mim de firmeza, coerência e, novamente, “boas maneiras” na vida pública.

No Ibase, ainda dirigido por Herbert de Souza, o Betinho, participei, como assistente de pesquisa, de um espaço com muita vitalidade política. Betinho oficializou a informalidade do convívio na instituição, e graças a isso pude observar de perto a sua expressão política na luta em torno da aids e em prol da segurança alimentar (lutas que o celebrizaram), além de observar a simplicidade de um homem franzino, bem-humorado e sempre disposto a uma “conversa fiada”. Um ativador exemplar.

A campanha *Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida* foi lançada em 1994. Seu impacto inspirou a mudança de nome do Ministério de Desenvolvimento Social, tendo sido encampada não apenas pelo Estado, mas por inúmeras iniciativas da sociedade. As chamadas ONG, já fortalecidas no período da transição democrática, tiveram uma interferência muito expressiva na agenda política. Seu reconhecimento, no entanto, especialmente no ambiente acadêmico do Serviço Social, foi restrito - muitas vezes marcado pela suspeita de que elas serviam como o instrumento de uma ofensiva neoliberal para reduzir o Estado e de sequestro, pelo mercado, do vocabulário político dos movimentos sociais, dos partidos e das organizações de classe. Nessa conjuntura, o chamado “terceiro setor” - termo importado da sociedade americana - que compreendia uma variedade de atores, organizações e projetos, foi objeto de muitos debates. Este tema motivou o meu projeto de doutorado no fim da década de 1990.

Em 1989, para dar continuidade, de modo mais qualificado, aos estudos da graduação, ingressei no mestrado da Escola de Serviço Social da UFRJ, onde pude amadurecer algumas referências conceituais, que até então não haviam sido devidamente aprofundadas. Os estudos sobre movimentos sociais e associativismo produziram uma dissertação de mestrado sobre a história da Associação de Moradores do Bairro de Botafogo, cujas ações buscavam recuperar uma identidade perdida de bairro de classe média (GARCIA, 1992). Neste mestrado, convivi com professores que se tornaram referências intelectuais e didáticas - entre eles, na ordem alfabética: Ana Maria Quiroga (minha orientadora de mestrado e líder de pesquisa), Carlos Nelson Coutinho, José Maria Gómez, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Myriam Lins de Barros e Nobuco Kameyama. Mais à frente, eu seria uma colega de trabalho de todos eles, mas naquele tempo eu não sabia disso. Eram, afinal, meus professores. Tenho por eles muito respeito e admiração. Considero-os, ainda hoje, meus professores.

Ainda na fase de escrita da dissertação de mestrado, vivenciei, como assistente social, duas importantes experiências profissionais: a primeira, entre 1992 e 1994, em uma área de regularização fundiária em Angra dos Reis, sob a gestão petista; e a segunda, entre 1993 e 1994, no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, no projeto *Se Essa Rua Fosse Minha*. A primeira experiência me pareceu mais familiar em virtude do que já vivera previamente em favelas e associações de moradores. Destaco a gestão participativa adotada pelo PT àquela altura. Todas as decisões técnicas de uma equipe multiprofissional eram precedidas de um extenso debate com os envolvidos, sendo as suas demandas incorporadas no desenho da proposta de regularização fundiária. Essa experiência me ensinou sobre as virtudes e os desafios de um processo democrático na execução de políticas públicas.

A segunda experiência abriu um novo campo de estudos: as políticas de proteção voltadas para crianças, adolescentes e famílias em situação de risco e de vulnerabilidade. O trabalho



com pessoas em situação de rua foi realizado por um consórcio de organizações não governamentais que tinham um histórico exemplar de luta e organização populares. Eram elas: Ibase, Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Iser (Instituto de Estudos da Religião) e Idac (Instituto de Ação Cultural). Betinho desempenhou um importante papel na articulação desse consórcio e na politização do tema da “vida nas ruas” para a agenda pública e, após esse trabalho, inúmeros temas associados à proteção de crianças e adolescentes passaram a ser objeto de meus estudos futuros. Nesse período, conheci os estudos da Professora Irene Rizzini, com quem tive uma forte identificação na leitura dos processos sociais e que se tornou, para mim, uma referência de pesquisadora e ativista deste campo.

### — DE ALUNA A DOCENTE: NOVO MIRANTE —

*Ou, então, forçar tudo e experimentar um caminho  
por entre meio deles: se vai para a outra banda*

Em 1992, finalizando o mestrado, participei de uma seleção pública para o cargo de professora substituta (na época denominado “professora precária”) na Faculdade de Serviço Social da UERJ. O trabalho inaugural como docente na UERJ fortaleceu o meu projeto de investir com mais determinação na carreira acadêmica. Fiz, no ano seguinte, a seleção pública para professora substituta da Escola de Serviço Social da UFRJ, função que exerci por três semestres. Neste mesmo ano de 1993, fui aprovada em concurso público para vaga de professora assistente na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mas optei por não tomar posse. Em maio de 1994, ainda focada na Escola de Serviço Social da UFRJ, prestei concurso público para a vaga de professora assistente efetiva. Fui aprovada e no dia 07 de julho de 1994, empossada.

Estas duas formas de ingresso na universidade (seleção e concurso público) implicaram a realização de provas escritas, didáticas e práticas (análise de relatórios) e o rigor dos exames me fortaleceu para a função que aprenderia a exercer. Planejar aulas, adequar seus conteúdos a encontros específicos, conectá-las a um programa semestral de curso, cronometrar os tempos de exposição, conceber diversas formas de participação e lançar mão de recursos pedagógicos representaram procedimentos muito importantes em uma fase de treinamento para docência. Ainda me lembro: ao concluir o concurso para a vaga onde hoje estou lotada, uma das professoras da banca e ex-diretora da unidade, Maria Augusta Temponi, chamou-me em particular e disse: “*Você dominou bem o conteúdo e a técnica, mas cometeu um erro que não pode se repetir na sua carreira: sentou-se sobre a mesa. Um professor não pode se sentar sobre a mesa!*”. Confesso que, ao longo destes 25 anos de carreira, nem sempre levei essa advertência ao pé da letra...

Em 1994, a Escola de Serviço Social (ESS) era dirigida pela Professora Maria Durvalina Bastos, que empreendeu uma gestão muito ativa em termos de renovação do corpo de servidores, das condições de trabalho e da estrutura física. Na sua gestão, foram iniciadas as aulas no curso noturno, uma mudança estrutural na dinâmica da instituição, sobretudo pela possibilidade de incorporação de um perfil mais específico de alunos: os trabalhadores, e desde o primeiro ano do curso noturno, fiz parte do quadro de docentes neste turno. A adequação do currículo às especificidades do curso noturno, a oferta de oportunidades de pesquisa, estágio e extensão, assim como a alocação igualitária de docentes têm sido, desde então, um desafio constante para quem está na gestão.

As atividades docentes compõem um repertório variado: ensino, pesquisa, extensão, produção intelectual, participação na gestão institucional e em órgãos de classe e de representação. Falarei aqui de cada uma, destacando as suas especificidades. Vale, contudo, considerar que elas se deram de maneira concomitante,

algumas, mesmo indissociadas, compondo um mosaico de ações conjugadas e combinadas no tempo.

### **Ensino**

O curso de Serviço Social é estruturado em disciplinas com caráter teórico, teórico-prático e de orientação. Segundo as prescrições contidas do Currículo Pleno, o “ensino da prática não é algo exterior ou posterior à formação teórica: é o espaço em que, pela via da investigação de uma temática determinada, explicita-se o significado social da profissão na análise de práticas efetivas” (2008). Pois é neste “espaço” que encontrei o meu caminho ao longo de 27 anos de docência.

O assistente social não é exclusivamente, mas predominantemente, um profissional da intervenção. É, por isso, recrutado para atuar em espaços sócio-ocupacionais diversos, no sentido de “dar respostas” às demandas institucionais, que nem sempre caminham na mesma direção das demandas dos usuários de tais instituições. Esta divergência de caminhos interpela a sua identidade e projeto profissional, mesmo quando este não tenha sido formalmente redigido ou construído. Compreendi, ainda aluna, que para ser uma profissional da Assistência Social e lidar com as contradições entre proteger, enquadrar e ampliar acessos, era fundamental conhecer os perfis dos usuários, as suas demandas, os limites e alcances institucionais, o desenho dos programas sociais e a sua racionalidade no campo das políticas sociais. Esses foram, como docente, os aspectos que privilegiei na supervisão acadêmica dos alunos.

E desde cedo percebi que o ensino da prática profissional, ainda que articulado a um arcabouço teórico, ocupava um segundo plano no âmbito da formação. Marilda Yamamoto, ainda parte do quadro de professores desta escola, retrata essa percepção em um texto de 1990:

muitas vezes considerado como o ‘patinho feio’ no debate acadêmico, tem sido encarado como área residual, pouco valorizada, que dispensaria maior formação intelectual por

parte dos docentes, pela sua proximidade imediata com a experiência cotidiana. Tido, portanto, como uma problemática de segunda categoria, decorrente dos estigmas praticistas com que vem sendo analisado, o ensino da prática tem sido relegado aos 'porões' dos processos de reestruturação curricular, deixando-se de lado as exigências acadêmicas presentes nas disciplinas 'teóricas', que demandariam maior nível de abstração e maior exploração bibliográfica. (Iamamoto, 1990, p.193)

Iamamoto recupera algumas características da herança cultural e intelectual associadas a um tratamento moralizador, à priorização de traços descritivos e classificatórios, ao pragmatismo e formalismo no trato da teoria e a uma tendência para responder de modo normativo às demandas endereçadas à profissão. Embora concorde com as ponderações da autora quando sugere as razões para tal posicionamento, minha experiência como docente desta área me mostra que, nos debates sobre currículo e no cotidiano departamental, ainda que tais tendências regressivas sejam enfrentadas e superadas, a distribuição das disciplinas com caráter teórico-prático ainda sofre um tratamento discricionário.

A despeito dessa avaliação depreciativa, considero que o ensino da prática demanda um esforço maior de preparação e de condução que outras disciplinas. Minha experiência de supervisora acadêmica dos alunos em estágio sempre buscou um estreitamento da relação entre a universidade e os espaços de atuação profissional, mas, para tanto, é necessário conhecer esses espaços e inseri-los em uma leitura mais ampla das políticas sociais que sobre eles incidem, das relações de poder envolvidas, dos programas e serviços oferecidos, bem como da rede intersetorial mobilizada.

Em todos os semestres, ofereço pelo menos duas aulas nesses campos de estágio, de forma a que os alunos tenham possibilidade de reconhecer a diversidade, bem como as confluências da prática profissional. Como parte do treinamento profissional,

os alunos são incentivados a escrever diários de campo e neles problematizarem as experiências vividas nos estágios, buscando analisá-las com base nas discussões e nas referências indicadas no curso. Trata-se, ao mesmo tempo, de um esforço de sistematização da prática e da escrita regular e de natureza mais autoral, já que o aluno necessariamente elege o tema que vai analisar. Tal exercício também incentiva uma atitude investigativa, visto que orienta o olhar do estagiário para transitar entre o “familiar” e o “exótico”, como sugerem Roberto Da Matta (1978) e Gilberto Velho (1978). O retorno dos diários de campo comentados para os alunos despende um tempo imenso, mas me posiciona melhor e me atualiza em relação às condições vivenciadas no cotidiano profissional.

Ao longo de 27 anos de docência, ministrei, obrigatoriamente, pelo menos uma disciplina de caráter teórico-prático por semestre na graduação, com exceção dos semestres em que estive afastada para qualificações de doutorado e de pós-doutorado. As demais disciplinas oferecidas abordaram temas contemporâneos, que singularizam segmentos sociais e que se traduzem em demandas para a atuação profissional do assistente social: Infância e Juventude no Brasil contemporâneo; Violência e violação de direitos de crianças e adolescentes; Juventude em conflito com a lei; Trabalho social com famílias. Na pós-graduação, contribuí com disciplinas que trataram de políticas sociais e seus destinatários preferenciais, além de debates sobre famílias, infância e juventude no Brasil.

Participei, como professora colaboradora, ao longo destes anos, de cursos em outras unidades ou Instituição Federal de Ensino (IFE). Entre eles, destaco os que ainda colaboro: *Residência Estratégia Saúde da Família*, na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-Fiocruz), *Mestrado Profissional em Atenção Primária em Saúde*, no Hospital Escola São Francisco de Assis (Hesfa/UFRJ), e os que já foram encerrados: *Especialização em Segurança Pública, Cultura e Cidadania* (UFRJ, 2011), *Especialização em Responsabilidade Social* (UFRJ, 2008), *Especialização em Direito da Infância e Adolescência* (UFJF, 2000).

Minhas influências didáticas vieram do campo político e da chamada “educação popular”, baseada em uma metodologia de trabalho que valoriza a participação, a troca mais horizontalizada possível e a proposição de questões que envolvem o cotidiano dos alunos. Carlos Rodrigues Brandão foi, nos primórdios da minha graduação, uma referência para os trabalhos de pesquisa, ao recomendar a recusa da neutralidade axiológica e o engajamento político do pesquisador junto ao objeto pesquisado. Foi destas referências tão marcantes na minha formação - em que aprendi com os movimentos sociais a exercitar maneiras de trocar e sistematizar ideias - que nasceu um projeto pedagógico. Procuro transmitir aos alunos essa mesma forma de estar no mundo, buscando o reconhecimento de atores, visões de mundo, conexões e campos a partir dos quais, como coletividade, podemos interferir nos processos sociais.

Meus alunos são, em sua maioria absoluta, do sexo feminino, originários da classe trabalhadora, de origem pobre, moradores das bordas desta cidade partida. Para muitos, cursar a faculdade representou um diferencial em termos dos demais componentes da família e um sonho conquistado com custos materiais e simbólicos. Recordo-me de uma aluna em particular; ela me disse que, a cada semana, tinha de planejar em qual dia poderia comparecer e em qual deveria faltar, em virtude da falta de recursos para o transporte e a alimentação. Depois de algum tempo, passou a trazer bolo caseiro para vender nos intervalos e, assim, pagar as suas despesas. Essa aluna, com muito esforço e lutando contra todas as interdições, seguiu até o doutorado, concluindo-o aos 49 anos, sob minha orientação. Perguntas que fiz sistematicamente às diferentes turmas que tive: “Quem conhece a pista Claudio Coutinho? Quem já deu uma volta na Praia Vermelha?” E obtinha as mesmas respostas: “*Professora, não somos daqui. Não conhecemos os códigos deste lugar.*” O shopping Rio Sul, então, sequer foi considerado uma alternativa por muitos alunos. Discutir com eles temas como racismo, exclusão, criminalização da pobreza, estigma e mobilidade social, é como convidá-los a uma reflexão autobiográfica.

Como parte das tarefas de ensino, está a orientação de monografias, dissertações e teses. Desde que me tornei professora efetiva até a presente data, orientei 110 Trabalhos de Conclusão de Curso, 20 projetos de Iniciação Científica com bolsa Pibic, 21 monografias de especialização, 11 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado - todos concluídos. Inúmeros objetos de estudo: famílias, múltiplas expressões da violência, violação de direitos, políticas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes, sexualidade, experiências em decorrência do conflito com a lei e envolvimento com drogas ilícitas, e ainda ações sociais empresariais. E em todas as orientações procurei dois caminhos confluentes: i) uma leitura crítica da sociedade contemporânea, suas formas de dominação e reprodução das assimetrias, suas relações abusivas de poder, e ii) uma escrita propositiva acerca do trabalho social com segmentos e grupos submetidos às misérias e violações desta sociedade, objetivando a sua visibilidade e sua proteção.

Os alunos, sempre que possível, participaram diretamente da escolha dos temas e da forma de condução da pesquisa. Prefiro, dentro do possível, orientar trabalhos com alguma abordagem empírica, seja associando o tema às experiências profissionais, seja aproximando o pesquisador do objeto, pela observação, pela coleta de dados, pela entrevista e pela pesquisa documental.

### **Pesquisa**

Minha experiência de pesquisa, como já referi, foi iniciada ainda na graduação. Participei de muitos grupos e em cada um pude aprender os aspectos relacionados ao trabalho de investigação: as formas de aproximação com o objeto, as formas de coleta e análise de dados. A pesquisa foi uma ferramenta central para as demais atividades e funções que desempenhei.

Em 1998, ingressei no doutorado e integrei o grupo de pesquisa “Modernização e as Novas Configurações do Social”, coordenado pela Professora Ana Maria Quiroga e pela então doutoranda Tereza Matus, hoje diretora de Trabajo Social da Universidad de

Chile. Desenvolvi, com essa pesquisa, o meu projeto de doutoramento sobre a chamada “filantropia empresarial”, e na pesquisa geral, onde o meu projeto estava inserido, busquei problematizar a expansão de uma lógica instrumental no campo da assistência social - campo que vinha sendo aos poucos tomado por uma racionalidade econômica regida pela eficiência e pela produtividade. Autores fora do espectro estritamente marxista foram lidos e passaram a fazer parte de um acervo intelectual que ainda conservo: Robert Castel (1998), Jacques Donzelot (1980), Luc Boltanski (2009), entre outros. Neste período, a chegada do Professor Giuseppe Cocco e sua vinculação ao pensador italiano Antonio Negri foi importante para ampliar a pluralidade de referências críticas na ESS. Com esse professor, participei de grupos de estudo e desenvolvi, ao lado da Professora Cecilia Cavalcanti, algumas pesquisas envolvendo a gestão estadual da política de Assistência Social.

Nesse ambiente de estudos e aproximações empíricas com instituições filantrópicas, participei do debate sobre o chamado “terceiro setor”. No caso específico da minha tese, o objetivo foi estudar empresas que desenvolviam ações filantrópicas e sua forma de comunicação pela via do *marketing* social e do discurso da Responsabilidade Social Empresarial. Minha orientadora foi a Professora Leilah Landim que, à época, reunia um acervo de estudos e pesquisas sobre organizações não governamentais e “terceiro setor”. Observo, no entanto, que no âmbito do Serviço Social, esse tema foi tratado com reservas, independentemente da abordagem crítica que direcionasse o trabalho, e percebi, em muitos debates, um certo desdém com os resultados da pesquisa, posto que a premissa mais elementar já era um ponto pacífico de domínio público e indicava a razão instrumental das ações empresariais: o social considerado como negócio. O que mais poderia ser dito?

Não partilho da ideia de que certos temas de pesquisas, marcados por um viés ideológico, acabam por levar o pesquisador a adotar a perspectiva do objeto que estuda, mas considero esta



possibilidade. Um dos estudos pioneiros sobre o investimento empresarial em programas sociais externos ao ambiente corporativo foi o de Anna Peliano: *Bondade ou Interesse? Como e por que as empresas atuam na área social*, publicado em 2001. Observe-se que o título parte de uma falsa antinomia: a de que os interesses empresariais poderiam ser outros que não os que asseguram a competitividade da marca/corporação. O fato de a “bondade” ser considerada um valor em contraste com o “interesse” leva, a meu ver, a uma visão inteiramente equivocada e despolitizada das motivações e da racionalidade empresarial. Tal ponto de vista fez crescer a irritação de uma boa parte da comunidade acadêmica dentro desse campo de estudos.

Depois de realizar pesquisa bibliográfica, documental, e mapear para a tese inúmeras organizações empresariais no eixo Rio/São Paulo, prossegui com esses estudos por mais 10 anos. O “mundo empresarial” me convidou para debates e, de mim, esperavam que fizesse uma espécie de contraponto com a visão estritamente corporativa. Foi uma experiência muito rica, com a qual reconheci um campo até então exótico para mim, sobretudo por sua linguagem e sua identidade.

Essa pesquisa gerou, em parceria com as Professoras Leilah Landim e Tatiana Dahmer (então presidente da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais), o livro *Sociedade e Políticas - novos debates entre Ong e Universidade*, uma coletânea de artigos oriundos de um seminário ampliado sobre o tema. Em 2004 publiquei o livro *O Negócio do Social*, pela editora Zahar, que trata de apontamentos decorrentes dos estudos de doutorado. Ainda sobre o tema, concorri, em 2006, para o Prêmio Primeiros Projetos Faperj e obtive financiamento para compra de material permanente e acervo bibliográfico, inteiramente sediados e doados à Escola de Serviço Social.

A partir do ano 2000 iniciei, ao lado dos estudos sobre responsabilidade social, um investimento sistemático em temas relativos à infância, adolescência, juventude e família. E por eu

vir acompanhando os campos de estágio nesta área e participando de processos de qualificação profissional no âmbito da assistência social, esses temas se tornaram recorrentes. Lancei-me, então, ao lado da Professora Rosana Morgado, numa empreitada de reunir alunos de graduação e pós-graduação em grupos de estudos, e constituímos o NETIJ: Núcleo de Estudos e Trabalhos sobre Famílias, Infância e Juventude, que viabilizou a participação de um número expressivo de alunos - e esses deram continuidade aos estudos após a graduação - e a realização de pesquisas empíricas e muitas iniciativas de formação em nível de extensão.

Entre dezembro de 2009 e dezembro de 2011, o NETIJ realizou, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Associação Brasileira Terra dos Homens, um levantamento sobre exploração sexual de crianças e adolescentes denominado: *Projeto Crescimento com Cidadania para Crianças e Adolescentes*. Este levantamento se deu em quatro estados brasileiros - Pará, Paraná, Roraima e Rio de Janeiro -, mobilizadas pelo *Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)*. O Projeto buscava possíveis associações entre o desenvolvimento do território a partir da instalação de grandes obras e a ocorrência da exploração sexual de adolescentes. Foi uma empreitada bastante ousada: empresas e atores do chamado Sistema de Garantia de Direitos foram entrevistados e submetidos a grupos focais sobre o tema. Esta pesquisa contou com a assistência de quatro pesquisadoras recém graduadas na ESS, sob minha supervisão. As bases para realização deste projeto foram estabelecidas por uma conjuntura favorável à expansão do debate sobre Direitos Humanos em geral e o de crianças e adolescentes em particular, especialmente em torno da agenda de enfrentamento à violência sexual.

Entre 2010 e 2014, participei como supervisora acadêmica de uma experiência integrada de estudos, pesquisa e trabalho com adolescentes egressos do sistema socioeducativo na cidade do Rio de Janeiro. Esta experiência foi fruto de uma parceria com o *Centro de Referência para Egressos do Sistema Socioeducativo (Cresse)*,

que resultou em diversas formas de aproximação com o universo dos adolescentes autores de ato infracional: entrevistas, grupos focais, pesquisa observacional em instituições de cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. Minha participação se deu na proposição e análise de instrumentos de coleta de dados ao longo destes anos, além da supervisão regular da equipe multiprofissional, enquadrada na forma de extensão universitária. Esta experiência incorporou alunos de estágio e iniciação científica, que hoje são profissionais desta área. Outro resultado importante foi a escrita e apresentação de artigos científicos em encontros de pesquisa.

Em 2011, o NETIJ realizou um diagnóstico socioterritorial da Assistência Social no Município de Resende, sendo os produtos os seguintes: o inventário das organizações governamentais e não governamentais que compõem a rede socioassistencial da cidade e um elenco de proposições sobre um trabalho integrado. Este projeto contou com a participação de cinco assistentes de pesquisa em fase de graduação, que se tornaram, posteriormente, alunas de mestrado e de doutorado da ESS. O caminho da graduação ao doutorado é uma das maiores realizações que o Núcleo coleciona.

Desde 2008, realizamos pesquisas no território de São João de Meriti, e destaco os seguintes temas: redes de proteção social, perfis de usuários e demandas dirigidas às políticas de proteção social, acolhimento e acompanhamento dos pacientes soropositivos. Este trabalho resultou no artigo *Acknowledging Diversity in a Public Health Service*, escrito com a Assistente Social Beatriz Rezende e acolhido pela *Nineteenth International Conference on Diversity in Organizations, Communities & Nations*, realizada em junho deste ano, na Grécia. Todas essas iniciativas envolveram alunos de graduação e de pós-graduação no levantamento de dados, na abordagem de atores e em visitas institucionais no território de São João de Meriti - e não contaram com recursos de nenhuma instituição de fomento.

As pesquisas empíricas que realizei partiram de influências metodológicas mescladas, sendo que gosto muito da abordagem quantitativa. A visão mais ampla acerca das tendências, dos contrastes e dos grandes números ajuda-me a pensar em perspectiva comparada, seja no tempo, seja entre grupos, seja em termos de ponderação. Por sua vez, a abordagem qualitativa, é para mim, uma espécie de bordado, um exercício que implica uma suspensão da contagem do tempo, que passa então a ser definido pela sua densidade e saturação, bem como pelos sentidos atribuídos pelos sujeitos da pesquisa. Ignacio Cano (2012), em um artigo que gosto muito, discute o que chama de falsa oposição entre as técnicas quantitativas e qualitativas - o que faz com que sejam consideradas contraditórias. Entendo que incidem visões estereotipadas e uma crítica controversa sobre ambas as abordagens: a sua pretensão de traduzir a realidade social, uma desqualificação do suposto positivismo dessas abordagens, bem como uma (falsa) disputa entre a erudição teórica e o domínio das técnicas de pesquisa. Já me vi em muitas situações em que precisei justificar o trabalho empírico, retirar os rótulos de “objetividade”, “certeza”, “pragmatismo” a ele associados, seja pelas aproximações quali ou pelas quanti.

Gostaria de registrar que a pesquisa teve uma incidência político-pedagógica muito importante na minha trajetória profissional. Todas as entrevistas, grupos focais, ou até mesmo minha presença no ambiente, incidiram sobre a visão dos que estavam ali. Em algumas experiências, o tema da pesquisa nem sequer teria sido considerado pelos envolvidos como uma questão a ser pensada, mas a partir daí, tornou-se objeto de reflexão.

### **Pesquisas em Pós-doc**

*Mas os caminhos não acabam.*

Como parte do processo de qualificação profissional após o doutorado, fiz três pesquisas em instituições de ensino na Inglaterra. Em 2005, desenvolvi, por um ano, um estudo sobre a experiência

inglesa no trabalho com famílias. Fui acolhida no Social Policy and Social Work Department - Oxford University. Em 2013, empreendi uma missão institucional por 3 meses, pesquisando, na realidade inglesa, o equivalente ao sistema socioeducativo brasileiro. Nesta oportunidade, fui recebida no Social Work and Social Policy Department, Birmingham University. Em 2017, e por 6 meses, fiz um estudo, em perspectiva comparada, sobre violência contra meninas e mulheres. Neste estágio pós-doutoral, fui vinculada à Queen Mary University e ao King's College em Londres, e foi uma pesquisa que envolveu uma equipe numerosa de pesquisadores, sob a coordenação geral da Professora Miriam Krenzinger.

Nas três cidades em que morei na Inglaterra, as condições para o exercício intelectual foram as melhores possíveis: bibliotecas gratuitas, livrarias com acervo impecável e acesso a computadores e internet - bem como os debates universitários realizados com qualidade e diversidade. Esses encontros de pesquisa enriqueceram meu olhar e geraram valiosas trocas com pesquisadores de áreas correlatas. Apresentei seminários abertos nas três viagens, buscando debater os contrastes e similaridades com o caso brasileiro - o que foi produtivo para a socialização dos estudos e o manejo da língua inglesa, e ainda fiz visitas institucionais para conhecer a ativa experiência inglesa, pioneira nos campos de estudo que desenvolvi sobre trabalho com famílias.

É verdade, contudo, que a condição de estrangeira no Reino Unido não foi sempre facilitada. A primeira chegada à Inglaterra se deu de forma estressante devido à rigidez com que o Setor de Imigração inglês trata os cidadãos não-europeus. Ainda durante a primeira viagem, que ocorreu duas semanas após o atentado às torres gêmeas<sup>143</sup>, fui submetida, ao lado de meu filho de 9 anos, a uma entrevista que sugeria, de forma intimidadora, uma intenção minha de buscar residência no país. E fui informada, ainda no aeroporto, de que seria restrito o meu usufruto de serviços públicos, como saúde e escola. No entanto, uma vez instalada na cidade de Oxford, as condições de moradia, serviços e sociabilidade se

143 O referido atentado se deu em 11 de setembro de 2001, coordenado pela organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda. Na manhã daquele dia, 19 pessoas relacionadas a esta organização sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros, sendo que dois deles tiveram como alvo as Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque, resultando em quase 3 mil mortos.

revelaram excepcionais, bem como o aporte para o recebimento de acadêmicos. Meu filho estudou em uma escola pública e fez uso do serviço de saúde pública. Nas duas outras viagens, transcorria o debate pré e pós-Brexit - o que também gerou na fronteira uma certa indisposição com os cidadãos não europeus.

Essas três experiências de cunho internacional resultaram em parcerias institucionais (ainda em curso), pesquisas e produção de artigos acadêmicos em perspectiva comparada. Após a primeira viagem, escrevi um artigo intitulado *Ethical and methodological issues in researching Brazilian policy responses to poverty*, publicado em uma coletânea coordenada por uma docente da Universidade de Cambridge, Shula Ramon. A segunda experiência gerou um intercâmbio fértil com docentes da universidade de Birmingham e um artigo coletivo, publicado em uma revista inglesa, sob a coordenação do Professor Nathan Hughes: *Health determinants of adolescent criminalisation*. A terceira - durante a qual levei adiante um estudo comparado entre a realidade das mulheres da Favela da Maré e as brasileiras moradoras da cidade de Londres em relação às violências de gênero - resultou em um livro (Krenzinger, 2018) e em instalações em duas exposições internacionais: *Women of the World Festival* realizadas em março de 2018, na cidade de Londres; e em novembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro.

As duas primeiras pesquisas lançaram mão de uma abordagem qualitativa, através de entrevistas e de observação em campo; já a terceira mesclou as duas abordagens. Foi realizado um *survey* com 821 mulheres, em que participei na elaboração do questionário, no acompanhamento do campo e na classificação e sistematização dos dados. Foram realizadas 20 entrevistas em profundidade com mulheres vítimas de violência, seis delas realizadas por mim e, além disso, formaram-se sete grupos focais com 59 participantes ao todo. Dois grupos foram conduzidos por mim.

### Extensão

É de forma literal que entendo o conceito de “extensão”: um prolongamento das atividades e funções realizadas pela universidade para um público mais amplo, não necessariamente externo ao ambiente universitário. Servidores técnico-administrativos, trabalhadores terceirizados, alunos e docentes também podem compor o público para o qual uma atividade de extensão é pensada. O centro da ideia está em quebrar as fronteiras de onde o docente está lotado, podendo envolver na ação um público mais amplo do que os discentes dos programas de graduação e de pós-graduação do curso para qual o docente foi contratado e/ou um conteúdo programático adicional ao currículo pleno. Embora as atividades de extensão, dadas as características interventivas do Serviço Social, constituam uma exigência para o desempenho profissional do docente, muitas delas envolvem projetos externos, alianças e planejamento com instituições e atores parceiros.

Minhas iniciativas de extensão sempre estiveram muito conectadas com ensino e pesquisa; seja em associação com os campos de estágio, seja como subprodutos de projetos de pesquisa, diversas atividades foram mantidas ao longo de todos os anos. As modalidades principais e constantes foram a assessoria e a capacitação de profissionais em serviço.

Ainda em 1999, realizei um trabalho de extensão envolvendo oficinas de capacitação para a implantação do Programa de Atendimento Integral às Famílias, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Essa aproximação com a gestão da política estadual se manteve até a última gestão da Secretaria de Assistência, com oficinas e debates com profissionais do campo. Além do Paif e no âmbito da gestão governamental, participei de cursos de extensão, como o *Programa Escola que Protege*, o Programa de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, participando também da implantação do *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* (Sinase), projeto CAPACITASUAS, entre outros.

No âmbito das organizações da sociedade civil, coordenei e participei de cursos e oficinas sobre castigos físicos contra crianças, na *Rede não bata, eduque*, sobre violência doméstica e de gênero, coordenado pela *Redes da Maré*; sobre formação de Conselheiros Tutelares no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca RJ); da formação de equipe multidisciplinar com ações na área de infância, comunidade e família na Aldeia da Criança; no projeto Cresce, entre outros.

Também participei como colaboradora em muitos projetos relacionados à ESS ou à UFRJ, entre eles as várias edições do Curso para Supervisores de Estágio e de cursos específicos do Centro de Cidadania da ESS, com aulas, em geral, ministradas aos sábados. Destaco aqui a participação em um projeto de extensão, coordenado pela Professora Miriam Krenzinger, sobre a revisão do Plano Estadual de Direitos Humanos, em 2010, que reputo como uma experiência desafiadora. Em primeiro lugar, a compilação e ajuste das contribuições originárias de muitos grupos de interesse em torno do debate sobre direitos humanos foram extremamente trabalhosos. Além disso, dada a diversidade de concepções do que vêm a ser direitos humanos, a construção participativa foi marcada pela tensão e morosidade.

Em um dos eventos realizados com lideranças de diversos grupos, uma das facilitadoras do debate pediu ao representante de uma comunidade religiosa que aguardasse a sua vez de falar, e para isso tocou de leve em seu ombro. O líder religioso se dirigiu a ela de forma grosseira e indignada, alegando que uma mulher (ainda por cima com uma camiseta e os braços tatuados) não tinha o direito de tocar um homem (especialmente dentro da hierarquia que ele ocupava). Este fato, somado às leituras que mais tarde fiz sobre costumes e tradições religiosas e seu impacto sobre a condição feminina, fez-me pensar o desafio de consolidar um núcleo de convergência no debate sobre Direitos Humanos.

Boa parte dos cursos de extensão que ministrei possuía uma carga horária média de 30 horas. Nenhum, porém, incidiu sobre



redução de carga horária de ensino, o que indica o meu compromisso com o que chamo de “prolongamento dos braços” da universidade. Nestas experiências, relacionei-me com um público que, mesmo sem um histórico de acesso ao ensino superior em universidade pública, teve ali a sua única oportunidade de portar um certificado com o timbre da Minerva.

Ainda dentro da complexa discussão acerca da extensão universitária, registro aqui uma posição, assumida por mim ao longo da minha trajetória na ESS: a de que universidade deve abrir as suas portas para a comunidade interna e externa aos sábados, oferecendo as suas bibliotecas, salas de leitura, oficinas e os cursos complementares - como acontece em universidades fora do país. Para muitas pessoas, as condições de estudo em suas residências não são facilitadas e a universidade poderia ser uma alternativa privilegiada. O mesmo acontece com os alunos trabalhadores, que poderiam cumprir horas suplementares em atividades de extensão, hoje obrigatórias para a integralização dos cursos; isso sem falar no valor inestimável que teriam as possibilidades de integração com o público externo por meio de iniciativas culturais. Essa proposta -- no entanto e infelizmente -- esbarra nos limites impostos pela gestão administrativa e por suas contenções orçamentárias, bem como em resistências internas.

Considerando-se o quadro político atual, em que a função social da universidade pública é objeto de revisões retrógradas e elitistas, considero que os trabalhos de extensão indicam abertura e exemplificam a troca de visões e saberes, tão relevantes para o desenvolvimento de práticas sociais qualificadas política e tecnicamente.

### **Experiências na gestão e representação**

Tão logo fui empossada, a diretora Maria Durvalina Bastos me convidou e a professora Sara Granemann, para assumirmos juntas a Coordenação de Estágio da ESS - uma das áreas de atuação mais dinâmicas do curso. Pelo fato de o estágio ser obrigatório

em quatro períodos para os turnos diurno e noturno, o volume de alunos e a quantidade de vagas de estágio mobilizadas são muito expressivos, como também são os desafios e as tensões relativos ao processo de aprendizado profissional fora do ambiente acadêmico: frágil qualificação profissional dos supervisores, distintas orientações político-pedagógicas, sobrecarga de atividades, supervisões de campo insatisfatórias, precárias condições para o exercício profissional e escassez de bolsas - questões permanentemente endereçadas à Coordenação de Estágio. Eu e a Professora Sara Granemann, atuando como intermediadoras da universidade junto às agências de intervenção, vivemos ali um difícil aprendizado. E, como já disse, referindo-me ao ensino e à extensão, a minha relação com os campos de estágio não se restringiu a essa experiência na gestão.

Fui, por três vezes, chefe do Departamento de Métodos e Técnicas (DMT), com mandatos de pelo menos 2 anos em cada gestão. Essa função, para mim, deve ser exercida em regime de revezamento e, por isso, a aceitei sem grandes resistências. A ideia do revezamento, no entanto, não foi partilhada por todos, daí eu ter ocupado o cargo por três vezes. Nesta função, duas tarefas particulares exigiram maior dedicação e paciência: negociar os horários que melhor convinham aos docentes e participar de reuniões por vezes extensas e pouco produtivas.

Também fui vice-coordenadora de pós-graduação por 5 anos, função que exerci de modo bastante ocasional, como uma substituta em períodos de férias da então coordenadora. Devo dizer, ainda assim, que a coordenação de pós é uma frente de gestão muito demandante: reúne a condução de aspectos pedagógicos, administrativos e muita relação com agências externas.

Em termos de comissões internas da ESS, integrei várias comissões *ad hoc*, como a de transferência externa, de validação de diploma, de indicação de parâmetros para afastamento docente para qualificação, além de diversas comissões eleitorais. Quanto às comissões permanentes, fui indicada pelo departamento para

compor, durante 4 anos, aquela que acompanha as disciplinas de Supervisão de Estágio e, por 8 anos, a de orientação acadêmica (COAA) da pós-graduação. Represento, atualmente, a área de Cultura e Serviço Social no colegiado da pós, além de participar da comissão de bolsas e de novo ser substituta eventual da coordenação de pós-graduação.

Quero destacar o trabalho da COAA no conjunto das demais comissões. Ali pude conhecer os problemas mais frequentes dos discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação, sendo o primeiro a questão da integralização dos cursos, especialmente do doutorado. Embora com previsão de duração quase duas vezes maior que a do mestrado, revela um quantitativo expressivo de alunos com defasagens em relação aos atos acadêmicos e com atrasos na entrega e na defesa da tese. Quanto ao mestrado, vi que, para muitos discentes, a continuidade da vida acadêmica representa uma alternativa à escassez de ofertas de postos de trabalho, e não um investimento na carreira de pesquisadores e docentes. O segundo problema observado foi a concentração excessiva de orientações em alguns poucos docentes, contrariando as recomendações da Capes e do CNPq. Tudo isso foi bastante debatido com docentes e discentes, mas sempre envolvendo tensão e visões divergentes.

As atividades de gestão se tornam menos estimulantes quando não estão relacionadas a um projeto acadêmico, como seria o aproveitamento do tempo nas reuniões dos colegiados para a discussão das propostas de ensino, pesquisa e extensão em desenvolvimento pelos docentes. A dificuldade de priorizar e de reservar tempo para este fim ainda é um desafio, o que torna as funções da gestão um tanto burocratizadas e pouco atraentes.

— AS OUTRAS VEREDAS —

*Em certo ponto do caminho, eu resolvi melhor minha vida.*

É neste momento do meu Memorial, e cumprindo o propósito de apresentar um quadro amplo das referências que marcaram a minha trajetória profissional, que gostaria de me referir a duas inserções externas ao mundo acadêmico que qualificam minha visão de mundo e a minha militância coletiva e pessoal.

A primeira e mais antiga destas referências é um trabalho voluntário que realizo aos sábados desde 1988, em Austin, Nova Iguaçu. É a primeira vez que exponho a importância deste trabalho em um ambiente acadêmico, por duas razões principais: a primeira é que o trabalho nasce de uma motivação pessoal, inscrita em um campo religioso. Ainda que motivações e práticas religiosas figurem na pauta afirmativa dos Direitos Humanos (sobretudo porque muitas denominações religiosas são alvo de perseguição, envolvendo estigmas sobrepostos); ainda assim, sempre procurei tratar minha religiosidade como um lugar discreto e reservado. Ao mesmo tempo (e não por outro lado, como poderia parecer), sempre procurei discutir de forma direta e ampla as implicações do ideário religioso na vida profissional. A segunda razão é que se trata de um trabalho voluntário e que, pela proximidade com o campo de atuação profissional, apresenta aspectos controversos no âmbito do Serviço Social. Neste trabalho voluntário em Austin, nunca exerci atividades privativas ou mesmo associadas ao trabalho do assistente social, profissional que existe na instituição e vivencia os dilemas próprios de quem busca intermediar o acesso aos direitos sociais em um território marcado pelo clintelismo, patronagem e seletividade de acesso.

Uma comunidade tão desprovida de todos os serviços e insumos básicos, assim como alvo de violações e violências cotidianas, sempre ficou, para mim, como um eloquente microcosmo da sociedade brasileira, de seus contrastes e assimetrias. E nessa

instituição, parte do campo socioassistencial de Nova Iguaçu, participei como dinamizadora de grupos com crianças e adolescentes, através de roda de conversas, jogos e atividades lúdicas. A força desta experiência em minha vida pessoal e profissional é muito grande, pois ali ainda aprendo a ouvir mais do que falar, a (re) conhecer as diversas dimensões que caracterizam a pobreza em uma série histórica, a acreditar na quase inacreditável capacidade de sobrevivência de mulheres mães em condições de vida inteiramente adversas.

Iniciei este trabalho aos 22 anos de idade - era uma jovem entre tantas. O público que hoje faz parte deste projeto compõe a terceira geração de crianças e adolescentes desde então. As características da pobreza mudaram, mas a dimensão relacional associada à privação permanece de maneira acintosa; as condições ambientais que concorrem para a mortalidade infantil estão presentes em Austin, tal como nas favelas em que circulei nos anos 1980. Ali vejo de perto, e de várias formas, a ausência do Estado: na falta de infraestrutura urbana e de profissionais (pediatras e serviços especializados nas unidades públicas de saúde), escassez de escolas que ofereçam todas as disciplinas previstas no Ensino Fundamental, insuficiência de creches e pré-escola. E por outro lado, as estratégias de proteção por vias privadas e comunitárias como o que Claudia Fonseca (2006) caracterizou como circulação de crianças, trabalho doméstico (indevido) de crianças mais velhas e adolescentes, gravidez na adolescência e exclusividade do cuidado de crianças e idosos, bem como das atividades domésticas pela mulher.

A segunda experiência, vital e externa ao mundo acadêmico, abrange a minha associação ao Cedeca RJ. Em 2010, fui convidada pelos diretores Pedro Pereira e Vera Souza - profissionais que admiro e respeito pela sua trajetória de dedicação às causas da infância e adolescência - a integrar o quadro de associados. Li o convite como um prêmio. O Cedeca RJ é uma organização da sociedade civil, integrante do Sistema de Garantia de Direitos e

que reúne voluntários com formação e trajetórias pessoais bem diversas. No entanto, a despeito de tanta diversidade, tantas diferenças de estilo e ênfase – e como se tivéssemos “combinado lá atrás” –, fomos colecionando valores muito semelhantes. Hoje, posso afirmar que estou entre o grupo com a maior coesão político-ideológica que encontrei ao longo dos meus caminhos. São 9 anos de participação, mobilizações e campanhas em torno da conquista e da ampliação da cidadania de crianças e adolescentes e destaco algumas: ações de sensibilização pública, de incidência política, de defesa jurídico-social de crianças e adolescentes e de formação de profissionais da área; fortalecimento de uma cultura sistemática de monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais direcionadas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes; pesquisas sobre a produção acadêmica e normativa relacionada às temáticas associadas às crianças e adolescentes.

A militância nesta organização me fez mais uma vez considerar que este campo não governamental é constituído por instituições com diferentes orientações políticas. Esta é uma das instituições cujos projetos são orientados para fins públicos, com forte interferência na política voltada para a ampliação dos direitos de cidadania, especialmente dos segmentos alijados destes direitos.

*Qual é o caminho certo da gente? Nem para a frente  
nem para trás: só para cima. Ou parar curto quieto. Feito  
os bichos fazem. Os bichos estão só é muito esperando?*

*Mas, quem é que sabe como? Viver...*

*O senhor já sabe: viver é etcétera...*

*Todo caminho da gente é resvaloso.*

Releio este Memorial e identifico aqui marcas de um caminho trilhado com muito gosto e dedicação. Tal como no mundo literário de Guimarães Rosa, os caminhos que começam querem sempre prosseguir, e abrir as suas veredas. É nesta perspectiva

que me apresento hoje: disposta a aprofundar algumas trilhas e encontrar novas paragens.

Releio este Memorial e me deparo com amostras de mim mesma em cada uma destas atividades. São 35 anos em uma instituição de ensino: um tempo considerável de vivências, que desafia as instabilidades de toda a ordem da vida contemporânea. Considero que meu caminho foi trilhado com uma certa irreverência e com a busca permanente de imprimir leveza e pluralidade de ideias nas relações institucionais. Nem sempre foi possível. Trilhar um caminho “resvaloso” tem o seu preço: errar e aprender com as próprias errâncias. Agradeço a esta instituição e aos meus pares, o convívio marcado por muitos aprendizados.

### **Referências Bibliográficas**

BRANDÃO, Carlos R. Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOLTANSKI, Luc e Chiapello, Eve. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Cano, Ignacio. Nas trincheiras do Método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. Sociologias. Porto Alegre, ano 14, nº 31, set./dez. 2012, p. 94-119.

CARVALHO, Raul e IAMAMOTO, Marilda. Relações Sociais e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1982.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DA MATTA, Roberto. O Ofício do Etnólogo ou como Ter ‘Anthropological Blues’. In: NUNES, Edson de Oliveira. A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ESS/UFRJ. Currículo pleno do curso de graduação em Serviço Social, aprovado pela Congregação em 27/03/2008.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006. pp.11-43.

GARCIA, Joana e REZENDE, Beatriz. Acknowledging Diversity in a Public Health Service, In: Nineteenth International Conference on Diversity in Organizations, Communities & Grécia, 2019.

GARCIA, Joana. Ethical and Methodological Issues in Researching Brazilian Policy Responses to Poverty. In: Critical Edge Issues in Social Work and Social Policy: Comparative Research Perspectives. Ed. Ljubljana: Faculty of Social Work, University of Ljubljana, 2009, p. 119-137

GARCIA, Joana. O Negócio do Social. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GARCIA, Joana. A Filantropia empresarial ou de como transformar o negócio em social. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social: UFRJ, 2002.

GARCIA, Joana. Em busca da identidade perdida. Dissertação de Mestrado. Escola de Serviço Social: UFRJ, 1998.

GARCIA, Joana. A questão da heterogeneidade do movimento de associação de moradores. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social: UFRJ, 1988.

HUGHES N, Ungar M, Fagan A, Murray J, Atilola O, Nichols K, Garcia J, Kinner S. Health determinants of adolescent criminalisation. Lancet Child Adolesc Health. 2020 Feb;4(2):151-162.

IAMAMOTO, Marilda. Repensando o ensino da prática. In: Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.





KRENZINGER, M. et al. Dores que libertam. Curitiba: Appris, 2018, v.01, p. 65-96

LANDIM, Leilah; DAHMER, T. e GARCIA, Joana (Orgs.). Sociedade e Políticas - novos debates entre Ongs e Universidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PELIANO, Ana M. Bondade ou Interesse? como e por que as empresas atuam na área social. Brasília: IPEA, 2001.

ROSA, Guimarães. Grande Sertão: veredas. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VENTURA, Zuenir. Cidade Partida. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1994.



# ANDREA MORAES ALVES



Colagem: Eduardo Bordoni

## **Cançãozinha para Tagore**

*Cecília Meireles, Poemas escritos na Índia*

Chegaremos de mãos dadas,  
Tagore, ao divino mundo  
em que o amor eterno mora  
e onde a alma é o sonho profundo  
de rosa dentro da aurora

Chegaremos de mãos dadas  
cantando canções de roda.  
E então nossa vida  
será toda das coisas amadas



**ANDREA MORAES ALVES**

AGOSTO DE 2020

# Memorial

*“O esquecimento e o perdão designam, separada e conjuntamente, o horizonte de toda a nossa pesquisa. Separadamente, na medida em que cada um deles depende de uma problemática distinta: no caso do esquecimento, a da memória e da fidelidade ao passado; no do perdão, a da culpabilidade e da reconciliação com o passado. Conjuntamente, na medida em que seus respectivos itinerários se recruzam num lugar que não é um lugar, e que o termo horizonte designa mais corretamente. Horizonte de uma memória apaziguada, e até mesmo um esquecimento feliz.”*

PAUL RICOEUR (A MEMÓRIA, A HISTÓRIA E O ESQUECIMENTO, 2000)

O horizonte deste memorial reside nesta ideia: uma memória apaziguada e, quiçá, um esquecimento feliz. Escrever para esquecer. Esquecer para prosseguir.

Necessito escolher um ponto por onde começar essa história: escolho então o ano de 1987, ano em que entrei na faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Eu tinha 17 anos e um projeto muito claro (fui uma pessoa de projetos muito claros, o que nem sempre é bom. Mas eu só sei disso hoje, não sabia aos 17): eu queria ser jornalista, mas não queria fazer faculdade de jornalismo. As ciências sociais me pareciam uma opção mais sólida em termos dos conhecimentos oferecidos e que

eu achava necessários para ser uma “boa jornalista”: Sociologia, Antropologia, ciência política. Parecia-me que uma “boa jornalista” deveria ser alguém que dominasse esses saberes. Creio que estava certa e confesso que ainda acho essa ideia valorosa, sobretudo quando vemos o que sobrou do jornalismo hoje. Então o plano era fazer ciências sociais primeiro e depois a faculdade de jornalismo. Com esse plano, entrei na UERJ.

Naquela época, o curso de ciências sociais estava iniciando seu processo de renovação. Havia alguns jovens professores chegando, cujas aulas me encantavam muito, e outros, mais antigos, realmente admiráveis. Dentre os primeiros, mulheres: Sandra Carneiro, Márcia Leite, Cristina Dias, Patrícia Birman; entre os segundos: Maria José (a Masé) e Antônio Carlos Peixoto. De 1987 até 1991, ano em que concluí a graduação, vários novos professores chegaram e mudaram o ambiente acadêmico da UERJ. Minha turma foi a primeira a ter acesso a bolsas de pesquisa na graduação, a frequentar os eventos acadêmicos mais importantes, como a Anpocs, e a concorrer a vagas de mestrado. Grande parte de nós continuou na área das ciências sociais, e hoje somos professores e pesquisadores nas mais diversas instituições. Poucos seguiram outros caminhos, eu não fiz parte desse grupo. Abandonei o projeto de ser jornalista e segui a carreira acadêmica.

O curso de Ciências Sociais da UERJ me abriu a cabeça completamente e me apresentou um mundo de possibilidades. A identificação foi tamanha que o término da graduação foi seguido imediatamente pela entrada no mestrado em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Apresentei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no segundo semestre de 1991 e, em março de 1992, iniciei o mestrado. A Sociologia foi minha opção na época. Em meu TCC, intitulado “‘Sociologia’ e ‘Clima’: dois caminhos, um debate” e orientado pela professora Helena Bomeny, apresentei um balanço da produção de duas revistas paradigmáticas da introdução da Sociologia como conhecimento especializado no Brasil, as revistas “Sociologia” (1939/1966) e “Clima” (1941/1944).

Por meio do balanço dos três primeiros anos da revista “Sociologia” e dos três anos de existência da revista *Clima*, na monografia discuti dois modelos de construção do pensamento sociológico no Brasil dos anos 1940. Enquanto a Revista Sociologia - dirigida até 1949 por Romano Barreto e Emílio Willems e vinculada à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo - apresentava-se como a difusora de uma “Sociologia científica”, baseada em um intercâmbio com a Sociologia alemã e com a produção da Escola de Chicago, a Revista *Clima* - idealizada por Alfredo Mesquita e dirigida por Lourival Gomes Machado - preservava um compromisso com uma formação humanista e generalista que espelhava a formação de uma *intelligentsia* nacional, ou melhor, “paulista”. Foi o meu primeiro grande trabalho de pesquisa empírica e de análise, do qual guardo ótimas lembranças e aprendizados que ficaram para sempre. Eu me recordo, sobretudo, que fiz esse trabalho com alegria. Era um prazer imenso passar longas horas na Biblioteca Nacional e nos arquivos da Casa Rui Barbosa, lendo as publicações e pesquisas mais recentes sobre o assunto; escrevendo os rascunhos do texto. Na minha experiência como orientadora de monografias de graduação, tentei incutir nos alunos e alunas esse sentimento de satisfação ao fazer pesquisa básica, ao escrever um texto autoral pela primeira vez. Infelizmente, sinto que nem sempre consegui, e se tornou cada vez mais comum perceber que os estudantes de graduação chegam desmotivados e cansados à monografia.

Um ponto alto desse trabalho de graduação foi a entrevista que fiz com Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Décio de Almeida Prado sobre a revista *Clima*. Os três escreviam regularmente para a Revista desde a sua fundação. Em 11 de maio de 1991, estive na casa de Antonio Candido, no bairro do Itaim, em São Paulo, para uma conversa que durou praticamente um dia inteiro. Arrependo-me de não ter levado uma câmera para registrar esse dia, a emoção era tanta que me esqueci. Entre estupefata, encantada e curiosa, liguei o gravador e mais assisti do que participei daquele diálogo que se desdobrou diante de mim. Três amigos, três

intelectuais absolutamente relevantes para a história brasileira, que rememoraram o que era o ambiente da revista “Clima”, o cenário intelectual da Universidade de São Paulo dos anos 1940, o legado daquela geração. A entrevista foi integralmente transcrita e está nos anexos da monografia. Lamento também não ter tido mais cuidado em preservar o áudio que acabou por se perder. Quando Antônio Candido faleceu, sua filha, Laura de Mello e Souza, procurou-me interessada em saber se ainda havia o registro gravado da entrevista. Ela achou a monografia nos pertences do pai e entrou em contato comigo. Eu fiquei bem emocionada em saber que ele tinha guardado o meu TCC.

Em 1992, iniciei meu mestrado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), uma das instituições brasileiras mais prestigiosas na área de ciências sociais. O tempo que passei no IUPERJ foi de dedicação integral aos estudos, essa instituição me deu disciplina acadêmica e rigor metodológico, duas coisas que ainda considero fundamentais para a formação em qualquer área do conhecimento. No mestrado em Sociologia, tive aulas com Antonio Machado, Elisa Reis, Edmundo Campos, Maria Alice Rezende, Werneck Vianna, Nelson do Valle, Glaucio Soares, Luiz Eduardo Soares, Luis Antonio Paixão e Neuma Aguiar. O curso incluía uma sólida formação em teoria sociológica clássica e contemporânea, além de metodologia de pesquisa. Apesar de eu não ter me encantado com a pesquisa quantitativa, aprendi a ler tabelas e a valorizar os dados quantitativos para além do seu uso ilustrativo. A aliança entre métodos quantitativos e qualitativos nos oferece vastos recursos para pesquisa, e esses recursos me acompanham como pesquisadora até hoje. Glaucio Soares e Nelson do Valle foram importantíssimos para isso.

As disciplinas do mestrado apresentavam uma literatura ampla e densa sobre a teoria sociológica. Em dois anos de formação, li muito e aproveitei as leituras, o que é imprescindível. Tínhamos que fazer regularmente resumos e resenhas, o que intensificou o exercício da escrita acadêmica; fazíamos grupos de estudo

entre alunos, e eles eram uma espécie de continuidade das aulas. Lembro especialmente de ter sido apresentada no curso de teoria sociológica contemporânea aos autores da etnometodologia, como Garfinkel e Cicourel, e à perspectiva feminista, com a leitura de *A Dialética do Sexo*, de Shulamith Firestone, em um curso com a professora Neuma Aguiar.

Minha turma de pós-graduação inaugurou um modelo de pós-*strictu sensu* em tempo mais reduzido. A proposta do IUPERJ era mestrado e doutorado em seis anos, com a expectativa de formação de jovens doutores no Brasil. Era início dos anos 1990 e a profissionalização na área das ciências sociais avançou muito nessa década. Embora o tempo fosse reduzido, a intensidade da formação exigia muito de todos nós, alunos, por isso a dedicação era integral ao estudo. Todos tínhamos bolsa Capes ou CNPq e o valor naquela época não era irrisório, tanto que muitos dos meus colegas vinham de outros estados do Brasil para estudar e se sustentavam no Rio de Janeiro com os recursos provenientes da bolsa de estudos. O mestrado dispensava a dissertação, sendo necessários para a conclusão do curso o cumprimento dos créditos e a apresentação de dois *papers* finais. Ao final desse processo, sendo avaliado por desempenho, o aluno era considerado apto a prosseguir com o doutoramento por mais quatro anos. Somente então era requerida a apresentação da tese final.

Passados dois anos de intensa dedicação, eu reavaliei o meu caminho. Estava com 23 anos e me sentia absolutamente exaurida mentalmente e começando a me perguntar se realmente valia a pena ser doutora aos 27 anos. A situação não era muito convidativa no país naquele momento. No final de 1992, meu primeiro ano de mestrado, Itamar Franco substituíra Fernando Collor de Mello na Presidência, e entre 1993 e 1994 seu governo trouxe pouco alento para aqueles de nós que havíamos sonhado tanto com o fortalecimento da democracia brasileira. O ambiente era de incerteza e frustração decorrentes do fiasco eleitoral de 1989 e dos sucessivos planos econômicos que jogaram o país numa crise sem limites. De



certa maneira, essa incerteza e frustração me atravessaram. Eu havia entrado no mestrado com a perspectiva de ficar por seis anos, mas, ao final dos dois primeiros anos, não sabia se era isso mesmo que eu queria fazer. Gostava do curso, gostava das pessoas, mas perdi o foco. Então tomei a atitude que achei mais correta naquele momento: escolhi dar um tempo para mim. Pela primeira vez, não tinha um plano na vida. Foi uma época difícil, de medo, de angústia, mas também de aprendizado: aprender a se arriscar. Revendo esse momento com o olhar de hoje, eu percebo o quanto nosso trabalho acadêmico é atravessado por quem somos como pessoas. As habilidades intelectuais que temos, por melhores que sejam, não adiantam muita coisa se não estamos mentalmente e emocionalmente comprometidos com o que fazemos. Talvez possamos dar conta das tarefas, mas sem brilho, sem aquilo que, no final de tudo, aproxima-nos da arte como criação: o propósito de fazer para além das metas, da obrigação, da necessidade de ser reconhecido.

Para poder interromper a pós no IUPERJ depois de dois anos e ainda assim sair com o título de mestre em Sociologia, o aluno deveria, segundo o regulamento, apresentar uma monografia, e não *papers* finais. Assim, entre o segundo semestre de 1993 e o início de 1994, mergulhei no que seria o equivalente à minha dissertação de mestrado e escrevi “Alguns temas e problemas da Sociologia no Brasil: uma análise de conteúdo da Revista Sociologia (1939-1941)”, orientado por Edmundo Campos. A orientação do professor Edmundo Campos Coelho foi um presente que eu recebi no IUPERJ. Notório pelo seu mau humor, estranhamente Edmundo e eu nos dávamos muito bem. Aprendi muito com ele, recebi um grande incentivo e, embora ele tenha lamentado minha saída do IUPERJ, soube entender e acolher a minha decisão. Quando ele faleceu em 2001, senti como a morte de um amigo querido, embora jamais tenhamos nutrido relações para além do trabalho; a presença de Edmundo Campos como orientador foi de inestimável valor.

“Alguns temas e problemas da Sociologia no Brasil: uma análise de conteúdo da Revista Sociologia (1939-1941)” retomou o material coligido para minha monografia de graduação e aprofundou a análise da Revista Sociologia, respondendo à seguinte questão: Qual legado a Revista produziu para a formação da Sociologia brasileira como disciplina? Na conclusão, apresento uma resposta:

*“Embora possamos afirmar que a Revista marcou o cenário de sua época, fixando os limites de uma ‘nova ciência da realidade social’ e fundando temas e método que fazem parte da história do desenvolvimento da Sociologia em nosso país; não podemos deixar de declarar que sua influência não conforma mais a imagem contemporânea da Sociologia no Brasil. A visão de ciência sociológica, os temas e a opção metodológica consagrados na década de 1940 pela Revista Sociologia foram totalmente superados.”* (Pereira da Silva & Almeida, 211:2015)

O método era o chamado método ecológico, associado aos estudos de comunidade que formaram boa parte da nossa tradição de estudos sociológicos no Brasil dos anos 1940. A geração formada nos estudos de comunidade foi nosso primeiro exemplo de uma Sociologia profissional e essencialmente voltada, como era comum aos anos 1940, à identificação de uma nacionalidade brasileira. Como pode ser observado na citação acima, esse trabalho final de mestrado foi publicado em 2015 numa coletânea organizada para reunir as investigações feitas sobre a Revista Sociologia e publicada pela Editora Sociologia & Política, ligada à Fundação Escola Livre de Sociologia e Política, de São Paulo. Durante alguns anos, somente o meu trabalho e o do professor Fernando Limongi haviam se debruçado sobre a Revista e constavam como referência obrigatória para aqueles que estudavam a formação da Sociologia no Brasil.

É um trabalho do qual sinto muito orgulho, pois serve como ponto de partida para outros pesquisadores. Das coisas que sinto

que são fundamentais nesse ofício que fazemos, uma delas é esta: cooperar, escrever algo que pode ser retomado e superado pelos outros e, assim, produzir uma teia de conhecimentos. As ciências sociais são sempre resultado de esforços coletivos, mesmo quando isso não aparece à primeira vista.

Em 1994, encerrado meu período no IUPERJ, eu tinha o título de mestre em Sociologia e nenhuma ocupação definida. Fiz pequenos trabalhos para pesquisas de professores que me chamavam, participava de seminários que me interessavam, foi um “ano sabático”, ou, pelo menos, assim o batizei. Aos 24 anos, minha preocupação era conseguir me manter financeiramente independente dos meus pais. Em agosto daquele ano, tive notícia de um concurso para professor auxiliar para o Departamento de Política Social da Escola de Serviço Social da UFRJ. Eu e mais duas colegas do IUPERJ ficamos interessadas na vaga e começamos um grupo de estudo. A área de políticas sociais não era exatamente o que eu dominava, mas entendi que poderia ser um teste: ver como me sairia numa prova para docente e, quem sabe, se houvesse uma aprovação, eu teria algo a mais para enriquecer meu currículo. Não havia muitos concursos abertos na época e a perspectiva não era animadora. Em 1995, tomou posse Fernando Henrique Cardoso e com ele uma época de muitas restrições de contratação e de pagamento nas universidades públicas. A vaga para auxiliar não requeria titulação, só com graduação era possível prestar o concurso. Porém, entre os inscritos, todos tínhamos pelo menos o mestrado completo. Eu fiz o que havia sido treinada para fazer depois da experiência no IUPERJ: disciplina e método. Estudar todos os dias da semana, inclusive sábado, ler e pesquisar sobre o assunto, escrever resumos, debater com as minhas colegas de grupo de estudo. Dedicção completa e absoluta. Fiquei interessada pelo assunto e pela literatura disponível sobre o tema, sobretudo a discussão sobre Estado e cidadania no Brasil. Havia somente um ponto do concurso que dialogava mais diretamente com a minha bagagem da Sociologia IUPERJiana: o ponto sobre a

categoria trabalho como relevante para a teoria social. O restante foi novo e me levou para autores e leituras diversas, algumas muito interessantes, como o livro *A Grande Transformação*, de Karl Polanyi, por exemplo.

No dia da prova escrita, eu estava tranquila e apostando em passar. Não achava que pegaria a vaga porque, entre os inscritos, estava um candidato com mais currículo do que todos nós, que só tínhamos mestrado e pouca experiência. Éramos cinco candidatos, se bem me recordo. Por um daqueles golpes do destino, o candidato mais experiente faltou ao exame escrito e foi desclassificado. Assim ficamos em quatro, todos, ou melhor, todas éramos mulheres, em iguais condições de disputa. A prova escrita não nos diferenciou muito, foram todas boas provas. Mas a prova didática foi o que permitiu desempatar, e eu acabei em primeiro lugar. Não tinha experiência docente, a única vez que tinha estado diante de uma turma para falar fora de seminários na faculdade e depois no IUPERJ. O que acabou me ajudando foi menos a forma da aula e mais o conteúdo que eu escolhi tratar. O ponto da prova aula foi justamente “a centralidade da categoria trabalho para a teoria social contemporânea”, foi o mesmo ponto para todas nós e, no sorteio da ordem do exame, eu fiquei por último. Minha estratégia foi criar algo que pudesse destoar das aulas anteriores, imaginei que a banca já estaria cansada de ouvir o mesmo tema pela quarta vez.

Eu não tinha nenhuma ligação com o Serviço Social nem com a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o pouco que sabia era que a Escola era uma unidade que reunia professores marxistas. A fama ainda é essa. Mas, tanto hoje quanto ontem, há muitos marxismos possíveis nessa Unidade de Ensino. Orientada por essa ideia e tendo na banca um dos marxistas possíveis - o professor Carlos Nelson Coutinho - adotei como mote da aula a crítica à centralidade da categoria trabalho. Era uma literatura que eu conhecia bem dos tempos do IUPERJ, Clauss Offe e Habermas de um lado; Przeworski e Elster de outro.

Era um debate muito fértil na Sociologia dos anos 1990, um debate que não se aventurava pelos caminhos da filosofia pós-moderna e que não se furtava a dialogar no campo do marxismo sobre sua pertinência para analisar um mundo que se reestruturava rapidamente. Com essa aula, eu garanti meu primeiro e único emprego: professora assistente da UFRJ. Diferente de muitos colegas da minha geração, que tiveram que esperar o título de doutor para entrar na Universidade Pública, e muitos deles só entraram nos anos 2000, já na era Lula; eu acabei tendo a sorte de estar na universidade como docente antes de sonhar em fazer doutorado. Apesar de muito jovem, eu conheci um modelo de carreira universitária que somente pessoas mais velhas do que eu conheciam. A seleção ocorreu em outubro de 1994 e, em janeiro de 1995, eu tomei posse e cheguei à Escola de Serviço Social da UFRJ onde estou até hoje.

A Escola de Serviço Social da UFRJ é uma unidade composta por três departamentos: Fundamentos do Serviço Social, Métodos e Técnicas do Serviço Social e Políticas Sociais e Serviço Social Aplicado. Meu concurso foi para este último departamento, o qual integro há 25 anos, completos em 19 de janeiro de 2020. Quando cheguei ao Departamento e à ESS, o curso noturno abriu a sua primeira turma, e eu e as demais colegas que chegamos nesse momento fomos prioritariamente alocadas nesse turno. Eu não tinha experiência docente alguma e fui aprendendo na medida em que fazia. Por conta do número ainda reduzido de professores, as disciplinas eram muitas; cheguei a ministrar três disciplinas diferentes por semestre no meu primeiro ano de casa. Portanto, minha vida profissional ficou inteiramente voltada à tarefa de aprender a dar aula, a conduzir turma, a processar informação que fosse útil e necessária aos discentes. Foi um desafio enorme e cansativo, mais uma vez o que me guiou foram os princípios da disciplina e do método. Nessa mesma época, saí da casa dos meus pais e fui morar com meu então companheiro, outro desafio importante: viver fora da casa dos pais. Após o término do meu

estágio probatório, transferi-me para a Universidade de Brasília por acompanhamento de cônjuge. Meu companheiro havia assumido um posto no Ministério da Educação como gestor e nos mudamos para a capital federal.

Em Brasília, fiquei sediada no Centro de Pesquisa e Opinião pública - DATA/UnB, além de assumir turmas de teoria sociológica e de Sociologia da educação. Quando saiu minha licença para acompanhamento de cônjuge, procurei pelo professor Glaucio Soares, com quem tinha contato desde a época do Iuperj. Glaucio tinha retornado para Brasília e coordenava o DATA/UnB, e foi por intermédio dele que me estabeleci na Universidade. Foi um período mais calmo: menos turmas, mais tempo para estudar e me dedicar à pesquisa que tinha ficado completamente abandonada nos anos anteriores. Era 1997, Glaucio Soares conduzia uma investigação sobre violência na região do Distrito Federal e me integrei ao grupo que ele coordenava. Fiquei um ano em Brasília, mas um ano que me ajudou a maturar a ideia do doutorado, regressando em 1998 para a UFRJ. Foi um ano importante, pois me possibilitou retornar à atividade de pesquisa a qual me fazia muita falta. Nos anos iniciais na UFRJ, aprendi a gostar de dar aula, embora tenha enfrentado muitas dificuldades para isso. Sobretudo, entendi na prática que um bom pesquisador não precisa de sala de aula, mas é impossível ser um bom professor sem a prática da pesquisa.

Nos seminários de pesquisa com Glaucio Soares, discutiam-se metodologia de pesquisa quantitativa e as etapas da investigação sobre violência no DF, sendo uma pesquisa de grande porte sobre homicídios, acidentes de trânsito e suicídios. Havia uma parte da investigação empírica que se detinha sobre análise de dados da Segurança Pública do DF e outra parte, em andamento naquele momento, sobre elaboração de roteiro de pesquisa qualitativa sobre o assunto. O objetivo nesse item da pesquisa seria trabalhar com a vitimização. Foi nesse momento que tive a oportunidade de ler *A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*, de Alba Zaluar. O livro já tinha passado por mim em

outras ocasiões, mas eu não tinha me dedicado à leitura cuidadosa, sendo a primeira vez, desde a graduação, que despertei para a literatura antropológica brasileira. Na UERJ, tive excelentes professores de Antropologia, mas foi a Sociologia a disciplina que havia me cativado em primeiro plano. Embora muito do que tenha me fascinado no mestrado fosse a discussão socioantropológica, como a etnometodologia e os estudos urbanos da Escola de Chicago, já lembrados nesse memorial, eu me definia como socióloga, e não antropóloga, e essas fronteiras podem não ser tão claras a princípio. No entanto, em termos de organização institucional, faz sentido a divisão em campos, daí o meu maior investimento intelectual estar nos chamados clássicos da teoria sociológica e seus desdobramentos e menos na Antropologia clássica. Creio que, atualmente, com a criação das graduações em Antropologia, em ciência política e em Sociologia separadamente, esse hiato institucional tenha se aprofundado e gerado consequências para a formação dos jovens cientistas sociais.

O que me encantou na pesquisa de Zaluar foi a possibilidade de construção de um objeto que permitia um mergulho nas singularidades do fenômeno da violência e seu entrelaçamento com as dinâmicas das relações sociais em um território, e esse mergulho trazia à tona facetas do objeto em questão e contribuía para a problematização de aspectos que, de outra forma, não seriam reconhecidos. Em Sociologia, a tradição clássica que mais se aproximava metodologicamente desse tipo de construção de objeto de pesquisa era a Weberiana. A partir daí, pude retomar meus estudos do mestrado, especificamente aqueles relacionados à tradição da Sociologia alemã e à perspectiva da Escola de Chicago.

De volta à UFRJ, tive a sorte de estreitar relações com uma colega de trabalho, hoje grande amiga, com quem troquei ideias e recebi auxílio no amadurecimento do que eu gostaria de fazer em termos de doutorado. Essa amiga está hoje nessa banca e, sem ela, eu não teria percorrido o trajeto até aqui. Myriam Moraes Lins de Barros é uma figura imprescindível na minha vida e na vida de

tantas colegas que já passaram aqui pela Escola de Serviço Social da UFRJ. Não somos parentes, como muitos alunos já me perguntaram, mas somos ligadas uma a outra por laços duradouros e fortes, pois foi a Myriam quem me levou até o doutorado do Museu Nacional e ao professor Gilberto Velho, meu orientador. Foi com ela que aprendi o ofício da Antropologia, com ela publiquei artigos relevantes para minha carreira, por intermédio dela me interessei pelo tema das gerações, da família e das relações de gênero, e nela enxerguei um exemplo de alguém que, mesmo tendo um pé fora das ciências sociais, já que inserida em uma instituição de serviço social, continuava absolutamente relevante e produtiva para a sua área de origem. Em torno de Myriam, criou-se um grupo seletivo de pessoas da Escola de Serviço Social, algumas mais próximas outras menos, que trilharam esse percurso difícil de estar dentro e fora ao mesmo tempo do mundo das ciências sociais. Entre elas, tornei-me especialmente próxima de Paula Poncioni, Maria das Dores Campos Machado, Rosemere Maia, Fátima Cabral, Patrícia Farias e Kátia Sento Sé Mello. Com esse grupo de pessoas dividi trabalhos acadêmicos importantes, sendo inúmeras as parcerias ao longo dos anos na ESS: organização de eventos, publicações, aulas ministradas em conjunto, bancas compartilhadas, coorientações e a ocupação de uma sala, a sala 29, sede do nosso NUSIS (Núcleo de Pesquisa sobre Cultura Urbana, Sociabilidades e Identidades Sociais) e um lugar de encontro e afeto.

Em 1999, entrei no doutorado em Antropologia do Museu Nacional sob a orientação do professor Gilberto Velho e com um projeto que abordava os estudos urbanos, o tema da violência na cidade e a questão geracional. O projeto visava compreender as maneiras pelas quais idosos e idosas percorriam a cidade do Rio de Janeiro, os usos que dela faziam, as representações que elaboravam a partir de seus trajetos urbanos. O foco principal era o problema da percepção da violência no espaço da cidade a partir da perspectiva do grupo etário mais velho. Esse tema unia minha bagagem do mestrado, meus investimentos recentes sobre



violência urbana e a influência de Myriam e nossas conversas sobre envelhecimento e cidade.

A partir das primeiras imersões no campo, esses objetivos iniciais foram se ajustando até que chegamos ao que seria o objeto central da tese: as mulheres idosas nos bailes de salão na cidade do Rio de Janeiro. O resumo da tese, defendida em 2003 no Museu Nacional, apresenta o que foi realizado:

*“A Dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade’ tem como pano de fundo a discussão de um grande tema: o envelhecimento a partir da perspectiva feminina nas sociedades moderno-contemporâneas. “O trabalho de pesquisa teve como base um estudo da bibliografia sobre velhice e gênero e a observação de um conjunto específico de relações de sociabilidade no espaço urbano - as interações entre dançarinos e dançarinas de salão nos bailes da cidade do Rio de Janeiro. Os bailes foram escolhidos para investigação por duas razões principais: eles contam com um número significativo de dançarinas com mais de 60 anos, adeptas da chamada “ideologia da terceira idade” e são locais onde essas mulheres interagem com homens mais jovens do que elas, oriundos de camadas sociais e classificações étnicas distintas. A interação entre eles permite compreendermos o envelhecimento inserido num amplo processo de negociação da realidade que produz significados sociais diversos sobre a velhice e os papéis de gênero. Essa diversidade indica o caráter multifacetado da experiência do envelhecimento nas sociedades moderno-contemporâneas e as possibilidades de escolha e de realização de projetos individuais entre as mulheres mais velhas hoje. Um aspecto destacado entre as mulheres dançarinas é a importância da visibilidade e da performance do corpo como elementos de prestígio e de valorização de si mesmas.”*

Do desenho original do projeto, o tema da violência foi descartado, desenvolvendo-se um estudo sobre sociabilidade, relações

de gênero e velhice. A etnografia em bailes da cidade, especialmente entre os chamados bailes ficha, permitiu à pesquisa iluminar processos de envelhecimento das mulheres na metrópole, processos produzidos em contextos de interação social entre atores sociais heterogêneos. Para usar uma linguagem contemporânea, é um estudo interseccional em contexto urbano que cruza relações de gênero, de idade, de raça e de classe social.

A tese deu origem a um livro, publicado em 2004 pela Editora da Fundação Getúlio Vargas. Assim como a dissertação de mestrado, a tese serviu de inspiração para outros colegas, que retomaram o tema e exploraram novas facetas da sociabilidade e do envelhecimento. Cito algumas produções que dialogaram diretamente com o meu trabalho: Felipe Berocan, na tese “O Ambiente exige respeito - etnografia urbana e memória social da Gafieira Elite”, defendida na Universidade Federal Fluminense; Virna Plastino e a dissertação apresentada no Museu Nacional, “Dança com hora marcada: uma etnografia da atração social em bailes de salão no Rio de Janeiro”; e Monica Siqueira com a tese “Arrasando horrores: uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas”, apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina. Mas, se no mestrado eu fui pioneira e comecei uma investigação praticamente do zero, no doutorado eu me inseri em uma rede que me antecedia e que era composta por antropólogas que já haviam trabalhado a relação entre sociabilidade, envelhecimento e relações de gênero - Myriam Lins de Barros, Clarice Peixoto, Alda Brito da Motta, Flavia de Mattos Motta, Mirian Goldenberg e Guita Debert; as *velhólogas*. A leitura das etnografias produzidas por essas mulheres e a orientação rigorosa e afetuosa de Gilberto Velho foram o que eu precisava para fazer a melhor tese possível no período regular do doutorado. Digo possível porque eu trabalhei sem licença (recebi a dispensa de uma disciplina exclusivamente na fase de redação da tese), tive um filho e me separei durante os quatro anos de doutoramento, ou seja, tem a vida e a tese na vida, a vida de uma mulher e suas circunstâncias.

Atualmente, as condições de desigualdade de gênero na pesquisa científica são assunto de estudos e de ativismo. No início dos anos 2000, essa discussão ainda não tinha a expressão que possui hoje. Aqui eu registro um agradecimento muito especial a minha mãe, Lindalva Moraes. Eu sobrevivi à separação com um filho pequeno e fiz uma tese de doutorado porque tive sua parceria. Mesmo morando em outra cidade, minha mãe se deslocava para me dar cobertura, ficar com o neto enquanto eu trabalhava. Mais uma vez: nada se produz solitariamente nessa vida, nem filhos, nem tese.

Se o IUPERJ me deu disciplina e método, o Museu Nacional e a convivência com o professor Gilberto Velho, com os docentes e com meus colegas de doutorado me deram criatividade e imaginação. Aprender as bases do trabalho de campo etnográfico e praticar a escrita etnográfica foram exercícios ricos e transformadores da minha perspectiva sobre o conhecimento acadêmico e como ele circula ininterruptamente. Não era somente um novo vocabulário que eu aprendia, nem somente outra tradição de autores e autoras para ler e entender, era todo um novo insight a respeito das formas como se constitui um objeto de investigação, como se faz perguntas a esse objeto e como se chega a “respostas” que, longe de atestar ou não hipóteses, são capazes de reposicionar o olhar do interlocutor e o do investigador sobre o objeto, criando um conhecimento que é multidimensional e sempre e inevitavelmente aberto a novas e criativas perspectivas. A Antropologia é um conhecimento circular no sentido de que cada retorno ao material etnográfico permite novas interpretações e rompe efetivamente com a dicotomia sujeito/objeto. É também o tipo de trabalho que foge a qualquer formato de manual, pois, por mais que existam livros de introdução ao trabalho etnográfico, nenhum deles se assemelha a um manual. De fato, só se aprende etnografia fazendo e dialogando com as etnografias de outras pessoas. Não há outra forma.

Não posso deixar de mencionar o lugar que o professor Gilberto Velho ocupou em minha formação. As contribuições de

Gilberto Velho para a constituição e consolidação da Antropologia Urbana são conhecidas de todos. Cabe ressaltar a inestimável formulação de conceitos como: heterogeneidade das sociedades complexas, campos de possibilidade, projeto e metamorfose, trânsito entre províncias de significado para a inauguração de uma Antropologia comprometida com o estudo da relação entre indivíduo e sociedade. Além desses conceitos, é fundamental a reflexão em torno do fazer etnográfico a partir do jogo entre distanciamento e proximidade; jogo com o qual todo antropólogo que estuda sua própria sociedade tem que lidar. Sublinho igualmente a qualidade dos programas de curso do Gilberto, onde figuravam sempre autores que não se restringiam ao campo da Antropologia. Era preciso ler Filosofia, Literatura, História, constituindo-se um diálogo ímpar com o campo mais amplo das ciências humanas. Isso sem resvalar em pedantismo ou em escrita hermética. Ao contrário, Gilberto incentivava a escrita acadêmica precisa. Mas, ao mesmo tempo, prezava o texto acessível ao leitor educado. Nada de jargões sem sentido, comunicar-se com uma audiência mais ampla era tarefa central do intelectual, sobretudo do antropólogo. Acho que daí decorria toda a facilidade que Gilberto tinha de participar da arena pública, sempre se posicionando em relação às questões da cidade do Rio de Janeiro.

Além do valor inquestionável da produção de Gilberto Velho para a Antropologia, a convivência com ele por quatro anos foi um privilégio. Gilberto foi um orientador e tanto, alguém em quem me inspiro para orientar meus próprios alunos. Respeitoso e incentivador; duro quando necessário, mas sem abrir mão das palavras de estímulo. Gilberto lia tudo com atenção e discutia todas as ideias que seus orientandos apresentavam. Nas reuniões de orientação, algumas coletivas e em sala de aula, éramos influenciados a cooperar uns com os outros. Gilberto foi um exemplo de ética profissional para mim e um amigo que me faz muita falta. Desde sua morte, em 2012, de vez em quando me pego tendo conversas mentais com ele e imaginando suas respostas para minhas

perguntas. Em nossas conversas inventadas, discordamos várias vezes, como era quando ele estava vivo. Nossas discordâncias me mantinham alerta, pensando, e ainda recorro a elas quando tudo fica complicado. Foi assim durante as manifestações de 2013, no *impeachment* da Dilma, na ascensão eleitoral de Bolsonaro e no desastre do incêndio do Museu Nacional. São todos momentos que vivi com essa presença encenada do Gilberto me fazendo companhia. Assistindo às imagens ao vivo na TV, naquela noite interminável de 2 de setembro de 2018, cheguei a agradecer por ele não estar entre nós, pois assim não podia testemunhar aquelas labaredas altas consumindo o lugar que era uma extensão dele. A sua casa tão querida. Imaginei-me sem poder contar para ele o que tinha ocorrido e dando um abraço silencioso, de conforto. Felizmente, o Museu Nacional resiste e se refaz por meio do incansável trabalho daqueles que permanecem na instituição.

Depois do fim do doutorado e da volta a minha vida laboral normal - sala de aula, orientações e as funções rotineiras da vida institucional - enfrentei dificuldades para retomar a atividade de antropóloga propriamente dita. Creio que, depois da tese e até hoje, para continuar produzindo pesquisa, tive que adaptar a socióloga do IUPERJ com a antropóloga do Museu que trabalha numa instituição que não é nem de Sociologia e nem de Antropologia. Parece complexo, não? E é.

Um meio que elegi para fazer convergir minha formação em torno de um eixo aglutinador foi o investimento sistemático e permanente, a partir de 2005, no tema das relações de gênero e de geração. Aproveitando o que eu havia avançado na tese, dediquei-me a explorar esse campo de estudos. Os projetos de pesquisa que se seguiram, incluindo dois pós-doutorados, estiveram sempre ao redor da discussão acerca das problemáticas de gênero e geracional, incluindo, na perspectiva de gênero, a relação com as dimensões da sexualidade. Da mesma forma, tentei convergir minhas tarefas como docente e como orientadora para esses temas. De 2006 até 2018, com dois intervalos para licença

de pós-doutorado, um em 2007, no Instituto de Medicina Social da UERJ; e outro em 2013, no Museu Nacional, ministrei regularmente na graduação da Escola de Serviço Social a disciplina Questões de Gênero no Brasil, assim como eletivas a respeito dos temas direitos sexuais e reprodutivos. As publicações, organizações e participações em eventos científicos nos últimos 15 anos também se concentraram na temática do gênero, da geração e da sexualidade, como pode ser conferido em meu relatório de atividades para a promoção a titular.

Entre as orientações de graduação e de pós, gênero, geração e sexualidade têm sido também os assuntos privilegiados. Desde que entrei como membro permanente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e como colaboradora no Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos da UFRJ, orientei sete (7) dissertações e uma (1) tese. Se a participação como orientadora nos programas de pós não é muito significativa em termos numéricos, a participação na graduação como orientadora de TCC sempre foi muito intensa: de 2005 até hoje, foram trinta e oito (38) trabalhos de conclusão de curso finalizados sob minha orientação, parte deles frutos de iniciação científica dos estudantes, e dez (10) monitorias/tutorias. A participação em bancas de defesa na pós soma cinquenta e duas (52) no mesmo período, além de oitenta (80) participações em bancas de TCC.

Após 25 anos de trabalho nessa Instituição, sinto que construí um pertencimento e fiz um caminho que contempla, simultaneamente, aquilo que desenvolvi do ponto de vista do estudo e da pesquisa e as necessidades de formação de assistentes sociais qualificados para interpretar a vida social. Não foi um caminho fácil, mas, entre a memória apaziguada e o esquecimento feliz a que faz menção Paul Ricoeur, citado no preâmbulo deste memorial, acho que cheguei a um justo equilíbrio.

Apesar de falar em memória apaziguada e esquecimento feliz, ou uma espécie de reconciliação tranquila com a minha trajetória

peçoal, pretendo encerrar este relato com uma lembrança de afeto filial. Gostaria de lembrar uma pessoa que é a responsável por eu ter me transformado em professora universitária: meu pai, Carlos Alberto Sepulveda Alves. Meu pai está hoje aposentado pela UFRJ, onde fez doutorado e lecionou na Faculdade de Letras. A trajetória dele sempre me inspirou, meu pai batalhou muito para estudar e seguir carreira acadêmica, dedicando a sua vida à sala de aula. Lembro das vezes em que ele me levava para as aulas na universidade quando ainda era menina. Mais tarde, eu mesma fui sua aluna no ensino médio. Meu pai virava outra pessoa na frente da turma, tinha uma alegria e um orgulho de estar ali, era como se cada hora passada com os alunos valesse cada segundo. Também tinha o cansaço, obviamente, muitas horas, muitos alunos, sobretudo quando ainda era professor em colégios privados. Mas tinha também um senso de dever e de escolhida profissão de educador que eu sempre achei admirável. Foi nesse exemplo que eu me guiei desde o primeiro dia em que pisei numa sala de aula e é a esse exemplo que eu retorno toda vez em que tudo parece perder o sentido. Esse retorno à memória do meu pai já me salvou muitas vezes. Obrigada, pai, por me acompanhar até aqui.

Obrigada a todos vocês por me acompanharem até aqui!



# ROSANA MORGADO





## **Eu sou aquela mulher**

*Cora Coralina*

a quem o tempo  
muito ensinou.  
Ensinou a amar a vida.  
Não desistir da luta.  
Recomeçar na derrota.  
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.  
Acreditar nos valores humanos.  
Ser otimista.  
Creio numa força imanente  
que vai ligando a família humana  
numa corrente luminosa  
de fraternidade universal.  
Creio na solidariedade humana.  
Creio na superação dos erros  
e angústias do presente.  
Acredito nos moços.  
Exalto sua confiança,  
generosidade e idealismo.  
Creio nos milagres da ciência  
e na descoberta de uma profilaxia  
futura dos erros e violências  
do presente.  
Aprendi que mais vale lutar  
do que recolher dinheiro fácil.  
Antes acreditar do que duvidar.



**ROSANA MORGADO**

JULHO DE 2021

## *Um caleidoscópio de histórias*

De onde partir para redigir e apresentar um memorial acadêmico? Reorganizar as memórias dos últimos 15 anos de uma vida acadêmica que, para além da academia, foi ao longo de 37 anos atravessada por ela, é um momento único. Um momento desafiador, que requer analisar o quanto, e como, ela tem valido a pena.

Será que os objetivos do início da carreira profissional ficarão evidenciados nessa trajetória, agora sistematizada? Será que no início existiam tais objetivos, ou eles foram sendo construídos em consonância com o processo de amadurecimento exigido pela responsabilidade da função profissional?

Várias memórias se cruzam quando refletimos sobre nossa trajetória de vida, um caleidoscópio de luzes e cores é girado, para que se organizem em figuras que façam sentido. A memória individual é constituinte da memória coletiva, ou da memória herdada (Pollak, 1992), e é um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Assim, memoriar experiências é reelaborá-las e ressignificá-las.

Este memorial está organizado em seis eixos que dizem respeito à formação e à trajetória profissional.

— MEMÓRIAS PARA CHEGAR  
AO SERVIÇO SOCIAL —

*Capitães da Areia*, escrito em 1937 por Jorge Amado, foi a forma mais contundente de despertar para a realidade da infância e da adolescência pauperizadas e discriminadas em nosso país, os menores. Ler a obra aos 12 anos provocou uma profunda indignação e incredulidade, sobre como era possível que aquilo tivesse acontecido, e a inquietude sobre a possibilidade de aquela realidade ainda existir.

Nessa altura, em 1973, meu pai e minha mãe tinham uma vida compatível com segmentos médios da sociedade brasileira. Ambos nasceram em Manaus, Amazonas, e migraram para o Rio de Janeiro em momentos diferentes.

Meu pai, Rogério Ferreira Paiva, teve os documentos alterados em 2 anos por minha avó paterna, Vó Maria, para começar a trabalhar mais cedo. Foi por ela embarcado em um navio cargueiro Manaus/Rio, com 13 anos de idade, aos cuidados do comandante, sendo recepcionado aqui por seu tio Zacarias e a mulher dele, Hilda, depois de um mês de viagem. Iniciou seu trabalho como *office boy* no Banco Holandês, tornando-se mais tarde bancário nesse mesmo banco. Após 22 anos de banco, saiu para ocupar o cargo de Diretor de Renda Fixa em uma corretora de câmbio e valores.

Minha mãe, Norma Morgado Paiva, que almejava trabalhar em uma empresa multinacional, não obteve autorização de seu pai, Vô Morgado. Formou-se professora, como o esperado e predominante na época para as mulheres de sua classe social, mas nunca exerceu a profissão. Veio com seus pais e irmãos aos 19 anos para o Rio de Janeiro, casou-se aos 23 anos e desde então dedica-se com afinco aos cuidados da família e da casa.

Tenho uma família constituída por mulheres fortes, uma família extensa, bem extensa mesmo, de ambos os lados, pois filhos e filhas de primos e primas continuam a conviver nesse “familhão”. Uma reunião com os mais chegados gira em torno de 30 participantes.

Através do olhar da Araci, que foi morar com meus avós maternos aos 12 anos de idade, aprendi desde cedo a gostar de filmes, a conhecer diretores e atores/atrizes. Diretores como o britânico Ken Loach e o brasileiro Jorge Furtado, por exemplo, com *Ilha das Flores* (1989), são fundamentais para fortalecer os espaços de desvendamento das desigualdades, alcançando um público para além dos muros das universidades.

Tia Rosa, tia materna, ensinava trabalhadoras domésticas à noite na casa da minha avó, e eu me oferecia para ser sua auxiliar. Não tenho dúvidas sobre sua influência para que eu escolhesse ser professora.

Meu irmão, Rogério, formado em Economia também pela UFRJ, minha cunhada Fátima, promotora de justiça e meus dois sobrinhos Felipe (13) e Rodrigo (9), para lá de fofos, compõem meu núcleo familiar mais próximo.

Tenho uma superfilha, *designer*: Romy, com 28 anos, que desde os 10 anos já sabia o que era o Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente citado quando eu viajava a trabalho, e ela dizia que iria procurar minhas amigas assistentes sociais, pois estava sendo abandonada.

Há 8 anos partilho projetos e o cotidiano com meu companheiro Evandro Saisse. Tenho ainda dois enteados (um homem e uma mulher), herdados da primeira união, e dois netos do coração. Há 8 anos, pelo relacionamento com Evandro, ganhei mais duas enteadas e dois netos.

Estudar no Stella Maris, escola privada de freiras católicas, por toda a vida (do jardim de infância até o primeiro ano do segundo grau, finalizado no Colégio Impacto) trouxe também muitas contribuições para a escolha que faria depois como profissão. As freiras, dentro do que era possível para uma formação nas décadas de 1960/1970, nos ofereciam a possibilidade de refletir sobre as injustiças em nosso país.

Ingressei na Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ no ano de 1979, e cursei o primeiro ano quase todo com 17 anos.

Na época, a motivação para fazer Serviço Social foi a de ajudar os pobres, que já me preocupavam havia algum tempo. O que era mesmo o Serviço Social? Fui descobrindo aos poucos, e aos poucos ele também foi se transformando.

Estou há 42 anos na ESS, fiz a graduação (1979-1982) e o mestrado (1989-1992), e desde 1985 integro o quadro docente. Ao longo dessas décadas, várias(os) docentes e técnicos administrativos marcaram minha trajetória. Na graduação, como monitora e bolsista de iniciação científica, as Profas. Maria Helena Rauta Ramos e Maria Helena de Almeida Lima foram determinantes para que eu percebesse as potencialidades do Serviço Social como profissão; sem elas, talvez não tivesse chegado aqui.

As Profas. Gelba Cavalcanti Cerqueira e Maria Augusta Temponi tiveram também um importante papel na minha formação. Rosinha, Bebel e Seu Tião me viram chegar como discente de graduação, Divaléa e Lúcia me deram suporte quando já era docente, e muito tempo depois, como Diretora, contei com o apoio fundamental, a competência e a parceria de Maria José Ullmann (MJ).

Ainda na graduação, provocada por Rauta e Lima, fui descobrindo a importância das instâncias acadêmicas e participando de espaços coletivos institucionais; por exemplo, em 1982 fui representante discente na Comissão de Reforma Curricular.

Vivíamos um momento de profundas transformações na sociedade. O processo de redemocratização atravessava o espaço acadêmico e a formação profissional. A “intenção de ruptura com o Serviço Social conservador” (Netto, 1998) ganhava contornos cada vez mais delineados. Caso, Grupo e Comunidade, estudados de forma estanque e tecnicista, passaram a ser intensamente debatidos e questionados. A influência do acúmulo do Movimento de Reconceituação na América Latina fez com que houvesse a aproximação com a teoria social crítica, elaborada por Marx.

A mudança de currículo refletiu o esforço de situar o Serviço Social na ótica das relações de classe, buscando apreender o significado social da profissão, a partir da divisão social e técnica do trabalho (Yazbek, 1984).

Convivo desde então com Lília Pougy, Dayse de Paula Marques da Silva, Márcia Fernandes e Elisabeth Palatnik. Ao longo destes anos com Lília e Dayse, construí uma área de interesse em pesquisa comum, sobre o campo das relações de gênero. Com Márcia e Beth partilho das preocupações sobre a intervenção profissional do Serviço Social. Para além dos projetos profissionais, nós cinco construímos uma trajetória de cumplicidade e muito afeto.

Em 1985, fiz o concurso para docente da ESS, onde já estava como contratada pela rubrica 3.1.3.1 (Serviço de Terceiros), pela legislação atual, como se fosse uma professora substituta. Há mais de 10 anos não tínhamos concurso público para as universidades em nosso país.

Professores no mestrado que se tornaram amigos, como Ana Quiroga, Nobuco Kameyama, José Paulo Netto, José Maria Gomez, Carlos Nelson Coutinho e Marilda Iamamoto, foram fundamentais em meu processo de amadurecimento intelectual.

Coordeno, há 20 anos, junto com Joana Garcia, o grupo de pesquisa NETIJ. Com Sheila Backx, Andréa Teixeira e Leila Escorsim, partilhei diferentes momentos na gestão na ESS; com Ludmila Cavalcanti, o entusiasmo e a disponibilidade para novos projetos. Tenho com elas inúmeras memórias de muito afeto e de projetos comuns.

Minha trajetória esteve sempre entrecortada pelos desafios pessoais e pelas dimensões político-históricas do meu tempo. Em 1970, com 9 anos, só a Copa do Mundo era importante; em minha família não havia discussões políticas sobre as duras violências que marcaram esse período da ditadura militar em nosso país. Aos 17 anos, ingressei na UFRJ. A universidade pública trouxe-me a possibilidade de compreender a realidade através de múltiplas lentes e me propiciou as ferramentas teórico-metodológicas e políticas para me sentir parte da possibilidade de sua transformação. Centro acadêmico, assembleias estudantis, assembleias comunitárias, representação institucional, movimento docente, seminários e congressos são espaços constitutivos de minha formação acadêmica.

Em 1984, estava inundada de esperança, junto com um milhão de pessoas, participando do Comício pelas “Diretas Já” na Candelária. A emenda constitucional de Dante de Oliveira para a realização de eleições diretas desencadeou uma ampla articulação política, que obteve certo êxito com a eleição indireta de Tancredo Neves. Contudo, só em 1989 pude usar meu título de eleitor pela primeira vez.

Nem de longe é possível trazer para este espaço o número de profissionais, docentes, técnicos administrativos e discentes que influenciaram e ainda influenciam minha trajetória, que, costumo brincar, tem mais anos de vida do que de idade.

Assim, pela regulamentação da Universidade e do Conselho de Centro, ouvida a unidade acadêmica, o Relatório de Atividades combina 2 anos na *atividade de ensino* e 15 anos nas *atividades de pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante*. Os próximos itens destacarão elementos de cada um desses eixos.

## — O ENSINO —

Uma marca que atravessa minha inserção como docente na graduação é o fato de ter sempre ministrado disciplinas relacionadas à prática profissional. Metodologia Aplicada, hoje denominada Orientação e Treinamento Profissional (OTP), é uma disciplina que acompanha o desempenho de discentes nos campos de estágio.

Mesmo hoje, em nossa Unidade de Ensino, essa não é uma disciplina objeto de intensa disputa por docentes assistentes sociais.

Interessante problematizar o porquê desse lugar de não centralidade na formação profissional, como penso que tenha.

A OTP, principalmente por meio dos supervisores, propicia uma interlocução profícua com as instituições que recepcionam os discentes. Essa interlocução demanda que, nos diferentes níveis da OTP, possam ser discutidas estratégias de intervenção

interdisciplinar e intersetorial face aos desafios enfrentados a cada momento histórico/conjuntural, os quais determinam e atravessam as políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal. Esse processo, para que seja realizado de forma qualificada, exige que a perspectiva epistemológica do conhecimento sobre o significado de práxis, nos termos de Vázquez (1977), seja levada a sua radicalidade.

A formação profissional do assistente social, para romper com as dimensões tecnicista e empiricista, passou a demandar a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Como trabalhar a cada semestre com diversas instituições representadas em uma mesma disciplina, sem que uma única dimensão seja privilegiada?

Este é o desafio permanente da OTP: propiciar aos futuros profissionais a qualificação para superar o imediatismo da prática, sendo fundamental articular propostas de intervenção, que simultaneamente atendam às demandas cotidianas, apresentadas de forma fragmentada, e que ao mesmo tempo esses profissionais sejam capazes de totalizar essas demandas em perspectivas, para sua superação a médio e longo prazos.

Nas disciplinas ministradas na pós-graduação *stricto sensu*, a preocupação em manter a tessitura das três dimensões antes destacadas sempre esteve presente.

A pós *lato sensu* também não é valorizada, por vezes nem considerada parte integrante da pós-graduação. Entendo ser necessário superar a concepção de que seu significado se restringe à dimensão técnica e prática de qualificação para oferecer respostas imediatas ao mercado, principalmente no âmbito do Serviço Social. As potencialidades dos cursos de aperfeiçoamento e especialização estão mais relacionadas às diretrizes propostas por cada curso do que à sua origem em si.

Entre 2013 e 2014 participei, por meio do Curso de Residência Multidisciplinar em Políticas de Gênero e Direitos Humanos, de proposta formalizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ, coordenado pela Profa. Lília Pougy,



como orientadora de monografias finais e supervisora das equipes do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) Chiquinha Gonzaga e da Casa Abrigo Cora Coralina. Ao longo desse processo, construímos juntas um plano de qualificação profissional. Discutimos textos, a própria política municipal e situações cotidianas relacionadas ao enfrentamento da violência de gênero, principalmente a expressão da violência doméstica contra mulheres.

As orientações de monografias de especialização na Residência em Saúde do IPPMG/UFRJ se somam a essa perspectiva de enfatizar que teoria e prática não estão dissociadas.

Ao longo destes 15 anos, sinteticamente apresentados, estive envolvida por 6 anos na gestão da Unidade de Ensino, como Diretora-Adjunta de Pós-Graduação (2012-2018). Mesmo assim, a sala de aula sempre esteve presente como motor fundamental para problematizar e retotalizar as experiências que aparecem fragmentadas, e aí cabe enfrentar uma máxima do Serviço Social, de que “a teoria na prática é outra”.

Partilho de um projeto pedagógico que pressupõe construir coletivamente diretrizes de formação profissional, capazes de oferecer os subsídios necessários para o enfrentamento das desigualdades, na perspectiva de construção de uma sociedade sem exploração e sem opressão.

### — A PESQUISA —

Nos últimos 15 anos, coordenei e/ou participei de 12 pesquisas, duas das quais ainda estão em curso.

Minha inserção no grupo de pesquisa Gênero, Etnia e Classe: Estudos Multidisciplinares (GECM/ESS/UFRJ) data de 1994. O Gecem foi fundado por Suely Almeida, Marlise Silva e Maria Elena Cançado e contou sistematicamente com as contribuições da Profa. Heleieth Saffioti. No Gecem, desenvolvi atividades de pesquisa e extensão em conjunto com professoras da Escola Sheila Backx,

Lília Pougy, Mariléa Porfírio e Célia Torres, bem como de outras universidades, como por exemplo as Profas. Dayse de Paula Marques da Silva e Carla Almeida, ambas da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

O Gecem, muitas vezes (des)qualificado como pós-moderno, enfrentou inúmeros debates para se firmar como interlocutor acadêmico no Serviço Social. Não foi diferente na ESS: para que estudar gênero?

A disciplina de Relações de Gênero, proposta por Suely em 1993/94, só foi aceita como parte do currículo na condição de disciplina eletiva. Enfrentou ainda um intenso debate para ser aprovada como obrigatória a partir de 2000.

Importante aqui registrar o protagonismo de Suely Souza de Almeida na concepção e no desenvolvimento de um expressivo conjunto de pesquisas, seminários e proposições advindas dos resultados das pesquisas, fundamental para a consolidação do campo temático de gênero na formação profissional do Serviço Social e suas inflexões para as políticas públicas.

Entre 2007 e 2008 integrei a equipe de pesquisadores do projeto intitulado Avaliação de Projetos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, coordenado pelas Profas. Suely Almeida, Laura Tavares e Lília Pougy e pelo Prof. Rodrigo de Souza Filho.

O projeto desenvolveu uma metodologia de avaliação com base em um extenso e complexo instrumento de coleta de dados, aplicado em todos os estados do país. Fizeram parte avaliadoras(es) locais, preponderantemente pesquisadoras(es) vinculadas(os) a instituições federais de ensino superior, que através de diversas reuniões consolidaram e validaram o instrumento de coleta de dados. Após o processo de implementação do instrumento, os dados foram totalizados pela equipe central e devolvidos para as equipes locais, acompanhados da instrução para a redação do relatório final da avaliação. Os resultados foram apresentados e debatidos em um seminário de caráter nacional, com representação de gestores da maioria dos estados brasileiros, e publicados

no livro *Da Avaliação de Programas Sociais à Constituição de Políticas Públicas: a Área da Criança e do Adolescente*, publicado pela Editora UFRJ em 2008.

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, constituiu-se em um marco jurídico-político fundamental, em consonância com o Artigo 227 da Constituição Federal brasileira, para a defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, até então denominados *menores*. Contudo, práticas sociais enraizadas em uma sociedade estruturalmente classista e racista não se transformam com a rapidez que desejamos. Ainda hoje, a concepção menorizante da infância pauperizada se utiliza da máxima de que o ECA promove “mais direitos do que deveres”.

O projeto propiciou, assim, conhecer e analisar as diferenças regionais, que conferem limites para a implementação da diversidade de programas de proteção voltados para crianças e adolescentes em nosso país. Por exemplo, tornou possível visitar um núcleo vinculado à Defensoria Pública em Salvador, que estava trabalhando para alterar a medida de internação de um menino de 12 anos (!) por ter furtado um *short* do varal do vizinho, em um município distante 200 quilômetros da capital.

Entre 1998 e 2001, sob a orientação de Heleieth Saffioti, na PUC/SP, desenvolvi a pesquisa para tese que tem como título “Mulheres/mães e o abuso sexual”. Ao longo do doutorado pude acompanhar, por 6 meses, as reuniões semanais de análise dos casos de violência doméstica que chegavam ao Instituto de Pediatria (IPPMG/UFRJ) e eram encaminhados à Clínica da Família, constituída por um grupo interdisciplinar de profissionais do próprio hospital. A discussão da equipe privilegiava a dimensão da particularidade do atendimento pelo hospital, bem como os encaminhamentos necessários na articulação com a rede de proteção, especialmente os Conselhos Tutelares. A pesquisa envolveu também a análise de “prontuários” da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), sobre os casos de abuso sexual confirmados entre o período 1997 a 1999, atendidos pela ONG.

Foi com base na análise da documentação da Abrapia que pude qualificar meu objeto de investigação. As dores e violências vivenciadas por aquelas mães estavam registradas, mas não haviam sido problematizadas, não haviam sido valorizadas. Histórias de violência doméstica na infância e em relacionamentos anteriores eram recorrentes. Assim, o campo dos estudos de gênero foi fundamental para entendê-las em suas possibilidades e limites quanto à proteção de *si mesmas* e de suas filhas. Qualificá-las de omissas, coniventes ou cúmplices é algo que definitivamente precisava/precisa ser rompido. Conceituá-las como mulheres/mães foi/é fundamental para essa forma de compreendê-las em sua inserção na sociedade, que está estruturada em relações hierárquicas de poder e tem com um de seus pilares o gênero.

Embora antes do doutorado já tivesse experiência em pesquisa, escolho esse corte temporal por considerá-lo fundamental ao meu campo de estudos: as expressões da violência de gênero, pensando-o simultaneamente como campo específico e em sua dimensão de transversalidade.

A concepção de Saffioti, de um nó de três dimensões estruturantes da sociedade - classe, gênero e raça/etnia - fundamentou minha análise sobre o significado das relações de poder, bem como o “campo de forças”, qualificado posteriormente por Suely, tensionado por essas três dimensões. Essa perspectiva me permitiu escapar das dicotomias, que ainda persistem entre violência estrutural/violência interpessoal, vítimas/vitimizados, público/privado, dentre outras.

Em 2010, realizei, sob a orientação da Profa. Shulamit Ramon, meu primeiro pós-doc na Universidade de Hertfordshire, Inglaterra, intitulado “Mulheres/mães e sua (des)proteção frente ao abuso sexual incestuoso”. O objetivo foi o de conhecer o sistema de proteção inglês para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, buscando estabelecer elementos de comparação com o sistema brasileiro, e de problematizar a inter-relação entre violência doméstica contra crianças e adolescentes e as perpetradas

também contra as mulheres/mães dessas crianças/adolescentes. Inter-relação não discutida à época no Brasil e, poderíamos afirmar, ainda pouco aprofundada e qualificada nos dias de hoje.

A literatura inglesa e os documentos oficiais sobre as políticas de proteção, já em 2010, continham volumosa produção sobre o fenômeno como expressão da violência de gênero, bem como avançavam, cada vez mais, em qualificar o enfrentamento da violência doméstica em sua inter-relação (crianças e mulheres/mães). Exemplifico essa diretriz nos dois excertos abaixo:

*“The connections between the abuse of women and abuse of children are now well recognized”* (Humphreys, 2000).

*“If a woman is abused there is a high probability that her children will also be abused. (A study of hospital cases of child abuse found violence to the mother from the father recorded in 45% of them)”* (Radford, Blacklock & Iwi, 2006).

A análise da literatura inglesa permitiu identificar também, à época, a continuidade da violência após a separação e o uso das crianças para fins de sua manutenção, transformando-se em objeto de investigação a partir de 2014.

As citações abaixo subsidiaram essas reflexões:

*“Men who are most violent when living with women continue to be the most violent following separation”* (Humphreys & Stanley, 2006).

*“Child contact arrangements provide the greatest opportunity for the continuation of post-separation violence with children continuing to be exposed to both verbal and physical violence”* (Humphreys et al., 2008).

*“A huge number of survivors who still maintains some kind of contact with the aggressor, even if not more in a relationship with them, and it highlights the fact that some of them live in the same building!”* (NSPCC, 2010)

O filme francês *Custódia* (2017), dirigido por Xavier Legrand, é exemplar para demonstrar o uso dos filhos com essa intenção.

A pesquisa de pós-doutorado envolveu também a realização de entrevistas com profissionais vinculados a diferentes serviços de proteção à infância e a oportunidade de participar de uma instância denominada *Multi-Agency Risk Assessment Conference* (MARAC). Essa instância é municipal/regional e coordenada pela polícia (!). Ali, face às situações mais graves de violência doméstica contra mulheres, identificadas naquele mês, profissionais de diferentes serviços e áreas de atuação, inclusive os relacionados à infância, se reúnem para pactuar os encaminhamentos.

Essa instância formal de articulação oferece a possibilidade de pensarmos sobre os elementos que nos faltam para a nossa tão almejada “rede de proteção”. No Reino Unido, as reuniões das MARAC são parte constitutiva do trabalho dos profissionais, são sistemáticas (mensais) e desenvolvem estratégias de forma articulada, que no mês seguinte são avaliadas quanto à sua capacidade de proteção. Não dependem, como aqui, do comprometimento dos profissionais que utilizam regularmente, por exemplo, seus recursos individuais (WhatsApp) para estabelecer esses procedimentos de forma articulada.

Participar de pesquisas coordenadas pela Profa. Suely Deslandes e acompanhar inúmeras pesquisas e seminários coordenados pela Profa. Irene Rizzini possibilitou o adensamento das análises e o entendimento sobre as formas de enfrentamento, por exemplo, sobre exploração sexual e desproteção de crianças em situação de vulnerabilidade, atravessados também pela violência de gênero. Pesquisadoras com carreira consolidada nacional e internacionalmente, elas me propiciaram o amadurecimento na realização do trabalho em equipe de pesquisa interinstitucional e em procedimentos metodológicos de investigação. Admiração e afeto são indissociáveis dessa relação.

A segunda importante experiência internacional foi a realização de uma missão institucional de 3 meses, em 2013, a convite da Universidade de Birmingham, onde desenvolvi um estudo/investigação intitulado *Domestic violence against Women - protection in UK*.

A investigação foi realizada na cidade de Birmingham, localizada ao norte da Inglaterra, e teve como objetivo identificar o funcionamento da rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Foram entrevistados profissionais e coordenadores de serviços, foi feita a leitura e a sistematização da literatura pertinente e houve a participação em uma reunião com mulheres vítimas de violência.

A pesquisa realizada pela Profa. Joana Garcia, *Jovens em conflito com a lei*, desenvolvida no mesmo período, propiciou visitar serviços e programas voltados para esses(as) adolescentes, como por exemplo um centro de detenção juvenil, e participar/observar reuniões e atividades realizadas com os adolescentes. Em uma das reuniões a composição era: um profissional ligado à ONG que acompanhava o adolescente coordenando a reunião, os responsáveis pelo jovem, o próprio adolescente e três membros da comunidade. Na reunião os membros da comunidade propunham ao adolescente quais atividades deveriam ser por ele realizadas. Por exemplo, escrever uma carta ao rapaz de quem o adolescente havia roubado o celular, bem como cortar a grama, lavar o carro e tirar o lixo da casa dos pais, por 3 meses, como forma de ressarcir os pais, que haviam comprado um novo celular para a vítima do roubo. A ONG oferecia também várias atividades em grupos nos quais o adolescente está inserido. Tratava-se de um experimento de justiça restaurativa em detrimento de uma perspectiva punitivista, como a largamente praticada no Brasil.

– Observar essas reuniões/atividades e visitar os equipamentos/projetos evidenciou um imenso descompasso entre o sistema inglês e o nosso. Especialmente com relação a como nossos adolescentes/jovens ainda são tratados na nossa sociedade, e mesmo pelos equipamentos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, retratados por exemplo nos filmes *Justiça* (2004) e *Juízo* (2007), ambos com direção de Maria Ramos.

Entre 2014 e 2018, a pesquisa intitulada *Separação: riscos e feminicídio. Desafios à proteção das mulheres* foi motivada por

recorrentes publicações nos grandes meios de comunicação sobre os assassinatos/agressões de mulheres por seus ex-companheiros, retomando as reflexões a partir da literatura inglesa sobre o tema. Analisei os dados dos Relatórios Anuais do Ligue 180 (SNPM-DF), entre 2012 e 2017, que revelaram altos percentuais de violências perpetradas por ex-parceiros íntimos, incluindo o feminicídio. Contudo, os dados indicavam lacunas na forma de registrar o tipo de vínculo do agressor com a mulher. A ausência desse registro motivou a inquietação sobre quais estratégias devem ser estruturadas para garantir suporte e proteção a elas, para um período de médio a longo prazo após a separação, para além das medidas legais protetivas. Essa inquietação foi desdobrada na pesquisa de pós-doutorado e será investigada a partir de agosto deste ano, no Rio de Janeiro.

Neste percurso, entre 2016 e 2018, participei da pesquisa *Cidades saudáveis, seguras e com equidade de gêneros: perspectivas transnacionais sobre violência urbana contra mulheres da Maré, no Rio de Janeiro e em Londres*. A pesquisa teve por objetivo compreender as realidades de níveis extremamente elevados de violência contra mulheres em relação à saúde, à cidadania e à justiça e, especialmente, suas ligações transnacionais. A pesquisa teve como instituições participantes a ONG Redes da Maré, a Escola de Serviço Social da UFRJ, o *People's Palace Project*, a Queen Mary University of London e a universidade King's College. A metodologia da pesquisa compreendeu a produção de dados quantitativos e qualitativos, que abordaram as diversas experiências de violência vividas por mulheres no conjunto de favelas da Maré e por brasileiras que residem em Londres. Foram realizados grupos focais, entrevistas em profundidade e um *survey* com a participação de 801 mulheres moradoras da Maré. Os resultados da pesquisa foram publicados em relatórios sintéticos, em inglês e português, e em um livro. Também foram apresentados em dois seminários, um em Londres e outro no Rio de Janeiro, e em uma instalação artística audiovisual denominada SCAR, produzida por



Bia Lessa e apresentada no Festival Women of the World (WOW Festival), realizado em março de 2018, em Londres.

A participação nessa pesquisa propiciou a realização por dois meses da segunda missão institucional, para a participação no WOW e a apresentação dos resultados de pesquisa no seminário realizado na embaixada brasileira em Londres, voltado principalmente para as ONG e serviços que atendem mulheres brasileiras e latinas, vítimas de violências, que residem em Londres.

O segundo pós-doc, sob a supervisão da Profa. Cathy McIlwaine, realizado na universidade King's College, teve por objetivo central conhecer e analisar as estratégias desenvolvidas na Inglaterra para a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica após a separação.

A publicação *Femicide Census* (2017), em sua 3ª edição, revelou que, entre 2009 e 2017, no Reino Unido “uma mulher foi morta por seu parceiro ou ex-parceiro a cada quatro dias; um terço das mulheres foram mortas pelo parceiro masculino após a separação, das quais um terço foram mortas no primeiro mês e três quartos dentro de um ano” (tradução livre). Ou seja, na Inglaterra, o registro do feminicídio praticado após a separação já constitui, há alguns anos, uma diretriz para a estruturação de estratégias de proteção às mulheres.

Como desdobramento dessa articulação com a Redes da Maré, eu e a Profa. Joana Garcia integramos atualmente a equipe de coordenação de um novo projeto de pesquisa, com professores da Warwick University/Cardiff e pesquisadoras vinculadas a Redes, intitulado *Impactos da violência armada na vida das mulheres do Complexo de Favelas da Maré, Rio de Janeiro: gênero, território e prática artística*.

O investimento na formação de jovens profissionais/pesquisadores tem se dado principalmente através do Núcleo de Estudos e Trabalho sobre Famílias, Infância e Juventude (NETIJ). Ao longo de 20 anos, orientamos inúmeros bolsistas (voluntários e com bolsa), trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização,

dissertações, teses, apresentações de trabalhos em seminários e congressos. É gratificante ver um número expressivo desses(as) ex-alunos(as) inseridos(as) no mercado de trabalho, desempenhando de forma qualificada suas atividades profissionais.

### — A EXTENSÃO —

A coordenação de projetos, cursos e diferentes atividades de extensão e a participação neles estão organicamente vinculadas às atividades de ensino e pesquisa, a partir de uma concepção teórica e política sobre a indissociabilidade dessas três atividades na universidade pública.

Particpei como docente de inúmeros cursos de extensão. Dentre eles, destaco uma importante iniciativa da ESS, com o Curso de Capacitação Profissional para Supervisores, que chegou a ser ofertado como aperfeiçoamento em 2016/2017, e tem o projeto de se tornar especialização.

O Curso de Supervisores já teve 12 edições, a 13ª ainda não se concretizou em razão da situação de pandemia. Maria Angélica Pereira da Silva, assistente social lotada na Coordenação de Estágio e Extensão da ESS, foi a principal proponente da formalização desse curso, atendendo a uma demanda recorrente dos supervisores de campo de nossos discentes. Essa importante iniciativa tem propiciado uma interlocução contínua e fecunda entre a Unidade de Ensino e as diferentes instituições que são campo de estágio dos discentes da ESS.

As experiências relacionadas aos projetos de extensão foram igualmente muito significativas, como, por exemplo, de 2011 a 2013, a coordenação do projeto na Região Serrana/Friburgo, após a calamidade climática enfrentada na região.

Essa experiência envolveu também a abertura de vagas de estágio nos fins de semana para discentes do noturno, que enfrentam regularmente maiores dificuldades na realização dos estágios,

e contou com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão no deslocamento dos discentes para o município.

A Secretaria de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro apresentou como demanda, em 2018, o oferecimento de um curso de qualificação para técnicos que atuavam com crianças e adolescentes. Assim, coordenei o curso Questões Transversais na Atuação com Crianças e Adolescentes, que contou com a participação de docentes de diferentes universidades.

Neste ano, coordenei com o Prof. Daniel Campos (ESS/UFRJ) o curso Violências de Gênero e Raça: Filmes em Debate, reeditando a ideia de um curso intitulado Gênero na Tela, apresentado em duas versões no início da década de 2000. O curso deste ano teve como objetivo central promover, por meio de filmes, a reflexão e o debate das expressões de diferentes formas de violência relacionadas ao gênero e à raça. Foram selecionados filmes e documentários nacionais, disponíveis no Youtube. Os inscritos viam os filmes indicados com antecedência, e nas sessões conjuntas os filmes eram debatidos pela turma.

Coordenei também este ano, com a Profa. Ariana Santos (ESS/UFRJ) e a assistente social Rafaela Albergaria (SPPM/RJ), o curso Violências de Gênero e Políticas para Mulheres, voltado para os(as) técnicos(as) que atuam na Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher, vinculados à Secretaria, no Município do Rio de Janeiro, tanto na gestão quanto nos equipamentos especializados. A turma foi composta por aproximadamente 50 profissionais, com as mais diversas formações: psicólogas, assistentes sociais, advogadas, técnicas em informática, pedagogas, dentre outras. Foi possível contar também, nesse curso, com a participação de vários(as) docentes da ESS.

Desde 2016, acompanho a implementação do projeto de estágio/extensão coordenado pela Profa. Miriam Krenzinger (ESS/UFRJ), na Casa das Mulheres<sup>144</sup>, localizada no Parque União/Maré, vinculada à ONG Redes da Maré. Essa experiência, para além de propiciar um campo de formação profissional e intervenção interdisciplinar,

144 <https://www.redesdamare.org.br/br/info/36/casa-das-mulheres-da-mare>

dá-se em articulação com uma das ONG mais representativas do conjunto de 16 favelas da Maré. Com base nas ações desenvolvidas na Casa das Mulheres, que são: “qualificação profissional, enfrentamento das violências contra as mulheres, atendimento sociojurídico e psicológico e articulação territorial para a criação de uma agenda positiva nas políticas públicas para as mulheres”, nossas discentes trabalhadoras têm a oportunidade de realizar estágio e extensão, tendo como referência o campo temático das relações de gênero e direitos humanos.

O *Nosso Guia - Pequeno Livro de Cuidados para as Mulheres da Maré*<sup>145</sup>, um dos produtos desse trabalho, partiu da ideia de que a “saúde das mulheres tem dimensões variadas e precisa de diferentes tipos de cuidados”. O sumário compreende os seguintes eixos: “Vamos falar de nossa saúde e bem-estar?”; “Você sabe o que é saúde sexual e reprodutiva?”; “Diferentes formas de violência”; “Você já pensou que o direito de planejar seu envelhecimento também é questão de saúde?”; “Protegendo-se do coronavírus”. O *Guia* é de distribuição gratuita e serve como importante base de informação sobre o acesso a direitos para mulheres, especialmente as residentes da Maré.

## — A GESTÃO ACADÊMICA —

A atuação em gestão acadêmica é solitária e, no geral, pouco solidária. Considero a gestão acadêmica uma contingência da carreira, mas ocupar cargos afeta as demais atividades, para as quais realmente fizemos concurso.

Estive, por 6 anos, na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS (2012-2018); antes, havia sido Diretora da Unidade (2002-2006) e, em momentos anteriores, Chefe de Departamento.

O envolvimento com as demandas cotidianas de discentes e docentes do PPGSS/ESS em um programa que tem, hoje, 89

145 [https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Guia-Mulheres\\_web.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Guia-Mulheres_web.pdf)

mestrandos e 121 doutorandos com matrículas ativas e um corpo docente constituído por aproximadamente 40 professores(as), não é uma tarefa simples. As tensões e disputas internas se expressam com contundência no âmbito da pós-graduação, diríamos que, infelizmente, nem sempre por motivos essencialmente acadêmicos.

Nosso programa é o primeiro programa público de pós-graduação em Serviço Social. Data de 1976 seu início no nível mestrado, e de 1994 no nível doutorado. É um programa que atrai discentes de diferentes estados brasileiros, bem como de outros países da América do Sul. Fiz meu mestrado no PPGSS entre 1989 e 1992.

O apoio de Marluce Guianze e Murilo Galvão na Secretaria Acadêmica, de Fábio Marinho (*web design, design editorial* e diagramação) e Andréa Tipipi (revisão dos artigos) na *Revista Praia Vermelha*, e, ainda, Andréa Tipipi alimentando sistematicamente os dados do Sucupira, foi imprescindível ao longo dos anos de gestão.

Ressalto a realização do convênio com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a reestruturação do programa de pós e a aprovação das cotas como os processos mais importantes encaminhados durante minha gestão.

O Doutorado Interinstitucional (DINTER)<sup>146</sup> em Serviço Social, iniciado em 2013, propiciou a interlocução sistemática entre os docentes da UFRB e da UFRJ, por meio do deslocamento dos(as) professores(as) do PPGSS para ministrar aulas no Recôncavo e da vinda dos(as) docentes/alunos(as) para a ESS, quando participavam dos grupos de pesquisa de nossa Unidade de Ensino. Ao final do projeto, todos os inscritos obtiveram o título de Doutorado em Serviço Social.

A reestruturação do programa em três áreas de concentração, cada uma com duas linhas de pesquisa, permitiu dinamizar a forma de inserção dos discentes no programa, pois, já na inscrição, o(a) candidato(a) escolhe uma das áreas em que concorrerá. A reestruturação tem contribuído para uma distribuição mais equitativa de trabalho no PPGSS, abrangendo a diversidade de temas estudados pelos docentes que compõem o programa.

146 O DINTER foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em seu Edital 013/2012 e tem como objetivo promover a formação científica e o aperfeiçoamento da qualificação profissional de pesquisadores e docentes da UFRB que atuam no campo de Serviço Social e em áreas afins.

A aprovação de 40% das vagas para cotistas (negros e negras, indígenas e pessoas com deficiência), em 2017, representa um marco fundamental no PPG. A política de cotas, como uma ação de reparação frente às injustiças estruturais de nossa sociedade, deve ser compreendida como parte da política de ações afirmativas que inclui, por exemplo, não só o acesso aos PPG, mas também a garantia de permanência desses discentes na universidade.

Os dois últimos destaques envolveram longos e tensos processos de pactuação interna na construção de consensos sobre as propostas em debate. Ressalto aqui a importância do movimento estudantil, especialmente para que obtivéssemos êxito na aprovação das cotas de ingresso ao PPG, bem como na criação da Comissão de Ações Afirmativas.

### — PRODUÇÃO PROFISSIONAL RELEVANTE —

Nesse eixo destaco como determinantes para minha qualificação acadêmico-profissional as experiências de assessoria e docência para a implementação da Política de Assistência Social no estado do Rio de Janeiro e as vivenciadas fora do Brasil.

Participei como docente, em 2001 e 2002, do Programa de Qualificação das Ações Sociais junto a gestores e técnicos, coordenado pelo Prof. Rodrigo de Souza Filho, quando Rosinha Garotinho era secretária de Ação Social do estado do Rio de Janeiro.

Em 2003 assumi a coordenação desse programa. Rosinha Garotinho havia sido eleita governadora, e o convite me foi feito pela Profa. Sílvia Barreto, Subsecretária de Qualificação de Descentralização da Gestão, que posteriormente tornou-se Secretária de Estado da Família e Assistência Social.

Esse processo se deu antes da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (2004). O estado do Rio de Janeiro já havia implementado, desde 1999, o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF). Os Núcleos de Atendimento às Famílias (NAF) eram os equipamentos onde as diretrizes do Paif eram implementadas.

Com a Constituição de 1988, fruto de pressões sociais por ampliação dos direitos sociais, a assistência social passou a integrar a seguridade social. Embora o impacto dessa mudança constitucional tenha significado a ampliação da proteção social aos segmentos mais vulnerabilizados em nossa sociedade, é possível afirmar que as concepções e práticas higienistas se reatualizam.

Em 2005 e 2006, eu e o Prof. Eduardo Mourão produzimos dois cadernos, que foram amplamente distribuídos aos profissionais de assistência social no estado do Rio de Janeiro. O primeiro, intitulado *Proposta Conceitual do PAIF (2005)*, teve por objetivo oferecer subsídios teórico-metodológicos para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O segundo, intitulado *O Perfil Metodológico dos NAF/CRAS no Estado do Rio de Janeiro (2006)*, foi elaborado a partir da análise dos dados apresentados nos formulários de 76 dos 92 municípios do estado. Os temas abordados foram: gestão dos NAF/CRAS, recursos financeiros, composição da equipe, formas de participação dos usuários, tipos de metodologia de intervenção, dentre outros.

Ao longo desse tempo foi fundamental partilhar com Elizabeth Oliveira, Isabel Monteiro e Soraya Cavalcanti os espaços de reflexão sobre os desafios na implantação da política de assistência social no estado.

A proposta de trabalho foi elaborada por um grupo de docentes da ESS/UFRJ, integrado também pela assistente social Marisa Menezes, e a concepção metodológica adotada foi a de descentralização do processo de qualificação. A equipe se deslocava para as oito regiões que compõem o estado. Eram realizados quatro encontros por região, e cada encontro totalizava 8 horas, com temáticas previamente definidas. Cada turma por região contava com aproximadamente 60/70 técnicos e gestores. Algumas turmas foram constituídas só por gestoras(es) e sua assessoria. Para esse apoio logístico, foi fundamental a participação de Márcia Moraes, vinculada à Secretaria de Estado.

Essa perspectiva teve por princípio propiciar e/ou consolidar articulações regionais, pois, inúmeras vezes, participar dos encontros de qualificação permitia que pela primeira vez os profissionais de um município conhecessem profissionais dos municípios vizinhos.

A equipe técnica de assessoria aos municípios da secretaria realizava visitas aos diferentes municípios regularmente e participava dos encontros conosco. Esse era um dos momentos em que se aproveitava para fortalecer a articulação município/estado. Lembro aqui de Ivanir dos Santos e de Andréia Baptista, como técnicas desse importante grupo de trabalho.

A coordenação da avaliação do Programa Bolsa Família entre 2007-2008, partilhada com Regina Teixeira, realizada a convite de Nelma Azeredo, então Subsecretária do Estado, seguiu os mesmos princípios metodológicos anteriormente descritos e envolveu também a aplicação de um questionário em todos os Municípios do estado, contando com uma equipe de profissionais contratados para essa tarefa. A avaliação abrangeu técnicos responsáveis pelo PBF das Secretarias Municipais de Assistência Social, de Educação e de Saúde. Mais uma vez, frequentemente, técnicos de um mesmo Município se conheciam na participação dos encontros.

Entre 2014 e 2018 integrei a equipe de docentes do CapacitaSuas, coordenado na ESS pela Profa. Fátima Valeria de Souza. Essa qualificação se deu como uma das diretrizes do Ministério de Desenvolvimento Social, em todo o território nacional.

Devido ao tempo de duração dessas atividades, não é possível totalizar o número de técnicos e gestores alcançados pelos diferentes momentos das propostas de qualificação.

*“Comparison allows you to unpickle  
yourself from your place in the pickling jar  
and see that there is a different kind of life”*

COOPER IN STTAFORD ET AL., 2010



Os congressos na Suécia, a apresentação de uma comunicação oral sobre o Bolsa Família em um seminário promovido pelo Unicef em Florença/Itália, os dois pós-doutorados e as missões institucionais, todas realizadas na Inglaterra, permitiram aprofundar e qualificar meu conhecimento teórico-metodológico, que incide diretamente na formação profissional e no diálogo com os já formados. Permitiram ainda estabelecer um diálogo profícuo com pesquisadoras e profissionais sobre as relações de gênero em uma perspectiva transnacional.

*O passado não reconhece o seu lugar:  
está sempre presente.*

MARIO QUINTANA

Desde que ingressei na UFRJ, acompanho e participo de intensas discussões sobre a redução de recursos para as universidades públicas, com vistas a sua privatização.

Durante décadas, com diferentes governos e reitores, nos fortalecemos por meio de debates, movimento docente, organização sindical e manifestações. Resistimos. E, passadas tantas décadas, continuo investindo para que continuemos a resistir, o que se faz especialmente necessário nos dias de hoje.

A universidade pública representa parte importante de um projeto de sociedade, aliada fundamental no enfrentamento das desigualdades estruturais de classe, gênero e raça/etnia.

– Estou de luto, mais de 500 mil famílias também estão, mas . . .

*“Com a roupa encharcada  
E a alma repleta de chão”,*

. . . nos fortalecemos e resistimos.





## Posfácio

Ao receber das professoras Rosemere Maia e Janete Luzia Leite o convite para escrever este posfácio fui tomada por um duplo sentimento: gratidão, pela possibilidade de fazer parte desta obra, e apreensão, face à tarefa de sintetizar, em duas páginas, algumas das principais contribuições de uma coletânea inédita, que reúne onze memoriais de docentes, colegas que se apresentaram, entre 2016 e 2022, à avaliação para promoção ao cargo de Professor/a Titular da Escola de Serviço Social da UFRJ. À frente da Direção da ESS na gestão 2018 e 2022, tive a oportunidade, junto com nossa equipe técnica, de conduzir os trâmites institucionais de nove das onze bancas e, por isso, sou testemunha do árduo trabalho envolvido.

Em primeiro lugar, quero saudar a iniciativa das organizadoras de assumirem o compromisso acadêmico de publicar as “trajetórias cruzadas” de nossas professoras e de nossos professores, numa conjuntura política tão desfavorável. Considero um ato de resistência recusar o esquecimento e valorizar a memória, sobretudo como objeto de reflexão crítica, num período marcado por uma “policrise” sem precedentes na história recente de nosso país: sanitária, ética, política, econômica, social e ambiental. Particularmente, destaco o contexto adverso para quem vive o cotidiano da universidade pública no Brasil, devido à conjuntura política, que embora já estivesse conflagrada nos anos anteriores, foi agravada pelo governo Bolsonaro, a partir de 2018. Um governo assumidamente autoritário e contrário ao serviço público, que adotou medidas de restrição e até corte de investimentos nas políticas sociais, afetando dramaticamente a educação pública e cultura. Como se não bastasse, os anos de 2020 e seguintes foram atravessados pela pandemia de Covid-19, complexificando os desafios.

Um segundo ponto merece destaque: o processo de avaliação referido, que inclui os memoriais como etapa de sua realização, foi viabilizado especialmente por um movimento docente de luta pelo direito à progressão funcional, ampliando o acesso à titularidade. A Lei nº 12.863/2013 (que alterou a Lei nº 12.772/2012) - ambas promulgadas no Governo Dilma - garantiu que todos os professores que alcançassem o nível de Professor Associado 4 poderiam pleitear ascensão na carreira. Nas regras anteriores de distribuição de vagas para Professor Titular, a possibilidade de promoção era muito reduzida, além de produzir uma competição intensa entre pares da mesma Unidade.

Por fim, além de servirem como instrumento de avaliação institucional, os onze artigos aqui reunidos, ao testemunharem com ampla riqueza de detalhes a experiência universitária de profissionais docentes, constituem material analítico precioso e fontes primárias para futuras investigações, que darão visibilidade às ações de ensino, pesquisa e extensão, revelando o compromisso da ESS/UFRJ com a produção de um saber crítico que visa conhecer e transformar a realidade, em direção à redução de desigualdades estruturais e ao fortalecimento da relação com movimentos sociais.

Os memoriais são escritos na primeira pessoa do singular, da mesma forma que os diários de campo. Esse gênero de escrita possibilita conhecermos o sujeito na sua singularidade subjetiva. Entretanto, a despeito das diferenças individuais, todas as travessias biográficas aqui contempladas compartilham princípios norteadores e se unem na defesa da educação pública universal, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada, dos direitos humanos, do pluralismo e da diversidade cultural. Os mesmos princípios que marcam o ambiente da ESS e nosso exercício profissional.

Rio de Janeiro, agosto de 2022.

*Miriam Krenzinger*





*Esta publicação foi projetada e diagramada em janeiro e fevereiro de 2023 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ para difusão online via Pantheon UFRJ e página da ESS-UFRJ.*

*As fontes utilizadas são a Brevia (HvD Fonts) 14/21,4pt para o corpo de texto, Dulcinea (Retype Foundry) e Craw Modern (URW Type Foundry) para os títulos, em página de 675x1080pt (1:1,6).*